

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ICICT

Instituto de Comunicação e Informação
Científica e Tecnológica em Saúde

TANIA REGINA NEVES DA SILVA

JORNALISTAS E FONTES: UMA RELAÇÃO EM MOVIMENTO

Temas, vozes e silêncios na Saúde de *O Globo* (1987-2015)

Rio de Janeiro

2017

TANIA REGINA NEVES DA SILVA

JORNALISTAS E FONTES: UMA RELAÇÃO EM MOVIMENTO

Temas, vozes e silêncios na Saúde de *O Globo* (1987-2015)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (Icict), para obtenção do grau de Doutora em Ciências.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Kátia Lerner

Rio de Janeiro

2017

Silva, Tania Regina Neves da .

Jornalistas e fontes: uma relação em movimento. Temas, vozes e silêncios na Saúde de O Globo (1987-2015) / Tania Regina Neves da Silva. - Rio de Janeiro, 2017.

184 f.; il.

Tese (Doutorado) - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde, 2017.

Orientadora: Kátia Lerner.

Bibliografia: f. 170-179

1. Comunicação e saúde. 2. Fontes. 3. Jornalismo. 4. Campo. 5. Medicalização. I. Título.

TANIA REGINA NEVES DA SILVA

JORNALISTAS E FONTES: UMA RELAÇÃO EM MOVIMENTO

Temas, vozes e silêncios na Saúde de *O Globo* (1987-2015)

Aprovada em 17 de outubro de 2017

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Kátia Lerner – Icict/Fiocruz (orientadora)

Prof. Dr. Valdir de Castro Oliveira – Icict/Fiocruz

Prof. Dr. Wilson Couto Borges – Icict/Fiocruz

Prof. Dr. Wedencley Alves Santana – Ppgcom/UFJF

Prof^a. Dr^a. Luisa Massarani – COC/Fiocruz

A meus pais,
Aymer e Claudionor,
in memoriam

AGRADECIMENTOS

Sei que é lugar comum, regra do ritual acadêmico, agradecer ao orientador na apresentação do trabalho final da pós-graduação. No meu caso, é isto e muito mais. Então inicio esta seção agradecendo enormemente à minha orientadora, Kátia Lerner, por tudo o que representou neste percurso. Não fosse sua dedicação e serenidade, nos momentos em que a minha me faltou, este trabalho não teria saído. Obrigada, Kátia, por encarnar com tanta propriedade os atributos intelectuais e humanos necessários a quem tem por função indicar caminhos para os novos pesquisadores. Divido com você todas as eventuais virtudes desta pesquisa.

Para evitar esquecer nomes ou cometer injustiças, faço um agradecimento coletivo a todos os professores do PPGICS, por sua grande contribuição intelectual, e equipe da secretaria, pelo ambiente colaborativo e o incentivo dado em todos os momentos, sempre buscando tornar nosso dia a dia mais fácil. Grata sou também à Fiocruz, pela bolsa concedida, que muito me facilitou na dedicação à pesquisa.

Dedico um agradecimento especial aos membros da banca. Professores Wilson Borges e Valdir Oliveira, pelas grandes contribuições dadas no momento da qualificação e por estarem novamente aqui; professora Luisa Massarani e professor Wedencley Alves Santana, por me honrarem com suas presenças neste momento de fechamento; professor Nílson Moraes e professora Carla Almeida, por igualmente terem aceitado os convites para a suplência.

Agradeço aos colegas do PPGICS, pelo tempo de convivência e as discussões em aula que tanto ajudaram a ir moldando o projeto aqui desenvolvido.

Nominalmente, quero agradecer a Alícia, pelo companheirismo; a Célia, Silvia e Durval, pelo incentivo desde o berço; a Flávia, pela ajuda decisiva; a Tatiana, pela amizade e colaboração; a Geovânia, pelo cuidado; a Trica, pela presença; e em especial a Liseane, não apenas pela amizade e o apoio incondicional, mas pela leitura criteriosa que me ajudou a corrigir lacunas e eliminar excessos no texto final deste trabalho.

Aos amigos próximos e distantes, agradeço também. Sobretudo àqueles dos quais me distanciei por necessidades absolutamente inadiáveis de estudo e reclusão.

Por fim, a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, participaram direta ou indiretamente dessa minha conquista, deixo o meu muito obrigada. Ou #gratidao, como está na moda.

Sem quem faça e diga coisas noticiáveis,
não há jornalismo.
Nem necessidade dele.

Manuel Carlos Chaparro

RESUMO

A presente tese investiga o processo de constituição das fontes de informação em saúde no jornalismo impresso, buscando compreendê-lo a partir da análise do relacionamento entre fontes e jornalistas e as estratégias por eles empregadas na construção dos sentidos da saúde na mídia. Trata-se de um estudo diacrônico sobre o jornal carioca *O Globo*, cobrindo um período de 28 anos nas últimas quatro décadas (1987-2015), e que parte de um levantamento dos temas abordados e das fontes presentes na cobertura de saúde em quatro períodos intercalados dentro do recorte. Tais dados orientaram a segunda etapa da pesquisa, que constou de entrevistas temáticas com jornalistas ainda atuantes ou que atuaram em *O Globo* no período estudado, fontes que pontificaram na cobertura e assessores de imprensa, totalizando 15 entrevistados. O estudo é norteado especialmente pelos conceitos de campo (através da obra de Pierre Bourdieu), medicalização e biomedicalização (seguindo a linha proposta por Peter Conrad, Irving Zola e Adele Clarke) e midiatização (em especial pelo trabalho de Fausto Neto), a partir dos quais se buscou compreender as transformações nas relações entre os atores envolvidos na construção dos discursos sobre a saúde e a própria variação na abordagem dessa temática ao longo do tempo. Ao relacionar os elementos trazidos pelos depoimentos com o panorama de mudanças nos processos produtivos da mídia e as marcas presentes no noticiário, a pesquisa constatou que a relação fonte-jornalista se constrói em base de colaboração mútua, mas não pacífica, sendo marcada por conflitos e desconfianças. Entre os principais achados, destacamos que a reconfiguração de forças no cenário midiático tem levado os jornalistas a perderem a primazia discursiva para as fontes, que passam a dominar linguagem, rituais e dispositivos e a falar diretamente com o público. Destacamos, ainda, que a multiplicidade de funções hoje sob responsabilidade do repórter, diante da precarização do trabalho nas redações, tira dele tempo e condições para pesquisar os temas que cobre e descobrir novas fontes de informação, ficando mais vulnerável às ações e proposições das assessorias de imprensa, que passam a ter maior influência no agendamento de fontes e assuntos. Em suma, detectamos transformações nos campos de atuação de jornalistas e fontes que têm levado a mobilidades de seus papéis com consequentes reflexos na construção dos sentidos da saúde na mídia.

Palavras-chave: Comunicação e saúde; fontes; jornalismo; campo; medicalização.

ABSTRACT

This research focus on the process of building news sources of health information in printed journalism, trying to understand it on the basis of the analysis of the relationship between sources and journalists as well as the strategies they use in the construction of the meanings of health in the media. This is a diachronic study about *O Globo*, a newspaper in Rio de Janeiro, covering a period of 28 years in the last four decades (1987-2015). The study starts from a survey of subjects addressed and the sources utilized in health coverage in four interspersed periods selected by the author. Such data guided the second phase of the research, which consisted in semistructured interviews with journalists who still work and who worked at *O Globo* during the period analyzed, the most outstanding sources of news, and press advisors, 15 people in all. The research is mainly oriented by field concepts (through the work of Pierre Bourdieu), medicalization and biomedicalization (following the line proposed by Peter Conrad, Irving Zola and Adele Clarke) and mediatization (in particular by the work of Fausto Neto), which served as a basis to understand the relations between actors who take part in the construction of discourses about health. By linking the elements brought forward by the interviews, with a scenario of changes in the media production processes and the marks present in the news, this research concluded that the source-journalist relationship is built mainly by the idea of mutual collaboration, but not peaceful, being marked by conflicts and mistrust. Among the main findings, we emphasize that the reconfiguration of forces in the media scenario has makes journalists to lose their discursive primacy for the sources, which now dominate language, rituals and devices and talking directly to the public. It is also worth noting that the multiplicity of functions currently under the responsibility of the reporter, given the precariousness of the work in newsrooms, takes the time and conditions to research the topics covered and discover new sources of information, becoming more vulnerable to the actions and propositions of the press officer, which have a greater influence on the scheduling of sources and subjects. In short, we detected transformations in the fields of action of journalists and sources that have led to the mobility of their roles with consequent reflexes in the construction of the meanings of health in the media.

Keywords: Communication and health; sources; journalism; field; medicalization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Perfil dos leitores de O Globo.....	43
Quadro 1 – Exemplo da planilha principal do banco de dados, com a classificação das fontes em cada matéria coletada em O Globo.....	51
Gráfico 2 – Matérias de saúde publicadas nas editorias inclusas no recorte nos quatro períodos (1987, 1997, 2008 e 2015).....	82
Quadro 2 – Ranqueamento dos temas de saúde publicados em O Globo em cada período (1987, 1997, 2008 e 2015), com quantificação e percentuais.....	91
Quadro 3 – Principais grupos de fontes das matérias coletadas em O Globo e seu protagonismo em quatro acontecimentos do recorte (1987-2015).....	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de dias de noticiário, de páginas coletadas e número de matérias em O Globo a cada intervalo do recorte (1987, 1997, 2008 e 2015).....	48
Tabela 2 – Número de matérias coletadas em O Globo por anos, meses e editorias (nacional, local e especializada) no quatro períodos do recorte (1987, 1997, 2008, 2015).....	85
Tabela 3 – Classificação e quantificação das fontes das matérias coletadas em O Globo em cada intervalo do recorte (1987, 1997, 2008 e 2015).....	95
Tabela 4 – Classificação, quantificação e percentuais das fontes das matérias coletadas em O Globo em cada intervalo do recorte (1987, 1997, 2008 e 2015).....	96
Tabela 5 – Presença de fontes médico-científicas nas matérias coletadas em O Globo em quatro eventos sanitários (2008-2015).....	108
Tabela 6 – Matérias assinadas e não assinadas em O Globo nos quatro períodos do recorte (1987, 1997, 2008 e 2015).....	128
Tabela 7 – Matérias assinadas e quantidade de assinaturas em O Globo nos quatro períodos do recorte (1987, 1997, 2008 e 2015).....	131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANJ	Associação Nacional de Jornais
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
Cebes	Centro Brasileiro de Estudos da Saúde
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
Cremerj	Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro
CRM	Conselho Regional de Medicina
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
Facha	Faculdades Hélio Alonso
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
Icict	Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Inamps	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
IVC	Instituto Verificador de Comunicação
JB	Jornal do Brasil
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
NLM	United States National Library of Medicine
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan Americana da Saúde
PPGICS	Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
Uerj	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
VIII CNS	VIII Conferência Nacional de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA	21
2.1 O CAMPO DA COMUNICAÇÃO E O ESTUDO DAS FONTES	21
2.2 SAÚDE E MÍDIA: DA REDEMOCRATIZAÇÃO À SOCIEDADE EM REDE	27
2.3 A SAÚDE COMO TEMA JORNALÍSTICO	34
3 APORTES METODOLÓGICOS E PERCURSO	41
3.1 O QUE NORTEIA A PESQUISA	41
3.2 COLETA DOS JORNAIS	47
3.3 SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES RECOLHIDAS	48
3.4 ESCOLHA DOS ENTREVISTADOS E IDA A CAMPO	52
4 CONTEXTOS E MEDIAÇÕES NO JORNALISMO	61
4.1 TRANSFORMAÇÕES NA ATIVIDADE	62
4.2 PAUTA: GLÓRIA, AGONIA E MORTE	72
4.3 A DANÇA DAS EDITORIAS	80
5 A SAÚDE QUE SE VÊ NAS PÁGINAS	89
5.1 CARACTERIZAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DO LEVANTAMENTO	89
5.1.1 De que saúde estamos falando	89
5.1.2 De que fontes estamos falando	93
5.2 TEMAS E VOZES	96
5.2.1 Emergências sanitárias: quatro eventos, três momentos	98
5.2.2 Atendimento, políticas e gestão: o feijão com arroz	113
5.2.3 Pesquisa científica e promoção da saúde: temas em alta	117
5.2.4. Os silêncios	120
5.3 AUTORIA: DA DISTINÇÃO AO LUGAR COMUM	128
6 FONTES E JORNALISTAS	132
6.1 CONSTRUINDO UMA RELAÇÃO	132
6.1.1 A fonte na área de saúde	143
6.1.2 O jornalista de saúde	148
6.1.3 Assessores: os mediadores dos mediadores	154
6.2 CAMPOS PROFISSIONAIS EM MOBILIDADE	159
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS	170
APÊNDICES	180

1 INTRODUÇÃO

As razões que me levaram a propor esta pesquisa se relacionam diretamente com minha trajetória profissional e intelectual, as certezas e dúvidas nela acumuladas e o desejo de contribuir para uma discussão que considero oportuna e necessária: em que bases são construídas as relações entre fontes de informação e jornalistas que atuam na cobertura de saúde, e o que isso implica na construção dos sentidos da saúde que vemos na mídia.

Graduei-me em Comunicação Social no final da década de 1980 e trabalhei no jornalismo impresso diário por quase 20 anos, ininterruptamente, a maior parte desse tempo no jornal carioca *O Globo*, cobrindo cultura, entretenimento, educação, cidade e saúde – este último o tema a que me dediquei com mais ênfase nos anos finais de minha presença na chamada imprensa comercial, e pelo qual me interessei enormemente.

Meu afastamento definitivo das redações – após deixar *O Globo* e fazer uma breve incursão pelo *Jornal do Brasil (JB)* – teve, entre seus propósitos, o de retomar os estudos acadêmicos relacionados à minha área de atuação, desejo que nunca antes foi possível realizar paralelamente àquele trabalho, seja por absoluta falta de tempo, seja por diferenças incontornáveis quanto ao tipo de especialização estimulada no ambiente corporativo e os meus interesses pessoais de estudo.

O curso de especialização em Comunicação e Saúde, que frequentei em 2009 no Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz), proporcionou-me não somente o ingresso nessa nova fase, como também chamou minha atenção para algo que até então passara despercebido: os sentidos sobre saúde em circulação na mídia eram muito diferentes dos sentidos sobre a saúde debatidos no meio acadêmico – sobretudo no meio acadêmico de uma instituição de pesquisa voltada para a saúde pública, como é o caso da Fiocruz. Analisar tais questões à luz da teoria da qual a partir de então comecei a me apropriar, e em contraponto com a prática exercida por tanto tempo, tornou-se um interesse de estudo e pesquisa.

Foi assim que elegi como tema de investigação de meu mestrado, também no Icict, os sentidos produzidos durante a cobertura da epidemia de gripe H1N1 em 2009 pelos jornais *O Globo*, *Extra* e *Expresso* (SILVA, 2012). Naquele momento, já fora das redações e inserida no ambiente acadêmico das reflexões sobre comunicação e saúde, estranhei o tom e o volume do noticiário sobre a epidemia, sobretudo nos momentos iniciais em que sequer havia casos registrados no nosso país e o bombardeio da mídia sobre o tema já era avassalador. O desenvolvimento daquele estudo fez acender o interesse sobre a questão das fontes de

informação, provocado especialmente pela recorrência vista a citações (no noticiário) de fontes anônimas, mas também pelo desejo de investigar mais profundamente como fontes e jornalistas interagem no dia a dia e de que maneira constroem e mantêm suas relações – algo que ia muito além do escopo de meu projeto de mestrado, e por este motivo decidi voltar ao tema no doutorado.

De fato, em minha prática profissional anterior nas redações, pude constatar a importância da fonte de informação para o fazer jornalístico. Como ressalta Lage (2000), raras matérias jornalísticas se fundam única e exclusivamente na observação direta do repórter, sendo a maioria delas originada de algum tipo de fonte – instituições ou atores ligados direta ou indiretamente aos acontecimentos – que fazem chegar a informação ao repórter ou que são por ele acionados em busca de subsídios.

Por outro lado, também testemunhei o modo como os jornalistas, em sua rotina de trabalho, pouco se aprofundam na complexa questão que envolve os interesses das fontes, os interesses das empresas jornalísticas e seus próprios interesses pessoais, comportamento normalmente justificado devido às urgências de uma atividade marcada por uma luta contra o tempo. Entendemos que tal posição merece ser examinada com mais profundidade. Até porque, arriscamos sugerir que a naturalidade com que jornalistas praticam em seu dia a dia o “para ontem” não deixa de ser um artifício utilizado pelos profissionais para justificar o que não necessariamente seria justificável quando se pensa no compromisso com a ética e a responsabilidade social de uma atividade que afeta um público tão grande.

Ao citar a lógica específica de um campo voltado para a produção de um bem tão altamente perecível quanto a notícia, Bourdieu (1994) chamou a atenção para certos mecanismos inscritos na própria estrutura do campo, como a submissão permanente da prática jornalística aos preceitos da rapidez (ou da precipitação, ele frisa), permitindo que por meio dessas coerções temporais, constantemente impostas de forma arbitrária, seja possível, por exemplo, exercer uma censura estrutural quase que despercebida.

Admito que o impulso de pesquisar academicamente a relação entre fontes e jornalistas teve também o objetivo de pôr sob escrutínio e reflexão as próprias lembranças da minha experiência de jornalista na redação de um dos maiores impressos diários do país.

Quando ainda iniciante, no fim dos anos 80 – “foca”, como se diz no jargão jornalístico – ao ser escalada para fazer uma matéria, guiava-me primeiramente pela pauta, um roteiro produzido pelo coordenador da área, que continha sugestões sobre as fontes indispensáveis para entrevistar a respeito daquele assunto. E buscava ir aumentando esse leque a partir de minhas próprias pesquisas e observações. Considerava também as sugestões

dos colegas, dando prioridade àqueles que eu mais admirava e reconhecia como “bons profissionais”. Ao refletir sobre isso, vejo um pouco do que Breed (1993) postulou sobre o modo como se dá a socialização dos novos jornalistas nas políticas editoriais da empresa, sem que ninguém precise informá-lo a respeito delas. De fato, como nem sempre lhe dizem “o que cantar, como andar, onde ir”, o jornalista iniciante aprende a se movimentar no território da redação olhando em volta, fazendo como vê fazerem aqueles que já conquistaram um status elevado ou apresentam personalidade e postura que ele admira, e evitando fazer à maneira dos que estão em caminhos que considera opostos.

Recordo também que, com exceção das chamadas “matérias reco” – as matérias recomendadas, que eram de interesse direto da cúpula da redação e, portanto, deveriam ser feitas exatamente como solicitadas – para a maioria das demais matérias eu me sentia livre o suficiente para escolher as fontes que desejasse entrevistar, além das básicas indicadas. Uma série de condicionantes me moviam – e somente hoje, à distância do trabalho no jornal e envolvida nas reflexões do meio acadêmico, dou-me conta das implicações e do peso do que antes me soava como natural e óbvio. A liberdade de escolha que eu acreditava exercer, na verdade, limitava-se às opções de um cardápio que me fora apresentado de forma consciente e subliminar: as fontes que comungavam os mesmos valores circulantes no meio em que o jornalismo comercial se fazia.

Lembro-me da pauta que seria a da minha primeira matéria especial¹, de domingo, iniciada lá pelo segundo ou terceiro mês de trabalho efetivo, após o período de estágio. Por sugestão de um editor executivo – sugestão mesmo, não era uma “reco” – eu comecei a fazer um levantamento dos dez melhores médicos do Rio de Janeiro, os reconhecidamente *top* de cada especialidade. Subjetivo? Sim, hoje eu sei. Na época, 1988, o editor me deu um caminho: “Comece entrevistando o professor Ivo Pitanguy, que é o melhor cirurgião plástico brasileiro e talvez o maior do mundo. Peça para ele indicar um medalhão de cada especialidade. E a cada um que você entrevistar, peça a mesma coisa. Os mais citados serão certamente os melhores”. Entretanto, o professor Pitanguy listou pelo menos dois ou três nomes diferentes em cada especialidade. E a cada “medalhão” desses que eu entrevistava, recebia novamente múltiplas indicações, e notei que poucos repetiam os mesmos nomes.

Decidi então procurar um nome que me era familiar, pois trabalhara como sua secretária durante parte do tempo em que cursei a universidade, em meados dos anos 80.

¹ São consideradas matérias especiais aquelas mais elaboradas, que tratam de um ou mais temas em profundidade, e à qual o repórter dispensa mais tempo e dedicação na apuração, normalmente ficando fora da pauta do dia a dia para produzi-la.

Professor catedrático da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), membro do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, a maior entidade de cirurgiões da América Latina, e também com uma clientela repleta de celebridades, como o professor Pitanguy, julguei que ele certamente estava no patamar do que se considerava um “medalhão”. Expus a ele minhas dúvidas, apresentei a lista de nomes que seus pares me forneceram e recebi como resposta o que nunca mais deixei de constatar profissionalmente, fosse no campo da saúde ou em qualquer outra categoria de fontes: as indicações iam além das competências profissionais e eram também movidas por simpatias ou ciúmes, por amizades ou inimizades, pela existência ou não de laços fraternos ou de interesse. Enfim, pela comunhão de valores que aproximavam essas fontes. Podemos melhor compreender essas relações recorrendo a Bourdieu (2005, 1994), quando ele fala sobre a estruturação dos campos sociais, que acontece a partir de relações de aliança ou de conflito entre os diferentes agentes que estão em luta para conquistar e/ou elevar seu capital simbólico. Neste sentido, os médicos indicam aqueles que, em contrapartida, em algum momento irão retribuir o reconhecimento, operando assim uma estratégia de reforço mútuo de seus capitais simbólico e social.

Este estudo contempla a investigação sobre o papel desempenhado por jornalistas e fontes de informação na produção da notícia, especificamente no campo da saúde. De forma mais ampla, ele é uma tentativa de contribuir para preencher parte da lacuna existente na pesquisa acadêmica sobre a atuação das fontes de informação no jornalismo.

Aqui, quando digo fontes de informação, refiro-me especificamente aos atores sociais que lidam diretamente com os jornalistas – sejam eles os próprios detentores das informações ou mesmo assessores de imprensa, relações públicas ou outros profissionais que atuam na intermediação dessas informações – e não a suportes como bancos de dados, publicações ou similares, os quais não abordarei. Esses atores sociais, é importante dizer, não têm uma participação desinteressada no processo de produção de notícias. Ao contrário, buscam interagir no meio jornalístico como forma de impor ou destacar seu ponto de vista sobre os temas abordados, obtendo mais visibilidade para aquilo que é de seu interesse – sejam questões políticas, econômicas, de costumes etc. – seja simplesmente com o intuito de ganhar mais visibilidade para si e assim elevar seu capital simbólico (BOURDIEU, 2000).

Pesquisadores como Sant’Anna (2009) e Chaparro (2010) já identificaram nesta seara um fenômeno batizado de mídia das fontes: aparatos de comunicação que vão dos mais simples aos mais sofisticados, montados por atores sociais tradicionalmente reconhecidos

como fontes de informação e que passam a produzir eles próprios os conteúdos para oferecer às mídias, em vez de aguardarem pacientemente que estas os procurem com alguma pauta.

Embora o tema também diga respeito à construção dos sentidos sobre a saúde na mídia, o problema de pesquisa limita-se à questão de como se dá o processo de constituição das fontes de informação no jornalismo de saúde, o modo como as relações dessas fontes com os jornalistas se estabelecem e se e como interferem na constituição do noticiário de saúde. Diante disso, buscamos investigar as dinâmicas dessas relações, o que leva à ascensão e à permanência de uma fonte em voga, qual o peso que as rotinas produtivas e as relações de poder têm nesse processo, como os capitais em posse dos atores sociais envolvidos são postos em jogo para influenciar no produto midiático.

Sabíamos de antemão que essas fontes representam a burocracia do Estado, o corpo médico, os setores econômicos hospitalar e farmacêutico, as associações de pacientes, as instituições científicas, entre outros segmentos. E que a relação que mantêm com os jornalistas é dinâmica, reconfigurando-se o tempo todo, ao sabor das mudanças ocorridas nos campos envolvidos e também na sociedade em geral, sobretudo com as inovações tecnológicas que engendraram outro tipo de sociabilidade e interação entre esses atores e o público consumidor de notícias.

Cabe destacar, entre essas mudanças, as velozes transformações ocorridas nas últimas décadas, tanto na atividade jornalística quanto na significação da saúde no meio social, assim como a transformação do mercado de trabalho e do produto jornal no contexto dos suportes midiáticos. Desde os anos 1950, o campo jornalístico foi tomando novos contornos, com os veículos informativos se descolando do patrocínio puramente político ou dos governos, e se constituindo como empresas, mais voltadas para o mercado (RIBEIRO, 2003; PETRARCA, 2007). O surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação impactou sobremaneira o processo de produção jornalística, afetando tanto os jornalistas quanto as fontes, imprimindo mais velocidade a uma atividade que já era feita contra o tempo e tornando cada vez mais virtual o contato entre jornalistas e fontes.

Este debate adquire uma especial importância também devido à crescente valorização da noção de saúde para a sociedade moderna, as transformações engendradas no sistema de cuidado do país, sobretudo com o surgimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e a encampação – na Constituição de 1988 – da saúde como direito de todos e dever do estado, assim como a expansão da rede de saúde privada. Neste contexto, as disputas de sentidos se tornaram ainda mais intensas e qualificadas.

Em resumo, as questões da saúde adquiriram grande visibilidade midiática, sendo este um espaço político muito importante. Temas que opõem a saúde pública à saúde privada, situações agudas ligadas a surtos e epidemias, por vezes mundiais, incentivo às práticas de autocuidado regidas pela lógica do risco, entre outros, são diariamente abordados nos jornais, ainda sob a lógica de uma narrativa marcada pela objetividade. Portanto, desnaturalizar essas práticas e seus efeitos sobre os sentidos da saúde foi um dos caminhos que procuramos seguir nesta investigação.

Desta forma, nos propusemos a fazer um minucioso mapeamento das fontes de saúde presentes no noticiário sobre o tema, a partir da coleta de um *corpus* delimitado de matérias publicadas em quatro períodos específicos das últimas quatro décadas o jornal *O Globo* (1987, 1997, 2008 e 2015). O periódico foi escolhido como objeto de pesquisa por ser um dos três mais importantes veículos impressos de referência no país, ter a maior circulação e ser produtor de conteúdo para diversos outros suportes midiáticos. A partir desse material, selecionamos e entrevistamos jornalistas e fontes envolvidos no processo de produção de notícias sobre saúde, e com a sistematização e análise deste material construímos esta tese.

Embora os estudos abordando a dinâmica de atuação das fontes de informações no jornalismo já não sejam tão escassos como eram em décadas passadas, com relação específica à cobertura de saúde eles ainda se configuram uma produção de conhecimento incipiente no Brasil. Deste modo, acreditamos que este trabalho trará uma contribuição ao campo.

Como explicitado anteriormente, nosso objetivo central era investigar o modo como se estabelecem as relações entre jornalistas e fontes de informação da área de saúde, identificando os processos de escolha e de negociação de participação envolvidos, vistos tanto pela ótica dos jornalistas quanto das fontes, incluídos aí também os assessores de imprensa, que ora figuram como mediadores, ora como fontes propriamente.

Para cumprir tal objetivo, a pesquisa realizada teve o seguinte encaminhamento:

1- Fizemos a classificação e quantificação dos atores sociais presentes no cenário estudado, a partir do mapeamento de todas as fontes de saúde que apareceram no noticiário do jornal *O Globo* dentro do recorte que nos propusemos a estudar;

2- Realizamos um levantamento das transformações nas rotinas produtivas e nas relações de poder estabelecidas nos processos de construção das notícias de saúde ao longo do tempo, a partir do detalhamento de algumas práticas jornalísticas (elaboração das pautas, escolha de fontes);

3- Reconstruímos, com os subsídios fornecidos pelos entrevistados, o perfil das fontes desejadas pelos jornalistas e o perfil dos jornalistas desejados pelas fontes, a partir da investigação dos atributos de valor que cada grupo de atores confere ao outro;

4- Mapeamos o lugar ocupado pela saúde nas páginas do jornal, buscando compreender os diferentes deslocamentos entre editorias ocorridos ao longo do tempo, analisando o processo tanto em relação às conjunturas do jornalismo quanto dos momentos vividos pela sociedade em geral;

5- Relacionamos os temas de saúde observados na cobertura com a presença das fontes no noticiário.

O trabalho se estrutura em cinco capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No capítulo “Contextualização teórica”, trazemos as principais contribuições teóricas que nos guiaram nesta jornada, como os conceitos de campo, distinção e poder simbólico, de BOURDIEU (2013, 2008, 2000); medicalização (CONRAD, 1992) e biomedicalização (CLARKE *ET AL*, 2003), assim como um apanhado de estudos sobre fontes que nos ajudaram a melhor compreender e enquadrar nosso objeto.

No capítulo seguinte, “Aportes metodológicos e percurso”, procuramos detalhar nossas escolhas metodológicas, explicar o processo de elaboração do recorte temático e temporal, e descrever cada etapa da pesquisa, como a coleta de material no acervo digital de *O Globo*, os caminhos que construímos para realizar a sistematização das informações em um banco de dados, para mais tarde serem usadas na análise, o processo de escolha dos entrevistados e uma breve caracterização de cada um deles.

Em seguida passamos ao início da análise de dados, com o capítulo “Contexto e mediações no jornalismo”. Nele, apresentamos as transformações ocorridas ao longo do tempo nos processos de produção jornalística, com ancoragem tanto nos relatos dos entrevistados quanto em contribuições de pesquisas do campo da comunicação que nos antecederam. A constituição da pauta jornalística também foi abordada por nós neste capítulo, que se completa com um mapeamento das editorias nas quais o tema da saúde teve e tem lugar, problematizando os sentidos desses deslocamentos.

Na sequência da análise, trazemos no capítulo “A saúde que se vê nas páginas” um mapeamento completo dos temas da saúde que pontificaram nos quatro períodos do recorte, identificando aqueles que têm regularidade, ligados à gestão e ao atendimento; e os que eclodem como emergências sanitárias, como as epidemias e acidentes. Em paralelo, identificamos também os grupos de fontes de informação mais convocadas no noticiário,

analisando os dois blocos de dados à luz das contribuições teóricas e dos depoimentos dos entrevistados. Aqui observamos não somente a esperada prevalência das fontes oficiais sobre as demais categorias, mas identificamos também momentos em que outros grupos de atores romperam essa barreira e protagonizaram alguns eventos sanitários, como foi o caso das fontes individuais – notadamente os pacientes e seus familiares – na epidemia de dengue de 2008 e as fontes médico-científicas no início da epidemia de zika e microcefalia, em 2015, mostrando que determinados contextos provocam rearranjos no âmbito das vozes autorizadas e jogam luzes sobre outros lugares de fala fora da burocracia estatal.

No capítulo final, “Fontes e jornalistas”, chegamos ao ponto culminante do estudo, no qual procuramos esquadrihar o modo como são construídas as relações entre as fontes e os jornalistas, ora estabelecidas de forma direta, ora a partir da mediação dos assessores de imprensa. Os depoimentos de cada grupo, discorrendo sobre sua própria atuação e também sobre o modo como vê o outro da relação, nos ajudaram nesta problematização. Neste capítulo abordamos ainda os deslocamentos nos papéis antes representados por jornalistas, fontes e assessores, que se reconfiguram em um contexto de midiatização da sociedade e transformações na dinâmica da produção de notícias, a partir da disseminação das novas tecnologias e o domínio dos códigos e processos do jornalismo por parte de outros atores.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

2.1 O CAMPO DA COMUNICAÇÃO E O ESTUDO DAS FONTES

Tomamos o conceito de campo, em Bourdieu (2013, 2005, 2000, 1994), como uma primeira referência do quadro teórico que utilizamos como sustentação para interrogar nosso objeto, pois consideramos que a moldura principal das relações entre jornalistas e fontes de informação é o campo jornalístico e sua interface com outros campos, como o político, o econômico etc.. O sociólogo francês define campo como um conjunto de forças no qual diferentes atores ocupam posições específicas, e sustenta que é o prestígio de cada uma dessas posições que determinará a importância de cada ator com relação ao próprio campo e o capital simbólico de que disporá para as negociações com os demais campos de interação, no sentido de conservar ou transformar as relações existentes. A partir de Bourdieu, pode-se dizer que a mídia apresenta-se como uma arena onde se desenrola a luta por legitimidade e acúmulo de capitais dos atores representantes desses diversos campos, incluindo os próprios jornalistas.

Especificamente com relação ao campo jornalístico, o autor nos remete à sua constituição como tal, no século XIX, justamente a partir da oposição entre os periódicos que ofereciam as chamadas notícias de sensação e os que propunham análises e comentários sobre os acontecimentos, fundados nos princípios da objetividade jornalística, como forma de se distinguir dos primeiros. Assim, diz Bourdieu, o campo jornalístico é um lugar onde brigam, o tempo todo, duas lógicas e dois princípios de legitimação: a necessidade de validação pelos pares (aqueles que reconhecem e comungam dos valores internos do grupo) e o imperativo de reconhecimento pelo grande público (por meio de audiência, anúncios e lucros para a empresa).

Como o campo literário ou o campo artístico, o campo jornalístico é, portanto, o lugar de uma lógica específica, propriamente cultural, que se impõe aos jornalistas por meio das coerções e controles cruzados que eles próprios exercem uns sobre os outros, e cujo respeito (às vezes designado como deontologia) funda as reputações de integridade profissional (BOURDIEU, 1994, p. 4, tradução livre).

Reforçar seu poder no próprio campo é, portanto, uma forma de negociar em melhores condições com outros atores de outros campos. Por exemplo, quando os jornalistas determinam uma “linguagem jornalística” a ser empregada para reportar os acontecimentos – objetiva, direta etc. – rejeitando tanto a ludicidade do discurso literário quanto o hermetismo

do discurso científico ou a retórica do discurso político, estão nada menos do que reafirmando um tipo de poder, a partir da linguagem: o poder de (re)construir a realidade a partir de seus instrumentais profissionais.

Bourdieu (1994) sustenta que, muito mais do que outros campos – como o artístico, o literário ou o jurídico – o campo jornalístico está submetido de forma mais intensa e permanente aos desígnios diretos do mercado de anunciantes e indiretos da medição de audiência, esta também mercadológica. Neste sentido, segundo o autor, o grau de autonomia de um jornalista no campo dependerá de fatores como o nível de concentração da imprensa – que interfere diretamente na maior ou menor pluralidade de empregadores e no número de postos de trabalho – o fato de seu jornal estar mais próximo do polo comercial ou intelectual no cenário midiático, e sua própria posição na hierarquia da publicação.

No contexto dessa dinâmica dos campos, é preciso ter em conta que também as fontes estarão cada qual interagindo também dentro de seus próprios campos, antes de se colocarem em relação com os jornalistas. Sempre respaldadas por seus diferentes capitais e posições, e imbuídas do desejo de fazer valer sua visão de mundo sobre todas as outras. É neste cenário que se desenrolam as relações que esta pesquisa buscou esquadriñar.

No campo da comunicação, foram muitos os teóricos que se dedicaram a explicar a relação entre as fontes de informação e os jornalistas (GANS, 2004; HALL, 1978; ERICSON, 1998; SCHLESINGER, 1992; LIPPMANN, 2010; TUCHMAN, 1978; CHAPARRO, 2016, 2014; TRAQUINA, 2005), de modo geral reconhecendo que a produção de notícias não poderia existir sem a figura da fonte, mas eventualmente discordando quanto a quem tem mais poder na relação, o jornalista ou a fonte.

Na obra “Opinião pública”, escrita em 1922 pelo jornalista americano Walter Lippmann, o autor nos descreve o papel da imprensa como lhe parecia ser universalmente admitido naquele momento: mais ou menos como sendo uma ponte entre os acontecimentos do mundo exterior e as imagens desses mesmos acontecimentos delineadas em nossa mente. Dada a impossibilidade de conhecermos, por experiência própria, a totalidade do real, seria a partir de relatos de terceiros acerca desse real que iríamos construindo o nosso ponto de vista sobre o mundo (LIPPMANN, 2010). Interessado em discutir como se forma a opinião pública, o autor usa tal imagem para ilustrar sua tese de que a opinião pública nada tinha a ver com um suposto consenso entre as opiniões verificadas em meio ao público, mas sim se constituiria na soma das opiniões que conseguiram se tornar públicas – por meio da imprensa, por exemplo.

No começo do século 20, Lippmann chamava a atenção para a quase inexistência, àquela época, de estudos sobre a imprensa e as fontes de informação. Dizia ele que a ciência política era então ensinada nas universidades americanas como se os jornais não existissem, e lhe parecia curioso que nenhum estudante do governo ou um sociólogo houvesse escrito um livro sobre coleta de informações. De seu ponto de vista, o que ocorria é que, enquanto esses profissionais demonstravam pouco ou nenhum interesse em investigar o funcionamento da imprensa e seus efeitos, na opinião pública ia-se fortalecendo uma visão bem construída daquela instituição como a instância que nos conectaria com a verdade do mundo exterior, ao qual não podíamos ter acesso total e permanente. Portanto, uma certeza de que a imprensa faria, de forma livre, verdadeira e desinteressada, essa ponte entre nós e o vasto mundo que não temos como acessar diretamente:

Universalmente é admitido que a imprensa é o principal meio de contato com o ambiente invisível. E praticamente em todos os lugares se supõe que a imprensa deveria fazer espontaneamente por nós o que a democracia primitiva imaginava que cada um de nós faria espontaneamente para si próprio, e que cada dia e duas vezes ao dia apresentaria a nós uma imagem verdadeira do mundo exterior na qual estamos interessados (LIPPMANN, 2010, p. 275).

Especificamente, quando aborda o tema do consumidor de notícias, o autor toca num ponto crucial, que ele refere como a antiga e aferrada crença do público de que a verdade não é algo que se possa obter, mas sim que é revelada (por aqueles que a sabem identificar) e fornecida a preços módicos pelo jornal no qual se confia. Lippmann ressalta que o ramo da imprensa não é simplesmente um negócio como todos os outros, até porque seu produto é habitualmente vendido por valores muito abaixo do custo real. Alguém, que não é nominalmente o consumidor, paga a diferença: o anunciante, que indiretamente recebe do leitor de notícias o valor investido, com juros e correção monetária, em forma de consumo dos produtos e/ou ideias anunciadas. Em resumo, diz ele, “o público paga pela imprensa, mas somente quando o valor está escondido” (LIPPMANN, 2010, p. 277).

Herbert Gans (2004) descreve a relação entre os jornalistas e as fontes de informação como uma espécie de cabo de guerra, em que cada competidor procura garantir o seu lado: a fonte almeja emplacar informações que atendam aos seus interesses e a coloquem com destaque no cenário social; e os jornalistas buscam controlar as fontes de modo a extrair delas aquilo que interessa para o seu trabalho. O autor chama a atenção para o fato de que, embora toda e qualquer pessoa no universo possa, em tese, ser uma fonte de informação, o que se verá

na prática é que as escolhas feitas pelos jornalistas recaem invariavelmente sobre os atores mais bem posicionados na hierarquia social – os políticos mais importantes, a elite econômica, as celebridades etc. Aqueles localizados nos patamares mais baixos, certamente precisarão transgredir a ordem estabelecida para se fazer ouvir – salvo se o interesse da fala não for deles, mas sim dos jornalistas.

Fontes com menos poder normalmente conseguiriam ter acesso [aos meios de comunicação] apenas com uma história extraordinariamente dramática; por outro lado, conforme o poder diminui, reduz-se também a capacidade de barrar o acesso. Repórteres podem intrometer-se na privacidade de pessoas comuns que foram atingidas pela tragédia para perguntar o que elas estão sentindo. Eles não gostam da prática, mas continuam a fazê-lo unicamente por medo de que seus concorrentes possam furá-los (GANS, 2004, p. 119, tradução livre).

Gans conclui, então, que a predominância de certos temas e pontos de vista específicos na mídia está diretamente relacionada ao prestígio que a sociedade – e a mídia, por extensão – confere aos atores que são convocados a se manifestar, bem como a ausência de outros tantos temas e atores reflete a pouca relevância destes dentro desta mesma estrutura social vigente.

Corroborando tal tese, outros autores (TUCHMAN, 1978, 1993; MCCOMBS, 2009; TRAQUINA, 2005) também afirmam que a cobertura feita pela imprensa sobre os acontecimentos políticos, sociais e econômicos tende a dar destaque às fontes ligadas às elites do poder, em detrimento de outras fontes. Tuchman (1978) observa que, ao buscar vozes que comentem os fatos noticiados, que opinem sobre os assuntos em destaque (ou pautados para assim se tornarem), os jornalistas costumam privilegiar atores institucionais de alta hierarquia, líderes políticos já legitimados pela mídia, figuras da elite, relegando ao “homem da rua” o posto simbólico de representação de seu grupo e/ou condição, mas raramente de representante – ou seja: um papel passivo e não ativo.

A citação de fontes nas matérias jornalísticas, ainda segundo Tuchman (1993), seria parte de um ritual estratégico visando à objetividade e utilizado pelos jornalistas para blindar a si próprios e às empresas jornalísticas dos potenciais “riscos” da atividade, como as críticas e possíveis processos judiciais: “Ao acrescentar mais nomes e citações, o repórter pode tirar as suas opiniões da notícia, conseguindo que os outros digam o que ele próprio pensa” (TUCHMAN, 1993, p. 82), diz a autora, desvendando assim uma das regras que a certo tempo foram introduzidas no discurso jornalístico, junto com a imparcialidade e a neutralidade, com o intuito de dar ao jornalismo um caráter de atividade profissional.

Em “Policing the crisis”, Hall *et al* (1978) partem de uma visão estruturalista para explicitar como os chamados “definidores iniciais”, ou “definidores primários”, vão pautar sempre o ponto de vista das notícias, e devido ao fato de os jornalistas serem extremamente dependentes das informações prestadas pelas fontes institucionais regulares e detentoras de posições privilegiadas na hierarquia social, o olhar proposto por estas será frequentemente dominante na mídia. A outras fontes, que por ventura consigam penetrar posteriormente no debate, restarão meramente os papéis de antagonismo ao teor do que foi proposto pela fonte inicial, mas dificilmente conseguiriam inverter o sentido do debate ou forçar a introdução de novos pontos de partida. Segundo os autores, estariam condenadas a jogar o jogo que foi previamente determinado, sem qualquer poder de escolher um outro jogo que não aquele. O resultado disso é que a mídia tenderia sempre a reproduzir, no campo simbólico, o mesmo esquema de interesses e de poder observado na estrutura social:

Ironicamente, as mesmas regras que se destinam a preservar a imparcialidade dos meios de comunicação, e que cresceram a partir do desejo de uma maior neutralidade profissional, também servem poderosamente para orientar os meios de comunicação nas “definições da realidade social” que suas “fontes credenciadas” – os porta-vozes institucionais – fornecem (HALL *ET AL*, 1978, p. 58, aspas do autor, tradução livre).

Essa visão tão fechada foi, porém, em parte, posteriormente contestada por Schlesinger (1992), que considerou a noção de definidores primários um tanto problemática, uma vez que nem mesmo no seio dos grupos dominantes – seja o governo, o alto empresariado ou a elite política – há consenso de opiniões, de modo que não se pode ignorar a existência, inclusive entre as ditas fontes oficiais, de disputas para emplacar versões e influir na condução de temas na mídia. Ademais, salienta o autor, acatar totalmente aquela teoria implicaria acreditar que as mudanças não acontecem, que a sociedade permanece estagnada:

O modelo estruturalista é atemporal, porque implica a presença permanente de certas forças na estrutura de poder. Mas quando elas são suplantadas por novas forças, como explicar a dinâmica que levou ao surgimento destas últimas? A noção de que os “definidores primários” são simplesmente “acreditados” em sua posição ideológica dominante em virtude de uma situação institucional está na raiz mesma desta questão não resolvida (SCHLESINGER, 1992, p. 82, aspas do autor, tradução livre).

Nesta mesma obra, Schlesinger tece outra crítica ao grupo de pensadores liderados por Hall, que nos parece importante ressaltar, e que diz respeito ao modo como eles localizam a

mídia na estrutura de poder: como um campo subordinado destinado a meramente reproduzir na sociedade o desenho ideológico das classes dominantes. Na visão de Schlesinger, seus colegas estariam interpretando a questão da relativa autonomia das mídias com relação ao sistema político de forma puramente unidirecional: as definições dos temas partiriam sempre do centro do poder em direção à mídia, e esta jamais tomaria a iniciativa de pautar, ela própria, algum tema, provocando os detentores do poder a se manifestar – situações que, entretanto, vemos acontecer com frequência. Do mesmo modo, ao concentrar o poder de discurso nos definidores primários, a teoria de Hall estaria fechando a possibilidade de nos interrogarmos sobre as dinâmicas de contestação e as estratégias empregadas pelas demais fontes para se firmarem nessa arena de disputa de sentidos.

Chaparro (2014) considera que a mais importante mudança ocorrida no cenário dos processos de produção jornalística nos últimos tempos foi a organização e a capacitação das fontes interessadas em relatar e produzir acontecimentos. O autor defende que a fonte meramente informativa perdeu lugar no jornalismo, onde hoje prevalecem as fontes performativas – aquelas que se apresentam como sujeito social estrategicamente competente, gerando e difundindo conteúdos com valor de notícia ou compartilhando saberes relevantes – e as chamadas fontes ocultas ou anônimas, que dominam o mesmo arsenal das fontes performativas, mas não querem aparecer por serem obviamente interessadas naquilo que divulgam. Por óbvio, a revelação pública desse interesse não lhes traria os benefícios desejados. Segundo o autor, as inovações tecnológicas na difusão de notícias foram decisivas nessa mudança, e as fontes souberam se aproveitar delas mais do que os jornalistas: “Enquanto aceitavam ou simulavam ser ‘objetos’, as fontes capacitaram-se para ser sujeitos. Sujeitos jornalísticos – até porque, sem quem faça e diga coisas noticiáveis, não há jornalismo. Nem necessidade dele” (CHAPARRO, 2014, p. 126).

Assim, a simples questão do poder das fontes sobre os jornalistas ou dos jornalistas sobre as fontes acaba desaguando em algo maior que é a permanente tensão presente no campo jornalístico, cada vez mais marcado pelos desígnios do mercado e as disputas de uma categoria profissional que ora quer se apresentar como um poder fiscalizador da sociedade, ora atua no sentido de conservar e reproduzir os valores dos grupos dominantes. E que transita entre esses papéis enquanto constrói sua própria legitimação no campo.

2.2 SAÚDE E MÍDIA: DA REDEMOCRATIZAÇÃO À SOCIEDADE EM REDE

Os anos 80 no Brasil foram marcados pelos grandes movimentos de redemocratização do país. Enfrentávamos uma severa crise econômica e de financiamento do Estado, com reflexos profundos no agravamento das desigualdades sociais, mas também testemunhamos naquele momento o renascimento da militância social e política, refletidas num maior vigor dos movimentos da sociedade civil organizada (sindicatos, partidos, associações de moradores etc.) buscando interferir na condução das políticas públicas, sobretudo as de saúde.

Entre as importantes atuações de grupos sociais organizados no período, destacou-se o Movimento Sanitário, que procurava jogar luzes sobre as iniquidades do sistema de saúde então vigente para fundamentar o debate sobre qual sociedade se queria construir a partir dali. Esses militantes da saúde eram influenciados pela Declaração de Alma-Ata (OPAS, 1978), resultado da 1ª Conferência Internacional sobre os Cuidados de Saúde Primários, e que propunha saúde para todos no ano 2000, além de inaugurar um conceito mais amplo de saúde, definindo-a pela primeira vez como um direito fundamental do ser humano.

Serra & Rodrigues (2006) registram que, com o início da redemocratização do país, em meados da década de 80, importantes figuras do Movimento Sanitário foram alçadas a postos estratégicos no sistema nacional de saúde – como Eleutério Rodrigues, da Universidade de Brasília (UnB) e do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (Cebes), que foi nomeado Secretário-Geral do Ministério da Saúde; Hésio Cordeiro, do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que assumiu a presidência do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps); e Sérgio Arouca, que se tornou presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), entre outros – e deram início a ações que iriam influir fortemente na mudança das políticas públicas do setor. Sobretudo, foram multiplicadores do discurso de ampliação da participação da sociedade:

Pode-se dizer que a principal iniciativa vitoriosa do movimento foi, sem dúvida, a articulação da abertura para a sociedade da VIII Conferência Nacional de Saúde (VIII CNS), em 1986, e a mobilização em torno da defesa das teses da Reforma Sanitária tanto na conferência quanto na assembléia nacional constituinte. A VIII CNS foi a primeira, na história das conferências de saúde, a contar com a participação de representantes da sociedade e a ser precedida por pré-conferências estaduais (SERRA; RODRIGUES, 2006, p. 204).

A atuação do Movimento Sanitário, respaldada pela ampla mobilização da sociedade civil no período, deu bons frutos – e certamente o mais significativo deles foi ter conseguido

incorporar ao texto da Constituição de 1988 uma parcela considerável das resoluções tomadas pelos participantes da VIII Conferência Nacional de Saúde (VIII CNS), que em linhas gerais buscava garantir a todos os cidadãos brasileiros o direito pleno à saúde, a partir de um sistema público de acesso universal. O então proposto Sistema Único de Saúde (SUS) fundava-se nos princípios de igualdade, universalidade, equidade, integralidade, participação popular e descentralização na gestão e na oferta de serviços de saúde. O início de sua implementação, entretanto, nos primeiros anos da década seguinte, terminou por coincidir com uma fase de profundo desfinanciamento do sistema público de saúde (LUZ, 1991, 2009), na esteira da política econômica neoliberal que se fortaleceu no Governo Collor de Mello, com a privatização de empresas públicas e a retração das responsabilidades do estado: “Começava ali um processo de desmonte de políticas públicas construídas não apenas na década anterior mas em outras, recuando-se até o governo de Getúlio Vargas e a política previdenciária dos anos 30” (LUZ, 2009, p. 22).

Ainda ao analisar as políticas de saúde no Brasil durante o período de transição democrática dos anos 80, Luz (1991) chamou a atenção para os fatores históricos que contribuíram para gerar e agravar, ao longo do tempo, o quadro de exclusão social que ainda hoje se observa: centralismo e verticalismo na administração pública, autoritarismo corporativo e ações políticas fundadas em clientelismo, paternalismo e populismo, entre outros. Deu-se neste período, também, o retorno de um debate recorrente no âmbito das políticas de saúde no país, que é a oposição *privado x estatal* e *nacional x internacional*. A autora, porém, nota uma particularidade nesta nova fase:

Nos anos 80, uma característica nova e, talvez, original na discussão desses temas foi a entrada em cena do empresário da saúde como um ator político que defende publicamente seus interesses, com *lobbies* no Congresso e nas assembleias legislativas, nos ministérios da Saúde e da Previdência Social, nas instituições formadoras de recursos humanos (faculdades e hospitais universitários) e nos serviços públicos estaduais e municipais da área (LUZ, 1991, p. 86).

Essa defesa pública que os empresários da saúde começam a fazer de seus interesses em pouco tempo se refletiria em maior presença do tema da saúde na mídia, num momento também em que as atividades no entorno das redações começam a se profissionalizar mais e mais, com a expansão das assessorias de imprensa e de relações públicas. Comentando sobre o modo como as empresas privadas de assistência médica pautaram seu avanço de mercado a

partir do estabelecimento de uma guerra de informações, habilmente conduzida por esses profissionais de assessorias de imprensa, Lage (2000) descreveu:

Essas organizações esbarraram, de início, no prestígio de que ainda gozavam, junto à classe média, os serviços públicos de saúde. Partiram, então, por suas assessorias de imprensa e utilizando mecanismos internos de informação, a pautar para a imprensa toda sorte de problemas nos hospitais e ambulatórios gratuitos mantidos pelo governo. Em pouco tempo conseguiram ampliar a clientela, assustando-a com o circo de horrores exposto em jornais, no rádio e principalmente na televisão por jornalistas que julgavam estar – de seu ponto-de-vista, certamente estavam – prestando um serviço relevante e desinteressado com suas denúncias (LAGE, 2000, p. 2-3).

Evidentemente que muitos de tais problemas de fato existiam e existem no âmbito dos serviços de saúde, mas Mendes (1996) preferiu defini-los como questões históricas em nosso país e que, aparentemente, agravaram-se após a instituição do SUS porque o momento combinou o forte desfinanciamento da saúde com a incorporação ao sistema de milhões de brasileiros antes não cobertos pela previdência, sem o necessário aporte de mais recursos. Noronha & Soares (2001) ressaltam que um dos resultados indiretos do subfinanciamento da saúde verificado nos anos 90, na esteira das políticas de ajuste fiscal e de privatização dos serviços públicos na área social, foi justamente o crescimento dos planos e seguros privados de saúde, que em 1998 já contavam com a adesão de cerca de 25% da população. Tal incremento, porém, parece ter servido mais para dividir do que para somar, como corroboram Noronha, Santos & Pereira (2011):

No início da década de 2000, o sistema de saúde brasileiro encontrava-se fraturado em dois. De um lado, para ricos e remediados, um modelo americano anárquico, com assistência médica predominantemente privada, com regras de concorrência predatórias, sem nenhum programa de qualidade associado e com quebra de cobertura das doenças infecciosas e crônicas; (...) Outro sistema para os pobres, o SUS, fragmentado, múltiplo, descentralizado com escassa coordenação e articulação, sub-remunerado, com ênfase nas prestações médico-assistenciais sem definição de prioridades (...) (p. 157-8).

Ainda segundo Mendes (1996) aquelas contingências do que a mídia passaria a denominar como o “caos da saúde” são questões afeitas à crise do Estado brasileiro e também ao esgotamento do modelo biomédico, o que não é exclusividade do Brasil, mas uma realidade que se observa em toda parte do mundo.

Não há que se negar o óbvio: existe grave crise na atenção médica, constatável especialmente nos hospitais e nos ambulatórios que atendem urgências e emergências, nas grandes e médias cidades brasileiras. Mas, também, há que se concordar que a mídia nacional cria um “aqui, agora” sanitário por onde se vem construindo, no imaginário social, a idéia do caos da saúde. A área da saúde é campo privilegiado para a produção de “fatóides”, expressão cunhada para expressar pseudo-acontecimentos, polêmicas ridículas, escândalos sem importância ou eventos espetaculosos que sustentam o cotidiano da mídia (MENDES, 1996, p.76).

O avanço do tema na mídia não abarcou apenas a questão do “caos na saúde”, mas também se caracterizou pela presença cada vez mais assídua de matérias jornalísticas exaltando a busca pela qualidade de vida e o bem-estar como meios de garantir uma boa saúde e prolongar o tempo de vida. Ao mesmo tempo em que isso corrobora a presença e a força dos interesses dos grupos privados de saúde neste cenário, como salientou anteriormente Lage (2000), também indica um deslocamento no modo de a sociedade entender os processos de saúde e doença. Em face da crise do Estado e de suas dificuldades de financiamento, uma das saídas encontradas pelo poder público para pôr em prática seu projeto de redução de custos ainda maior com a área social foi a de convocar a população a fazer sua parte (CASTIEL, GUILAM, FERREIRA, 2010), adotando comportamentos considerados saudáveis epidemiologicamente e evitando aqueles que poderiam resultar em agravos.

Carvalho (2004), ao revisar publicações científicas internacionais dos anos 70/90 sobre a promoção da saúde, identificou “uma miríade de opiniões”, mas destacou como de extremo interesse dois posicionamentos distintos com relação ao tema: um que tendia a afirmar o caráter progressista da promoção à saúde, valorizando aspectos de compromisso com o bem comum, a equidade social e a solidariedade, entre outros; e outro que se fundava mais no imperativo de evitar os riscos, estimulando comportamentos mais individualistas, respaldados na ótica neoliberal de que cada um deve ser responsável por si. E este segundo posicionamento é o que parece ganhar mais espaço no ambiente midiático, até mesmo por melhor se coadunar com os interesses do mercado. Como bem observaram Castiel, Guilam e Ferreira (2010, p. 34), “A promoção da saúde não surge num vácuo político-econômico. Ela irrompe numa época em que a política econômica [neo]liberal tomava impulso em importantes centros capitalistas, como a Inglaterra e os EUA”.

Ao comparar conclusões de dois estudos médicos publicados na França com a distância de 55 anos entre um e outro – o primeiro em 1920 e o segundo em 1975, ambos sobre a influência da desigualdade social nos índices de mortalidade – Vaz (2002) nota a mudança substancial havida no modo de explicar esses indicadores e propor soluções: em

ambos os casos se reconhece que a mortalidade excessiva advém das condições materiais desfavoráveis, mas no primeiro haveria um entendimento implícito de que caberia ao Estado intervir no coletivo para reduzir as desigualdades de renda e dar melhores condições de habitação e higiene à população desfavorecida, já no segundo a desigualdade é explicada em função do conhecimento, pois as doenças que levam à morte dependem do comportamento do indivíduo, então passa a ser da responsabilidade de cada um mudar seus hábitos para ter uma saúde melhor:

[Desde a primeira metade do século XIX] Os médicos encontravam o limite de suas intervenções terapêuticas na situação social, a qual requeria uma ação política. A partir do final do século XX, porém, os indivíduos extraem a maior parte das informações sobre hábitos prejudiciais à saúde nos meios de comunicação (VAZ, 2002, p. n/d).

Ehrenberg (2004) também observou esse deslocamento de sentidos nas noções de saúde e doença, trocando-se os determinantes sociais pela questão da qualidade de vida, substituindo uma abordagem coletiva pela individual, o que conduz também ao borramento das fronteiras entre os medicamentos e os alimentos ou os cosméticos, criando novas categorias de produtos recomendados pela medicina já não mais para apenas tratar doenças, mas para evitar que se fique doente. Essa instalação da lógica do risco e da busca desenfreada por qualidade de vida permanece nos dias de hoje sendo um dos principais fios condutores do noticiário sobre saúde na mídia, ao lado de temas como os avanços tecnológicos e farmacológicos para o diagnóstico, a prevenção e a cura das doenças.

Por sua vez, o campo jornalístico também sofreu profundas transformações no período, sobretudo no que diz respeito a seus processos de produção, apresentação das notícias e recepção destas por parte do público.

Abreu (2002) lembra que até meados dos anos 1950 os jornais ou eram atrelados a partidos políticos ou dependiam de favores do Estado e pequenos anúncios do varejo. Somente à medida que cresceu o desenvolvimento industrial, e houve correspondente aumento do peso da publicidade, é que a imprensa foi deixando de ser tão dependente do poder público e seguiu a vocação de se constituir como empresa de mercado. Porém, uma das consequências da chamada industrialização da imprensa jornalística brasileira a partir dos anos 1960, como sustenta Fonseca (2005), foi “a oligopolização, a concentração de propriedade, de capital e de tecnologia, isto é, a reprodução no mercado interno do monopolismo característico dessa etapa do modo de produção capitalista nos países desenvolvidos” (FONSECA, 2005, p. 126).

Assim, a imprensa atravessa o período da ditadura civil-militar em franca expansão empresarial – na esteira do milagre econômico – e introduzindo diversas inovações em suas redações, sobretudo a especialização, iniciada com a elevação de prestígio das editorias de economia (ABREU, 2002). Ao longo do período de redemocratização, o advento da especialização seguiu firme, atingindo então os mais variados temas e setores, entre eles a educação e a saúde, demandas cada vez mais presentes nos movimentos militantes da sociedade civil.

Embora o imperativo do tempo sempre tenha sido uma das principais características da atividade de produção de notícias, alguns estudos apontam uma aceleração ainda maior deste ritmo nas últimas décadas, ainda antes de o fenômeno da convergência tecnológica deixar isso mais evidente (BRANDÃO, 1999; ADGHIRNI, 2004; PEREIRA & ADGHIRNI, 2011), o que teria sido influenciado por consultorias contratadas por alguns órgãos à Universidade de Navarra, na Espanha, cujos profissionais na década de 1980 começaram a introduzir aqui a noção das “turbinas informativas”: produção intensa de conteúdo para venda por agências de notícias ao mercado financeiro e outros grandes clientes.

As mudanças no processo de produção de notícia afetam também a própria perenidade do produto jornalístico. Ou seja: nada é mais velho do que um jornal de ontem. As mídias não têm mais horário de fechamento e são publicadas à medida que os fatos se sucedem. Enquanto o jornal ou a revista tem um deadline para a impressão gráfica, na tela, a notícia eterniza-se como num vai e vem das ondas do mar (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011, p. 46).

Neste cenário, Sant’Anna (2006) nos descreve a entrada em cena de um novo ator: a mídia das fontes – ou seja: meios de disponibilização de conteúdos informativos à sociedade feitos diretamente por aqueles que antes eram as fontes dos jornalistas das corporações jornalísticas. São jornais, rádios, TV e sites mantidos por corporações, organizações não governamentais, movimentos sociais, associações de classe, como a TV Câmara e a TV Senado; a rádio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); órgãos informativos de Senai e Senac; o jornal *Folha Universal*, da Igreja Universal, entre outros. O autor analisa que tais produtos surgiram não somente na esteira das facilidades tecnológicas do mundo de hoje, mas também por uma desconfiança das fontes com relação aos critérios alegados pelas corporações jornalísticas para aceitar ou rejeitar certas pautas:

Não fosse a falta de espaço ou o padrão de abordagem de determinados temas, não haveria campo fértil para ela se desenvolver. As fontes não teriam partido para falar diretamente à opinião pública. Em resumo, este

fenômeno é uma tentativa de garantir um referencial informativo e ideológico no seio da sociedade, nova proposta de agendamento face ao padrão mercantilizado, ou mesmo estéril em relação a determinados temas adotado pelo *newsmaking* da imprensa tradicional (SANT'ANNA, 2006, p. 26).

Na mesma linha, Chaparro (2014) nos vem falar de uma tal terceira revolução no jornalismo, que estaria em plena ocorrência nos dias de hoje: a revolução das fontes. O autor define o momento da primeira revolução com a introdução do uso do telégrafo pela Associated Press (AP) nos EUA da Guerra de Secessão, no começo da década de 1860, que fez expandir o alcance das agências de notícias e as tiragens dos periódicos, impondo uma transição do jornalismo de articulismo para o jornalismo noticioso, já que se tornou possível fazer a notícia chegar com mais rapidez aos quatro cantos do mundo. A segunda revolução, segundo ele, foi a da reportagem, que se iniciou no final do século XIX e marcou todo o século XX, com a atividade e o discurso jornalísticos cada vez mais cumprindo o papel de desvendar os fatos e explicar os conflitos noticiados, por demanda da sociedade. Até então, sustenta Chaparro, o poder tradicional do jornalismo como dono da notícia estava fundado no controle do intervalo existente entre o acontecimento e a notícia. Mas eis que estoura a terceira revolução e este intervalo é praticamente eliminado. No cenário de um mundo globalizado pelas novas tecnologias de difusão e compartilhamento de informações, a produção de notícias já não está mais presa às redações tradicionais de jornais nem restrita aos mesmos e únicos protagonistas de antes:

Aconteceu que as antigas “fontes jornalísticas”, meramente informativas, sempre tratadas como “objetos” à disposição de repórteres e pauteiros, assumiram deliberadamente a posição de sujeitos jornalísticos, na qualidade de produtores competentes, profissionalizados, de falas e fatos noticiáveis. E fizeram uma revolução nos processos jornalísticos (CHAPARRO, 2014, p. 124, aspas do autor).

Esta revolução começa a borrar os espaços de atuação das fontes e dos jornalistas, já não sendo mais cada um deles tão nitidamente delimitados quanto antes. O que não mudou é que o jornalismo que daí deriva continua tendo o mesmo objetivo de interferir no espaço público, trabalhando fatos, versões e conteúdos que vão disputar influência na construção da opinião pública. Só que agora, eventualmente, com as fontes se comunicando diretamente com a sociedade.

2.3 A SAÚDE COMO TEMA JORNALÍSTICO

Desde “a vida no silêncio dos órgãos” – definição de saúde proposta por René Leriche em princípios do século passado e frequentemente citada por Canguilhem (2010, p. 57) – passando pelo conceito registrado décadas depois na Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS), “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade” (WHO CONSTITUTION), até chegar aos dias de hoje, quando o ideal de saúde reflete o esforço de evitar o sofrimento e adiar a morte (VAZ, 2006), este tema vem sofrendo muitas transformações, num movimento que o tem feito transitar do foro íntimo dos cidadãos para o espaço público, assim como romper os limites da academia e dos consultórios e se espriar pelas mídias.

Consequência desses deslocamentos, novas vozes e interesses passam a dividir o cenário, antes mais restrito ao saber médico e às autoridades públicas. A observação empírica nos mostra que, para suprir a suposta demanda do cidadão comum por mais notícias sobre saúde, há cada vez mais jornalistas dedicados ao tema, nos mais diversos meios, com o consequente surgimento e/ou ampliação de editorias específicas nos órgãos informativos. E expande-se também a gama de interlocutores – as fontes de informação – voltados para municiar os profissionais da mídia com as informações que eles demandam para sua produção jornalística.

Analisando este panorama na França, os pesquisadores Dominique Marchetti (1997, 2010) e Hélène Romeyer (2007, 2010) puderam identificar como, nos anos 80 e 90, a saúde foi tornando-se cada vez mais um tema jornalístico e emergindo como questão social no espaço público. O sociólogo Marchetti (1997) desenvolveu sua tese em torno das transformações sofridas pelo campo jornalístico em função de dois emblemáticos acontecimentos de saúde naquele período: o surgimento da Aids e o escândalo do sangue contaminado² (pelo HIV), que infectou milhares de pessoas que receberam transfusão e levou à morte, somente na França, centenas de hemofílicos na fase inicial da epidemia. Já a pesquisadora da área de informação e comunicação Romeyer analisou a evolução do espaço destinado à saúde na televisão francesa a partir da década de 80, destacando que o assunto, antes aprisionado na esfera dos programas científicos especializados, foi lentamente ganhando corpo nas emissões de variedades – como programas de debates, *talk shows* e noticiários em

² Em abril de 1991, a jornalista Anne-Marie Casteret publicou matéria no semanário “L’Événement du Jeudi” com provas de que, entre 1984 e 1985, o Centro Nacional de Transfusão Sanguínea (CNTS) sabia que parte dos lotes de derivados sanguíneos distribuídos aos hemofílicos estava contaminada com o vírus HIV.

geral – até dar origem a um novo tipo de produção televisiva, que a pesquisadora definiu como programas de saúde.

Romeyer (2007) lembra que, até meados do século XX, as questões relativas à doença e ao sofrimento dos indivíduos eram tratadas como uma “desgraça privada”, assunto íntimo do qual se falava com a máxima discrição e em círculos familiares apenas, escondendo do restante da sociedade como se fosse mesmo um tipo de fraqueza. “O tratamento médico era então um *tête-à-tête* entre o médico e seu paciente” (ROMEYER, 2007, p. 64), diz a pesquisadora, que identifica nos anos 80/90 – com as grandes crises sanitárias, como o surgimento da Aids e os casos do sangue contaminado e a vacinação de hepatite B³, entre outros – esse momento de transformação da saúde em uma questão de interesse público, como já acontecia com a educação e os transportes, por exemplo.

A pesquisadora destaca que o resultado desses acontecimentos provocou não somente uma evolução estrutural das políticas públicas de saúde, mas também a irrupção de uma gama enorme de novos atores na cena pública, desenvolvendo estratégias para se manter em visibilidade e, com isso, ter a chance de interferir na elaboração das políticas. Portanto, ao menos no caso francês, o movimento parece ter-se iniciado com os pacientes, associações e coletivos de vítimas criando estratégias para despontar no espaço público e, somente depois, a mídia teria passado a publicizar essas ações; e a pressão exercida por essa publicização terminou por interferir na elaboração das políticas.

As associações se aproveitam da audiência dos temas de saúde na mídia, da impregnação do discurso de prevenção e dos novos dispositivos de comunicação para pressionar sobre as políticas de saúde pública. Com o desenvolvimento da internet e das modalidades participativas diversas (leis Chevènement, Juppé etc.), novos atores intervêm no debate público e se tornam produtores de informações sobre saúde (associações, doentes, etc.) (ROMEYER, 2010, p. 9, tradução livre).

Com inspiração crítica nos pensadores franceses que abordaram a questão do espaço público a partir de Habermas, e que ressaltam muito mais sua dimensão normativa e demasiadamente política, Romeyer (2010) nos fala de um espaço público parcial e reconfigurável, que surge sempre como fruto de construção social e estará em sintonia com cada sociedade e seu tempo. Para a pesquisadora, longe de um modelo formal ou um conceito estático, o que o pensador alemão trouxe à luz foi em verdade um processo social que ao

³ Polêmica surgida em junho de 1983, quando o jornal *Libération* publicou a manchete “Instituto Pasteur doente do ‘câncer gay’”, denunciando supostas irregularidades na produção e comercialização de vacinas para hepatite B, que poderiam estar contaminadas pelo vírus HIV, uma vez que o instituto adquiria nos Estados Unidos o plasma usado na vacina, e havia o risco de aquele plasma estar contaminado. Cf. MARCHETTI (1997, p. 328-9).

mesmo tempo aparece como publicização dos temas de interesse geral e se constitui em debate público: “Trata-se, portanto, de levar à atenção e à apreciação de todas as temáticas até então consideradas como sendo prerrogativas de apenas alguns” (ROMEYER, 2010, p. 5-6, tradução livre).

Por sua vez, Marchetti (1997, 2010) destaca que a história da informação científica e médica está diretamente associada à própria luta pelo controle da publicização dessa informação, sobretudo pelos meios massivos. Antes um assunto tratado em sua maior parte nas publicações de caráter científico e nos programas de TV comandados por autoridades médicas ou jornalistas especializados, a saúde transborda para o espaço público no momento em que importantes crises sanitárias emergem, a partir dos anos 80. Marchetti observou que, na França, aqueles acontecimentos foram decisivos para a transformação da saúde em objeto de interesse do grande público e conduziram à multiplicação das publicações em jornais e revistas e dos programas de TV sobre o tema.

Na análise do sociólogo, ao se tornar um tipo de informação de interesse do grande público, a informação sobre saúde passa a ser regida por duas lógicas principais (embora não apenas estas) e que se apresentam muitas vezes de forma indissociável: a lógica ditada pelas idiosincrasias e modos de produção do campo jornalístico e a lógica econômica, cada vez mais dominante. Desta forma, o noticiário sobre saúde estará mais e mais submetido às injunções de fontes que representam interesses diversos: “Por ser objeto de um duplo interesse, a informação sobre saúde se tornou uma informação relativamente menos submissa aos imperativos do campo médico do que era no passado” (MARCHETTI, 2010, p. 17, tradução livre). Segundo o autor, isso se traduz, por exemplo, pela presença cada vez mais intensa da voz do doente e de seus familiares nos textos e programas dedicados à saúde.

O pesquisador sustenta ainda que os próprios avanços científicos que sacudiram o campo médico na segunda metade do século XX influenciaram na valorização da saúde como um tema de interesse da mídia, pois sofisticadas técnicas cirúrgicas, medicamentos mais poderosos e novas vacinas permitiram debelar males terríveis, reduzindo a mortalidade e elevando a qualidade de vida das populações. E tudo isso – em última instância, resultado das pesquisas científicas – acabou por fornecer matéria prima para a atividade dos jornalistas, sempre em busca de elevar sua audiência: “Esta série de transformações teve o efeito de produzir um aumento e uma expansão sem precedentes da informação de saúde, independentemente do público ao qual ela se endereça” (MARCHETTI, 2010, p. 55, tradução livre).

Ao problematizar a construção da subjetividade contemporânea a partir da análise de narrativas midiáticas sobre cuidados com a saúde, Vaz (2006) resalta o deslocamento de sentidos sobre a causa das doenças ocorrido na transição da medicina moderna para a contemporânea. Antes, resalta o autor, a causa estava concretamente articulada a uma prova observável, uma lesão, uma dor, um mau funcionamento. O que levava à morte, então, eram as doenças infectocontagiosas, e o entendimento que se tinha era o de que a presença de agentes patogênicos externos seria causa suficiente e necessária para o adoecimento. E, uma vez doente, a salvação do paciente dependia da ação dos médicos. Portanto, somente em presença da dor, do incômodo, do mal-estar, o indivíduo preocupava-se com sua saúde, desconfiava de alguma doença e procurava ajuda médica.

Na contemporaneidade, em que devido à transição epidemiológica⁴ as doenças infectocontagiosas já não se apresentam mais como as maiores causas de letalidade, o que ameaça a tranquilidade dos indivíduos são os males crônicos e degenerativos – aqueles que estariam reservados a todo e qualquer cidadão que viver o suficiente para ser “premiado”. Logo, cuidar da saúde passa a implicar no adiamento, tanto quanto possível, dessa sentença. Neste sentido, o indivíduo torna-se o principal responsável por sua saúde. Ele deve levar em conta os fatores de risco a que está sujeito, em função da genética e do estilo de vida, e prevenir-se, evitando excessos e fazendo sacrifícios (no presente) para ser recompensado (no futuro) com uma vida boa e duradoura. E, cumprindo esse novo protocolo, passa a viver num estado permanente de quase-doença, no que Aronowitz (2009) chamou de experiência convergente de risco e doença: mesmo estando saudável no presente, se o indivíduo possui fator de risco para alguma doença degenerativa que possa acometê-lo no futuro, deverá levar uma vida eternamente vigilante e orientada por ações preventivas para tentar evitar a sina, a todo o tempo vivenciando um estado de pré-doença. Pela promessa – note-se: sem nenhuma garantia – de no futuro não precisar lidar com a doença, o sujeito abraça o compromisso de perseguir o ideal de saúde todos os dias, muitas vezes vivendo em função de construir as condições para que a extensão de sua vida seja longa; e quanto mais longa ela é, mais ele deve se esforçar para atingir o ideal inatingível.

⁴ Armando Miguel Jr (2012) define transição epidemiológica como “as modificações, a longo prazo, dos padrões de morbidade, invalidez e morte que caracterizam uma população e que, em geral, ocorrem em conjunto com outras transformações demográficas, sociais e econômicas. Na população brasileira o processo engloba três mudanças básicas: 1) substituição, entre as primeiras causas de morte, das doenças transmissíveis (doenças infecciosas) por doenças não transmissíveis; 2) deslocamento da maior carga de morbi-mortalidade dos grupos mais jovens (mortalidade infantil) aos grupos mais idosos; e 3) transformação de uma situação em que predomina a mortalidade para outra em que a morbidade (doenças crônicas) é dominante”. Cf: <<http://www.medicinageriatria.com.br/tag/transicao-epidemiologica/>>.

Esse novo cenário aqui desenhado, em que o indivíduo é chamado a se responsabilizar por sua saúde em troca da recompensa de uma vida longa e boa, possivelmente seria uma das razões a impulsionar o crescimento da demanda e da oferta de informações sobre saúde na mídia, conforme sugere Vaz (2006):

As diferenças entre as medicinas moderna e contemporânea são explicadas pela mudança na noção médica de causa das doenças. A transformação na causa, por sua vez, explica a maior presença da medicina na mídia, pois modifica o modo de prevenção, atribuindo maior poder ao indivíduo sobre seu futuro (VAZ, 2006, p. 90-1).

Também o fenômeno da medicalização, conceituado por Peter Conrad como “um processo pelo qual problemas não médicos passam a ser definidos e tratados como problemas médicos, geralmente em termos de doenças ou transtornos” (CONRAD, 1992, p. 209, tradução livre), aponta para essa responsabilização do indivíduo com relação a sua saúde e o põe na posição de querer saber sempre mais sobre o que se passa em seu organismo. Embora os primeiros estudos sobre a medicalização se voltassem à questão do poder médico de rebatizar desvios e condutas criminosas como doenças a serem tratadas, o próprio Conrad e outros autores como Zola (1972), Clarke *et al* (2003) e Aronowitz (2009) identificaram a incorporação ao tema de uma gama de outras situações humanas, como o alcoolismo, a menopausa, a hiperatividade e a disfunção erétil – muitas dessas por iniciativa de grupos de pacientes afetados, em busca de um novo estatuto social menos desfavorável, outras por estratégia de mercado do complexo médico-hospitalar e dos laboratórios farmacêuticos. Em ambos os casos, é preciso frisar, o que resulta é a individualização cada vez maior da saúde: a preocupação passa a ser com o bem-estar pessoal de cada indivíduo e não mais com as questões da coletividade.

Em seu livro “*Drugs for life*”, Joseph Dumit (2012) aborda a chamada pharmaceuticalização da vida, e se pergunta se hoje os medicamentos nos servem para viver mais ou se nós vivemos para consumir cada vez mais remédios. A crítica de Dumit mira um novo entendimento de saúde em que, para perseguir uma suposta normalidade, é preciso estar o tempo todo vigilante não mais com os sintomas de doenças que se possa ter no presente, mas com os fatores de risco para enfermidades que podem nos acometer no futuro, experimentando um estado permanente de pré-doença, em que vale tudo para reduzir os riscos virtuais de adoecer – por exemplo, medicar-se preventivamente.

É o que o antropólogo chama de modelo de saúde de massa, em oposição ao modelo de saúde individual. Neste último, o doente procuraria um médico após perceber algum

sintoma, seria examinado e diagnosticado por ele, receberia uma prescrição de tratamento e, após cumpri-la, teria seu estado de normalidade recuperado. No outro modelo, a procura pelo médico é feita por precaução, e uma bateria de exames é que dirá a que riscos o indivíduo está submetido, devendo ele então seguir um tratamento preventivo, por toda a vida, para tentar evitar a execução da sentença. Dumit identifica neste contexto a figura do paciente-especialista, que acumula conhecimentos sobre si e seu estado de saúde não mais por meio de experiências sensoriais ou das reações de seu corpo, mas a partir das informações médicas e os índices apontados em seus exames. Ele se sente inseguro por saber pouco sobre o que ocorre em seu organismo, mas tal insegurança cresce – em vez de diminuir – na medida em que acessa novas e numerosas técnicas de diagnóstico de doenças, pois cada novo risco rastreado implicará em mais condutas preventivas e mais “medicamentos para viver”.

Enfim, quando a norma deixa de ser o regular e passa ser o raro, alcançar o estado de saúde se converte numa meta sempre inatingível, da qual no máximo o indivíduo irá se aproximar, com muito esforço e privações. O normal se transforma num ideal de saúde perfeita. E o problema aqui é que a idealização é sempre ilimitada e extremamente opressora, não dá tréguas, pois a todo momento são renovados os parâmetros de avaliação, reduzindo-se o limiar a partir de onde se pode considerar que há risco de doença. Greene (2007) tratou disso ao mostrar como os consensos médicos nos EUA, durante as últimas duas décadas do século XX, reforçaram a importância de os indivíduos conhecerem seus níveis de colesterol, manterem-nos sob controle e se submeterem a tratamentos medicamentosos preventivos – e a cada novo ensaio clínico os níveis aceitáveis de colesterol foram sendo revistos para baixo, num movimento que levou o mercado das estatinas a se tornar um dos mais lucrativos para a indústria farmacêutica.

É com fundamento nessa transformação que Vaz (2006) esboça uma explicação sobre a presença cada vez maior dos temas de saúde na mídia. Quando a causa das doenças estava ligada a algo concreto – uma epidemia, a exposição a um agente patogênico, uma lesão – a presença das notícias sobre saúde na mídia também obedecia a uma lógica semelhante: as campanhas eram feitas para atingir os que estavam doentes, ou os que deveriam se vacinar para evitar doenças transmissíveis.

Ao ganhar corpo o conceito de fator de risco, aquela lógica se modifica e as campanhas passam a se endereçar não mais aos doentes, mas aos que “probabilisticamente” podem adoecer – no caso das doenças crônicas e degenerativas, praticamente todo aquele cidadão que viver tempo suficiente para envelhecer. Assim, passa a ter relevância na mídia – e a dar audiência – todo e qualquer tema de saúde que auxilie o cidadão nas escolhas que deve

(obrigatoriamente) fazer para prolongar sua vida, pois a partir de agora ele é o principal responsável por sua saúde. O público alvo das notícias sobre saúde cresce, e com isso também cresce o interesse empresarial sobre a produção dessas notícias, pois elas se tornam capazes de promover produtos e serviços.

Essa ênfase no poder do indivíduo em relação à sua vida e morte através de atos banais pode ser percebida nas inúmeras notícias que conectam alimentação e doenças cardíacas. Pelo nexos com o colesterol e a pressão alta, certos alimentos e temperos (carne vermelha, ovo, margarina, sal, etc.) tornaram-se venenos, a serem consumidos cuidadosamente. Outros alimentos, porém, por alguma substância química que contenham, passam a ser vistos como remédio (VAZ, 2006, p. 92-3).

É neste contexto de disputas de sentidos sobre saúde e doença e de expansão dos interesses comerciais em torno da atividade médica – sobretudo no que diz respeito ao poder de influenciar comportamentos, usos e consumos – que se insere o nosso interesse de investigar o processo de construção das relações entre fontes de informação e jornalistas.

3 APORTES METODOLÓGICOS E PERCURSO

3.1 O QUE NORTEIA A PESQUISA

Iniciamos este capítulo justificando a escolha do nosso objeto empírico – o jornal *O Globo* – e descrevendo-o. Optamos por realizar esta pesquisa em um jornal impresso, primeiramente, por ser o meio com o qual temos mais afinidade e nos desperta interesse de estudo. Mas também pelo fato de que o meio impresso, a despeito de sua crescente queda de audiência e de todas as previsões de que seria suplantado pelas novas mídias, continua sendo o suporte de notícias que mais inspira confiança no leitor, junto com o rádio.

De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia 2016⁵, o percentual de brasileiros que leem jornais todos os dias da semana é de 8% – contra 77% que declararam assistir TV com a mesma frequência, 50% que acessam a internet diariamente, 35% que ouvem rádio todos os dias e 2% que leem revistas diariamente. Mas quando se trata da confiabilidade que as notícias veiculadas inspiram no público leitor, esta permanece sendo mais alta com relação aos meios jornal e rádio: 29% dos entrevistados dizem confiar sempre no que é noticiado por esses dois meios de comunicação, contra 28% que relatam o mesmo sobre a TV, 15% sobre revistas e 6% sobre sites da internet. (PESQUISA, 2016).

Ainda de acordo com esta pesquisa, e especificamente sobre os leitores de jornais, 66% deles leem as publicações mais na versão impressa, 30% leem mais na versão digital e apenas 2% acessam ambas as versões. E o jornal *O Globo* foi o mais mencionado na resposta espontânea às perguntas “Que jornal o(a) sr(a) costuma ler mais? O(a) sr(a) tem o costume de ler algum outro jornal?”, com 8% em primeira menção e 11% somadas a primeira e a segunda menção. *Folha de S.Paulo* ficou em segundo lugar (com 7% e 10%), *Super Notícia* em terceiro (com 5% e 6%), *Extra* em quarto (com 4% e 6%) e *O Estado de S. Paulo* em quinto (com 3% e 6%).

A escolha específica do veículo que seria nosso objeto empírico recaiu sobre *O Globo* – jornal diário publicado no Rio de Janeiro há 92 anos, ininterruptamente – por ele preencher diversos requisitos de relevância no contexto jornalístico brasileiro: é um dos três maiores

⁵ A Pesquisa Brasileira de Mídia é realizada anualmente, desde 2014, por demanda da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom), com o intuito de conhecer os hábitos de consumo de mídia da população brasileira. A edição de 2016 foi realizada pela empresa Ibope Inteligência, que entrevistou 15.050 pessoas com 16 anos de idade ou mais, de todas as classes econômicas (ABCDE), de ambos os sexos, residentes nas 27 unidades da federação, incluindo capitais e algumas cidades do interior.

jornais de referência⁶ do país (junto com *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S. Paulo*), faz parte de uma organização de mídia que engloba ainda rádio, TV e portais na internet, mantém repórteres próprios atuando em sucursais de outros estados brasileiros, tem seu conteúdo distribuído por agência de notícia própria para jornais e outros veículos de mídia de todo o país e também do exterior, configurando assim um importante mediador de conteúdo jornalístico para um público que vai muito além de seu específico grupo de leitores da edição impressa. Portanto, compreender as relações entre fontes e jornalistas no âmbito desta publicação ajuda a pensar essas relações no contexto maior da mídia brasileira.

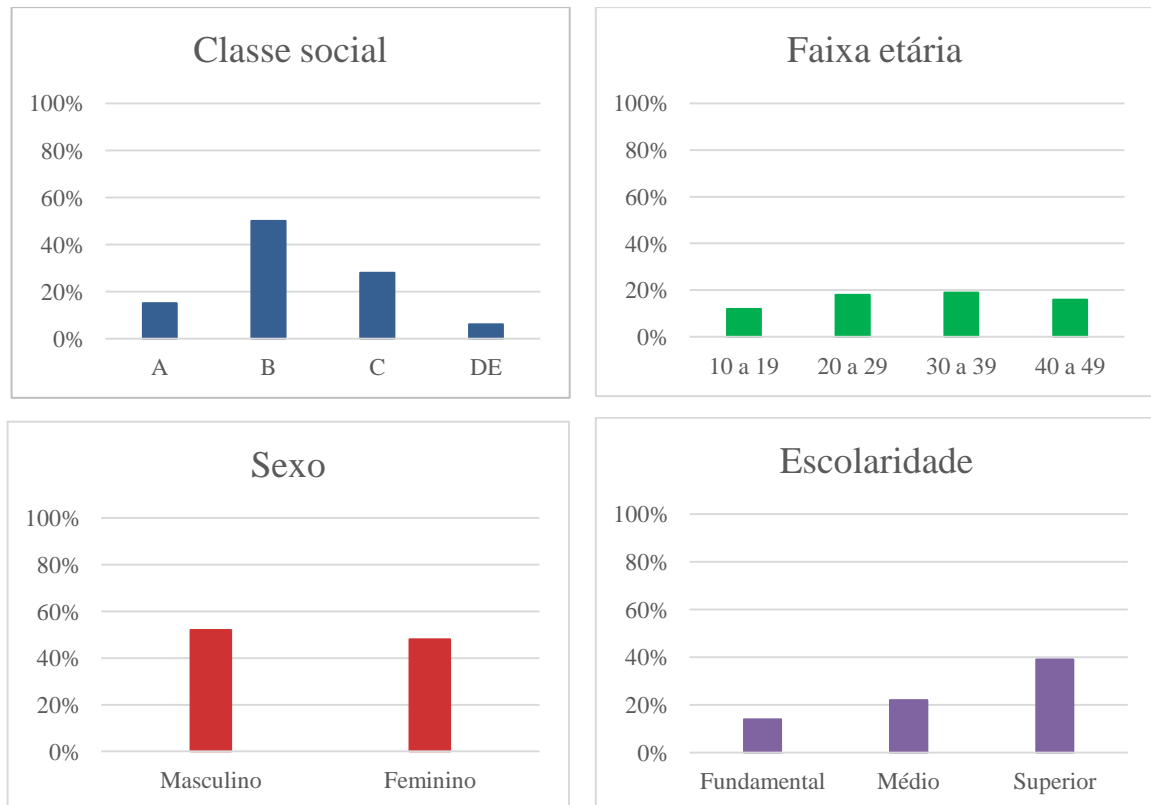
Fundado em julho de 1925 por Irineu Marinho, *O Globo* teve sua linha editorial inicialmente definida por ele e seus colaboradores como um jornal “do Rio e para o Rio”, mas a única notícia local que teve espaço na primeira página da edição de estreia foram os buracos nas ruas do Engenho Novo, sendo todas as demais relativas a temas nacionais, internacionais ou de política majoritária (SONHO, 2003). Irineu, que antes tivera outro jornal, *A Noite*, fundado em 1911 e vendido na década seguinte (SODRÉ, 1983), morreu apenas 23 dias depois de pôr nas ruas a primeira edição de *O Globo*. Seu filho Roberto Marinho, que aos 20 anos de idade já atuava na redação, preferiu que o então secretário de redação, Eurycles de Mattos, substituísse Irineu. O jovem jornalista se tornou secretário de Mattos e começou a se preparar para assumir a direção do periódico, o que se realizaria seis anos mais tarde.

O Globo é assim apresentado em seu próprio site: “O jornal preferido dos formadores de opinião. Com colunistas renomados, o noticiário cobre os fatos mais importantes de maneira clara e objetiva”. Neste breve perfil⁷ voltado para os anunciantes, o jornal informa ainda que tem a maior parte de seus leitores integrando a classe B (50%), na faixa etária acima dos 60 anos (20%) e com escolaridade de nível superior (39%), sendo quase equilibrada a divisão entre homens e mulheres: respectivamente 52% e 48%. O **Gráfico 1**⁸ traz a totalidade dos números desta pesquisa:

⁶ Na definição de Márcia Franz Amaral, jornais de referência são “os grandes jornais consagrados econômica e politicamente ao longo da história, que dispõem de prestígio no país e são dirigidos às classes A e B. Os jornais de referência são também conhecidos como *quality papers* e considerados veículos de credibilidade entre os formadores de opinião” (AMARAL, 2006, p.3).

⁷ Disponível em: <<https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=91>>. Dados acessados em: 12 de setembro de 2017.

⁸ Os números são da última atualização da pesquisa TGI presente no site, relativa ao período de agosto de 2015 a julho de 2016, e acessada por nós em 12 de setembro de 2017. Sobre a inconsistência na soma dos valores do item Escolaridade, fizemos contato telefônico com o setor responsável no Infoglobo e fomos informadas de que os 25% de leitores não contemplados no gráfico não forneceram informações sobre escolaridade.

Gráfico 1 – Perfil dos leitores de *O Globo*

Fonte: Infoglobo, 2017

O perfil revela ainda que a circulação atual da publicação é de 133.008 exemplares nos dias úteis e 179.612 exemplares aos domingos. Como os sites dos outros dois jornais de referência não disponibilizam dados atualizados do Instituto Verificador de Comunicação⁹ (IVC), trazemos, a título de comparação, os números¹⁰ de 2015 publicados pela Associação Nacional de Jornais (ANJ), com base no IVC: daqueles três jornais de referência, *O Globo* era então o de maior circulação no país, com 193.079 exemplares (média de dias úteis e domingo), seguido pela *Folha de S.Paulo*, com 189.254, e *O Estado de S. Paulo*, com 157.761.

A escolha de um único jornal foi opção consciente para viabilizar a possibilidade de uma pesquisa diacrônica, contemplando um período de quase 30 anos, passando por quatro diferentes décadas, como modo de permitir a observação das transformações tanto dos

⁹ Antes denominado Instituto Verificador de Circulação, o IVC anunciou em 10 de março de 2015 a mudança do nome para Instituto Verificador de Comunicação, mantendo a mesma sigla. Os responsáveis pela entidade, fundada há 50 anos, atribuíram a mudança à necessidade de refletir a recente ampliação de seu foco, já que passou a auditar também outros tipos de audiência, como de aplicativos para celular e tablet, rádio e TV online, eventos com cobrança de ingressos etc., aplicando métricas adaptadas a cada especificidade.

¹⁰ Conferir em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>.

processos jornalísticos quanto dos sentidos construídos sobre a saúde ao longo desse tempo. A diacronia, de certo modo, nos abriu uma perspectiva também comparativa.

Dada a impossibilidade de realizar esta ampla pesquisa diacrônica na totalidade das edições do jornal, dentro do espaço de tempo limitado de que dispúnhamos, optamos por alguns critérios restritivos para o desenho de um recorte que pudesse ser ao mesmo tempo factível e representativo. Em primeiro lugar, nos concentramos em três editorias do jornal: a local (chamada de Grande Rio em 1987 e de Rio nos demais períodos), a de noticiário nacional e de política (chamada de O País nos três primeiros períodos e de País no último) e a de temas específicos de saúde, que variaram de nome e localização na publicação ao longo do tempo, passando pelas denominações de Ciência e Vida (em 1987 e 1997), Ciência (em 2008), Saúde (em 2008) e, mais recentemente, Sociedade (em 2015). Optamos por não incluir no escopo as editorias de economia, esportes, cultura e opinião, além dos suplementos semanais. A razão de descartarmos essas últimas editorias e elegermos aquelas três primeiras foi o fato de sabermos, de antemão, que nas editorias escolhidas encontraríamos as mais relevantes vertentes de temas do noticiário de saúde, a saber: as questões da assistência médica e da rede de atendimento (habitualmente abordadas na editoria local, Rio), as questões ligadas ao desenvolvimento científico e tecnológico da saúde, o complexo médico-hospitalar e a promoção da saúde (habitualmente abordadas nas editorias específicas, como Ciência e Vida, Ciência, Saúde e Sociedade), as questões afeitas às políticas públicas e financiamento (que habitualmente aparecem nas editorias País e Rio).

O segundo critério que adotamos para a delimitação do recorte pesquisado nos jornais foi o estabelecimento de quatro intervalos de amostragem intercalados, de forma a cobrir um período em torno de 30 anos, passando pelas últimas quatro décadas, nas quais tanto o sistema de saúde quanto o de produção jornalística experimentaram grandes mudanças, o primeiro com a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e o segundo com as reconfigurações trazidas desde o início da informatização dos processos nas redações.

Para determinar esses quatro períodos, fizemos uma pesquisa exploratória no acervo digital de *O Globo* em busca de acontecimentos marcantes na área da saúde, que pudessem nos servir de ponto de partida para a posterior exploração mais detalhada do noticiário. Entre os muitos acontecimentos que identificamos, escolhemos alguns que, combinados, permitiriam alcançar uma variedade de temas que pudesse igualmente refletir em variedade de fontes. Registre-se que esta foi uma pesquisa exploratória, por meio dos mecanismos de busca do acervo de *O Globo*, utilizando algumas palavras-chave, e que muitos outros temas de

saúde que escaparam a essa busca certamente seriam encontrados no momento da pesquisa completa.

Assim, o ano de 1987 foi escolhido por ser o ano seguinte ao da VIII Conferência Nacional de Saúde, na qual se chegou a uma análise aprofundada do panorama da saúde no país e a um relatório amplo de sugestões a serem propostas para a discussão do tema na Assembleia Nacional Constituinte, cujas discussões se iniciariam no Congresso Nacional em fevereiro de 1987. Esperávamos, com isso, encontrar nas páginas muitas matérias relativas a **políticas de saúde**, e conseqüentemente a presença dos atores envolvidos nessa discussão.

Já o ano de 1997 foi escolhido com o intuito de observar o material publicado acerca do tema de **ciência e tecnologia**, pois aconteceu no período o anúncio da clonagem da ovelha Dolly. Também houve o lançamento, pelo Ministério da Saúde, do Plano de Metas da Saúde, com anúncio comercial de página inteira, em 21 de março, sob o título “1997 o Ano da Saúde no Brasil. O primeiro ano da série”, trazendo promessas de implantar ações e metas para solucionar a maior parte dos problemas de saúde do país.

Outro tema muito comum na cobertura de saúde é o das **epidemias**, e por este motivo o ano de 2008 foi selecionado, pois até hoje representa o marco da maior epidemia de dengue ocorrida no país, e especialmente na cidade do Rio de Janeiro. E 2008 marcou também as comemorações dos 20 anos do SUS.

O ano de 2015 foi escolhido por uma questão operacional, por ser o ano mais recente em que poderíamos ter acesso à totalidade dos jornais publicados, pois a fase de coleta de material no acervo de *O Globo* foi realizada nos primeiros meses de 2016. Nossa pesquisa exploratória mostrou a chegada de novas doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti* (zika e chikungunya), o início dos casos de microcefalia e uma presença crescente de matérias sobre pesquisas científicas.

Por fim, consideramos que outros temas relevantes, como o do **atendimento** e o da **gestão** da saúde, estariam provavelmente contemplados em todos os períodos selecionados, por serem assuntos recorrentes na cobertura jornalística. Assim, nosso critério se construiu no sentido de abarcar um leque variado de temas da saúde, o que nos fazia crer que permitiria também recolher boa variedade de fontes de informação convocadas a participar do noticiário.

Definidos os intervalos, precisávamos ainda de um terceiro critério de corte para a montagem do *corpus*, já que os quatro anos inteiros abarcariam cerca de 1.460 dias de jornal a serem pesquisados e, mesmo com restrição a três editorias, a busca poderia somar um excesso de páginas a cada dia, especialmente em momentos de epidemias ou outras emergências sanitárias, em que a cobertura costuma ser mais encorpada. Foi assim que decidimos adotar

como terceiro e último critério de corte a seleção exclusiva de matérias que tiveram chamada de primeira página. Essa restrição se justifica ainda pelo fato de que nesta categoria estariam as matérias que o próprio jornal reputa como as mais importantes da edição, pois pela ótica do jornalismo ganham destaque na primeira página as matérias que têm mais impacto ou nas quais o jornal investiu mais tempo e trabalho de apuração (TRAQUINA, 2005).

Assim, terminamos por delimitar nosso *corpus* da seguinte forma: com as matérias sobre saúde publicadas nos anos de 1987, 1997, 2008 e 2015 na editoria local (Grande Rio/Rio), nacional (O País/País) e especializadas (Ciência e Vida, Saúde, Ciência, e Sociedade), e que tiveram chamadas na primeira página.

Para conduzir este estudo, fizemos uso de métodos distintos, que trazem abordagens tanto quantitativas quanto qualitativas. Lançando mão de pesquisa documental, foi realizado um minucioso mapeamento das fontes jornalísticas, cuja quantificação permitiu obter uma mostra concreta relativa aos principais grupos de atores sociais convocados a participar no noticiário de saúde de *O Globo* nos últimos 30 anos. Esse mapeamento teve várias funções, entre elas identificar os grupos mais presentes e os mais ausentes, as fontes específicas mais recorrentes e a prevalência de cada tipo de fonte com relação aos temas abordados.

Foram ainda realizadas entrevistas temáticas com jornalistas, assessores de imprensa e fontes da área da saúde, com o intuito de traçar um panorama sobre como se estabelecem suas relações mútuas. Especialmente nas entrevistas com os jornalistas, buscamos recuperar dados relativos ao contexto jornalístico, em um período sobre o qual as informações são escassas, como os critérios empregados nas redações para a escolha de fontes, a atuação dos assessores de imprensa junto aos jornalistas, a capacitação do jornalista para cobrir temas específicos de saúde, a elaboração da pauta antes e depois da extinção da função de coordenador de pauta etc. Com o olhar voltado para essas questões, desenhamos roteiros de entrevistas que nos permitiram obter dos entrevistados as citadas informações e também impressões sobre sua atuação profissional. A multiplicidade de experiências e vivências que pudemos colher, relativas a diferentes momentos do período pesquisado e remetendo a variados lugares de fala dos jornalistas no contexto do processo produtivo, ajudou-nos muito na problematização do nosso tema, em cotejamento com a literatura anterior já produzida e os dados que emergiram da sistematização das informações colhidas no *corpus*.

Embora as contribuições trazidas pela teoria do *newsmaking* nos tenham sido de grande importância para entender o contexto que estudamos – sobretudo por apontar que a rede de fontes utilizadas pelos órgãos informativos se constitui em face das exigências do

processo de produção e também reflete e reproduz as estruturas sociais e de poder – salientamos não ter tomado o *newsmaking* como orientação de nossa metodologia.

3.2 COLETA DOS JORNAIS

Logo após a etapa de Qualificação e de submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), demos início ao segundo momento desta pesquisa acadêmica, que consistiu primeiramente na coleta do material documental no acervo digital do jornal *O Globo*. Iniciamos a coleta dos jornais pela leitura completa da primeira página de cada uma das edições diárias dos quatro períodos determinados (1987, 1997, 2008 e 2015), para identificar as matérias que se incluíam em nosso recorte. Optamos por não fazer uma pesquisa baseada em palavras-chave por considerar que, por mais que estabelecêssemos um número razoável de palavras-chave, ainda assim correríamos o risco de não contemplar todas as possibilidades de indexação, devido às grandes variações ocorridas nos temas de interesse jornalístico com relação à saúde no período, e muita coisa poderia ficar de fora. Deste modo, uma vez identificada uma ou mais chamadas na edição relativas ao tema da saúde, conferíamos se estavam ou não publicadas nas editorias de nosso interesse e, em seguida, arquivávamos em nosso banco de dados uma cópia em PDF das páginas que nos serviam, incluindo sempre também a primeira página daquela edição do jornal, onde se encontravam as chamadas.

Embora em alguns dias houvesse mais de uma primeira página arquivada no acervo digital de *O Globo*¹¹, demos sempre preferência à edição mais atualizada, uma vez que habitualmente é esta que chega à maior parte dos leitores. Foram lidas cerca de 1.460 primeiras páginas, para a seleção e coleta do material final que passou a compor nosso *corpus*: 510 dias de noticiário, totalizando 1.210 páginas, relativas aos quatro anos do recorte. Na **Tabela 1**, a seguir, especificamos, ano a ano, os números de dias de noticiário, páginas e matérias incluídas no recorte.

¹¹ À medida que novas notícias são acrescentadas ainda durante o período em que o jornal está sendo impresso, gerando uma 2ª ou 3ª edição, pode acontecer de a primeira página também ser modificada, com substituição de chamadas. Portanto, partes da edição circularão com diferentes primeiras páginas, o que explica haver em alguns dias mais de uma primeira página arquivada.

Tabela 1 – Número de dias de noticiário, de páginas coletadas e número de matérias em *O Globo* a cada intervalo do recorte (1987, 1997, 2008 e 2015)

Ano	Dias de noticiário	Páginas de noticiário	Matérias coletadas
1987	140	316	177
1997	102	247	114
2008	114	307	132
2015	154	340	189
TOTAL	510	1210	612

Fonte: Elaboração da autora

No banco de dados, criamos um código de identificação específico para cada página, de forma a facilitar a rápida localização das matérias nas etapas seguintes da pesquisa, que foram as de leitura e classificação das fontes de informação; levantamento quantitativo de matérias publicadas por editorias, anos e meses; levantamento dos repórteres que assinavam as matérias. Foi a partir desses dados preliminares que selecionamos os atores a serem entrevistados na nova etapa que então iria se iniciar.

3.3 SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES RECOLHIDAS

Terminada a coleta e o arquivamento das páginas incluídas no recorte, veio o momento de definir as informações que queríamos extrair dali e o modo de sistematizá-las para futura análise. A primeira decisão tomada foi com relação a como compreender as matérias do jornal enquanto unidades de texto. Algumas pesquisas, ao se debruçar sobre a produção jornalística, procuram classificar os textos conforme seu tamanho ou gênero (por exemplo: reportagem, notícia, nota)¹², com o fim de auxiliar na compreensão do peso que cada publicação tem no contexto da edição. No nosso caso, como selecionamos apenas matérias que foram chamadas de primeira página, consideramos que detalhar os gêneros jornalísticos de cada texto não nos traria qualquer benefício a mais, pois o grau de importância das matérias já estava dado pela própria decisão editorial de elevá-las a destaque de primeira página. Assim, tratamos todas as matérias simplesmente como “matérias”. Por outro lado, sabemos que, muitas vezes, uma matéria é dividida em diversos blocos de textos (no jargão jornalístico chamados de retrancas) por motivos variados, entre eles “arejar” a

¹² Marques de Melo (2003) considera que nota, notícia e reportagem são diferentes gêneros textuais do jornalismo, o primeiro correspondendo a uma citação breve de algo que ainda está se desenrolando, o segundo se referindo à narrativa completa de um acontecimento já transcorrido e o terceiro representando um relato mais ampliado e aprofundado de um fato social.

diagramação, quando se trata de texto extenso demais, ou separar pontos de vista, quando se trata de tema polêmico, sem necessariamente significar que cada bloco de texto corresponda a uma matéria em separado. E foi desta forma que decidimos compreender os textos selecionados: consideramos que uma matéria era a totalidade de texto correspondente ao assunto que foi alvo da chamada na primeira página, independentemente de quantas retrancas tivesse ou quantas páginas ocupasse. Assim, temos desde matérias com poucos parágrafos até outra chegando a se estender por 9 páginas, que foi o caso único de uma reportagem especial sobre os melhores hospitais e clínicas da rede privada, publicada em 14 de setembro de 1997.

Diversos autores (CHAPARRO, 2014; GANS, 2004; LAGE, 2000; PINTO, 2000; WOLF, 2003) propuseram distintas formas de classificação de fontes, algumas mais simples (oficiais, oficiosas e independentes), outras mais complexas (empresarial, institucional, individual, testemunhal, especializada, ativa, passiva, de referência etc.). Embora toda essa literatura tenha sido de grande importância para embasar nosso olhar na compreensão do estatuto das fontes, em princípio não nos pareceu interessante adotar nenhuma delas, e sim buscar uma nova classificação que emergisse do material empírico com o qual iríamos trabalhar. Por isso, para contabilizar a presença das fontes no noticiário, procuramos criar uma classificação própria que nos aproximasse do objetivo de entender o grau de participação de diferentes grupos de influência no noticiário de saúde.

Após uma série de tentativas que não se mostraram eficazes – especialmente por gerarem um excesso de categorias de fontes, o que poderia vir a ser um problema para a futura análise – alcançamos o modelo que consideramos ideal ao nosso propósito. Neste percurso, chegamos a preencher dois ou três meses de planilhas, sempre criando novas categorias à medida que novas fontes iam surgindo, mas chegou um momento em que tínhamos um número tão excessivo de categorias (15) que o modelo pareceu inadequado, principalmente porque, a depender da matéria, uma mesma fonte poderia figurar em categorias diferentes (por exemplo, um médico que atuava tanto no serviço público quanto no privado, e que ora era citado com o primeiro vínculo e ora com o outro). Então decidimos agrupar algumas categorias e reduzimos o total para 7 categorias definidas e mais uma coluna de “Outras Fontes”, totalizando 8 diferentes opções. São elas: Fontes Individuais, Fontes Governamentais, Fontes Médico-Científicas Vinculadas a Instituições, Fontes Médico-Científicas não Vinculadas a Instituições, Outras Fontes da Saúde, Fontes da Indústria Médico-Científica, Fontes em Outras Mídias e Outras Fontes. A descrição detalhada de cada uma dessas categorias será feita no **Capítulo 5, Subcapítulo 5.1.2**, na página **94**.

A partir dessas definições, montamos então a planilha principal de nosso banco de dados – que mais tarde daria origem a outras planilhas e quadros, conforme nossa necessidade de sistematizar algumas informações – de forma a extrair da leitura das páginas de jornal arquivadas as seguintes informações: data de publicação da matéria; editoria em que foi publicada; título; quantidade de fontes em cada categoria. Importante ressaltar que, com exceção das fontes individuais, todas as demais foram registradas com seus nomes e cargos, quando assim apareciam nas matérias, para futura contabilização de suas presenças na cobertura. Descartamos fazer o mesmo com as fontes individuais porque estas, de modo geral, representavam pacientes e parentes de pacientes, portanto tendiam a não se repetir ao longo da cobertura. Fizemos uma planilha de Excel para cada um dos 48 meses de nosso recorte, e todas as demais planilhas produzidas posteriormente foram executadas no mesmo programa. Para identificar as editorias na planilha, de forma padronizada, determinamos uma sigla de 4 letras para cada uma: GRIO, para Grande Rio ou Rio; PAIS, para O País ou País; CIVI, para Ciência e Vida; CIEN, para Ciência; SAUD, para Saúde; e SOCI, para Sociedade. Em todos os quadros e tabelas em que apresentarmos dados referentes às editorias, elas estarão representadas por essas siglas.

No **Quadro 1**, na próxima página, apresentamos um exemplo desta planilha inicial, contendo matérias dos dois primeiros dias do recorte em janeiro de 1987:

Quadro 1 – Exemplo da planilha principal do banco de dados, com a classificação das fontes em cada matéria coletada em *O Globo*

Dia	Editoria	Título	Fontes Individuais		Fontes Governamentais		Fontes Médico-Científicas Vinculadas a Instituições		Fontes Médico-Científicas não Vinculadas a Instituições		Outras Fontes da Saúde		Fontes da Indústria Médico-Científica		Fontes em Outras mídias		Outras Fontes	
			Qtd.	Nomes	Qtd.	Nomes	Qtd.	Nomes	Qtd.	Nomes	Qtd.	Nomes	Qtd.	Nomes	Qtd.	Nomes	Qtd.	Nomes
12	GRIO	Minas inicia campanha contra Aids	1	Amigo de Paciente	1	Secretário de Saúde MG, José Maria Borges	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12	PAIS	Arouca define seu projeto de saúde para o Rio	-	-	-	-	1	Pres. da Fiocruz, Sérgio Arouca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12	PAIS	Inamps ameaça os hospitais com intervenção	-	-	2	Pres Inamps, Hésio Cordeiro; deputado Neuto de Conto, PMDB/SC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13	CIVI	Testes mostram que espermicida é capaz de matar o vírus da Aids	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	Cientista do Instituto Pasteur citado por Le Monde	-	-	-
13	GRIO	Previdência construirá 14 unidades médicas na Baixada	-	-	1	Min. da Prev. Social, Raphael de Almeida Magalhães	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração da autora

Ao completar o lançamento no banco de dados de todas as matérias selecionadas dentro do recorte, chegamos aos seguintes números totais: 612 matérias, sendo 177 no ano de 1987, 114 em 1997, 132 em 2008 e 189 em 2015. Os números detalhados de fontes em cada período e uma descrição mais pormenorizada de cada grupo de fontes, assim como as outras informações que surgiram conforme fomos produzindo diferentes planilhas e quadros, a partir desta primeira, serão apresentados e problematizados no **Capítulo 5**.

3.4 ESCOLHA DOS ENTREVISTADOS E IDA A CAMPO

Foi a partir dos resultados encontrados na etapa de coleta de material empírico, em combinação com o que já havíamos proposto no projeto de qualificação do presente estudo, que montamos nossa grade de potenciais entrevistados, selecionando jornalistas com mais matérias assinadas e fontes com destaque na cobertura e que representassem as principais categorias presentes. Nossa proposta inicial incluía entrevistar cinco repórteres, quatro jornalistas executivos, quatro fontes de informação e três assessores de imprensa, totalizando 16 entrevistados. Entretanto, após analisar o universo de fontes e jornalistas presentes no material coletado, decidimos reequilibrar esses grupos, reduzindo em dois atores o grupo de jornalistas e acrescentado dois no grupo de fontes, enquanto mantínhamos o de assessores de imprensa com o mesmo número inicialmente previsto.

Preparamos um roteiro básico para cada segmento de entrevistados, sendo que para o grupo de jornalistas fizemos dois, um específico para os profissionais em cargo chefia. Esses roteiros podem ser conferidos nos Apêndices B, C, D e E. Entretanto, durante as entrevistas, diversas outras perguntas que não constavam nesses roteiros originais foram acrescentadas, tanto levando em conta o perfil específico do entrevistado quanto em função da necessidade de melhor esclarecer respostas anteriores dadas por ele.

Quando iniciamos a etapa de entrevistas desta pesquisa, partimos de um plano ideal, que chamamos de “Plano A”: entrevistar sete (7) jornalistas de *O Globo* (repórteres e chefes/editores), entre profissionais ainda em atividade na publicação e outros que já não mais trabalhavam lá, mas que estiveram ligados à cobertura de saúde ou chefiando repórteres em algum dos períodos pesquisados; seis (6) fontes de informação em saúde, entre as que mais se destacaram nos períodos pesquisados, de forma que abrangesse a área médico-científica, governamental e empresarial; três (3) assessores de comunicação ligados a diferentes tipos de fontes de informação.

Começamos pelo grupo dos jornalistas. Para listar os entrevistados inicialmente previstos, consideramos alguns fatores, entre eles a condição de estarem vinculados às editorias selecionadas no recorte da pesquisa; serem identificados como repórteres especializados em saúde ou geralmente indicados para a cobertura de pautas de saúde; e estarem entre os que mais assinaram matérias de saúde no período estudado e que foram incluídas no recorte. A esses profissionais, inicialmente listados no “Plano A”, nós enviamos por e-mail os primeiros pedidos de entrevista, com informações gerais sobre o projeto de pesquisa e cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (**Apêndice A**), em que constavam todas as condições da entrevista, entre elas a garantia de anonimato aos que se dispusessem a colaborar e também a possibilidade de rever a entrevista após a transcrição, caso desejassem.

De imediato, obtivemos apenas duas respostas positivas, uma de um profissional ainda presente na equipe do jornal e outro que já se desligara. Os demais ou deram respostas evasivas ou não responderam, mas nenhum respondeu de forma definitivamente negativa. Voltamos a insistir no convite e obtivemos mais uma resposta positiva. Continuamos insistindo com os demais que não haviam respondido, a partir de então por contato telefônico. Foi numa dessas ligações que recebemos o primeiro (que depois se confirmaria como único) “não” categórico: o profissional confirmou que havia recebido o convite e lido todos os detalhes sobre a pesquisa, mas não se dispôs a participar e nem quis revelar o motivo da recusa. Decidimos então buscar novos nomes, no que chamamos de “Plano B”: ainda jornalistas ligados às editorias do recorte, presentes em algum dos períodos pesquisados e atuantes na cobertura de saúde ou que tivessem ocupado cargos de chefia naqueles períodos, mas não mais necessariamente os que assinaram a maior quantidade de matérias.

Deste segundo grupo de profissionais selecionados, dois nos deram resposta positiva após alguns contatos e insistência, mas somente um marcou a entrevista, e os demais não responderam. Tendo até então cumprido somente pouco mais da metade da meta de entrevistas com jornalistas, decidimos partir para o “Plano C”: escolhemos outros dois jornalistas ligados às editorias do recorte, mas com menos matérias assinadas na cobertura de saúde, e um terceiro jornalista que não era ligado às editorias do recorte, mas com longa experiência em matérias de saúde. Deste “Plano C”, conseguimos confirmar duas das três solicitações e decidimos fechar o grupo dos jornalistas com seis (6) das sete (7) entrevistas previstas. Ressaltamos que essa pequena redução não representou uma perda para a pesquisa, pois, sem exceção, as entrevistas realizadas foram bastante ricas, e a heterogeneidade do grupo suficientemente expressiva: dos seis jornalistas, dois ainda eram funcionários de *O*

Globo no momento da entrevista, enquanto quatro já haviam se desligado (um recentemente, outro há quatro anos, outro há sete anos e o último há 13 anos); todos, em algum momento, trabalharam como repórteres, e alguns estiveram em cargos de chefia ou coordenação de pauta. Todos trabalharam entre 20 e 30 anos em *O Globo*, e dois deles vivenciaram os quatro períodos por nós estudados, enquanto outros dois vivenciaram três períodos e os demais vivenciaram dois.

Dada a configuração final do grupo de colaboradores, podemos dizer que as entrevistas trazem pontos de vista variados sobre o modo de produção na redação de *O Globo* e o relacionamento mantido ao longo dos tempos com as fontes de informação – mesmo que nem sempre específicas da área de saúde. A maioria absoluta dos jornalistas que se recusaram a dar entrevista representava o grupo de profissionais mais jovens e com menos tempo de casa – alguns, inclusive, com pouquíssimos anos de prática. Neste sentido, observamos que não logramos obter um contraponto desse grupo com relação a falas de jornalistas mais experientes que, em certos momentos, fazem críticas aos mais jovens.

Entre as razões alegadas para não conceder entrevista estavam falta de tempo, excesso de trabalho e dificuldades familiares, o que nos pareceu bastante condizente com a rotina profissional dos jornalistas, que conhecemos por experiência própria. Entretanto, em conversas com outros colegas jornalistas, ouvimos relatos de que pesquisas sobre o trabalho da imprensa não costumam ser bem recebidas nas redações, especialmente por receio de pôr o emprego em risco, caso o gesto não seja bem visto pela empresa. Mesmo com relação aos que já não tinham vínculo funcional com *O Globo*, soubemos que este receio também existe, pois muitos nutrem a esperança de um dia voltar a trabalhar na casa, que é uma das mais importantes empregadoras de mão de obra jornalística no Rio de Janeiro.

De fato, os números acerca de demissões de jornalistas nos últimos anos corroboram esta possível preocupação: algumas semanas antes de iniciarmos nossos pedidos de entrevistas, em dezembro de 2015, pelo menos 18 jornalistas da redação de *O Globo* perderam seus empregos (O GLOBO, 2015). Outras duas grandes levadas de dispensas nas redações do Infoglobo¹³ haviam acontecido anteriormente naquele mesmo ano, elevando o total para 88 demissões de jornalistas em 2015, segundo levantamento realizado pelo site Volt Data Lab, de Jornalismo de Dados (A CONTA, 2016). Desenvolvido pelo Volt, com o objetivo de traçar um panorama das demissões de jornalistas no Brasil a partir de 2012, o

¹³ Infoglobo é a empresa das Organizações Globo responsável pela publicação dos jornais do grupo, que atualmente são quatro: *O Globo*, *Extra*, *Expresso* e *Valor Econômico*. Em janeiro de 2017, o Infoglobo inaugurou uma nova sede no Rio de Janeiro, integrando no novo endereço as quatro redações dos jornais, e promovendo naquele momento mais uma demissão em massa de jornalistas.

projeto *A Conta dos Passaralhos*¹⁴ registra que, entre 2012 e 2016, as demissões de jornalistas em cerca de 50 redações pelo país somaram 1.646 – número que o próprio site suspeita ser subdimensionado, pois não foi obtido de forma oficial e sim a partir de levantamentos feitos por eles em notícias sobre demissões publicadas em sites especializados em jornalismo, como Portal Imprensa¹⁵, Portal dos Jornalistas¹⁶ e Portal Comunique-se¹⁷.

Importante também acrescentar que nossa pesquisa não foi a primeira a ter dificuldade de entrevistar jornalistas acerca de suas rotinas de trabalho. Para citar um caso recente, Cláudia Malinverni – que em 2016 defendeu na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) a tese “Epidemia midiática de febre amarela: desdobramentos e aprendizados de uma crise de comunicação na saúde pública brasileira”, sobre a cobertura feita pela *Folha de S.Paulo* da epidemia de febre amarela no verão de 2007/2008 – relata em seu trabalho que os repórteres envolvidos na cobertura daquele evento recusaram-se sistematicamente a colaborar quando ela lhes solicitou entrevistas, entre 2014 e 2015: “Entre setembro e março, oito jornalistas (sete repórteres e um secretário de redação) contatados via e-mail tinham recusado ou simplesmente ignorado os convites para participar do estudo” (MALINVERNI, 2016, p. 95). A pesquisadora ressalta que, como seus convites foram enviados exclusivamente por e-mail, ela não tem como assegurar que todos foram vistos pelos destinatários, podendo ter-se perdido no fluxo cibernético. No nosso caso, além de enviar os convites por e-mail, também fizemos tentativas de contatos telefônicos nos momentos seguintes, tendo conseguido falar com quase todos os destinatários de convites. Três hipóteses, portanto, apresentam-se para explicar tais recusas ou evasivas: a falta de desejo de participar, o receio de fazê-lo e ser alvo de represálias ou a impossibilidade real de ceder uma única hora de seu tempo para a entrevista.

Queremos ressaltar ainda alguns aspectos com relação a esta etapa de interação com os jornalistas. Dos 8 profissionais que terminaram por não dar entrevistas, por recusa direta ou uso de evasivas para não atender aos chamados, a maioria era de jornalistas mais jovens, que esta pesquisadora não chegou a conhecer quando exercia a atividade de repórter. Ou seja, não se guiavam por qualquer senso de “coleguismo” – para usar um termo habitual desta tribo – já que para eles a pesquisadora era uma completa desconhecida. Então o tratamento dado foi o mesmo dispensado aos que “importunam”. Já os que chegaram a prometer a entrevista, mas

¹⁴ *Passaralho* é um termo que descreve os processos de demissão em massa nas empresas, utilizado especialmente nos ambientes jornalísticos.

¹⁵ Portal Imprensa: <<http://www.portalimprensa.com.br/>>.

¹⁶ Portal dos Jornalistas: <<http://www.portaldosjornalistas.com.br/>>.

¹⁷ Portal Comunique-se: <<http://portal.comunique-se.com.br/>>.

usaram de evasivas para adiar infinitamente, não pareciam se sentir à vontade para dizer não, embora aparentemente quisessem fazê-lo. E atribuímos essa dubiedade a resquícios daquele mesmo “coleguismo” anteriormente citado: nunca assumiriam uma postura de não colaboração com uma antiga colega de profissão, mas o novo estatuto com que ela se apresentava – pesquisadora – não lhes dava segurança para serem sinceros quanto aos motivos de não desejarem ser entrevistados, então evitavam responder.

Quanto aos 6 jornalistas que aceitaram nosso convite, ficou claro que se mobilizaram por uma atenção pessoal. Entretanto, todos deram entrevista com extremo profissionalismo e seriedade, discorrendo sem travas sobre sua rotina de trabalho, recapitulando vivências importantes e respondendo com clareza tudo o que foi perguntado, em muitos casos até indo além do que pedíamos. Ressaltamos, ainda, que os entrevistados demonstravam enorme satisfação em colaborar com uma companheira de profissão em sua pesquisa, mesmo sem necessariamente conhecer ou compartilhar a ideia da importância da investigação acadêmica sobre o fazer jornalístico. Apenas um, com ênfase, e dois, com reticências, reconheceram o valor do trabalho com o qual estavam colaborando, acreditando que a produção de reflexões sobre o modo de produção no jornalismo pode levar ao aperfeiçoamento da atividade. Os demais variaram entre o ceticismo e o desinteresse completo quanto às possíveis contribuições que a pesquisa acadêmica poderia dar à prática do jornalismo.

Nosso segundo grupo de entrevistados foi composto por fontes de informação da área da saúde. O critério de escolha também envolveu uma combinação de fatores, como a frequência com que a fonte apareceu nas matérias incluídas no recorte e sua inclusão nos grupos com mais representatividade dentre os convocados a ter voz no jornal. Nosso levantamento mostra que as fontes governamentais e as fontes médico-científicas foram destacadamente as mais presentes no noticiário de saúde. Assim, entre os seis (6) atores deste grupo, um é nutricionista e os outros cinco são médicos, embora nem todos exerçam atualmente a medicina. Temos aí dois ligados a institutos de pesquisa e universidades, dois gestores e um representante de órgão de classe. Um desses entrevistados aparece como fonte em matérias de três períodos do recorte, embora em diferentes lugares de fala; outros três aparecem com regularidade em pelo menos dois períodos. É importante dizer que, neste grupo, tivemos uma adesão quase que imediata por parte de todos os convidados solicitados a dar entrevista. Apenas um deles precisou ser substituído pela opção do “Plano B”, devido aos reiterados adiamentos da entrevista, por motivo alegado de agenda, sendo substituído por outro entrevistado com mesmo tipo de perfil.

Ao contrário do ocorrido com o primeiro grupo, aqui encontramos total facilidade para agendar as entrevistas. O que nos pareceu um reflexo não somente de certa deferência com que as fontes midiáticas costumam tratar os profissionais de comunicação, mas também a constatação do alto valor atribuído por elas a nosso status de pesquisadora e a vinculação com a Fiocruz. A soma, portanto, de uma série de atributos nos colocou em um patamar mais elevado do que simplesmente o da jornalista ou da pesquisadora: era a jornalista também pesquisadora e adicionalmente associada à Fiocruz, uma das instituições científicas brasileiras mais conhecidas e respeitadas tanto no país quanto no exterior. Sob a ótica de Bourdieu (2008), tal distinção é percebida e valorizada pelos integrantes deste grupo porque, ao fazê-lo, eles estão igualmente afirmando sua distinção como atores aos quais tais valores não são indiferentes. Já para os jornalistas, esse tipo de atributo é importante quando está presente na fonte, não no colega ou ex-colega de profissão. O que poderia elevar o capital simbólico deste seria ou a existência de uma relação mais pessoal, como citamos anteriormente, ou uma posição mais elevada no próprio campo jornalístico, mas não no acadêmico.

Sem exceção, ao serem informados sobre o teor de nossa pesquisa e a existência de um Programa de Pós-Graduação em Informação, Comunicação e Saúde na Fiocruz, esses profissionais se mostraram ainda mais interessados em colaborar. Dois deles relataram ter tido vínculo com a Fiocruz em algum momento de suas carreiras, o que reputavam como importante diferencial em seus currículos. E outro, em que pese ter demonstrado o mesmo nível de respeito e admiração pela instituição, em dado momento da entrevista – instigado por um colega que adentrou a sala para cumprimentá-lo e foi apresentado à pesquisadora e seu tema – permitiu-se fazer uma crítica à produção científica da Fiocruz: “As pesquisas não se relacionam à vida do cidadão, à realidade das cidades, é tudo muito acadêmico”. E completou, aludindo a Oswaldo Cruz e ao prédio da Fundação: “É o castelo do homem sem alma”.

Por fim, o terceiro grupo de entrevistados foi o de assessores de imprensa, profissionais que ora atuam como mediadores entre jornalistas e fontes de informação e ora se apresentam como as próprias fontes de informação. Em função de informações colhidas nas primeiras entrevistas com jornalistas, consideramos que o número previsto de três representantes neste grupo dos assessores poderia ser assim especificado: um que fosse autônomo ou proprietário de pequena assessoria voltada para assessorar fontes de saúde individualmente (médicos, nutricionistas, psicólogos, fisioterapeutas etc.); outro que fosse funcionário de organizações como secretarias, ministérios, autarquias da saúde ou entidades de profissionais da área; e um terceiro que nos trouxesse a experiência de atuar numa grande empresa de assessoria de imprensa a serviço de alguma instituição ou empresa da saúde.

Ressaltamos que, na atual configuração do mercado privado de assessoria de imprensa, temos observado uma nítida divisão em que grandes empresas de assessoria conquistam contas institucionais de repartições públicas ou empresas, enquanto pequenas assessorias ou assessores *freelancers* ficam com o trabalho do “varejo”, embora este também seja feito pelas grandes assessorias. Deste modo, aquela especificação inicialmente proposta para os três assessores entrevistados nos traria boas visões sobre o tema.

A partir de indicações de alguns jornalistas e fontes entrevistadas, escolhemos os três assessores de acordo com os perfis anteriormente descritos. E também neste grupo não tivemos dificuldades em agendar as entrevistas. Entretanto, um dos entrevistados mais tarde manifestou o desejo de não mais participar da pesquisa, e por este motivo descartamos a entrevista e agendamos outra com um profissional de perfil semelhante.

Perfil dos entrevistados

Relembramos aqui que, para incentivar a adesão de nossos potenciais colaboradores, que poderiam ter receio de aparecer publicamente falando sobre as rotinas de trabalho na empresa/repartição em que trabalham ou trabalharam, determinamos que tal colaboração seria feita sob anonimato, e nos esforçaríamos para resguardar indícios que pudessem ajudar a identificá-los. Mais ainda: estariam liberados para pular as perguntas que não gostariam de responder, se estas houvesse, e mesmo desautorizar o uso da entrevista dada, a qualquer momento antes da defesa deste trabalho. Tudo isto constando no TCLE (**Apêndice A**) registrado no Comitê de Ética da Fiocruz e assinado pelos colaboradores. Entretanto, muitos de nossos entrevistados manifestaram despreocupação com relação à confidencialidade da entrevista, deixando a nosso critério identificá-los ou não. Como tal licença não abrange a totalidade, e para manter uma homogeneidade no trato das entrevistas e dos entrevistados, optamos pelo anonimato de todos. Para nomeá-los, decidimos usar códigos, e não pseudônimos, para explicitar de forma direta a que grupo pertence o entrevistado e assim tornar mais fluida a leitura nos momentos em que incluímos suas falas. Apresentamos a seguir uma breve caracterização de cada um de nossos entrevistados:

Os jornalistas

Jota1 está na faixa de idade entre 55 e 60 anos. Entrou para *O Globo* como estagiário, nos anos 80. Em aproximadamente 20 anos de jornal, atuou como repórter e ascendeu a cargos de chefia. A entrevista foi realizada em meados de 2016.

Jota2 também está na faixa de 55 a 60 anos. Estreou no jornalismo como estagiário, transferindo-se para *O Globo* em meados dos anos 1980 como repórter. Ascendeu a cargos de chefia e ainda hoje trabalha na casa. A entrevista foi realizada em meados de 2016.

Jota3 está na faixa entre 70 e 75 anos. Começou em *O Globo* ainda nos anos 70. Trabalhou no jornal por quase 30 anos, primeiro como repórter e depois também em cargo de coordenação. Entre nossos entrevistados, é o que está há mais tempo longe da redação do periódico: 13 anos. A entrevista foi realizada em meados de 2016.

Jota4 está na faixa entre 60 e 65 anos e já se aposentou. Também se juntou à equipe de repórteres de *O Globo* em meados dos anos 80. Nos últimos anos de casa, ocupou funções de coordenação. A entrevista foi realizada no fim de 2016.

Jota5 está na faixa entre 45 e 50 anos e entrou para *O Globo* no fim dos anos 80. Foi repórter e hoje atua como editor assistente. A entrevista foi realizada no fim de 2016.

Jota6 está na faixa entre 50 e 55 anos, e iniciou sua carreira como estagiário em *O Globo* no final dos anos 80. Passou por diversas editorias, sempre como repórter, ao longo de duas décadas. Não está mais no jornal. A entrevista foi realizada no fim de 2016.

As fontes

Fonte1 está na faixa de 65 a 70 anos e é médico com pós-graduação na área de saúde pública. Clinicou no começo da carreira e logo se dividiu entre a pesquisa acadêmica e a administração pública na área da saúde, ocupando diversos cargos a partir dos anos 80 e até o final da década passada. A entrevista foi realizada no fim de 2016.

Fonte2 está na faixa de 55 a 60 anos e também é médico com pós-graduação em saúde pública. Clinicou na rede pública e desde os anos 90 se dedica ao ensino e à pesquisa. A entrevista aconteceu no fim de 2016.

Fonte3 está na faixa de 55 a 60 anos e é outro médico com características de formação profissional semelhantes aos dois primeiros. Atualmente é gestor na área da saúde. A entrevista aconteceu no fim de 2016.

Fonte4 está na faixa de 65 a 70 anos, também é médico e teve longa atuação no serviço público, em atendimento e gestão. Migrou para a política, onde continua sendo atuante na área de saúde. A entrevista aconteceu no começo de 2017.

Fonte5 está na faixa de 60 a 65 anos e também tem formação médica. Na carreira profissional, dividiu-se entre o atendimento no serviço público, o consultório particular e a atuação em órgão representativo de classe. A entrevista foi feita no fim de 2016.

Fonte6 está na faixa de 65 a 70 anos, é profissional de nutrição e fez carreira no ensino e na pesquisa. Abriu consultório particular após se aposentar. A entrevista aconteceu no começo de 2017.

Os assessores de imprensa

Assessoria1 está na faixa de 50 a 55 anos. Inicialmente trabalhou como repórter em *O Globo*, e a partir dos anos 1990 se dedicou à assessoria de comunicação, tendo fundado uma pequena empresa de assessoria com uma sócia. A entrevista foi realizada no fim de 2016.

Assessor2 está na faixa de 45 a 50 anos. Teve breve passagem por redações de jornal diário, logo se transferindo para o ramo da assessoria. Atuou na comunicação de um órgão público de saúde, e nos últimos anos responde pela assessoria de uma entidade de classe médica. A entrevista foi realizada em meados de 2017.

Assessoria3 está na faixa de 30 a 35 anos, e há cerca de nove anos atua em assessoria de imprensa, após breve experiência no jornalismo online. Atualmente trabalha em uma grande empresa de assessoria de imprensa. A entrevista foi realizada em meados de 2017.

4 CONTEXTOS E MEDIAÇÕES NO JORNALISMO

A partir deste ponto do trabalho, começamos propriamente a trazer os nossos achados e analisá-los à luz das teorias que conduzem esta pesquisa. Partimos dos contextos e das mediações no jornalismo porque assim esperamos poder desenhar o cenário necessário para posteriormente discutir como se dão as relações entre os diversos agentes envolvidos no processo de produção das notícias. Barbero (2013), ao buscar compreender os diferentes sentidos que um mesmo objeto midiático pode assumir por diferentes audiências e espectadores, reforça a necessidade de se compreender a comunicação mais pela vertente das mediações do que dos meios, ou seja, como uma questão cultural, e assim nos dá pistas de como encarar a dinâmica dessas relações. Deslocando o debate do âmbito da recepção para o da produção, podemos afirmar, portanto, que fontes de informação da área de saúde e jornalistas estão imersos em um contexto cultural mais amplo que deve ser levado em conta. Além disso, ambos são mediadores, atuando cada qual no sentido de criar pontes entre mundos significantes apartados – sejam eles os diferentes temas que abordam, sejam os diferentes grupos sociais ou culturais a que se reportam.

Ao definir os contextos como campos de luta simbólica e constituidores da realidade, Araújo (2009) observa que é neles que os agentes desenvolvem suas estratégias com vista a manter ou transformar a ordem dominante. Especialmente um dos contextos de que trata a autora, o situacional, nos interessa aqui para compreender a dinâmica das relações entre jornalistas e fontes de informação. Diz Araújo (2009) que as diferentes posições ocupadas pelos interlocutores na topografia social determinarão a legitimidade de sua fala e o poder de que poderão dispor para desenvolver suas estratégias enunciativas. Neste sentido, a observação dos diferentes locais de fala de nossos entrevistados será fundamental para situar seus discursos e interpretar as contribuições que nos trazem com suas lembranças.

Abordaremos neste capítulo as mudanças ocorridas tanto no modo de produção jornalística quanto nos espaços que a saúde veio ocupando nas diversas editorias de *O Globo* ao longo do tempo. Para isso, vamos nos valer das informações e impressões fornecidas por nossos entrevistados e também de estudos que nos antecederam e discutiram aspectos dessas transformações. Alguns saberes de nossa vivência como repórter poderão também ser evidenciados aqui.

4.1 TRANSFORMAÇÕES NA ATIVIDADE

Ribeiro (2002, 2003) identifica nos anos 50 o momento da primeira grande modernização da imprensa brasileira, especialmente a do Rio de Janeiro, com as reformas gráficas, editoriais e empresariais implementadas por periódicos como *Última Hora*, *Diário Carioca* e *Jornal do Brasil*. Do ponto de vista administrativo, diz a pesquisadora, as mudanças foram tênues, marcadas pelo início da adoção de padrões empresariais que levariam a um gerenciamento mais impessoal da atividade. As grandes transformações se deram, sobretudo, nos aspectos técnicos e de comportamento profissional, a partir da introdução de novos parâmetros de produção discursiva – inspirados no modelo norte-americano, valorizando especialmente o ideal da objetividade – e no cultivo, por parte dos jornalistas, de um conjunto de regras baseadas em ética e responsabilidade com vistas a se firmarem socialmente enquanto categoria profissional:

Nesse mesmo contexto, o jornalismo foi deixando de ser apenas uma ocupação provisória e se tornou uma profissão, com identidade própria, diferenciada da dos literatos e da dos políticos. A criação da identidade dos jornalistas parece ter girado em torno de algumas questões fundamentais, todas associadas a um processo de valorização da profissão: a salarial (aumento dos rendimentos), a educacional (criação das escolas de jornalismo), a jurídica (regulamentação da profissão), a sindical e associativa (construção de espaço de resistência, negociação e sociabilidade), a ética (criação de uma nova deontologia, baseada no compromisso com a objetividade e na responsabilidade social) e a liberdade de imprensa. (RIBEIRO, 2002, p. 2)

A essas renovações de órgãos de imprensa nos anos 50 somaram-se outras nas décadas seguintes, como as da *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, assim como o fortalecimento das emissoras de TV e o surgimento de novas revistas, com destaque para *Realidade* e *Veja*, ambas da editora Abril, ampliando bastante o mercado de trabalho para os jornalistas. Analisando o jornalismo brasileiro dos anos 70, Gentilli (2001) chama a atenção especialmente para a censura imposta pelo regime militar, que começa a se abrandar mais para o final daquela década, ao mesmo tempo em que os movimentos estudantis recuperam suas forças e começam a pipocar as greves operárias.

O autor avalia que a efervescência dos movimentos sociais no final da década de 70 contaminou também as redações de jornais, que àquela altura se configuravam ambientes bastante plurais, misturando jornalistas mais experientes com recém-formados, e onde se compartilhavam diversas concepções acerca do papel do jornalista na sociedade, desde

aquelas que viam nele um assalariado como outro qualquer até as que o definiam como um profissional importante, sobretudo por seu compromisso social com a verdade.

Para Gentilli (2001), a fracassada greve¹⁸ dos jornalistas nas redações paulistas em 1979 – que se encerrou sem a conquista de qualquer das reivindicações apresentadas e desencadeou uma onda de demissões por todas as redações do estado – e a criação, logo em seguida, da entidade patronal Associação Nacional de Jornais (ANJ) provocariam uma guinada no tipo de sistema jornalístico que se poderia ter consolidado naquela década, mais preocupado com a produção de informação voltada para o exercício da cidadania. Segundo o pesquisador, tal sistema acabou por se firmar nos anos 80 com outro sentido, apontando para um descolamento entre jornais e jornalistas: “Jornais transformam-se em meras empresas comerciais preocupadas com o lucro. Jornalistas transformam-se em meros vendedores de uma técnica profissional, disponível para qualquer serviço” (GENTILLI, 2001, p. 2).

Nos anos 80, a informatização das redações traria certa tensão ao meio profissional, com a eliminação de algumas funções no processo produtivo e a divisão da categoria entre os que consideravam a modernização positiva e os que resistiam a ela, por medo de não se adaptarem e ficarem na mira do desemprego. Matéria publicada sobre o tema pela *Revista Imprensa*, em 1987, comparava a então redação de *O Globo* – que ganhou seus primeiros computadores em 1985 – com a sede de uma estatal ou empresa multinacional, devido ao quase silêncio reinante e certos “luxos” incorporados ao ambiente que outrora se caracterizava pelo burburinho e o desconforto:

As persianas amarrotadas foram substituídas por um moderno sistema de iluminação que inclui um requinte inimaginável: calhas especialmente desenhadas, cujos focos de luz só iluminam as mesas dos terminais, sem reflexo nos olhos ou nas telas. Um sistema de ar-condicionado central acabou com o clima tropical que sufocava paciências e inviabilizava leads geniais. E a sinfonia de pretinhas deu lugar a um silêncio cibernético, propiciado pelos 140 terminais e suas 138 teclas diabólicas. Sobraram as campainhas dos telefones e as vozes, agora menos incômodas (ADEUS, 1987, p. 37).

Sobre o significado daquelas mudanças na rotina de trabalho dos jornalistas, o então editor de Opinião de *O Globo*, Luiz Garcia, comentou, na mesma reportagem: “Incorporamos etapas do processo de produção do jornal que antes estavam em outras mãos e isto não apenas aumenta o poder político interno dos jornalistas nas empresas, aumenta também a

¹⁸ Sobre o assunto, ver: Ribeiro, Wagner. A greve dos jornalistas de 1979. Disponível em: <http://leiturasdahistoria.uol.com.br/greve-dos-jornalistas-de-1979/>.

responsabilidade” (ADEUS, 1987, p. 39). Tal relato sobre a elevação do poder dos jornalistas nas empresas com o advento da modernização, entretanto, não encontra respaldo em pesquisadores, como Baldessar (2005) e Medina (1988), dedicados ao tema, que viram manter-se a velha relação entre empresários e profissionais de mídia, “mediada pelo capital e pela exploração do trabalho” (BALDESSAR, 2005, p. n/d), principalmente porque tais modernizações, via de regra, costumam contemplar investimentos apenas (ou substancialmente) em equipamentos, tecnologias e treinamentos necessários à operação das tecnologias, deixando em segundo plano a formação humana para a realização da atividade fim, que é a produção de conteúdo jornalístico de qualidade. Ao dissecar, nos anos 80, o processo de produção jornalística nas principais emissoras de TV e jornais do eixo Rio-São Paulo, Medina (1988) encontrou grandes avanços industriais, informatização e diversificação de produtos. Mas destacou:

Esta modernização, é bem verdade, acelerou-se violentamente nas últimas três décadas. Mas, além de não ter amadurecido, sobretudo no que diz respeito à informação, ela obscurece a não modernização das estruturas organizacionais e administrativas e obscurece, o que é mais grave, o atrasado sistema de autoridade que controla a produção (MEDINA, 1988, p. 137).

Foi também naquela década que o chamado jornalismo de serviço começou a se fortalecer, com a adoção de estratégias receitadas por professores da Universidade de Navarra (ADGHIRNI, 2002) que chegaram a prestar consultoria para alguns dos mais importantes jornais do país. Emerge, após essas consultorias, a ideia de “usinas de informação”, com os jornais se dedicando a produzir conteúdo amplo e variado não somente com o intuito de ampliar sua gama de leitores e atender a todos os gostos, mas também para fornecer conteúdo a empresas menores de comunicação e outros clientes corporativos. Sobre essa fase, comenta o jornalista Luis Nassif:

A mídia passou a recorrer a departamentos de pesquisa, a leituras imediatistas do que as pesquisas mostravam, a tentar atender as demandas de curto prazo do leitor. E aí se tornou refém do pior censor: a ditadura da opinião pública ou, melhor, atuar passivamente oferecendo ao leitor aquilo que se pensa que ele quer (NASSIF, 2003, p. 13).

Essa necessidade de operar ainda mais em conformidade com o mercado impulsiona os jornais na adoção de novas e modernas tecnologias de informação e comunicação. Assim, seguem-se àquele primeiro passo na informatização, com os chamados “computadores burros” – meros terminais de digitação – outras modernizações, nos anos 1990 e 2000, que de

fato foram transformando bastante a atividade produtiva na redação, com a paginação eletrônica, indexação da pesquisa e por fim a entrada na era da internet.

Nossas entrevistas com profissionais de jornalismo que atuaram desde os anos 80 e alguns que ainda atuam em *O Globo* trazem muitos exemplos de como essas transformações nos modos de produção na redação ao longo dos últimos 30 anos interferiram também nas relações dos jornalistas com suas fontes de informação. O dado mais comentado, talvez por ser o que mais afeta o profissional em seu dia a dia, foi a redução paulatina da mão de obra na redação e a precarização das condições de trabalho, pelo excesso de tarefas, a despeito da incorporação de novas tecnologias que, teoricamente, deveriam ter trazido mais conforto e rapidez no trabalho e mais qualidade às matérias produzidas.

Se, por um lado, algumas promessas de melhorias de fato se cumpriram – por exemplo, o uso da internet e a modernização das bases de pesquisa do jornal tornaram mais ágil o levantamento de informações e mais fluidos os contatos com as fontes – por outro lado esse tempo ganho nem sempre foi empregado na possibilidade de os repórteres se dedicarem mais aprofundadamente à produção de suas matérias, mas sim à realização de mais matérias por cada profissional durante a jornada, uma vez que as equipes iam sendo reduzidas com as demissões e o trabalho era redividido entre aqueles que permaneciam empregados.

Jota¹⁹ começou a trabalhar em *O Globo* no ano de 1985, na editoria Rio, e tem lembranças de uma equipe bastante ampla, sobretudo em comparação com aquela da qual se despediu no final de 2015, quando se aposentou, e que estava ainda mais reduzida um ano depois, no momento de nossa entrevista, em 2016: ela estima que em 1985 a editoria reunia em torno de 80 integrantes, embora possa nesta conta estar incluindo outras funções jornalísticas além do reportariado. Mas confirma um encolhimento no número de repórteres no fim de 2016: “Não que haja a necessidade de ter oitenta e poucos repórteres numa editoria, eu acho que com a internet já não tem mais essa necessidade, mas vinte e poucos eu acho muito pouco para cobrir o Rio inteiro, sabe? Inclusive o interior”.

Esta fase, em meados dos anos 80, conjugava amplas equipes de profissionais com baixa informatização da redação, já que data de 1985 a implantação do primeiro sistema de computadores, um equipamento que não contava com muitos recursos, mas que aposentou as máquinas de escrever e aboliu o uso das laudas de papel. A diagramação seguia sendo feita com régua, papel e fotografias impressas, e as principais bases de pesquisa continuavam

¹⁹ A caracterização de cada um de nossos entrevistados, que começarão a aparecer com frequência a partir desta parte do trabalho, foi feita no capítulo 3 (p. 58-60).

sendo as pastas com recortes de jornais e revistas antigos, assim como um punhado de compêndios e livros de referência sobre alguns assuntos.

Jota5, que se integrou à editoria Rio já no final da década de 80, também tem lembrança de uma equipe muito mais ampla que a atual, embora seus números sejam diferentes dos relatados por Jota4. Para ilustrar, ele cita um dos fatos mais corriqueiros do passado, na hora do fechamento²⁰: “Quando eu entrei, em 1989, a redação do Globo fervilhava, o fechamento da editoria Rio, naquela época, com 35, 36 repórteres, nem tinha computador para todo mundo sentar na hora de escrever”, relembra o jornalista, revelando que uma prática comum na época era “desalojar” os repórteres dos Jornais de Bairro²¹ que não estavam em fechamento, mas apenas adiantando textos para os dias seguintes, para poder usar seus computadores, pois o número de repórteres presentes na redação era sempre infinitamente superior ao de computadores, mesas e cadeiras disponíveis.

Com o tempo, não somente foram sendo feitos investimentos para ampliar a infraestrutura física como também as equipes foram sendo reduzidas. Até chegar ao ponto, segundo Jota5, de o ambiente parecer uma redação fantasma: “Hoje em dia você vai lá e aquilo lá é um deserto, entendeu? (...) Tem espaço, você pode sentar, você pode dormir se quiser, tem espaço à vontade”, diz o jornalista sobre o ambiente físico de *O Globo* em meados de 2016, antes da unificação, em janeiro de 2017, das redações dos três jornais do Infoglobo (*O Globo*, *Extra* e *Expresso*) e de seus respectivos sites no prédio construído ao lado do antigo, no Centro do Rio. Sem querer firmar uma crítica ao tipo de investimento que a empresa faz – mais em infraestrutura, menos em gente – o jornalista deixa transparecer o incômodo, dele e de seus pares, com a desproporção existente entre espaço e mão de obra. De toda forma, o relato corrobora o que Medina (1988) observou sobre o comportamento das empresas de comunicação brasileiras com relação às ações empreendidas para acompanhar a modernização do setor em termos globais:

O esforço para eliminar os descompassos tem privilegiado, como já foi dito antes, a tecnologia. Com isso, poucos investimentos têm sido carreados para os recursos humanos que produzem a informação – o jornalista ou o comunicador social (MEDINA, 1988, p. 143).

²⁰ No jargão jornalístico, “fechamento” é o momento de conclusão do trabalho de edição das matérias, horário limite para que as páginas fiquem prontas e sejam enviadas à gráfica para a etapa de impressão do jornal.

²¹ Os Jornais de Bairro são cadernos, em formato tabloide, com noticiário específico de um bairro ou grupo de bairros da cidade e de outras regiões do estado, e que têm circulação semanal.

Jota1, que exerceu a função de editor em parte dos anos 90, cita ter tido sob seu comando, naquela época, uma equipe em torno de 40 profissionais, que, segundo ele, estava reduzida a pouco mais de 20 em 2016. “É um corte de quase cinquenta por cento. Então o número de páginas do jornal também diminuiu. Não proporcionalmente, mas diminuiu. Os assuntos cobertos diminuíram, e a possibilidade de especialização do repórter deixa de existir”. Ele também lamenta que, nos períodos de crise, em que o jornal se diz obrigado a demitir profissionais para reduzir custos, opte por fazê-lo exatamente cortando os salários maiores, que, via de regra, correspondem aos repórteres mais antigos e especializados, mantendo aqueles que estão começando e ainda não tiveram tempo de se especializar: “É um corte que eu considero burro (...) Você faz para cortar menos gente e corta pessoas que ganham mais, então você acaba, de certa forma, sacrificando a qualidade do produto”.

Por sua vez, Jota4 considera que essa estratégia de enxugamentos vem conduzindo a uma situação em que o jornal cada vez menos dá atenção aos temas que ele próprio, por meio de suas pesquisas feitas com assinantes, identifica como de interesse da população, como saúde, educação e fiscalização das atividades da gestão pública. E, em referência a um dos fatos que mais intrigam o público leitor de jornais neste atual momento político, comenta: “Essa roubalheira toda da política, como que ninguém sabia? Como que não descobriram antes? Precisou falir o país, falir o estado, para as pessoas descobrirem isso? Será que foi tão escondido assim ou não tinha gente suficiente para cavar informação?”. Jota4 lembra que a aposta em matérias investigativas sempre foi a marca da publicação, mas que para a realização dessas é preciso ofertar aos repórteres condições mínimas de tempo para pesquisar os assuntos e conversar com suas fontes, o que cada vez acontece menos.

A estrutura da redação nos anos 80 de fato era bem diferente da que se podia observar em 2015. Tanto com relação à quantidade de profissionais quanto no que diz respeito à organização das rotinas produtivas. Muitas antigas funções foram desaparecendo, algumas em decorrência da própria modernização do processo produtivo, do ponto de vista industrial, outras devido ao redesenho do perfil do repórter, que passou a acumular diversas tarefas antes divididas entre vários outros atores. Repórteres setoristas²², redatores e pauteiros são algumas dessas funções que praticamente não mais existem, mas os trabalhos que os antigos profissionais realizavam precisam continuar sendo feitos – pelo repórter, de modo geral. Assim, mesmo não havendo um setorista de Saúde (os setoristas de todos os temas foram sendo extintos ao longo dos anos 90), continua-se exigindo que os repórteres que cobrem a

²² Setorista é o repórter que cobre especificamente um assunto (saúde, educação, segurança etc.) ou um local gerador de notícias (sedes de governos, secretarias e ministérios, casas legislativas e judiciárias etc.).

área estejam minimamente informados sobre o que acontece no setor. E a forma que estes encontram para cumprir a tarefa é recorrer a suas fontes, e na maior parte do tempo aos assessores de imprensa dessas fontes. A prática foi intensificada a partir do final dos anos 90 e tem-se mostrado cada vez mais imprescindível, uma vez que o repórter não cumpre mais a rotina de percorrer pessoalmente secretarias, hospitais e outros setores. O recurso por buscar os assessores, por vezes, acaba ocorrendo de forma excessiva e até descontrolada, como diz Assessor¹, relatando o desespero de alguns repórteres para dar conta da carga de trabalho:

[Antes] Quando a gente vendia uma pauta para o jornalista, ele gostava da pauta e ia apurar. (...) Hoje ele não tem tempo, tem que fechar aquela editoria e [fazer] mais não sei quantas coisas. Então ele pede ajuda ao assessor: “Dá para você mandar umas aspás?” (ASSESSORA1).

Em entrevista concedida em outubro de 1997 a Abreu e Lattman-Weltman (2003), o ex-Diretor de Redação de *O Globo* Evandro Carlos de Andrade – que esteve no posto por 24 anos, entre 1971 e 1995 – afirma que aumentar o número de repórteres e melhorar o padrão salarial destes foi uma das estratégias que implantou, em sua gestão, com o objetivo de melhorar a cobertura jornalística do veículo. Andrade relata que, ao pagar melhores salários, passou a exigir exclusividade dos jornalistas, pois até os anos 70 era bastante comum que os profissionais acumulassem a função na redação com algum outro emprego, especialmente cargo na burocracia estatal, panorama que se foi modificando com o processo de profissionalização da classe. “Quando entrei, eu tinha tido aquela experiência de ser funcionário público, sabia o dano que aquilo causava. Como os salários já eram dignos, a primeira coisa foi dizer: ‘aqui não pode acumular, não pode ter cargo público’” (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2003, p. 44).

Se de fato o aumento do número de repórteres na redação de *O Globo* e a elevação do padrão salarial do grupo, empreendidos entre os anos 70 e meados de 90, foram responsáveis por melhorar a qualidade da cobertura jornalística, como defendeu Andrade (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2003), o que vemos agora são os nossos entrevistados salientarem que o movimento oposto, nos últimos anos, de redução das equipes – especialmente com a troca de repórteres mais especializados por iniciantes ainda sem experiência – pode estar contribuindo para o que consideram a queda dessa qualidade conquistada. Jota⁴ diz que a sobrecarga de trabalho é visível, com os repórteres se encarregando de três a quatro pautas por dia, tendo que apurar tudo com muita pressa, o que impede maiores elaborações. Fora o fato de que hoje o mesmo repórter trabalha para as diversas plataformas de mídia da empresa: “Ele

tem que escrever para o jornal impresso, tem que passar flash, tem que fazer matéria para o on-line, tem que fotografar, tem que filmar, tem que gravar, então acaba sendo muita coisa para uma pessoa só”.

Jota6, por força de seu presente trabalho em assessoria de imprensa e produção de conteúdo extrarredação, tem atuado bastante na proposição de pautas a seus antigos colegas de jornal. Ele acredita que as demissões ou substituições de repórteres tarimbados por uma maioria de novatos sem experiência – o que se tornou regra nas empresas de comunicação – interferem negativamente no noticiário de saúde. Na sua observação, a falta de experiência desses iniciantes na profissão os leva a um julgamento superficial sobre a importância dos temas sugeridos pelas fontes ou oferecidos pelas agências de notícias:

Hoje é muito fácil enganar jornalista na área de saúde (...). Você propõe a pauta e eles ficam só perguntando “qual a novidade?” e não sabem avaliar. Às vezes a novidade que eles publicam está tão distante da realidade que não tem nem por que publicar aquilo. E fica aquela coisa de camundongo, de macaco... E isso não é saúde. Às vezes, nem é ciência (JOTA6).

Como se vê, a valorização da experiência é muito recorrente no discurso dos jornalistas. Neste caso em particular, porém, é preciso ter em conta que a própria percepção do jornalista experiente com relação à importância dos temas propostos pode ter sido alterada, na medida em que ele trocou de posição, tornando-se a fonte ou o assessor da fonte. Neste sentido, apesar de ter a experiência jogando a seu favor, ele terá que disputar espaço no mercado concorrente de notícias. Mesmo que, por muitas vezes, ele tenha uma informação ou notícia de peso e que considere de alta relevância, ela poderá não ser “comprada” pelos repórteres por diversos fatores, e não somente pela falta de experiência e de visão dos profissionais, novos ou antigos, sobre os conteúdos ofertados via mediação dos assessores.

Outra transformação que Evandro Carlos de Andrade reivindica como tendo sido uma determinação sua à frente de *O Globo* foi o que ele chamou de desmontagem da “estrutura policial da redação”, que contava nos anos 70 e 80 com uma editoria chamada Repol (Reportagem de Polícia)²³: “...os assuntos policiais passaram a ser assuntos da reportagem geral. Não havia mais ninguém ligado com delegado, com coisa alguma. Acabamos com esse tipo de fonte especial” (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2003, p. 44). Operar tal mudança na forma como jornalistas e fontes – sobretudo as da área policial – se relacionavam pode ter sido o real desejo de Andrade ao retirar protagonismo da Repol, mas a regra não parece ter

²³ A Repol é hoje um setor da Editoria Rio, chamado também de Escuta, na qual um jornalista acompanha a programação jornalística das TVs e das rádios e monitora as comunicações por rádio de polícia e bombeiros.

sido adotada sem reservas pelos jornalistas, a julgar pelo que nos relata Jota4 em referência a um acontecimento dos anos 90 (já a fase final de Andrade na direção de redação):

O pessoal da reportagem foi a um show do Maurício Menezes²⁴. Estamos lá [na casa de espetáculos] e tocou o telefone: era uma operação policial que estava acontecendo, quer dizer, O Globo disse que estava acontecendo uma grande operação, o chefe falou. E nós três que cobríamos a Polícia Civil, a Federal e a Militar estávamos no show. Era assim: cada um ligava para sua fonte e falava “não, não é a Civil”, “não é a Militar”, “não é a Federal”, “não é agora, isso não está acontecendo”. Mas por quê? Porque cada um tinha o celular de alguém que tinha confiança o suficiente em você de passar o número de celular, e tinha confiança de falar para você “está acontecendo” ou “não está acontecendo”. Todo mundo tinha sua fonte especial, que só falava com você (JOTA4).

A relação acima explicitada é exemplo de que, nem sempre, mudanças impostas de cima para baixo se concretizam na prática dos jornalistas. Acreditamos que as regras no relacionamento entre jornalistas e fontes é uma delas, pois, ao contrário do que Andrade ditou como sendo as novas normas para os repórteres de *O Globo*, a prática de manter uma ou algumas fontes como “informantes preferenciais” continuava sendo vista pelos repórteres como necessária. Na visão deles, esta era a única forma de se manterem informados sobre seu setor, na impossibilidade de circular presencialmente pelos lugares. Mas a facilidade de comunicação existente hoje entre as fontes e os repórteres, via e-mail e outros recursos, num movimento de mão dupla que facilita aos dois lados se localizarem e manterem contato, tem deixado cada vez mais para trás o estatuto da exclusividade, tão caro aos jornalistas, como confirma Jota4: “Hoje é muito difícil pegar alguém que tenha uma fonte exclusiva. Quando você abre os jornais, vê tudo meio que pasteurizado, é a mesma notícia em todos os lugares. A internet facilitou de um lado e atrapalhou de outro, mas não tem como lutar contra isso”.

Embora não seja possível afirmar uma relação de causa e efeito entre as duas situações, o fato é que a saída de cena da fonte exclusiva aconteceu em paralelo ao reforço da presença do assessor de imprensa, que aos poucos foi ganhando mais espaço de trabalho e, em um segundo momento, também um status profissional mais elevado. Autores como Medina (1987), Lage (2000) e Chaparro (2007) apontam que, até os anos 70, a atividade de assessoria era vista como algo menor pelos jornalistas, e a figura do assessor era mais associada ao

²⁴ Em 1990, durante o sequestro do publicitário Roberto Medina, para passar o tempo enquanto fazia plantão diante da casa do publicitário à espera de notícias, o jornalista Maurício Menezes teve a ideia de reunir as gafes dos colegas de profissão no *stand up* Plantão de Notícias. Quando o sequestro acabou, percebeu que tinha um show montado, que começou a apresentar em bares e ainda hoje apresenta em teatros. Fonte: Portal dos Jornalistas. Disponível em: <<http://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/mauricio-menezes/>>.

sujeito que bloqueava os fluxos informativos e blindava seus chefes. As muitas demissões nas redações que se seguiram à greve dos jornalistas nas redações paulistas em 1979 (GENTILLI, 2001; DUARTE, 2001) fizeram com que muitos desses profissionais fossem deslocados para assessorias, algumas poucas já constituídas e outras nascentes, aproveitando um momento em que as empresas começavam a fortalecer seus departamentos de comunicação no intuito de buscar mais visibilidade na mídia por meio dos temas econômicos, uma vez que o noticiário político era restrito e controlado pela ditadura.

Essa nova fase da assessoria de imprensa, com profissionais oriundos das redações (os que atuavam antes tinham perfil mais forjado na área de relações públicas) trouxe outra dinâmica ao trabalho. Esses novos assessores aproveitavam a experiência anterior que tiveram na rotina da produção jornalística para ofertar aos colegas um material “pronto e acabado”, mais fácil de ser publicado porque atendia a supostos critérios de valores-notícia e chegava em momento de redução da mão de obra nas redações, facilitando muito a vida de repórteres tão sobrecarregados (DUARTE, 2001). É neste contexto que sustentamos que a fonte exclusiva começa a ser substituída pela “notícia exclusiva”: o assessor passa a disponibilizar sua fonte aos mais diversos veículos, utilizando a estratégia de, a cada momento, brindar um desses veículos com uma notícia exclusiva, ou ofertar um aspecto diferenciado da mesma notícia a cada um deles, de forma a maximizar a divulgação do cliente.

No livro que resultou de sua pesquisa de doutorado, abordando a mídia das fontes, Sant’Anna (2009) apresenta um interessante painel sobre jornalistas empregados formalmente na iniciativa privada entre os anos de 1986 e 2004 no Brasil, dividindo-os em três grupos – rádio e TV; jornal, revista e agência; extrarredação (jornalismo institucional e assessoria de imprensa) – e marcando a evolução do peso de cada setor no mercado de trabalho. Observou que ao longo daquele período a mídia audiovisual se manteve relativamente estável, com fatia entre 15% e 21% do mercado. Já os outros dois setores oscilaram bastante, um crescendo conforme o outro encolhia e vice-versa. Na segunda metade dos anos 80, o percentual de jornalistas extrarredação era maior do que nas redações (em média, 52% contra 30%). Ao longo dos anos 90, o cenário foi invertendo-se aos poucos, chegando a 31% contra 48% em 1997. A partir dos anos 2000, as posições oscilaram novamente em sentido oposto, e em 2004 a proporção era de 60% de jornalistas extrarredação e 20% em jornais, revistas e agências.

O conjunto dos dados [...] nos demonstra a existência de um modelo de empresa jornalística no Brasil que se vale intensamente dos conteúdos produzidos externamente a ela para a construção dos produtos midiáticos que difunde (radiojornal, telejornal, jornal e revista). Isso torna a presença do

jornalista parcialmente dispensável, ou pelo menos reduzida, dentro das redações tradicionais, mas intensamente necessária fora delas, junto às fontes. A fonte, cujo segmento temático não é privilegiado pela cobertura rotineira, se desejar obter um mínimo de visibilidade pública, tem que facilitar e até promover o acesso das informações. Esta ação deve acontecer junto aos jornalistas enquanto profissional e à imprensa tradicional, enquanto estrutura midiática (SANT'ANNA, 2009, p. 263-4).

Quanto à área da saúde, nosso foco de interesse, especialmente o segmento associado ao mercado é atendido por esse grande contingente de ex-repórteres e hoje assessores de imprensa. Desde as empresas até os profissionais de saúde individualmente, todos que contratam assessorias estão em busca de um espaço na mídia, com o intuito de destacar seus serviços e participar na construção dos sentidos do que é a saúde hoje. Não é uma tarefa fácil, como nos conta Assessora³. Segundo ela, é forte entre os jornalistas a ideia de que as pautas positivas – e é essas que os assessores disputam, não as negativas – precisam conter novidades e benefícios ao público em geral, explicitar sua função social. Para o setor privado, segundo ela, é mais difícil cumprir essas exigências, mas não impossível: “Tem que ter uma iniciativa muito bacana, fenomenal, um programa com crianças carentes. Você faz uma ação social, chama uma celebridade (...), e até consegue um espaço. Porque é um assunto voltado para a população”. A batalha, portanto começa na pauta.

4.2 PAUTA: GLÓRIA, AGONIA E MORTE

Introduzida nos jornais a partir das mudanças estruturais dos anos 50 do século passado, a pauta jornalística foi se construindo como um roteiro diário de trabalho no qual constavam praticamente todas as matérias que estavam sendo produzidas naquele dia, salvo os acontecimentos repentinos. Havia um profissional específico – o coordenador de pauta ou pauteiro – responsável por organizar esse roteiro e incluir em cada item um breve histórico do assunto, aventar possíveis desdobramentos da notícia, o enfoque recomendado pela chefia e algumas sugestões de fontes a serem consultadas pelo repórter. Com a extinção desse cargo, que aconteceu nas principais redações ao longo da segunda metade da década passada, hoje quem cuida da pauta é o chefe de reportagem, que acumulou aquela função com as várias outras que já estavam sob sua responsabilidade.

Ao lançar, em sua pesquisa de doutorado, um olhar acadêmico sobre a pauta jornalística, Luz (2005) introduziu premissas contextuais que lhe permitiram definir três categorias de pauta em relação à autonomia das redações frente ao centro gerador do tema

pautado: externa, mista e interna. A autora relacionou tais categorias a diferentes épocas e modos de produção nas redações brasileiras. A pauta externa, segundo Luz, é aquela gestada e gerida de fora para dentro do jornal, sem passar pelo crivo de profissionais treinados para ampliar abordagens ou mesmo separar fatos de opiniões. Segundo a pesquisadora, essa foi a pauta em voga desde o começo da imprensa no Brasil, em 1808, até meados do século passado, uma longa fase em que “o fator mobilizante para a existência dos jornais era o ideário político, econômico e cultural” (LUZ, 2005, p. 23), e tal ideário era construído no mundo externo aos jornais.

A partir dos anos 1950, no momento de transição para um modelo que começa a introduzir a profissionalização, quando surge a divisão do trabalho nesse ramo de atividade (gráficos se estabelecem como categoria, separa-se a parte comercial), a autora sustenta que a pauta passa a ser mista, mantendo-se muito da pauta externa e já introduzindo características da pauta interna, que será a marca do jornal empresa: “A pauta interna é aquela que, mesmo com a forte influência dos interesses políticos e econômicos do proprietário do jornal, é construída a partir dos quadros profissionais que constroem a rotina do jornalismo” (LUZ, 2005, p. 20).

Em depoimento a Luz, o ex-diretor de redação do *JB* Alberto Dines revela que a pauta é um produto tipicamente brasileiro, que não existia na imprensa americana, da qual copiamos boa parte das novidades introduzidas especialmente a partir dos anos 1950. E tal invenção – que Dines sequer considera como sendo boa – teria surgido a pretexto de solução para um problema crônico de então, segundo o jornalista, que era um certo caos reinante na cobertura diária dos assuntos: “A pauta representou, digamos, uma coordenação. Naquela época havia repórteres de setor, que cobriam sempre a mesma área, aquele repórter que ia cobrir os hospitais, o que ia pro cais do porto etc. (...). A pauta, de certa forma, organizou a bagunça” (LUZ, 2005, p. 76-77).

Dines conta que, ao chegar para dirigir a redação do *JB*, em 1962, já encontrou um pauteiro em atividade, Armando Nogueira. Segundo Dines, Nogueira “continuou fazendo a pauta durante algum tempo” e depois foi sucedido por Fernando Gabeira, mas na entrevista ele não demarca esses períodos. À medida que as editorias cresciam e a pauta, ainda única, agigantava-se, ela se transformou de solução em problema, aos olhos de Dines, e precisou ser repensada, como disse o jornalista em seu depoimento: “Percebemos que as pautas tinham que ser descentralizadas, porque senão seria uma pauta grande demais” (LUZ, 2005, p. 75). Com o tempo, cada editoria passou a ter sua própria pauta, sendo a da editoria local sempre a

mais robusta, e por isso a que costumava contar, na maioria dos jornais, com um profissional exclusivo ou quase exclusivo à sua frente.

Jota3, que coordenou a pauta da editoria local de *O Globo* por cerca de 10 anos – os últimos de uma trajetória de quase três décadas como jornalista da casa – descreve a atividade como a de um roteirista que precisa estar atento a todas as condições de desenvolvimento de uma trama, para garantir continuidade com relação ao passado e tentar prever todas as possibilidades de desenlaces futuros. Assim, ele chegava no começo da noite à redação e iniciava suas tarefas pela leitura minuciosa dos jornais produzidos naquela jornada e que circulariam no dia seguinte – tanto o próprio quanto os concorrentes – além do acompanhamento dos telejornais da noite, para registrar os assuntos presentes na pauta do dia que viraram notícia e os que foram descartados. A partir daí, preparava diretrizes para a repercussão das matérias que continuariam em evidência no dia seguinte, atualizava aquelas sugestões que não chegaram a ser executadas no dia, mas ainda tinham validade, e incluía novos itens na pauta, tanto extraídos do próprio noticiário quanto das inúmeras sugestões recebidas por meio dos mais diversos canais: cartas e telefonemas de leitores, recomendações de chefias, dicas de repórteres, denúncias anônimas e suas próprias anotações, como ressalta Jota3: “Tudo vinha dessa colcha de retalhos, e a função do pauteiro era justamente organizar e direcionar para o chefe de reportagem que, ao chegar, no início da manhã, ia distribuindo os repórteres em cima do que ele considerava os assuntos de maior importância”.

Especificamente com relação às sugestões de fontes a serem ouvidas pelos repórteres, Jota3 informa que estas também surgiam do cotejamento de diversas informações: desde a própria expertise do pauteiro em relacionar os temas noticiados às autoridades competentes e especialistas das áreas – portanto, em função de seu conhecimento prévio – até as atualizações feitas cotidianamente pelos repórteres que conviviam com os atores envolvidos, passando também pelas indicações formais de entidades e grupos organizados, por meio de suas assessorias de imprensa ou outros representantes: “A gente tinha setoristas que cobriam as diversas áreas e traziam as informações novas. (...) De saúde, especificamente, tinha a Elaine Rodrigues²⁵ (...) que tinha contatos na área universitária, de medicamentos e novas pesquisas, na Fiocruz e outros órgãos”, diz Jota3, relacionando essa época de grande presença dos setoristas – anos 80 e parte dos anos 90 – ao período em que a pauta do jornal foi mais rica, sempre encorpada pelas contribuições importantes advindas do retorno dado pelos repórteres

²⁵ O Portal Imprensa registra que Elaine Rodrigues “dedicou-se de corpo e alma ao jornalismo investigativo na área de saúde”. A jornalista faleceu em 16/11/2005. Fonte: Portal Imprensa. Disponível em: <http://portalimprensa.com.br/portal/ultimas_noticias/2005/11/18/imprensa6608.shtml>.

não somente com relação às matérias específicas que haviam feito no dia, mas, sobretudo, pelas conversas informais travadas nos ambientes frequentados por eles como setoristas.

Segundo o ex-coordenador de pauta, essa presença quase diária do repórter nos centros geradores de notícias permitia não apenas que ele mantivesse um contato mais intenso com suas fontes, mas também lhe abria a possibilidade de encontrar novos informantes a partir de sua própria “garimpagem”, deixando de ser tão dependente de indicações de terceiros, e assim ampliando o leque de colaboradores aos quais poderia recorrer. No entendimento de Jota3, à medida que a função de setorista foi deixando de existir, com os repórteres permanecendo mais na redação (fazendo contatos por telefone) ou acumulando outras atribuições fora dos setores que antes cobriam com exclusividade, a qualidade da pauta também foi caindo.

Jota4, que assumiu a pauta após a saída de Jota3 e foi a última pessoa a atuar exclusivamente na coordenação de pauta, função extinta no jornal em 2009, considera tal profissional de extrema importância para elevar a qualidade do jornal, mas avalia que em termos de prestígio este sempre variou entre a invisibilidade e a força: “Eu comparo a função do pauteiro com a do goleiro. Se tudo correr bem, o pauteiro está bem, o goleiro também, o time é bom; mas se tiver um furo, a culpa é do goleiro ou do pauteiro”. Jota4 lamenta o desaparecimento da figura do pauteiro da redação, pois entende que a falta de um profissional exclusivo para desenvolver a pauta provocou um empobrecimento da cobertura jornalística, já que o chefe de reportagem – assoberbado de tarefas como coordenar equipes por rádio e telefone, controlar saídas de carros de reportagem, participar de reuniões internas etc. – não tem tempo de pesquisar e propor caminhos diferenciados aos repórteres em suas abordagens, e acaba repetindo sempre as mesmas sugestões de fontes, mesmos ângulos, mesmas estruturas. Segundo Jota4, o chefe de reportagem cada vez está mais dependente do retorno dos repórteres sobre as matérias feitas e as descartadas, e refém dos *releases* e sugestões que chegam prontas das assessorias e órgãos externos ao jornal. Assim como seus colegas, Jota4 atribui a redução dos quadros da redação à crise econômica, que obriga as empresas a reduzir custos, mas não descarta outras questões: “É claro que um jornalismo não muito bem feito deve interessar a alguém. Eu não posso... eu não tenho informação suficiente para afirmar isso. A crise econômica afetou muito a imprensa. Muito, muito mesmo”.

Jota1, que chefiou repórteres em parte dos anos 90, conta que chegou a instituir que os profissionais que cobriam áreas específicas deveriam tirar um dia, de tempos em tempos, para sair da rotina e “bater perna” pelos locais em que poderiam encontrar suas fontes – universidades, centros de pesquisas, repartições públicas, ruas, entre outros: “A gente tentava, mesmo que não fosse uma vez por semana, mas de 15 em 15 dias, uma vez por mês, que [o

repórter] ficasse um pouco mais livre para rodar, para tentar aumentar o seu caderninho de telefones, para procurar ter mais gente, gente diferente”. Jota1 recorda o esforço feito então para escapar do que ele definiu como “fontes de porta de redação”, numa alusão bem-humorada ao clássico “advogado de porta de cadeia”²⁶: aquela fonte que está sempre se oferecendo para falar e se colocando à disposição a qualquer momento em que se precise de uma colaboração, e que por isso acaba sendo ouvida por puro comodismo do repórter ou devido à urgência de se fechar determinada matéria.

As preocupações de Jota1, nos anos 90, miravam um fenômeno que já abordamos anteriormente, ao falar das transformações no modo de produção nas redações, e que ele aqui define como uma espécie de terceirização da pauta para as assessorias de imprensa: por falta de tempo ou de estímulo para “cavar” suas fontes e suas pautas, o repórter passou a procurar mais as assessorias de imprensa atrás de assuntos e/ou aceitar sem muita relutância todas as sugestões recebidas dessas. “Eram inúmeros os casos de repórteres que recebiam uma pauta e [ligavam para o assessor e diziam] ‘me arruma aí alguém que fale sobre tal’, o que pra mim é uma coisa que beira o absurdo. Me arruma alguém que fale? No mínimo você tem que saber quem é quem”, diz. Quando atuava em chefia na redação, Jota1 propôs certa vez um desafio: em todas as editorias, os repórteres deveriam ficar uma semana inteira sem fazer qualquer contato com assessorias de imprensa, buscando por conta própria suas fontes e interlocutores. A ideia era testar o que aconteceria com o conteúdo produzido, se seria mais rico ou deficitário. Por falta de adesão, o desafio não foi realizado.

Houve uma resistência enorme, não só das equipes dos editores, mas do próprio comando da redação que achava que isso era bobagem, que eu estava sendo preconceituoso, que as assessorias ajudavam. Eu também não estava dizendo que elas não ajudavam, eu queria fazer um teste para ver o que acontecia com o jornal. Eu tinha uma tese de que algumas editorias iam ter dificuldades de fazer o jornal. Era quase que um treinamento, ou pelo menos um momento para lembrar... como já tem um dia por ano que você apaga as luzes para economizar, eu queria ter uma semana sem assessoria para lembrar como é fazer jornal sem assessoria. Ir para a rua, procurar a sua fonte, falar com pessoas que ninguém ofereceu para você de bandeja. Isso não aconteceu, apesar de eu ter o poder para mandar acontecer. Mas como eu não era, assim, um ditador, eu ouvia as pessoas, e de um modo geral houve uma resistência a essa ideia, então a gente acabou não fazendo. (...) Você certamente está entrevistando outras pessoas, e é possível que você ache pessoas que acham que é isso mesmo, que foi uma evolução, que é uma maneira de tratar o assunto, e que não se transforma exatamente em um problema. Eu acho que talvez não se transforme em um problema, mas existe um risco enorme disso virar um problema, do ponto de vista do leitor.

²⁶ Expressão popular em referência a advogados que vão fisgar seus clientes diretamente nos ambientes das delegacias ou prisões, uma vez que não têm fama ou competência para serem procurados pelos clientes.

Porque a gente está falando, em última instância, de quem está do outro lado, em casa, recebendo o jornal via papel ou via internet e confia na informação que você está passando. Então se ele sabe que a informação que você está passando foi o cara que pagou para uma assessoria colocar no jornal, para ele falar para você, de certa forma você está ludibriando o leitor, né? Porque ele está confiando em uma informação que você está mandando como se fosse a melhor informação que você pôde apurar naquele momento. Tudo bem que nem sempre ela é a mais precisa, todo mundo erra e tal, mas ele está confiando que você vai trazer para ele o melhor que você puder fazer. E se ele sabe que esse processo mudou, que ele está sendo feito de uma maneira torta, é estranho, né? (JOTA1).

Perguntado se os profissionais da redação, sobretudo os do comando, chegavam a fazer reflexões acerca dessa questão – o poder cada vez maior das assessorias de imprensa influenciando na escolha das fontes e, conseqüentemente, na pauta do jornal – Jota1 responde que acha que não, pois havia outras questões mais urgentes no dia a dia, e esse sempre foi visto como um problema menor: “As matérias saíam, elas não eram necessariamente ruins, tanto que iam para a primeira página (...) Poderiam ter sido mais bem apuradas, ouvidas pessoas diferentes, com uma visão mais ampla do assunto, com mais controvérsia? Sem dúvida, eu acho que sim”. Jota1 ressalta, porém, que para isso o tempo de dedicação do repórter à produção das matérias teria que ser maior do que aquele que era possível, dentro das condições existentes a cada momento. Aqui o jornalista chama a atenção para uma característica importante do jornalismo diário, e que não raro é usada para justificar a maior parte das falhas observadas: escreve-se para ontem, e a decisão entre publicar ou não publicar algo que se tem em mãos precisa ser tomada em minutos, sem muito tempo para debate. O que não impediria, porém, que essa reflexão fosse feita a *posteriori*, para reenquadrar comportamentos futuros, mas isso habitualmente não acontece: “O comprometimento que isso teve na qualidade do jornal? Não se avaliou na época se isso era grave. E talvez não se avalie até hoje”. Essa fala de Jota1 reforça o entendimento de vários pesquisadores sobre a natureza muito prática e pouco teórica ou reflexiva do campo jornalístico.

A esse respeito, e analisando a evolução histórica de nossa indústria da informação, Medina (1988) registra que sempre houve certo descompasso entre a modernização da infraestrutura e a atualização dos processos humanos ligados à atividade. O investimento em equipamentos e tecnologias foi constantemente privilegiado pelas empresas de comunicação em detrimento da transformação dos modelos de organização e administração, mantendo-se estes atrasados e condicionados ao estilo familiar e patriarcal na condução dos negócios. E a cada grande aporte de recursos realizado com o intuito de avançar na modernização do setor – informatização das redações na segunda metade dos anos 80, incorporação da internet nos

anos 90, início da convergência midiática nos anos 2000 – vendia-se a falsa ideia de uma ampla participação dos profissionais de jornalismo nessas transformações, quando em verdade mais e mais os quadros de liderança trocavam suas funções de comunicadores sociais pelas de executivos e “capitães da indústria da informação”, para usar o termo de Medina:

Embora industrialmente haja aparência de desconcentração do poder – um bom exemplo é a gradativa implantação de editoriais, de mini-redações dentro do conglomerado organizacional –, de fato, grupos de discussão, conselhos de redação ou outras formas democráticas de participação são uma utopia na indústria cultural brasileira (MEDINA, 1988, p. 137).

Voltando à questão da influência das assessorias de imprensa na elaboração da pauta jornalística, nem todos os envolvidos no processo de produção na redação veem problemas na atuação dos assessores. Jota3, que na coordenação de pauta recebia com frequência *releases* de assessorias com sugestões de pautas e de fontes a serem entrevistadas, reconhece que em muitos casos o objetivo único do assessor era divulgar os clientes que representava (clínicas, profissionais, produtos), e não necessariamente contribuir para o enriquecimento da cobertura com vistas ao interesse do leitor. Ele sustenta, entretanto, que muitas das informações fornecidas pelas assessorias não estariam disponíveis aos jornais a não ser por este meio, uma vez que era impossível que a empresa mantivesse repórteres em número suficiente para garimpar tantas novidades nas mais variadas frentes. Por isso, defende a atuação do assessor de imprensa nesse papel de mediador, considerando que o universo de fatos noticiáveis se expandiu bastante a partir da atuação profissionalizada dos assessores – “mas falo dos bons assessores, os que têm faro de jornalista” – pois estes tinham acesso a um vasto arsenal de possibilidades, além de serem “olhos e ouvidos” por toda parte, enquanto o jornalista cada vez mais foi ficando restrito ao ambiente da redação, fazendo contatos por telefone e saindo somente para compromissos já agendados ou acontecimentos imprevistos. Fazendo um paralelo com a profissão médica, Jota3 defende que as informações trazidas por assessores podem ser fundamentais para a imprensa se manter atualizada na área da saúde: “Assim como os propagandistas de laboratórios têm as literaturas médicas e levam [aos médicos] as pesquisas, casuísticas, emprego de medicamento de testes, isso [*releases* dos assessores] só contribui pra somar, porque você vai filtrando aquilo e vai tirando um lugar comum”.

A naturalidade com que Jota3 compara o assessor de imprensa ao propagandista de laboratório farmacêutico dá a dimensão exata de uma mercantilização dos espaços editoriais do jornalismo que acontece aparentemente sem qualquer crise ética. Ao creditar aos propagandistas o mérito de manter os médicos informados sobre as novidades de seu próprio

ramo de trabalho (não caberia à literatura científica este papel?) e fazer analogia entre esta situação e a relação dos assessores e jornalistas, Jota³ admite que há uma indústria (como a farmacêutica) por trás das ações das assessorias. De fato, se pensarmos no *modus operandi* desses dois grupos de promotores, veremos que há muitos pontos semelhantes. O propagandista que leva as novidades aos consultórios é também o portador de pequenos presentes – canetas, bloquinhos, agendas etc. – assim como o assessor fornece convites para festas e apresentações culturais e outros mimos, além das informações.

Já Jota⁴, que desempenhou a mesma função tempos depois, tem uma visão mais crítica, embora não desconsidere o papel do assessor de imprensa como mediador. Para ela, a contribuição do assessor tem que ser vista como o primeiro passo na busca pela notícia, que deve continuar depois com a consulta a todas as pessoas envolvidas para se tirar um meio termo. E diz que era isso que sugeria aos repórteres nas pautas que preparava, boa parte originária de sugestões enviadas pelas assessorias de imprensa: “Extrair de todas as informações o que realmente está acontecendo. Era o que a gente chamava de repórter de campo. Porque algumas fontes têm mania de achar que você tem que publicar o que ela quer. E não é assim, não deveria ser assim. Não sei como é que está hoje”. A jornalista afirma que chegou a descartar muitas fontes por causa desse tipo de comportamento. Note-se que, em sua fala, ela atualiza alguns dos princípios que são muito caros à classe jornalística, especialmente aquele que define este profissional como um ator que domina os saberes sobre o que é ou não notícia – que alguns denominam como “faro jornalístico” – e que, portanto, lhe confere o poder da última palavra acerca de aceitar ou não uma pauta.

E os assessores, como enxergam essa questão?

Assessora³, que atua profissionalmente há pouco menos de 10 anos, atualmente em uma grande empresa de assessoria, responde o “como é que está hoje?” com certa resignação, pois relata que já foi socializada na atividade com a ideia de que tem que fazer tudo o que estiver ao seu alcance, e um pouco mais, para conseguir que o jornalista se interesse por sua pauta e publique a matéria. Em muitos casos, diz ela, isso significa entregar a matéria praticamente pronta: “Eu até entendo que, hoje em dia, a redação está cada vez mais enxuta. Mas, às vezes, eu aqui faço o trabalho do cara e entrego para ele. Ele só faz a entrevista. Às vezes isso irrita? Irrita. Mas eu já estou acostumada”. A assessora afirma ainda que foram muitas as ocasiões em que viu seus *releases* publicados na íntegra, com a assinatura do repórter a quem os enviou. Como veremos no **Capítulo 5**, essa questão da assinatura das matérias nos jornais mudou muito ao longo do tempo, sendo anteriormente uma exceção e se tornando mais recentemente a regra: no passado, somente as matérias mais exclusivas e

consideradas de alta relevância eram assinadas, mas uma série de circunstâncias foi fazendo com que cada vez mais o repórter reivindicasse a autoria dos textos, chegando a um momento em que praticamente todas as matérias são assinadas, até mesmo essas que são visivelmente inspiradas em material de assessoria de imprensa, tendo muitas vezes apenas passado por um processo de adaptação pelo repórter para a linguagem padronizada do jornal.

Outra visão sobre esta questão nos é dada por Assessora1, que atuou mais de 10 anos como repórter antes de passar ao outro lado do balcão. Ela reconhece que a precarização cada vez maior do trabalho nas empresas jornalísticas acaba abrindo uma larga avenida para a atuação das assessorias, mas defende que os profissionais éticos – dos dois lados – são capazes de fazer um uso inteligente dessa situação. A assessora diz que os anos de experiência na redação a ajudaram a estabelecer relações de mais confiança com os jornalistas e agir de forma a contribuir em vez de atrapalhar – erro que, segundo ela, é cometido por muitos assessores, especialmente os novatos, quando não são bem orientados por quem já domina a atividade: “Tem que ser objetivo e não ‘alugar’. Eles [jornalistas] têm menos tempo hoje de te dar atenção. A pauta tem que ser uma coisa muito resumida, porque senão ninguém vai ler até o final. (...) São *trocentos* e-mails que eles recebem, vão ler o seu se você se destacar”.

Em resumo, a extinção do cargo de pauteiro, associada à falta de tempo dos chefes de reportagem para se dedicarem a encorpar com boas sugestões o *briefing*²⁷ que chegará às mãos do repórter encarregado de cada matéria, assim como a própria exaustão do repórter com o aumento de trabalho e a diminuição das equipes, tem proporcionado aos assessores de imprensa e às fontes de informação representadas por eles um poder enorme sobre a pauta jornalística. Como resultado, entendemos que cada vez mais ela reflete os interesses de quem investe em divulgação.

4.3 A DANÇA DAS EDITORIAS

O espaço da saúde nas páginas de *O Globo* esteve sempre pulverizado entre diversas editorias – a local, a nacional e as especializadas – com diferentes aspectos do tema sendo abordados por cada uma delas. Em seus depoimentos, Jota1 e Jota2 nos informam que preferencialmente cabe à editoria local (nomeada Grande Rio em 1987; Rio nos demais

²⁷ Segundo o *Dicionário de Jornalismo*, briefing é o “conjunto de informações que uma empresa reúne para apresentar ao seu profissional de comunicação (seja ele um funcionário ou uma agência externa) sempre que deseja tornar algum fato público, seja através de campanhas publicitárias, ou de ocupação de espaço editorial”. Cf.: <<http://dicionariodejornalismo.blogspot.com.br/2010/08/briefing.html>>.

períodos estudados) abordar os assuntos relativos ao atendimento médico à população, o funcionamento da rede de serviços, questões de saneamento, ocorrências epidemiológicas etc.; na editoria nacional (nomeada País em 2015 e O País nos períodos anteriores) também costumam aparecer alguns desses temas, quando têm abrangência nacional ou por questões internas à edição (por exemplo, eventual falta de espaço na editoria local, devido à emergência de acontecimento considerado mais relevante), mas na maior parte do tempo ali se publicam questões mais voltadas para a política de saúde e atos da burocracia estatal em Brasília; já o noticiário de teor científico é direcionado às editorias especializadas, que variaram de nomes ao longo do tempo, nomeadas como Ciência e Vida (1987 e 1997), Ciência (2008), Saúde (2008) e Sociedade (2015), surgindo e desaparecendo conforme contingências do momento.

Jota1, ao comentar essa fragmentação da saúde por variadas editorias nos jornais – especialmente em *O Globo*, onde atuou como repórter e editor – fez um curioso paralelo com a forma como a saúde sempre foi tratada pelos sucessivos governos no país:

Assim como o Brasil demorou a ter um Sistema Único de Saúde... a cobertura dos jornais sempre foi uma cobertura fragmentada. Tinha três saúdes, basicamente: uma cobertura de cidade [editoria Rio], que era saúde pública, saúde que afeta mais as pessoas no dia a dia; uma cobertura de saúde em Ciência ou internacional [editoria Mundo], que eram as grandes descobertas, uma nova vacina, um novo produto, que vinham, normalmente, das agências [de notícias] internacionais; e uma cobertura no Jornal da Família, que era de outro tipo, uma saúde... eu nem sei como é que eu classificaria essa saúde, mas ela é um pouco diferente, é mais a família, o comportamento. Eram três coberturas. É bom? É ruim? Eu não tenho certeza (JOTA1).

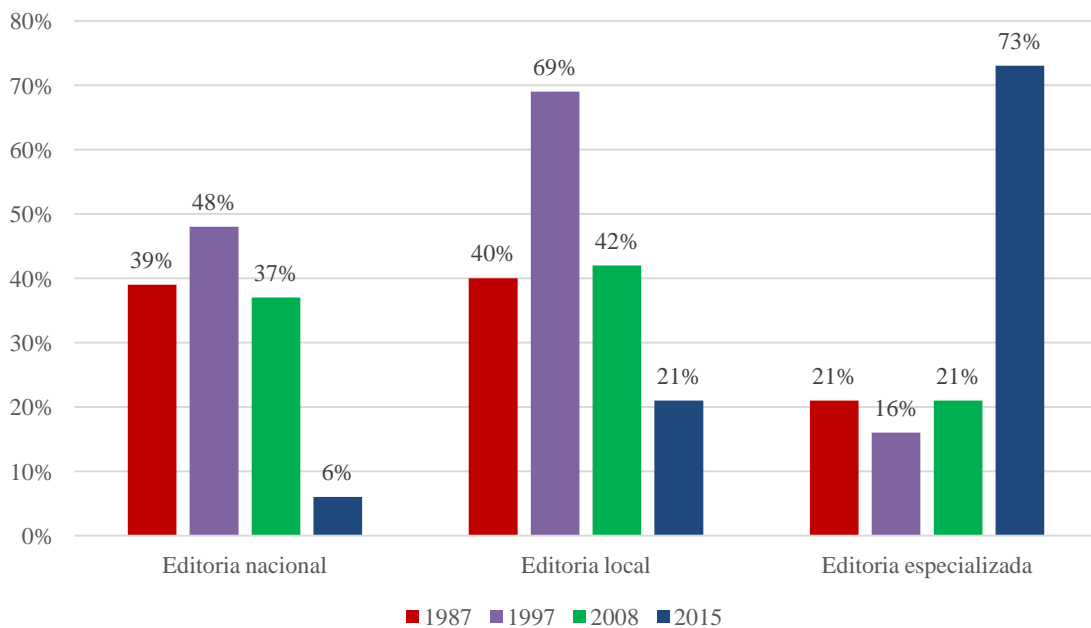
Em pesquisa de mestrado na qual entrevistou jornalistas de saúde de três publicações diárias do Rio de Janeiro, Leite (2016), comentou a interpretação de seus informantes acerca das diferentes saúdes vistas nas páginas dos jornais: consideravam saúde pública tudo o que saía nas páginas de cidade e política, como epidemias, denúncias de mau funcionamento do sistema, crises estruturais, políticas públicas etc.; e como saúde individual o noticiário reservado às páginas especializadas, mais calcado em resultados de pesquisas científicas e voltado para esclarecer sobre doenças, meios de prevenção etc. Segundo a autora, uma de suas entrevistadas assim diferenciou as coberturas: “A editoria de saúde trata da saúde da porta de casa para dentro. E a saúde pública é a saúde da porta de casa para fora”, mostrando que a mídia trabalha com sentidos bem peculiares. Aqui seria interessante ressaltar que a saúde “da porta de casa para dentro” é aquela que também aparece nas páginas comerciais dos jornais,

com anúncios de clínicas, produtos e serviços de estética etc. E concluiu a pesquisadora: “Embora o termo promoção da saúde não tenha sido formalmente referido parece ser disso que se trata prioritariamente. Mesmo quando se trata da divulgação de trabalhos científicos, é na ideia de promoção que se ancora a cobertura” (LEITE, 2016, p. 59).

Além daquelas já citadas e que estão em nosso recorte, também outras editorias publicam eventualmente matérias ligadas ao tema da saúde, como a Economia (com foco empresarial); os cadernos de Cultura e Entretenimento, habitualmente valorizando as vertentes de estética, bem-estar e comportamento, sobretudo das celebridades; o caderno de Esportes, quando o tema se entrelaça com a questão da prática de esportes.

Ao longo dos quatro períodos estudados, a editoria local (Rio) teve a maior concentração de matérias em dois deles (1987 e 2008), enquanto a nacional (País) ficou em primeiro lugar em 1997 e a especializada (Sociedade) ocupou esse posto em 2015. O **Gráfico 2** mostra a disposição das matérias publicadas por editoria em cada período, com seus respectivos percentuais. No ano de 2008 havia duas editorias especializadas (Ciência e Saúde), então somamos as matérias nesta apresentação sintética. Mais à frente, na **Tabela 2**, apresentamos os dados absolutos completos, mês a mês, nos quatro períodos.

Gráfico 2 – Matérias de saúde publicadas em *O Globo* nas editorias incluídas no recorte nos quatro períodos (1987, 1997, 2008 e 2015)



Fonte: Elaboração da autora

É possível observar que há um equilíbrio um pouco maior do número de matérias entre as editorias local e nacional nos três primeiros intervalos, o que muda muito no último período, quando a editoria especializada passa a concentrar mais de 70% das matérias. Como já dissemos, o noticiário mais factual habitualmente se divide entre as editorias local e nacional, e gira em torno das políticas governamentais para o setor e a gestão dos equipamentos públicos da saúde, a rotina do atendimento à população e os acontecimentos emergenciais, como as epidemias e os acidentes. É um noticiário que se expande e se retrai conforme uma série de fatores, desde o tamanho das equipes de jornalistas à disposição das editorias até mesmo o panorama político nas instâncias municipais, estadual e federal. Em outras palavras, quando há mais jornalistas é possível que mais temas de saúde sejam abordados; do mesmo modo – e especialmente se tratando das matérias de denúncias, que pontuam nessas editorias – esse volume poderá ter variação conforme o alinhamento ou a oposição dos dirigentes políticos com a empresa jornalística. É o que relata Fonte4: “Proponho pautas sempre, mas em muitos momentos canso de ouvir ‘isso não é matéria’. Antes [entre 1999 e 2002] passava fácil, porque era interesse bater no Garotinho. Depois, com Cabral e Eduardo, era difícil, os órgãos de comunicação não tinham essa simpatia toda”²⁸. Em sua fala, Fonte4 demonstra que as pautas que acusavam irregularidades na gestão do governador Garotinho eram bem recebidas, enquanto o mesmo tipo de pauta sobre as administrações do prefeito Eduardo Paes e do governador Sérgio Cabral eram descartadas.

Ainda a respeito dessa mobilidade do tema pelas diversas editorias, Jota6 revela como surgiu a seção intitulada Saúde, em agosto de 2007, após mudanças editoriais que no começo daquele ano fizeram praticamente desaparecer das páginas da Revista O Globo²⁹ o noticiário de saúde voltado para estética, comportamento e bem-estar. É bom lembrar que esta vertente do noticiário de saúde esteve desde o começo dos anos 70 no Jornal da Família, extinto em 2004 para dar lugar à Revista O Globo, que a manteve até as mudanças editoriais de 2007:

[Na Revista O Globo] a saúde perdeu espaço, porque a editora, na época, tinha outra visão. Os leitores começaram a reclamar que não existia mais saúde no Globo. Foi quando o Rodolfo³⁰, que assumiu a direção de redação,

²⁸ Fonte4 se refere a Anthony Garotinho, que cumpriu mandato de governador entre janeiro de 1999 e abril de 2002 (era filiado ao PDT e em 2000 se transferiu para o PSB); Sérgio Cabra Filho (PMDB), que governou o estado por dois mandatos consecutivos, entre janeiro de 2007 e abril de 2014; e Eduardo Paes (PMDB), que foi prefeito do Rio de Janeiro também por dois mandatos, entre janeiro de 2009 e dezembro de 2016.

²⁹ Suplemento dominical, de variedades, criado em julho de 2004, em substituição ao Jornal da Família, do qual herdou o noticiário especializado de saúde e comportamento. Em maio de 2017 transformou-se na Ela Revista.

³⁰ Rodolfo Fernandes foi diretor de redação de O Globo de 2001 a 2011, quando morreu. Ele tinha esclerose lateral amiotrófica (ELA), doença neurodegenerativa diagnosticada em 2009. Cf.: <<http://memoria.oglobo.globo.com/perfis-e-depoimentos/rodolfo-fernandes-9045738>>.

me chamou e falou que ia abrir uma página de saúde ao lado da ciência. Ciência era só ciência. Ele chamou [a editora] e falou que ia criar um espaço de saúde. Depois, com a doença do Rodolfo, esse espaço foi ficando largado... porque ninguém tomava decisão nenhuma, o espaço foi minguando, minguando, e com todas aquelas mudanças, os outros jornais [do Rio] também foram reduzindo espaço para a saúde e aí foi ficando mais difícil fazer (JOTA6).

Quando Jota6 afirma que “não existia mais saúde no Globo” e depois que “voltamos a ter um espaço de saúde”, ele está se referindo ao noticiário especializado, e não aos acontecimentos do dia a dia (a saúde “da porta de casa para fora”), que sempre tiveram espaço, por menor que fosse, nas editorias Rio e País. Mas é interessante notar que, mesmo com a aposta da chefia de redação em reinvestir numa seção especializada, no caso, a página Saúde, o número de matérias no ano seguinte (ao menos as que tiveram chamada de primeira página) era mínimo, em comparação com Ciência (ver **Tabela 2**, na próxima página). Nosso recorte não engloba 2007, então não é possível saber se logo após sua criação a página chegou a ter mais matérias de impacto e perdeu isso com o tempo, ou se sempre foi assim.

Tabela 2 – Número de matérias coletadas em *O Globo* por anos, meses e editorias (nacional, local e especializada) no quatro períodos do recorte (1987, 1997, 2008, 2015)

Ano	Mês	EN	EL	EE	Total	Ano	EN	EL	EE	Total	
		PAIS	GRIO	CIVI			PAIS	GRIO	CIEN SAUD		
1987	Janeiro	9	6	6	21	2008	12	2	2	-	16
	Fevereiro	11	14	-	25		1	5	2	1	9
	Março	2	4	8	14		3	15	5	1	24
	Abril	2	2	6	10		1	17	1	1	20
	Maio	2	11	3	16		6	1	3	1	11
	Junho	3	12	1	16		5	1	1	-	7
	Julho	5	5	1	11		4	3	-	1	8
	Agosto	2	7	5	14		5	2	3	-	10
	Setembro	7	-	-	7		-	4	-	-	4
	Outubro	14	3	1	18		6	3	1	-	10
	Novembro	8	4	1	13		2	2	1	-	5
	Dezembro	4	3	5	12		4	1	3	-	8
		69	71	37	177		49	56	22	5	132
1997	Janeiro	10	-	-	10	2015	2	1	-	6	9
	Fevereiro	4	2	-	6		1	-	-	9	10
	Março	7	2	5	14		-	1	-	7	8
	Abril	1	1	3	5		2	1	-	18	21
	Maio	4	1	1	6		1	2	-	17	20
	Junho	2	4	-	6		1	2	-	8	11
	Julho	2	-	-	2		-	1	-	9	10
	Agosto	9	5	-	14		1	-	-	10	11
	Setembro	4	10	3	17		-	3	-	8	11
	Outubro	6	6	3	15		2	3	-	16	21
	Novembro	3	4	2	9		-	2	-	16	18
	Dezembro	3	6	1	10		1	23	-	15	39
		55	41	18	114		11	39	139	189	

Legenda: EN: editoria nacional; EL: editoria local; EE: editoria especializada; PAIS: País; GRIO: Grande Rio; CIVI: Ciência e Vida; CIEN: Ciência; SAUD: Saúde; SOCI: Sociedade.

Fonte: Elaboração da autora

Com relação às editorias e seções específicas de saúde, Jota2 confirma que elas ganham protagonismo e equipes maiores nos momentos em que o jornal tem um orçamento mais folgado e implanta mudanças com vistas a elevar sua audiência e a carteira de anunciantes, quase sempre em função de pesquisas internas realizadas com o leitor e o mercado mostrando que há brechas na oferta de conteúdos desejados por ambos. Normalmente essas pesquisas são realizadas pela central de atendimento aos leitores e disponibilizadas aos editores para orientar suas estratégias editoriais. Foi assim em agosto de 2007, no lançamento da seção de Saúde, que passou a ser publicada aos domingos. Dias antes

da estreia da nova página, o jornal anunciou a novidade afirmando que “Apresentar as descobertas da medicina e da biologia capazes de melhorar a qualidade de vida é uma das metas da nova seção de Saúde e Bem-Estar que O GLOBO começa a publicar neste domingo. Com ela, a editoria de Ciência se torna maior e mais completa” (UMA SAÚDE, 2007). A notícia aproveitava para (re)apresentar ao leitor a equipe de quatro jornalistas – especializados ou com alguma vivência na cobertura dos temas – que estaria a cargo especificamente do noticiário de Ciência e Saúde a partir de então. Eram eles Ana Lúcia Azevedo, Roberta Jansen, Antônio Marinho e Carlos Albuquerque.

Cinco anos mais tarde, a editoria de Ciência e Saúde estava ainda mais encorpada, tanto em termos de profissionais quanto de assuntos. Ana Lúcia Azevedo, que era então editora de ciência, meio ambiente, saúde e história de *O Globo*, comentou, em entrevista a Oliveira (2013), o quanto sua editoria se expandira: começara com apenas 2 pessoas em 2006 (cobrindo apenas ciência) e contava, naquele momento, com 10 integrantes. “Parece que é muito, mas o volume de trabalho também aumentou de uma forma absurda porque a gente agora tem duas páginas para saúde no domingo, tem história no sábado, ciência quase todo dia, dois sites e o Amanhã [suplemento]” (OLIVEIRA, 2013, p. 98).

Por outro lado, quando o surgimento de uma nova editoria ou seção implica a supressão de várias outras, mesmo que a justificativa oficial seja no sentido de ampliar a cobertura, entendemos que o que pode estar por trás é um movimento inverso ao citado anteriormente: orçamentos mais apertados levam a redução de espaço editorial e cortes de pessoal, com o acúmulo de trabalho para os profissionais que ficam e a concentração de vários temas numa mesma editoria ou seção. Em abril de 2014, *O Globo* anunciava em sua primeira página a criação da editoria Sociedade com as seguintes palavras:

O GLOBO circula hoje com uma nova seção diária. A editoria Sociedade abrangerá temas variados, de educação e ciência a tecnologia e saúde, de sexo e drogas a direitos civis e religião. Outras mudanças no jornal incluem uma revolução em seu processo de produção, que agora começa às 7h, para privilegiar o conteúdo digital. Na página 2, haverá mais destaque para as frases da semana, no domingo, e entrevistas de segunda a sábado. O jornal reforça também seu time de blogueiros e colunistas (SEÇÃO, 2014).

É importante salientar que a criação da editoria Sociedade implicou o fim das editorias e seções de Saúde, Ciências, Educação e História, com todos esses temas sendo englobados em um mesmo espaço sob esta nova rubrica, Sociedade. O anunciado reforço no time de blogueiros – composto, em sua maioria, não por jornalistas contratados, mas por

colaboradores – aconteceu em seguida à demissão de pelo menos 5 experientes jornalistas (alguns com quase 30 anos de casa) e 7 tratadores de imagens no mês anterior (PARA, 2014), quando o diretor de Redação, Ascânio Seleme, anunciou também a contratação de 22 profissionais, sem esclarecer se os blogueiros estavam inclusos nesse grupo. Na ocasião, a presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, Paula Máiran, publicou em seu perfil no Facebook: “(...) Entre os 12 demitidos, só gente pra lá de experiente (...). Houve 22 contratações. A esse processo a empresa chama de ‘reestruturação’. Será que os 22 salários somados chegam ao total do que era a remuneração dos demitidos?”³¹.

Apesar de o comunicado oficial em 2014 apresentar a criação da editoria Sociedade como uma estratégia de ampliação da cobertura, Jota2, em sua entrevista, avaliou que o surgimento da nova seção teve principalmente o intuito de não deixar de lado certos temas que sempre correm esse risco nos momentos de crise. Segundo ele, houve uma dupla intenção: em primeiro lugar, agregar numa mesma editoria assuntos que demandavam uma cobertura mais especializada, para ali poder concentrar os repórteres especialistas; em segundo, garantir que esses temas mantivessem minimamente seus espaços editoriais, o que poderia não acontecer se cada um tivesse uma página em separado. Parece contraditório, mas não é: segundo Jota2, quando acontece uma situação de falta de espaço – por exemplo, uma editoria principal reivindicando mais páginas por ter naquele dia um assunto emergente e importante – tendem a “cair” as matérias que não estão vinculadas a uma editoria fixa e diária, como no caso de Ciência e Saúde. Ao criar Sociedade como uma editoria diária, englobando diversas seções que não necessariamente teriam que ser publicadas todos os dias, garante-se o espaço mínimo para que pelo menos alguns desses tantos temas sejam abordados a cada dia:

Esse ano só se fala de impeachment, de lava-jato... tanto que o material de zika, às vezes nacional, está saindo na Rio. A gente bota em Rio e joga uma matéria de São Paulo, às vezes, para que garanta o espaço. Pega o Rio, tem uma crise do estado, chega uma hora que você vai botar todo mundo para fazer crise de estado, o estado tá falido, Olimpíadas... Quem vai fazer matéria sobre colesterol? Não vai, vai sumir do jornal. Então ter uma [editoria] Sociedade garante que todo dia vai ter um espaço para aquele tipo de assunto, seja saúde, religião, comportamento, drogas, para que não suma do jornal, atropelado por assuntos avassaladores, [como] terrorismo, eleições, lava-jato, que acabam levando a editoria inteira a cobrir só aquilo. Qual a primeira coisa que some? As mais específicas, especializadas, que é a saúde, educação, drogas, ciência: “ah não, mas a ciência tudo bem, isso pode sair depois de amanhã”. É assim que acontece (JOTA2).

³¹ Disponível em https://www.facebook.com/paula.mairan/posts/10203572976753473?stream_ref=10.

Mesmo com poucos anos de existência, a nova editoria já experimentou o movimento de ascensão e queda de importância dentro do jornal. Jota5 conta que em 2015, devido a um corte considerável de jornalistas nas mais diversas editorias e alguns remanejamentos de profissionais, a editoria de Sociedade acabou encolhendo bastante, caindo de suas duas ou três páginas diárias para apenas uma, com óbvio prejuízo na cobertura de seus temas: “Ficou com uma página só e com um repórter e um editor (...). Isso durou uns 3 ou 4 meses, aí perceberam que tinha sido um erro, porque essas notícias estavam sendo mal cobertas (...). Aí retomaram a editoria, mas não do tamanho que ela chegou a ter quando foi criada”.

Observamos no nosso recorte de 2015 que o noticiário sobre zika e microcefalia – que se iniciou já no fim do ano, em meados de novembro – concentrou-se primeiramente em Sociedade, passando depois para a editoria Rio. No dia 12 de novembro saiu a primeira notícia, em Sociedade, e até o dia 11 de dezembro a cobertura do tema permaneceu exclusivamente naquela editoria, com 20 matérias publicadas no período. As demais 9 matérias sobre zika, publicadas entre o dia 12 e 30 de dezembro, saíram na Rio.

5 A SAÚDE QUE SE VÊ NAS PÁGINAS

5.1 CARACTERIZAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DO LEVANTAMENTO

Neste capítulo trazemos o resultado do levantamento documental realizado no acervo digital de *O Globo*. Tendo em vista os poucos estudos que se debruçam sobre o objeto de nosso estudo, as fontes, consideramos de primordial importância detalhar o processo desde a coleta. Primeiro fazemos a categorização e a quantificação dos dados, apresentando as classificações de temas e de fontes que construímos para aprofundar a análise, que se seguirá aqui e continuará nos próximos capítulos. A partir de alguns blocos temáticos, analisamos os temas e as vozes presentes nos quatro períodos selecionados no recorte, e nos debruçamos também sobre a questão da publicização da autoria das matérias, que, pelo que entendemos, veio se firmando como um importante elemento de visibilidade para os jornalistas.

5.1.1 De que saúde estamos falando

Identificar e categorizar os temas abordados nas matérias foi uma tarefa nem sempre fácil e muito menos definitiva ao primeiro olhar, mas quando efetivamente começamos esta etapa estávamos cientes das dificuldades que poderíamos enfrentar, pois uma leitura exploratória inicial nos sinalizou um pouco do que poderíamos encontrar no percurso. Tal mapeamento englobou a leitura dos jornais dos dois primeiros meses de cada um dos intervalos do recorte, e nela buscamos identificar os grupos de assuntos que tinham presença mais constante no noticiário, para que partíssemos dessas categorias e, ao longo da tarefa, fôssemos incluindo outras à medida que se insinuassem.

Iniciamos a classificação de temas no ano de 1987, partindo primeiramente de três categorias pré-estabelecidas: (1) **atendimento de saúde**; (2) **políticas e gestão da saúde**; (3) **pesquisa científica e inovação**. À medida que alguns assuntos que inicialmente havíamos enquadrado em uma dessas categorias começavam a se destacar e aparecer com mais frequência, tomávamos a iniciativa de desmembrá-los em segmentos próprios, tal como aconteceu com **Aids**, **dengue**, **césio-137**, **aborto**. Essa segmentação foi realizada não exatamente por considerar esses temas como uma “categoria” permanente, mas por julgar importante ter a medida da cobertura dos eventos específicos de saúde que mereceram destaque naquele ano.

Ao partir para o segundo ano do recorte (1997), além daquelas três categorias pré-estabelecidas, mantivemos algumas das que surgiram em 1987, como dengue e aborto, até mesmo para permitir a comparação entre um e outro período, e seguimos atentas para a possibilidade do surgimento de novos temas. Entretanto, renomeamos o segmento Aids como **DST/Aids**, pois muitas das matérias abordavam então outras DSTs, diferentemente do que ocorrera em 1987.

Em 2008 seguimos mantendo as três categorias pré-estabelecidas e repetimos dengue, DST/Aids e aborto. Novos temas, porém, surgiram, como **febre amarela** (devido a uma controvertida epidemia no verão 2007-2008)³², **células-tronco** (em função de discussões jurídicas sobre sua aplicação), **câncer** e **prevenção/promoção** (percebemos, neste período, uma mudança no enfoque de certas matérias sobre agravos de saúde e seus riscos, que passaram a incluir conselhos aos leitores sobre os cuidados de si).

Por fim, o ano de 2015 traz aquelas três primeiras categorias pré-estabelecidas, somadas a câncer, dengue, aborto, DST/Aids e prevenção/promoção, além da inserção de **genética/genoma** (que passou a englobar a antiga categoria de células-tronco, pois então a temática de células-tronco aparecia como mais uma entre varias abordadas no âmbito da genética e do Projeto Genoma Humano); **álcool/drogas**; **zika/microcefalia**. Neste último intervalo do recorte, percebemos uma certa mescla de alguns temas nas matérias, e por isso a classificação se tornou um pouco mais árdua do que nos intervalos anteriores, pois fez-se necessário decidir em que “caixinha” colocar uma matéria que abordava dois temas que constavam como *categorias* em nossa classificação. O mais habitual nessas fusões eram matérias que partiam de um resultado qualquer de pesquisa científica e seguiam com recomendações aos leitores sobre como evitar os riscos, num claro enfoque de prevenção/promoção – portanto, tinham características tanto de pesquisa quanto de prevenção/promoção. Por conta dessa possibilidade de duplo enquadramento, decidimos classificar a matéria levando em conta o tema que prevaleceu ou ocupou o maior percentual do espaço editorial: se a pesquisa científica era apenas um mote inicial para falar de prevenção/promoção, classificávamos como prevenção/promoção; mas se era o caso de um detalhado relato sobre uma pesquisa que ao fim apontava, *en passant*, dicas de prevenção/promoção, classificávamos como pesquisa.

No levantamento geral, consideramos a totalidade de chamadas por temas ao longo do ano, independentemente da concentração em determinados períodos. No **Quadro 2**, é possível

³² A pesquisadora Claudia Malinverni denomina esse evento como uma “epidemia midiática”. Ver: MALINVERNI, 2016.

observar o panorama dos quatro períodos, e os temas que temas tiveram mais destaque em cada um deles:

Quadro 2 – Ranqueamento dos temas de saúde publicados em *O Globo* em cada período (1987, 1997, 2008 e 2015), com quantificação e percentuais

	1987			1997			2008			2015		
	Tema	Qtd.	%	Tema	Qtd.	%	Tema	Qtd.	%	Tema	Qtd.	%
1º	Aids	58	32,8	Atendimento	46	40,3	Dengue	40	30,3	Pesquisa	42	22,2
2º	Política/ Gestão	29	16,4	Política/ Gestão	28	24,6	Política/ Gestão	33	25	Política/ Gestão	35	18,5
3º	Atendimento	27	15,2	Pesquisa	14	12,3	Atendimento	14	10,6	Zika/ Microcefalia	29	15,3
4º	Pesquisa	22	12,4	DST-Aids	12	10,5	Pesquisa	11	8,3	Prevenção/ Promoção	28	14,8
5º	Césio	21	11,9	Aborto	11	9,6	Febre amarela	11	8,3	Atendimento	14	7,4
6º	Dengue	10	5,6	Dengue	2	1,8	Prevenção/ Promoção	6	4,5	Câncer	10	5,3
7º	Aborto	5	2,8	Outras	1	0,9	Células- tronco	6	4,5	Dengue	10	5,3
8º	Outras	5	2,8				Aborto	4	3	Genética/ Genoma	8	4,2
9º							DST-Aids	3	2,3	Aborto	5	2,6
10º							Câncer	3	2,3	DST-Aids	4	2,1
11º							Outras	1	0,8	Álcool e drogas	3	1,6
12º										Outras	1	0,6
TOTAIS		177	99,9		114	100		132	99,9		189	99,9

Fonte: Elaboração da autora

Em cada um dos quatro períodos estudados, buscamos mapear a evolução quantitativa das matérias com chamadas na primeira página, destacando os momentos em que os temas de saúde mais apareceram. Fizemos um primeiro levantamento considerando os meses do ano como unidades de contagem e, em seguida, também identificamos ocasiões (sequências de vários dias ou meses) em que houve concentração de chamadas relativas a temas específicos.

Em 1987, com 177 chamadas de saúde ao longo do ano, o recorde aconteceu no mês de fevereiro, que teve 25 matérias destacadas na primeira página, sendo 8 sobre Aids (32%), 7 sobre atendimento (28%), 5 sobre dengue e 5 sobre políticas e gestão da saúde (20% cada).

O ano de 1997, com 114 chamadas totais de primeira página, registrou o auge no mês de setembro, com 17 destaques, sendo 8 sobre atendimento (47,1%), 5 sobre políticas e gestão da saúde (29,4%), 2 sobre aborto (11,8%), 1 sobre pesquisa científica e 1 sobre prevenção/promoção da saúde (5,9% cada).

Já em 2008 tivemos ao todo 132 chamadas de saúde, destacando-se o mês de março com 23, sendo 16 delas sobre dengue (69,6%), 3 sobre células-tronco (13%), e as demais 4 chamadas divididas pelos temas de Aids, pesquisa científica, câncer e outros (4,3% cada).

Dos quatro anos de nosso recorte, 2015 foi o que mais teve matérias de saúde com chamada na primeira página (189), e também verificamos em 2015 o mês que somou a maior quantidade de chamadas em todos os quatro períodos pesquisados: dezembro, com 39 chamadas, sendo 19 relativas aos casos de zika/microcefalia (48,7%), 12 sobre política de saúde e gestão (30,8%), 3 sobre prevenção/promoção da saúde (7,7%), 2 sobre atendimento (5,1%) e 1 tanto sobre pesquisa científica quanto sobre dengue (2,6% cada).

Se deixarmos de considerar o mês como unidade para a contabilização do número de chamadas, veremos que em alguns desses períodos houve eventos específicos de saúde que mobilizaram mais a atenção. A epidemia de dengue de 2008 foi a que mais frequentou a primeira página seguidamente durante um curto espaço de tempo: das 40 chamadas registradas ao longo de todo o ano, 33 se concentraram entre 12 de março e 23 de abril, registrando-se dois grandes períodos sequenciais: entre 18 e 29 de março (13 chamadas) e entre 31 de março e 12 de abril (13 chamadas). Note-se que a última vez que a dengue mereceu chamada de primeira página neste período foi no dia 23 de abril, quando a notícia foi justamente a de que aquela passava a ser considerada a maior epidemia da doença até então (superando a de 2002 em número de mortos), e eis que a partir daí o tema não mais figurou com chamada na primeira página, embora até o dia 30 de abril ele continuasse aparecendo diariamente no noticiário interno, e nos meses seguintes ainda tenha sido mantido como pauta eventual. Os demais temas destacados naquele ano foram política e gestão de saúde, com 33 aparecimentos; atendimento, com 12; pesquisa e febre amarela, com 11 cada um; prevenção/promoção e células-tronco, com 6 cada um; aborto, com 4; DST/Aids e câncer, com 3 cada um.

O segundo evento específico de saúde que concentrou muitas chamadas em curto espaço de tempo foi a zika/microcefalia de 2015, cujos destaques frequentes na primeira página se iniciaram em 12 de novembro e se estenderam até 30 de dezembro, somando 29, sendo que 21 estiveram em sequência ininterrupta entre 27 de novembro e 16 de dezembro. Os temas ligados a pesquisa, com 43 menções ao longo do ano, e os ligados a políticas e

gestão, com 35, estiveram quantitativamente à frente de zika/microcefalia. Os demais temas de primeira página em 2015 foram prevenção/promoção, com 28 menções; atendimento, com 14; câncer, com 10; dengue, com 9; genética/genoma, com 8; aborto, com 5; DST/Aids, com 4; e álcool/drogas, com 3.

Nos outros dois anos de nosso recorte – 1987 e 1997 – os picos de chamadas relativas a um mesmo acontecimento não coincidiram com os meses que marcaram a maior presença da saúde na primeira página (fevereiro de 1987 e setembro de 1997). Em 1987, o assunto de saúde que mais esteve presente na primeira página foi a Aids, com 58 chamadas diluídas ao longo de todo o ano (com destaque para o mês de junho, com 11 chamadas), seguido de políticas e gestão da saúde (29), atendimento (27), pesquisa científica (22) e o noticiário específico sobre o acidente radioativo com o césio-137 em Goiânia (21), sendo este último o tema que se manteve por mais tempo seguido em destaque naquele ano, contabilizando 20 chamadas entre 1º de outubro e 28 de novembro, com uma última chamada no dia 21 de dezembro, quando se noticiou que a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) declarava a cidade de Goiânia livre de contaminação. A dengue, neste ano de 1987, contabilizou 10 chamadas de primeira página, enquanto o aborto contabilizou 5.

Já em 1997, os assuntos relativos a atendimento tiveram mais presença na primeira página, com 46 chamadas; e em seguida figuraram políticas e gestão, com 28; pesquisa científica, com 14, DST/Aids, com 12; aborto, com 11; e dengue com apenas 2 chamadas.

5.1.2 De que fontes estamos falando

Na extensa literatura já produzida sobre fontes de informação, há autores que propuseram diversas classificações para defini-las. Hall (1978), quando abordou os definidores primários, sugeriu uma divisão entre institucionais, políticas, especializadas e de autoridade. Já Gans (2004) as descreveu como institucionais, oficiais e provisórias. No Brasil, temos a proposta de Chaparro (2016), que as classifica como organizadas, informais, aliadas, de referência, de aferição, documentais e bibliográficas. Embora todos esses preciosos estudos nos tenham servido de referência para melhor compreender o nosso objeto, nenhuma das classificações propostas atenderia ao nosso propósito de mapear os grupos de atores mais presentes entre as fontes de informação na cobertura de saúde e tentar entender como se dá sua convocação para participar do noticiário e ajudar na construção dos sentidos da saúde presentes no jornal. Para isso precisávamos criar uma classificação própria, que emanasse do exato material que tínhamos em mãos. São essas categorias, já citadas anteriormente, quando

abordamos nosso processo de sistematização das informações colhidas nas matérias do recorte, que descrevemos a seguir:

Fontes Individuais – Chamamos assim o grupo composto por cidadãos sem qualquer ligação com as instâncias formais de poder: os pacientes de serviços de saúde, seus parentes e vizinhos – enfim, pessoas que apareceram representando única e exclusivamente a si próprias.

Fontes Governamentais – Aqui incluímos os titulares máximos do Poder Executivo e gestores dos órgãos estatais da saúde ligados a ele, nas diversas instâncias (governos federal, estadual e municipal, ministérios e secretarias), assim como políticos em exercício de mandatos, que falavam em nome desses órgãos ou por sua representação política.

Fontes Médico-Científicas Vinculadas a Instituições – Classificamos assim os médicos e pesquisadores da área da saúde que tiveram citados os seus vínculos institucionais formais, tanto na área pública quanto na área privada, independentemente dos cargos por eles ocupados (gestores de unidades de saúde, ensino e pesquisa, assim como pesquisadores e professores destas).

Fontes Médico-Científicas não Vinculadas a Instituições – Registramos aqui os profissionais apresentados nas matérias como médicos ou pesquisadores, mas que não tiveram citadas quaisquer instituições de origem, ou que atuam apenas em consultório particular.

Outras Fontes da Saúde – Neste grupo incluímos os demais profissionais que atuam no atendimento direto a pacientes ou representando as unidades de saúde, como enfermeiros, psicólogos, nutricionistas, funcionários administrativos etc.

Fontes da Indústria Médico-Científica – Reunimos nesta classificação os representantes de laboratórios farmacêuticos e demais fabricantes de produtos, equipamentos e insumos destinados à área da saúde.

Outras Mídias – Relacionamos aqui as outras publicações editoriais que ouviram originalmente as fontes replicadas nas matérias de *O Globo*, aí incluídas tanto as publicações científicas (*Nature*, *The Lancet*, *Science*, *Proceedings of the National Academy of Sciences*, *New Scientist* etc.) quanto outros órgãos de mídia do país e do exterior.

Outras Fontes – Por fim, reunimos neste grupo um sem-número de outras fontes que apareciam em menor quantidade e de forma esparsa, o que não justificava abrir para elas categorias específicas. Incluem-se aí representantes das diferentes religiões e crenças, de diversas categorias profissionais fora da saúde, da polícia, especialistas de outras áreas e representantes de órgãos de classe que não da saúde etc.

A presença dos diferentes grupos de fontes nas matérias, em cada um dos períodos, pode ser conferida na **Tabela 3**:

Tabela 3 – Classificação e quantificação das fontes das matérias coletadas em *O Globo* em cada intervalo do recorte (1987, 1997, 2008 e 2015)

Fontes	1987	1997	2008	2015	Totais
Governamentais	210	155	332	176	873
Médico-científicas vinculadas a instituições	109	106	145	236	596
Individuais	93	70	198	144	505
Em outras mídias	17	17	43	71	148
Outras fontes da saúde	16	23	18	45	102
Médico-científicas não vinculadas a instituições	9	12	18	29	68
Da indústria médico-científica	11	7	2	6	26
Outras	60	60	100	63	283
Totais	525	450	856	770	2601

Fonte: Elaboração da autora

Entre as categorias de fontes de informação que definimos em nossa proposta de classificação, constatamos haver um trio que prevalece sobre as demais no noticiário: juntas, as fontes governamentais, médico-científicas vinculadas a instituições e individuais representam cerca de 76% das fontes presentes nas matérias de saúde (**Tabela 4**, na próxima página), ocupando os três primeiros lugares do ranking, respectivamente com 33,6%, 22,9% e 19,4%. Logo após, no quarto lugar, com uma fatia de 10,9%, vem a categoria outras fontes – como já dito, resultado da aglutinação de diversas fontes que não foram individualizadas. A seguir, no quinto lugar, estão as fontes em outras mídias, representando 5,7% do total. No sexto lugar estão as outras fontes da saúde, com 3,9%. As fontes médico-científicas não vinculadas a instituições se colocam na penúltima posição, com 2,6%. Por fim, as fontes que menos aparecem são as da indústria médico-científica, aproximando-se de 1%.

Notamos que, de todos, os atores governamentais são sempre mais presentes e numerosos no noticiário, representando um terço de todas as fontes. Essas fontes estiveram em primeiro lugar em três dos quatro períodos estudados – com 40% em 1987, 34,4% em 1997 e 38,8% em 2008 – caindo ao segundo posto em 2015, com 22,9%, e cedendo a primeira posição para as fontes médico-científicas, que ficaram com 30,6% naquele ano. Em dois outros períodos as fontes médico-científicas ocuparam o segundo lugar – com 20,8% em 1987 e 23,6% em 1997 – caindo a 16,9% em 2008 e cedendo a segunda posição para as fontes individuais, que subiram a 23,1% em seu melhor ano. Nos demais períodos, as fontes individuais mantiveram-se em terceira posição, com 17,7% em 1987, 15,5% em 1997 e 18,7% em 2015.

Tabela 4 – Classificação, quantificação e percentuais das fontes das matérias coletadas em *O Globo* em cada intervalo do recorte (1987, 1997, 2008 e 2015)

Fontes	1987		1997		2008		2015		TOTAL	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Governamentais	210	40,0	155	34,4	332	38,8	176	22,9	873	33,6
Médico-científicas vinculadas a instituições	109	20,8	106	23,5	145	16,9	236	30,6	596	22,9
Individuais	93	17,7	70	15,5	198	23,1	144	18,7	505	19,4
Em outras mídias	17	3,2	17	3,8	43	5,0	71	9,2	148	5,7
Outras fontes da saúde	16	3,0	23	5,1	18	2,1	45	5,8	102	3,9
Médico-científicas não vinculadas a instituições	9	1,7	12	2,7	18	2,1	29	3,8	68	2,6
Da indústria médico-hospitalar	11	2,1	7	1,5	2	0,2	6	0,8	26	1,0
Outras	60	11,4	60	13,3	100	11,7	63	8,2	283	10,9
TOTAL	525	99,9	450	99,8	856	99,9	770	100	2601	100

Fonte: Elaboração da autora

O modo como esses diferentes grupos de fontes interagem com os temas que predominam no noticiário é o que veremos a seguir.

5.2 TEMAS E VOZES

O levantamento dos temas de saúde que mais aparecem em chamadas de primeira página em *O Globo* nesses quatro períodos estudados nos fornece muitos subsídios para análise. Em primeiro lugar, é revelador que, embora a posição mais destacada no ranking tenha sido ocupada em cada período por um assunto diferente (Aids, 1987; atendimento, 1997; dengue, 2008; pesquisa, 2015), o tema que manteve posição mais constante em todos os períodos foi o de políticas e gestão da saúde, sempre em segundo lugar, e o qual engloba questões relativas a administração das unidades de saúde, admissão e demissão de gestores, assuntos do funcionalismo, oferta de novos produtos e serviços na rede ou redução deles, articulações políticas das pastas etc. Portanto, percebemos que o aspecto da burocracia estatal em torno da saúde é bastante valorizado pela imprensa, e deduzimos que, não por outro

motivo, as fontes de informação ligadas às esferas governamentais são prevalentes nas páginas do jornal, pois elas se articulam preferencialmente em torno dessas questões.

O segundo tema mais constante foi o de atendimento, que inclui a rotina de pacientes e profissionais de saúde nos postos e hospitais, agravos de saúde, vacinação, epidemias, denúncias de mau atendimento, erros médicos etc. Um parêntese: embora as categorias “política e gestão de saúde” e “atendimento” possam parecer, por um certo ângulo, duas faces de uma mesma moeda, optamos por separá-las porque identificamos aí dinâmicas bem distintas, com um noticiário girando mais em torno de atos da administração pública (política e gestão) e dando-se no ambiente dos gabinetes, com pouca participação de outros atores como pacientes e profissionais de saúde; e outra vertente do noticiário (atendimento) envolvendo tantos os atores governamentais quanto os demais, dando-se mais comumente nos espaços públicos. Retomando o raciocínio anterior, atendimento foi o tema mais destacado em 1997 e manteve-se em terceira colocação em dois outros períodos, caindo para quinta colocação em 2015, quando pesquisa científica tomou a frente nas chamadas com o aumento de destaque para as matérias envolvendo a prevenção e a promoção da saúde. Nos demais períodos, o tema da pesquisa esteve logo abaixo daqueles primeiros: ficou em terceiro lugar em 1997 e em quarto nos intervalos de 1987 e 2008.

Observamos que as categorias políticas/gestão e atendimento sendo destacadas como temas de interesse frequente e dotadas de certa regularidade é algo que pode apontar para o caráter de rotinização do jornalismo, como descreveram diversos autores (TUCHMAN, 1978; LIPPMANN, 2010; GANS, 2004; SIGAL, 1986), o que poderia explicar a prevalência das fontes oficiais no noticiário. Por outro lado, ressaltamos também que a ascensão dos assuntos relativos a pesquisa científica e prevenção/promoção da saúde acompanha o contexto das últimas décadas, de avanço do neoliberalismo e a disseminação de discursos em torno dos fatores de risco (CASTIEL; GUILAM; FERREIRA, 2010) como uma estratégia de responsabilizar os indivíduos por sua própria saúde e retirar do poder público esse ônus.

Fora aquela tríade habitual – políticas e gestão, atendimento, pesquisa – todos os outros temas que se destacaram individualmente nos períodos estudados estão associados a emergências sanitárias e epidemias: a Aids e o acidente com o césio-137 em 1987 (respectivamente em primeiro e quinto lugar), a dengue de 2008 (primeiro lugar), a zika/microcefalia de 2015 (terceiro lugar). Observamos ainda que a Aids em 1987 teve um noticiário disperso ao longo de todo ano, variando de uma concentração máxima de 11 matérias em um mês (junho) e mínima de uma matéria em outros dois meses (abril e novembro), ao tempo que os demais acontecimentos (césio-137 em 1987; dengue em 2008;

zika/microcefalia em 2015) tiveram um noticiário concentrado em curtos períodos, como já explicitado anteriormente. Em 1997, nenhum outro tema diferente da tríade políticas e gestão/atendimento/pesquisa se destacou, por este motivo decidimos escolher dois acontecimentos de 1987 para compor o grupo das emergências sanitárias, juntamente com os acontecimentos destacados em 2008 e 2015, que abordaremos a seguir.

Antes, é importante lembrar que na nossa classificação original de fontes (conferir **Tabelas 4 e 5**, respectivamente nas páginas 96 e 108), que usamos para identificar e quantificar as mais de 2.600 aparições de fontes em 612 matérias coletadas, reunimos na categoria fontes governamentais tanto os titulares dos cargos políticos como os gestores dos órgãos estatais da saúde ligados diretamente ao poder executivo. Entretanto, nesta etapa que estamos iniciando agora, em que pretendemos estabelecer as relações entre os temas e as vozes mais em evidência, decidimos separar os gestores governamentais da saúde dos gestores ou representantes de outras áreas do governo, reclassificando-os então como fontes governamentais da área da saúde e outras fontes do governo. Fizemos isso ao observar que, especialmente com relação à dengue, havia um número elevadíssimo de fontes governamentais de fora da área da saúde convocadas a falar, o que evidentemente se explica pela configuração das últimas grandes epidemias, que envolveram diversos aparatos estatais além dos da saúde (Forças Armadas, secretarias de obras etc.). Separar as fontes governamentais da área da saúde e das outras áreas teve, portanto, essa intenção de compreender quem mais hoje fala pela saúde, além dos interlocutores já conhecidos.

5.2.1 Emergências sanitárias: quatro eventos, três momentos

Sobre esses quatro acontecimentos localizados em épocas afastadas entre si (20 anos dos dois primeiros para o terceiro; 7 anos do terceiro para o quarto), observamos também mudanças significativas com relação ao tipo de fontes mais presentes no noticiário. Na epidemia de Aids, em 1987, com 58 matérias espalhadas ao longo de todo o ano, prevaleceram as fontes governamentais da área da saúde (44), seguidas das fontes individuais (25), fontes médico-científicas (19) e outras fontes do governo (19). No acidente com o césio-137, no mesmo ano, com 21 matérias publicadas, sendo 20 no intervalo de 59 dias, também prevaleceram as fontes governamentais da área da saúde (48), seguidas das fontes individuais (20), fontes médico-científicas (18) e outras fontes do governo (13). Na grande epidemia de dengue de 2008, com 40 matérias publicadas, sendo 33 no intervalo de 43 dias, prevaleceram

as fontes individuais (125), seguidas das fontes governamentais da área de saúde (89), fontes médico-científicas (80), e outras fontes do governo (47). Já no início da epidemia de zika³³, em 2015, com 29 matérias publicadas no espaço de 50 dias, prevaleceram as fontes médico-científicas (50), seguidas das fontes governamentais da área de saúde (41), fontes individuais (16) e outras fontes do governo (3). O **Quadro 3** nos ajuda a melhor visualizar como se deu a participação dessas fontes no noticiário:

Quadro 3 – Principais grupos de fontes das matérias coletadas em *O Globo* e seu protagonismo em quatro acontecimentos do recorte (1987-2015)

Eventos	Número de matérias	Fontes			
		Governamentais da área de saúde	Individuais	Médico-científicas	Outras fontes do governo
Aids (1987)	58	44 (1º lugar)	25 (2º lugar)	19 (3º lugar)	12 (4º lugar)
Césio-137 (1987)	21	48 (1º lugar)	20 (2º lugar)	18 (3º lugar)	13 (4º lugar)
(Dengue 2008)	40	89 (2º lugar)	125 (1º lugar)	80 (3º lugar)	47 (4º lugar)
Zika-microcefalia (2015)	29	41 (2º lugar)	16 (3º lugar)	47 (1º lugar)	3 (4º lugar)

Fonte: Elaboração da autora

O que nos interessa nesse levantamento quantitativo não é comparar o número de fontes presentes nem o número de matérias publicadas sobre cada evento, muito menos o tempo que cada um deles se manteve em evidência – dados que registramos apenas para contextualizar sua importância. O que de fato queremos observar é como se deu internamente o equilíbrio das vozes convocadas a cada momento, para nos interrogarmos sobre as razões que levam ora as fontes governamentais a terem protagonismo, ora os indivíduos a estarem em primeiro plano e ora os cientistas a merecerem maior destaque.

Sem perder de vista o conteúdo completo do quadro acima, notamos que emerge de imediato a particularidade de que em cada evento uma diferente categoria de fonte esteve em destaque: a epidemia de Aids e o acidente com o césio-137 foram narrados predominantemente pelas fontes governamentais, enquanto a epidemia de dengue pautou-se por destacar a voz dos afetados e de seus familiares, ao passo que a cobertura do início da epidemia de zika/microcefalia privilegiou as fontes médico-científicas. Passamos agora a aprofundar a análise, ao observar de forma mais detalhada cada caso individualmente.

³³ Referimo-nos a “início da epidemia de zika” porque o nosso recorte abrange apenas o ano de 2015, quando surgiram os primeiros casos do que, em 2016, seria considerada uma epidemia de zika e microcefalia.

Aids, césio-137 e as vozes oficiais

Recorrendo à literatura científica, salientamos que estudos do campo da comunicação frequentemente apontaram que a presença das fontes oficiais é majoritária na produção jornalística. Para explicar essa predominância, diversas teorias foram elaboradas ao longo do tempo. Sigal (1986), por exemplo, ressaltou a necessidade que as organizações noticiosas têm de obter um grande fluxo de informações para suas publicações em um prazo determinado (no caso dos jornais, a tempo do fechamento diário de cada edição) e com regularidade, o que as levaria a alocar seus jornalistas prioritariamente junto aos núcleos do poder e da burocracia estatal – uma vez que essas instâncias, por sua particularidade de atuar na regulação e organização da vida social, são naturalmente produtoras incessantes de informações. Já Tuchman (1993), ao definir a objetividade jornalística como um ritual estratégico, identificou a preferência por fontes de credibilidade socialmente reconhecidas como uma forma de os jornalistas se autoprotegerem em sua atividade, transferindo para essas instâncias a responsabilidade pela veracidade da informação. Em relação especificamente à imprensa brasileira, Medina (1987, 2008) apontou também raízes históricas na consolidação deste modelo de mídia tão dependente das vozes oficiais: “O autoritarismo institucional, nas ditaduras brasileiras, também reforçou a voz oficial, em detrimento das vozes anônimas, do debate nacional” (MEDINA, 2008, p. 36).

A epidemia de Aids e o acidente com o césio-137, em 1987, estão dentro do intervalo de nosso recorte em que as fontes governamentais também estiveram proporcionalmente em primeiro lugar tanto com relação às demais fontes naquele ano quanto em comparação com os outros três períodos (vide **Quadro 3**, na página 99). Esses dois temas eram ambos pouco conhecidos do grande público: a Aids por ser uma doença nova, sobre a qual a própria ciência ainda buscava respostas, e a contaminação pelo césio-137 por ser um assunto de domínio da chamada ciência dura, portanto de compreensão e explicação mais restrita a um pequeno grupo de cientistas. No caso do césio-137, observamos que os principais atores desse grupo eram os especialistas da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e o vice-almirante Amihay Burlá, diretor de Saúde da Marinha, pois os pacientes em estado mais grave foram transferidos para tratamento no Hospital Naval Marcílio Dias, no Rio de Janeiro. Sobretudo por se tratar de um assunto ligado a um dos projetos estratégicos do governo (a energia nuclear) e o atendimento às principais vítimas ter sido transferido para a esfera militar (o Hospital Naval Marcílio Dias), o centro produtor de informações ficou praticamente restrito a essas fontes oficiais, ou pelo menos foi assim que se comportou a cobertura de *O Globo*. As páginas do jornal trouxeram raros contrapontos de outros especialistas no assunto.

Wojtowicz (1990), autora da dissertação intitulada “Roubados em seus sonhos: Uma interpretação da cobertura jornalística sobre o acidente com o césio-137 em Goiânia”, analisou o noticiário da época dos jornais *Correio Braziliense*, *Jornal de Brasília* e *Correio do Brasil* (de Brasília), *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S. Paulo* (de São Paulo), *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Tribuna da Imprensa* (do Rio de Janeiro), *Estado de Minas* (de Minas Gerais), e as revistas *IstoÉ*, *Veja* e *Afinal*. Em seu trabalho, a pesquisadora relata que a mídia em geral chegou a buscar outras fontes de informação nos primeiros dias após a revelação do acidente, dada a demora das autoridades em oferecer as explicações pedidas: “O Jornal do Brasil, que pegou a cobertura andando no 3º dia, falava literalmente na ‘luta’ dos repórteres em ‘arrancar’ informações do Almirante Burlá” (WOJTOWICZ,1990, p. 155, aspas da autora). Ela conclui, porém, que ao longo da cobertura os outros pontos de vista, e especialmente a voz das vítimas, foram abafados diante da presença predominante da voz oficial:

Isto porque as autoridades, entidades, órgãos públicos e políticos sempre tiveram espaço nos jornais, e em se tratando da cobertura jornalística sobre o acidente com o césio-137 foram sempre os que apareceram. As vítimas, pela contingência do isolamento e até mesmo do silêncio imposto, não tiveram o mesmo espaço nos jornais (WOJTOWICZ,1990, p. 16).

Na época do acidente do césio-137, Jota2 era repórter especializado em meio ambiente e coordenou a cobertura a partir da redação do Rio de Janeiro, embora a maior parte das matérias fosse realizada pelos correspondentes em Goiânia, onde ocorreu o acidente, e Brasília, centro coordenador das ações de controle e diminuição do risco. Em seu depoimento, ele revela que – não somente neste caso, mas de modo geral – ocorre a prevalência de fontes oficiais porque há uma escala de fontes obrigatórias que o repórter deve consultar, e no caso da cobertura da saúde pública essa escala começa sempre nos governantes. Quando a abordagem trata de temas de ciência, resultados de pesquisa ou matérias de comportamento, o foco pode até mudar, mas a ideia de buscar fontes comprometidas institucionalmente sempre se mantém, segundo ele, como uma garantia maior de boa procedência da informação:

Tem as fontes obrigatórias, fontes oficiais: Ministério da Saúde, Secretarias de Saúde Estadual, Municipal, OMS, OPAS, são as fontes oficiais que você tem que ouvir. Tem as Sociedades, [como] a Sociedade de Cardiologia, a Sociedade de Pediatria. Tem os órgãos de classe, o CRM³⁴, o Sindicato dos

³⁴ O Conselho Regional de Medicina (CRM) fiscaliza a atuação dos médicos e realiza o julgamento dos casos que ferem o Código de Ética Médica, podendo suspender ou mesmo cassar o registro do profissional que cometer infração. Cf.: <<http://www.medcel.com.br/blog/o-que-e-o-conselho-regional-de-medicina>>.

Médicos, todos esses conselhos regionais, todos que são especialistas. Eu acho que, mal ou bem, assim você vai filtrando (JOTA2).

Na cobertura da Aids em 1987, em que no geral também há prevalência das fontes governamentais em relação às médico-científicas e individuais, observamos que há matérias pontuais em que essa ordenação se inverte, abrindo destaque para as fontes individuais. Notamos, sobretudo, nas pautas construídas em torno dos dramas pessoais dos pacientes, que estão lá destacadas as vozes da família, dos amigos e do próprio paciente. Nessas matérias, as fontes governamentais ou médico-científicas são raras. Do mesmo modo, nas matérias em que as fontes governamentais e médico-científicas são mais presentes, as fontes individuais são pouco ouvidas. Em nossa análise, percebemos que dificilmente há um equilíbrio e, aparentemente, as pautas parecem construídas ou para tratar do lado emocional e social da doença ou para abordar as questões médicas e relativas às políticas públicas. Observamos que em raras ocasiões os representantes desses diferentes locais de fala se encontram na mesma matéria para realizar a disputa de sentidos.

Darde (2006), que analisou a presença das fontes na cobertura da Aids em 2004 nos jornais *O Globo* e *Folha de S.Paulo*, também destacou a prevalência das vozes oficiais no noticiário, ao tempo que os próprios pacientes ou outras pessoas que sofrem diretamente as consequências dos agravos de saúde não costumam ser ouvidas, e nas poucas vezes em que isso acontece não há o protagonismo da fala, mas apenas seu uso para confirmar o foco dado pelo jornalista. Segundo informações da pesquisa de Darde (2006), as exceções ocorrem em casos de pessoas que anteriormente já tinham protagonismo na mídia:

Comprovamos empiricamente que os soropositivos³⁵ continuam sendo tratados como objeto, e não sujeitos no discurso sobre a Aids. Neste espaço de mais de 20 anos da eclosão da epidemia no Brasil, tivemos um momento no qual os doentes tiveram voz, como nos casos de Cazuza e Herbert Daniel, mas pelo fato de terem sido celebridades. Com pessoas anônimas, o procedimento era outro: muitas fotos com pouca ou nenhuma fala (DARDE, 2006, p. 164).

Note-se que neste ano de 1987, considerando a totalidade dos temas de saúde abordados nas páginas do jornal, apenas dois não tiveram os gestores governamentais como fontes predominantes no noticiário: atendimento, em que as fontes individuais prevaleceram, e pesquisa, em que a voz majoritária foi das fontes médico-científicas.

³⁵ Mantivemos a construção do autor e o uso da palavra soropositivo no texto, embora a terminologia correta para referência seja “pessoas soropositivas” e “soropositivos para o HIV”, além de “pessoa vivendo com Aids”.

A dengue e as fontes individuais

A presença das fontes individuais no noticiário de saúde ao longo dos quatro períodos representa um percentual médio de 19,41%: ou seja, a cada 5 fontes ouvidas, uma é deste grupo. Mas houve oscilações entre os períodos. Em 1987 o percentual foi de 17,71%, em 1997 foi de 15,55%, em 2008 foi de 23,13% e em 2015 foi de 18,70%. Temos, portanto, em 1997 o menor percentual e em 2008 o maior. É pertinente lembrar que em 2008 tivemos a maior epidemia de dengue já registrada no país, um agravo que não apenas atingiu um contingente expressivo de pessoas na população como também configurou-se um acontecimento de destaque no noticiário por um período extenso. Por outro lado, o ano de 1997 figura entre nossos quatro períodos como o único que não apresentou um acontecimento de saúde específico que mobilizasse o noticiário por muitos dias seguidos.

A prevalência das fontes individuais na cobertura da epidemia de dengue em 2008, a nosso ver, explica-se em parte pela proporção do noticiário: 40 matérias com chamada de capa ao longo do ano, representando quase um terço do total de chamadas de saúde em 2008, sendo 33 delas publicadas em um intervalo de cerca de 40 dias. Em um contexto de cobertura tão longa, visto que as fontes oficiais e as fontes médico-científicas se repetem com certa frequência ao longo dos dias, salientamos que a necessidade de veicular fatos novos para o leitor pode levar os jornalistas a buscarem sempre mais histórias de vítimas para ilustrar a narrativa. Destacamos ainda a questão de o foco da cobertura ser uma epidemia, sempre diretamente associada pelo senso comum ao medo, ao risco e à negligência do poder público (RANGEL, 2003; GOULART, 2005; CARDOSO, 2012). Todo esse contexto certamente conduz à grande mobilização do cidadão comum pela mídia, seja como fonte de informação ou como personagem participante do drama que se desenrola.

Cardoso (2012), que em sua tese analisou a cobertura pelo *Jornal Nacional* das seis epidemias de dengue nas últimas três décadas (1986, 1987, 1990/91, 1998, 2002 e 2008), observou que em 2008 a voz das vítimas emergiu no noticiário de forma muito mais intensa do que nas ocasiões anteriores. De acordo com a autora, nas epidemias de 1986 e 1990/91, essa voz sequer apareceu, em um total de 7 minutos e 46 segundos de falas diretas na primeira cobertura e 6 minutos e 24 segundos na segunda. Já em 1987, correspondeu a 33 segundos de um total de 6 minutos e 33 segundos. Em 1998, foram 25 segundos de um total de 8 minutos e 19 segundos. Em 2002, 53 segundos de um total de 1 hora, 2 minutos e 40 segundos. E em 2008, 4 minutos e 38 segundos de um total de 58 minutos e 51 segundos. Especialmente em comparação com 2002, que teve um tempo total de falas diretas até maior do que 2008, a elevação de 53 segundos para 4 minutos e 38 segundos foi imensa. Segundo a autora, uma

operação regular da narrativa do *Jornal Nacional* naquele ano foi a de se concentrar na singularização do sofrimento dos doentes, atribuindo a responsabilidade por tal sofrimento aos governantes e convidando a audiência a ocupar o lugar de vítima virtual, já que todos estavam ameaçados pela aleatoriedade do evento e a negligência das autoridades.

Embora tenha sido grande a presença do paciente e de seus familiares como fontes ao longo da cobertura da epidemia de dengue em 2008, observamos, sobretudo, que havia mais um “falar *sobre*” o paciente do que propriamente “falar *com*” o paciente. De modo geral, vimos na nossa análise que o afetado pela doença ingressava nas matérias na condição de exemplo, de “personagem”, para usar um termo bem próprio do jargão jornalístico: aquela pessoa cuja história ilustra o ponto de vista apresentado pelo repórter ou pelos profissionais de saúde entrevistados na matéria.

A zika e as fontes médico-científicas

Quanto ao início da epidemia de zika/microcefalia, esta tem diversas particularidades que poderiam, a nosso ver, explicar a prevalência das fontes médico-científicas. Em primeiro lugar, tratava-se de uma doença pouco conhecida, citada nas primeiras menções na mídia como “doença ainda sem diagnóstico”, “doença com manchas vermelhas” e “doença misteriosa de Camaçari”, após o registro dos primeiros casos em cidades do Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco e Paraíba, no começo de 2015. A partir de maio, quando o Ministério da Saúde reconheceu a circulação do zika vírus no país e associou a ele o citado agravo misterioso, o então ministro da Saúde, Arthur Chioro, manifestou-se dizendo tratar-se de uma doença benigna que evolui para a cura (AGUIAR; ARAUJO, 2016). Acreditamos que tanto o fato de haver pouco conhecimento sobre a doença, quanto a desconfiança de que o discurso oficial poderia estar encobrindo algo mais grave – sobretudo nos momentos seguintes, quando começaram a surgir indícios de associação da zika com a microcefalia e a Síndrome de Guillain-Barré – levaram a mídia a recorrer mais intensamente aos cientistas em busca de respostas, fazendo com que este grupo de fontes sobressaísse no noticiário. Jota2 confirma que, diante de um tópico polêmico, a orientação dadas aos repórteres pela chefia é para que se abra o leque e evite o risco de assimilar inocentemente uma versão falsa: “Aí você vai ouvir várias fontes para ter várias ideias (...) No caso da zika, é bom ouvir a academia, ouvir os médicos, os institutos, Fiocruz etc. e tal, ouvir as universidades, os pacientes. É bom pra você ter um retrato de várias áreas”.

Fonte1 acredita que o caso da zika foi exemplar para mostrar essa mudança que, segundo ele, vem ocorrendo dos dois lados: o cientista mais disposto a falar com a sociedade,

talvez até mesmo pelo interesse de obter mais recursos para a pesquisa, e a mídia mais empenhada em buscar outros olhares. Ambas as atitudes seriam, do seu ponto de vista, reflexo de uma popularização maior das questões da ciência:

Talvez a zika seja um exemplo bem interessante disso. Quando você olha a questão do que saiu na mídia sobre zika, você tem talvez menos governo. Não vamos dizer assim, menos. Mas o peso de fonte governo e fonte médico que atendeu, pesquisador da Fiocruz, pesquisador da Paraíba, aumentou muito. Essa relação mudou completamente (FONTE1).

Fonte2, que no passado teve passagem-relâmpago como gestor numa secretaria municipal de saúde, conta que nos momentos de crise viu de perto o “pavor” que os políticos tinham dos jornalistas, e presenciou com alguma frequência as manobras feitas para tentar esconder informação relevante da mídia, movidas por receio das reverberações políticas. O médico revela que, a certa altura, tornou-se uma espécie de porta-voz da secretaria, mas não durou no posto: “O secretário, delegado, subsecretário falavam: ‘Fala lá você’. E às vezes queriam, literalmente, esconder coisas. Eu falei assim: ‘Não contem comigo, não farei isso de jeito nenhum’ [e pediu demissão]”. No entender de Fonte2, é isso que explica por que, em determinados momentos, as fontes da academia são mais procuradas e ganham posição de destaque sobre as autoridades públicas de saúde: uma vez que as fontes oficiais se tornam suspeitas aos olhos do repórter, ou que não consigam apresentar explicações que ele considere suficientes para entender as questões de saúde presentes naquele cenário, o jornalista busca a fonte científica por considerá-la menos comprometida com o *establishment* governamental; portanto, mais livre para falar.

É também o que nos diz Jota6, ressaltando que sempre houve, por parte das chefias, a recomendação para que se desse preferência às fontes médicas ligadas aos serviços públicos. Segundo ele, especialmente nos anos 80 e 90, isso refletia o reconhecimento da excelência de alguns desses serviços, mas também uma tentativa de isenção. Já a partir dos anos 2000, no entendimento do repórter, o que se tornou imprescindível foi buscar os profissionais com uma vida acadêmica ativa e reconhecida. Os depoimentos efetivamente nos mostraram que, quando o jornalista afirma sua preferência por ouvir uma fonte médica ligada a instituições públicas (hospitais, postos de saúde), de pesquisa (universidades) ou de representação profissional (conselhos, sociedades médicas), ele habitualmente apresenta justificativas de razão ética. Por exemplo, associa a valorização do vínculo público da fonte ao desejo de não fazer propaganda do serviço privado. Com isso, almeja garantir que, caso a matéria publicada estimule o interesse dos leitores de se consultarem com aquele médico, mesmo os de baixo

poder aquisitivo possam fazê-lo, já que o profissional presta atendimento no serviço público. Observamos, porém, que isso se realiza apenas em tese, pois não se estaria considerando se aquele profissional efetivamente atende pacientes ou se atua somente como professor ou gestor. Concluimos que a simples vinculação do profissional a um serviço público parece resolver para o jornalista a questão ética de não estar fazendo propaganda do setor privado.

A vinculação com órgãos de pesquisa e entidades profissionais, por sua vez, traria a chancela de instituições que por si já regulariam a ética médica e atestariam a idoneidade daquela fonte. Em suma, o jornalista elenca critérios que reforçam o seu declarado comprometimento com a função social do jornalismo e outros valores da profissão, como credibilidade e veracidade. Observamos que os referidos valores, entretanto, não são uma exclusividade da profissão jornalística, configurando para além dela regras que o próprio senso comum estabelece. Bourdieu (2004) lembra que, quando não se tem primeiramente a noção do espaço macro, o contexto, não seria possível enxergar onde é que se está vendo aquilo que se vê. Neste caso específico da qualificação das fontes, ainda nos baseando em Bourdieu, acreditamos que o cenário maior seriam as relações objetivas de poder que são reproduzidas no poder simbólico conferido a essas fontes: elas têm maior credibilidade em função de ocuparem social e profissionalmente posições nas instituições que são dotadas de poder para determinar a escala de valores que melhor lhes favorece.

A preferência, portanto, por fontes que tenham por trás de si o respaldo de uma instituição reputada é prática consolidada na atividade jornalística, conforme observamos. Seja pela suposição de que nessas instituições certamente estarão os “medalhões”, como ressaltou Jota³ ao detalhar seus critérios na preparação da pauta do jornal nos anos 80 e 90, seja pelo que Tuchman (1993) definiu como ritual estratégico usado pelo repórter para blindar a si mesmo e à empresa jornalística dos potenciais riscos da profissão, como difundir informações imprecisas e ficar à mercê de um processo judicial, por exemplo.

O que terminamos por observar, porém, é que mesmo tendo algum cuidado em buscar fontes mais confiáveis, o jornalista ainda peca por não variar tanto quanto desejável o conjunto de vozes que oferece ao leitor, e a realidade que observamos nas páginas foi uma certa repetição de mesmos profissionais sendo ouvidos. De seu lado, os jornalistas dizem que gostariam de variar mais, porém alegam ser muito difícil convencer determinados acadêmicos a darem entrevista, sempre desconfiados quanto à fidedignidade com que suas falas serão transcritas. Já os profissionais de saúde – especialmente quando se trata de pesquisadores – queixam-se do baixo nível de compreensão dos jornalistas acerca do tema específico de saúde, e usam esse dado como justificativa para o receio que têm de ser mal compreendidos.

Ou seja, não veem má fé no jornalista, mas formação deficitária. Essa questão específica nós abordaremos no **Capítulo 6**, mas antes, no próximo tópico, gostaríamos de analisar uma situação particular com relação ao nível de variação de fontes no noticiário de saúde.

Fontes médico-científicas: há variedade?

Quando pensamos na prevalência das fontes governamentais em certos temas de saúde, já explicada pelos pesquisadores da comunicação como consequência direta da dependência do jornalismo dos canais de rotina, podemos considerar razoável que se repitam na cobertura as figuras-chave dos governos na área da saúde: o ministro, os secretários de saúde, os chefes da vigilância sanitária etc. Afinal, são esses os porta-vozes do governo autorizados a falar em seu nome. Muito provavelmente, se o jornalista tentasse ouvir outros servidores fora desse grupo, seria orientado a procurar a assessoria de imprensa ou o gabinete do gestor responsável. Mas quando a questão envolve as fontes médico-científicas, seria razoável supor que a grande variedade de profissionais, institutos de pesquisas, fundações, universidades e outras entidades da área médica existentes se faria representar entre as vozes convocadas pelos jornalistas. Então buscamos investigar essa questão no nosso recorte.

Relembrando que a cobertura sobre os primeiros casos de zika/microcefalia em 2015 teve prevalência de fontes médico-científicas, decidimos levantar dados mais pormenorizados sobre essas fontes, para saber se elas se repetiam no noticiário e com qual frequência, e também para conferir quais eram as suas vinculações institucionais. Evidentemente que tais dados precisariam ter algum comparativo para serem melhor analisados, então levantamos as mesmas informações com relação ao noticiário de dengue no mesmo ano, por se tratar de uma emergência sanitária semelhante. Aí nos deparamos com uma dificuldade, pois em 2015 o noticiário de dengue foi bem reduzido, já que não chegamos a viver uma epidemia como em anos anteriores. Decidimos, então, acrescentar dois outros eventos epidêmicos, de outro período do recorte, para ter um material mais amplo para analisar: o noticiário da dengue em 2008, que foi a maior epidemia já registrada até hoje, e a controversa epidemia de febre amarela no verão de 2007/2008 (usamos apenas os dados de 2008, que faz parte de nosso recorte). Antes de mais nada, queremos deixar claro que o intuito aqui não é fazer uma comparação matemática rigorosa, até porque isso seria virtualmente impossível, dadas as inúmeras características diferentes das coberturas, embora haja também características semelhantes. Nosso propósito é justamente problematizar os números em função dessas diferenças e semelhanças e à luz do que já discutimos anteriormente sobre as condições de produção na redação e as transformações ocorridas ao longo dos anos.

Acerca dos quatro eventos de saúde, coletamos as seguintes informações para este primeiro quadro: o número de matérias publicadas, quantas fontes médico-científicas foram entrevistadas na soma das matérias de cada evento (contabilizamos as fontes em cada matéria e depois somamos, então nesta soma aparecem as fontes repetidas pela quantidade de matérias em que figuraram) e quantas fontes diferentes foram convocadas (aqui, contabilizamos cada fonte diferente apenas uma vez). Levantamos também o número de repórteres que assinaram as matérias em questão. A **Tabela 5** mostra este panorama:

Tabela 5 – Presença de fontes médico-científicas nas matérias coletadas em *O Globo* em quatro eventos sanitários (2008-2015)

	Febre amarela (2008)	Dengue (2008)	Dengue (2015)	Zika (2015)
Matérias	11	40	10	29
Repórteres	9	61	14	18
Total de fontes	8	80	12	47
Fontes diferentes	6	41	11	37

Fonte: Elaboração da autora

Quanto à repetição das fontes, à primeira vista ela não parece ser grande: na média, a repetição vai de quase nenhuma (na dengue de 2015) a duas vezes (na dengue de 2008). Na febre amarela de 2008 e na zika de 2015 ela é bem pequena também. Entretanto, quando destrinchamos os dados, os detalhes que surgem mudam um pouco esta visão. No noticiário de dengue em 2015, apenas uma das 11 diferentes fontes apareceu duas vezes. Por este retrato, concluiríamos que os jornalistas variam bastante suas fontes médico-científicas, pois em 10 matérias convocaram 11 diferentes fontes, e apenas uma delas foi ouvida em mais de uma matéria. Entretanto, há circunstâncias que explicam melhor o cenário: as 10 matérias não faziam parte de uma cobertura contínua, estavam espalhadas por 7 meses do ano: uma foi publicada em março, uma em abril, duas em maio, uma em setembro, duas em outubro, uma em novembro e duas em dezembro. Foram assinadas (algumas individualmente, outras em parceria) por 14 diferentes repórteres. Como é habitual que os repórteres tentem cultivar fontes diferentes das dos colegas, com o intuito de receberem informações exclusivas para suas matérias, acreditamos que o próprio fato de não ter havido grande repetição dos repórteres na realização das matérias talvez justifique a repetição de apenas uma fonte.

Já o noticiário sobre os primeiros casos de zika/microcefalia, entre 12 de novembro e 30 de dezembro daquele mesmo ano (além de uma única matéria em maio), teve um índice de repetição um pouquinho maior: em 29 matérias, foram 47 participações de 37 fontes diferentes, sendo que 8 delas foram entrevistadas em duas matérias distintas e uma foi

entrevistada em 3. Esta cobertura com 29 matérias foi assinada por um grupo de 18 repórteres, número pouco maior do que o registrado na cobertura de dengue. Comparando, o número de matérias subiu em 190%, enquanto o de repórteres assinando não chegou a se elevar em 30%. E ainda assim a repetição de fontes foi relativamente baixa.

Na cobertura da dengue em 2015, 4 repórteres participaram de duas matérias diferentes, enquanto os outros 10 assinaram apenas uma cada um. Já na cobertura de zika/microcefalia temos um repórter que trabalhou em 12 matérias, outro que trabalhou em 4, 5 que trabalharam em 3 matérias cada um, 2 que trabalharam em 2 matérias e os demais 9 repórteres tiveram participação em uma única matéria cada.

Nesses dois exemplos acima, a repetição de fontes não é grande, mesmo quando há repetição de repórteres assinando diversas matérias em sequência. Porém, como estamos confrontando uma cobertura de 10 matérias com outra de 29, e ainda por cima a primeira foi espraiada por vários meses, enquanto a segunda se concentrou em um período curto, os elementos disponíveis não nos ajudam a ter uma visão muito nítida.

Então vamos ver as coberturas dos dois eventos de 2008. Contabilizamos naquele ano 11 matérias com chamada de capa sobre a controversa epidemia de febre amarela, todas publicadas em janeiro, entre os dias 7 e 29. As fontes médico-científicas foram convocadas 8 vezes no conjunto das matérias, e eram 6 fontes diferentes. Quatro apareceram apenas uma vez e 2 tiveram 2 aparições cada. Nove diferentes repórteres assinaram as 11 matérias, alguns individualmente e outros em parceria. Um deles assinou 3 matérias, outro assinou 2 e os demais assinaram apenas uma matéria cada um. No caso desta cobertura, o que mais nos chamou a atenção foi o número de matérias em que não havia qualquer fonte médico-científica entrevistada, apenas fontes governamentais ou individuais (no caso, os pacientes): 6 das 11 matérias – ou seja, mais da metade. Uma possível razão disso é que a maioria das matérias era proveniente de Brasília, onde a cultura profissional do oficialismo (LIMA, 1993) é mais intensa entre os jornalistas.

Já as 40 matérias da epidemia de dengue de 2008 foram assim distribuídas: 33 se concentraram entre 12 de março e 23 de abril, 5 foram publicadas em fevereiro e as outras 2 saíram uma em setembro e outra em outubro. Participaram da cobertura 61 diferentes repórteres, sendo que 32 assinaram apenas uma matéria cada, enquanto os outros variaram de 2 a 17. As inserções de fontes médico-científicas somaram 80, com presença de 41 fontes diferentes. Seria uma média de duas aparições por fonte, mas na verdade 32 fontes foram ouvidas uma única vez, enquanto as outras 9 se repetiram de forma bem desequilibrada: uma apareceu 11 vezes, outra 10, outra 8 e outra 7, duas apareceram 3 vezes e três apareceram 2

vezes. Portanto, nesta cobertura da dengue de 2008, observamos a alta repetição de algumas fontes: 2 delas marcaram presença em um quarto da cobertura.

Duas dessas coberturas são um pouco mais parecidas: dengue de 2008 e zika de 2015. As duas geraram um grande número de matérias e se concentraram em um período quase contínuo. Entretanto, a primeira mobilizou mais que o triplo de repórteres em comparação com a segunda, ao tempo que o número de diferentes fontes consultadas quase não variou de uma para outra, o que nos mostra que na cobertura de dengue houve maior repetição de fontes médico-científicas: na zika, 18 repórteres recorreram a 37 fontes diferentes; na dengue, 61 repórteres recorreram a 41 fontes diferentes.

Devemos considerar que as duas coberturas aconteceram em épocas diferentes, uma em 2008 e outra em 2015, e que a configuração da redação não era a mesma nos dois momentos. Uma primeira questão é a quantidade de repórteres em uma e outra cobertura. Embora não tenhamos números precisos, tanto o depoimento de nossos entrevistados quanto os levantamentos da Volt Data Lab citados no **Capítulo 4** (A ACONTA, 2015) ressaltam que houve grande redução do número de jornalistas na redação na última década. De fato, observamos que na cobertura de 2008 aparece um número bem maior de repórteres em comparação com a cobertura de 2015 – por uma questão meramente lógica, este dado deveria apontar para uma possibilidade maior de variação das fontes, pois mais jornalistas significaria uma carga de trabalho mais dividida e, conseqüentemente, mais tempo disponível aos profissionais para buscarem diferentes vozes. Mas o que observamos foi o oposto: na epidemia de zika, com menos repórteres, houve maior variedade na convocação das fontes.

A segunda questão importante com relação à diferença dos dois contextos tem a ver com as editorias: em 2008 o noticiário da dengue foi produzido pelos repórteres da editoria Rio (com participação residual de sucursais) e publicado quase que integralmente naquela editoria (95%), ao tempo que em 2015 a cobertura da zika se iniciou na editoria Sociedade e depois migrou para a Rio (das 29 matérias do recorte, 21 foram publicadas na primeira editoria e 8 na segunda). Nos primeiros 21 dias de noticiário, em Sociedade, os repórteres que assinavam eram da própria editoria, com participação residual de sucursais; nos 8 dias de Rio, os repórteres da própria editoria assinaram apenas parte das matérias, pois alguns jornalistas de Sociedade continuavam atuando na cobertura.

Resumindo, os repórteres da editoria Sociedade em 2015 variaram mais suas fontes médico-científicas do que os repórteres da editoria Rio em 2008. Isso nos descortina duas possibilidades: ou os repórteres estão passando a variar mais suas fontes recentemente, e por isso o panorama mudou em 2015, ou essa maior variação aconteceu pelo fato de serem

repórteres dedicados a temas mais específicos em uma editoria especializada, Sociedade. A julgar pela explicação dada por Jota2 para a criação da editoria Sociedade, podemos inferir que a especialização dos repórteres responde por essa diferença. Segundo ele, quando o tema da saúde ficava nas editorias Rio ou País, a tendência era de que não tivesse destaque ou fosse menos aprofundado, pois o escolhido para desenvolver a pauta quase sempre era o repórter que está desocupado naquele momento, e não necessariamente um que dominasse o tema:

Sempre foi uma ideia a ver com especialização, a ideia de criar Sociedade. Desde Saúde [página semanal que existia antes] já era a mesma coisa. Depois a gente jogou Saúde dentro de Sociedade, da mesma forma que a gente fez com Ciência e Vida e Meio Ambiente na época. É para que elas tenham mais destaque. Primeiro, jogar gente especializada pra trabalhar naquilo que necessita mais especialização; segundo, para que tenha um espaço certo (JOTA2).

É importante ressaltar que, embora *O Globo* contasse em 2008 com a editoria especializada de Saúde (tinha ao menos uma página semanal com essa rubrica), o noticiário da febre amarela foi publicado quase que integralmente em País: foram dez matérias nesta editoria, apenas uma em Rio e nenhuma em Saúde. Do mesmo modo, a cobertura da dengue naquele ano teve 38 matérias publicadas na editoria Rio, uma em País e outra em Ciência, nenhuma em Saúde. Isso remete tanto para a constatação de Jota1 de que o jornal sempre trabalhou com diversas saúdes compartimentadas – o atendimento médico e as questões emergentes da saúde na Rio, o bem-estar no *Jornal da Família* e *Revista O Globo*, a pesquisa científica em Ciência e Saúde, as políticas de saúde ou noticiário de outros estados em País – quanto a ideia, defendida por Jota4 e Jota5, de que as epidemias e outros temas agudos da saúde costumam ser noticiados simplesmente como mais uma das muitas tragédias urbanas, sempre em tom de emergência, e não como um tema de interesse constante da sociedade. Acreditamos que isso explicaria, por exemplo, por que a dengue deixou de ser objeto de chamada de primeira página depois de 23 de abril, dia em que *O Globo* noticiou que aquela já era considerada a mais grave epidemia da doença em todos os tempos no estado do Rio: ao chegar ao ápice de sua gravidade, a tragédia perde seu grau de interesse, pois nada ainda mais grave poderá ser destacado na primeira página. A cobertura ainda se estendeu quase que ininterruptamente até o fim de maio, e nos meses seguintes se tornou esparsa e restrita a notinhas, mas nunca mais depois de 23 de abril a dengue teve chamada de primeira página, deixando de estar elencada entre os assuntos de maior destaque do jornal.

Foi nesta cobertura da dengue de 2008 que encontramos a maior repetição de fontes. Quatro delas tiveram muito destaque: os infectologistas da UFRJ Roberto Medronho e Edmilson Migowski, respectivamente com 11 e 10 aparições; a então presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj), Márcia Rosa de Araújo, com 10 aparições; e o entomologista da Fiocruz Anthony Érico Guimarães, com 7 aparições. O que observamos de particular neste cenário foi que a cobertura se deu majoritariamente pela editoria Rio, como já dito. Por se tratar normalmente de repórteres generalistas, que cobrem todos os assuntos locais, e a cada dia podem estar cobrindo um tema diferente do que cobriram na véspera, acreditamos que há uma tendência de repetirem as fontes que já foram ouvidas nas edições anteriores, pois consideram que a chefia assim o aprova. A grande variedade de repórteres nesta cobertura corrobora isso: foram 61 repórteres diferentes assinando 40 matérias, ao tempo que na zika de 2015 foram 18 repórteres assinando 29 matérias.

Sabemos que as diferentes editorias dos jornais têm cada uma um modo peculiar de lidar com seus temas e um diferente contrato de leitura (VERON, 2004) com seu público. Portanto, o repórter generalista, da editoria local, acaba por se guiar mais pelo factual da notícia, pelo serviço prestado ao leitor com informações sobre os modos de evitar a epidemia ou os locais onde buscar atendimento, e para entregar esse serviço ele não vê necessidade de variar fontes. Ao contrário, nos parece que para este repórter uma fonte habitual passa a ter até mais credibilidade, pois ela está inserida no contexto das publicações anteriores e teria uma visão mais panorâmica sobre a questão noticiada. E mais: não sendo esse jornalista um especialista na cobertura de saúde, tende a solicitar sugestões de fontes a colegas mais experientes, como relata Jota1, lembrando-se de uma repórter setorista de saúde que marcou a redação de *O Globo* entre meados dos anos 80 e a década passada, Elaine Rodrigues: “Ela era a referência para todos os repórteres, era a pessoa que tinha o caderninho de telefones. Certamente, se a gente tivesse acesso hoje ao caderno de telefones da Elaine, teria lá 10, 20, 30 telefones de especialistas em diversas áreas diferentes da medicina”.

Voltando à questão da prevalência das fontes de fora do governo em algumas ocasiões no noticiário de saúde, como as acima descritas, Fonte4 sugere outra possibilidade de interpretação: as injunções políticas. O médico e parlamentar assegura que, a depender do grupo que estiver no poder – seja municipal, estadual ou federal – a chamada grande mídia será mais ou menos receptiva às fontes oficiais ou às fontes que possam contrapor as versões oficiais, abrindo ou fechando suas portas para determinadas pautas, dependendo de quais grupos políticos poderão ser atingidos pelas consequências da notícia. E ilustra com um

exemplo próprio, lembrando que, desde seus tempos de gestor hospitalar, sempre buscou colaborar com a mídia, levando sugestões de abordagens de temas de saúde, sobretudo denunciando irregularidades:

Quando a Rosinha era governadora, eu era deputado estadual. Todo dia eu falava no jornal, na televisão e no rádio. Eu produzia assuntos todos os dias. A mesma coisa eu tinha quando o Cabral era governador e o Eduardo Paes era prefeito, mas aí a facilidade não era a mesma. Não passava. Várias vezes escrevi um artigo e o cara [editor] me dizia: “Olha, com esses dois nomes aqui o artigo não vai sair, muda o nome”. Ou seja, nem sempre interessa à empresa de comunicação o que você está oferecendo como notícia importante. (...) E o jornalista não tem culpa alguma. O cara vem, faz várias matérias importantes aqui com o vereador, mas não sai (FONTE4).

Esta análise de Fonte4 é em parte confirmada por quem trabalha nas redações. Jota5, que atuou em Brasília durante o governo Fernando Henrique Cardoso, recorda-se que as relações com as fontes governamentais, naquele período, eram mais amigáveis do que conflituosas: “Era um governo do PSDB, (...) o jornal tinha uma linha não muito crítica, vamos dizer assim, então era menos... menos problemático do que foi depois com o governo Lula, certamente”, avalia o jornalista.

5.2.2 Atendimento, políticas e gestão: o feijão com arroz

Como vimos, os temas que se incluem nas categorias atendimento e política e gestão são os mais presentes e regulares na cobertura de saúde. Ao que nos parece, isso tem uma relação direta com as práticas produtivas das empresas jornalísticas, que priorizam as fontes oficiais – por motivos já citados anteriormente – e se pautam também pelos chamados valores notícia (WOLF, 2003), ou seja, aqueles acontecimentos que esses atores consideram suficientemente interessantes e relevantes para serem alçados à categoria de notícias. Mas, como observa o autor, tais valores não são intrínsecos aos acontecimentos. A cultura específica dos jornalistas e os interesses dos veículos para os quais trabalham também terão peso em sua definição.

Neste sentido, os jornalistas costumam explicar suas escolhas a partir de uma combinação entre o interesse do leitor e aquilo que eles próprios julgam que é noticiável. E, para justificar este ponto, invariavelmente acionam sua expertise, muitas vezes definida como “faro jornalístico”. Mas o que notamos é que o referido interesse do leitor é mediado pelos jornalistas, pois aqueles não têm o poder de interferir diretamente na pauta. Como nos relatou

Jota³ anteriormente, um dos elementos considerados na elaboração da pauta são as críticas, denúncias e contribuições do leitor, enviadas por cartas, e-mail ou telefonemas, mas que são filtradas pelo coordenador de pauta e pelas chefias. Acreditamos que esse filtro é feito a partir dos interesses da publicação, e o que dizem nossos entrevistados é que alguns desses interesses podem variar conforme as diretrizes de quem está no comando da redação. Como salientou Jota⁴, que durante um período no final da década passada também foi responsável pelo recebimento e leitura das cartas dos leitores. Segundo ela, os leitores usam o canal principalmente para se queixar, seja da cobertura do próprio jornal sobre determinados assuntos, seja de fatos públicos que eles gostariam que o jornal abordasse. Mas nem sempre ganham a atenção esperada, embora as queixas sejam levadas ao comando da redação: “Às vezes eles levavam uma semana para descobrir que o leitor estava certo, que aquele era o grande problema. Aí o problema já estava muito maior do que deveria, ou já tinha acontecido alguma coisa que ofuscasse aquele assunto que estava sendo discutido”, relata.

Especificamente com relação à saúde, segundo Jota³ e Jota⁴, as manifestações dos leitores eram sempre no sentido de denunciar mau atendimento nos serviços de saúde ou mesmo solicitar a interferência do jornal para que eles recebessem o atendimento que lhes era negado, e quase sempre isso se referia ao setor público. Jota⁴ afirma que nunca recebeu qualquer orientação para tratar de forma diferente as pautas de saúde ligadas às instâncias públicas ou as relacionadas a entidades privadas. A ordem era focar no que funcionava e no que não funcionava, e habitualmente os assuntos que emplacavam eram as queixas de mau funcionamento, denúncias de fraudes etc. No entender da jornalista, isso refletia tanto o compromisso do jornal de ser “os olhos do povo” quanto a própria preferência do leitor: “O público gosta mais de notícia ruim. Gosta de ver epidemia, tragédia... Notícia sobre um hospital que funcione bem não é notícia. Desconfiam ou acham que aquilo é assim porque tem que ser. Então não tem um índice de leitura grande, entendeu?”.

Algumas fontes, entretanto, dizem observar certa seletividade da mídia e até falta de imparcialidade no modo de encarar os lados bons e ruins dos serviços públicos e privados. A preferência por notícias negativas quando se trata do atendimento público e pelas positivas quando se trata do atendimento privado é um exemplo recorrente lembrado pelos entrevistados sobre essa percebida falta de imparcialidade. A esse respeito, Araújo e Cardoso (2007) já haviam observado que representantes de movimentos sociais e conselheiros de saúde “ressentem-se da cobertura tendenciosa do SUS, com destaque para suas insuficiências e seus equívocos em detrimento de seus avanços e suas experiências positivas” (ARAÚJO; CARDOSO, 2007, p. 90). Entretanto, Fonte1 não vê nisso uma atitude maquiavélica, com o

intuito de demonizar o serviço público e incensar o privado, mas considera que é o reflexo das intrincadas redes de interesses econômicos e políticos com que a mídia tem que lidar, uma vez que grande parte da indústria da saúde – laboratórios farmacêuticos, fabricantes de equipamentos médicos, empresas de seguros e planos de saúde, entre outras – são os seus principais financiadores, por meio de anúncios: “[Há] uma dimensão positiva, onde realmente você consegue espaço para colocar questões importantes do ponto de vista de saúde pública, mas predominam abordagens superficiais e negativas, onde nunca fica claro quais os interesses reais que estão por trás das matérias”.

Para Fonte1, mais grave do que isso talvez seja o hábito de frisar a responsabilidade do ente público somente quando a notícia é negativa, e omitir quando é positiva. Ou seja: notícias sobre filas, mau atendimento, faltas de profissionais e insumos sempre carimbam o nome do SUS como o responsável, enquanto referências aos programas de vacinação e de Aids, ou os atendimentos de alta complexidade, são apresentados sem a devida paternidade. Fonte1 acredita que, ao associar o nome do SUS apenas ao que eventualmente não funciona, deixando de lhe dar o crédito daquilo que funciona, a mídia reforçaria uma ideia de “caos na saúde” que, segundo ele, é um equívoco: “Não era incomum que nas matérias positivas estivesse escondido que era o Sistema Único de Saúde que estava resolvendo aquela questão. Era como se aquilo tivesse caído do céu, fruto da filantropia, de alguma alma caridosa. Isso era facilmente perceptível”, diz o ex-gestor, apontando uma contradição que, segundo ele, acaba por induzir a mídia na construção dessa visão distorcida: os formadores de opinião que atuam no jornalismo não usam cotidianamente o sistema público, assim como os profissionais de saúde que trabalham no sistema público também não o utilizam cotidianamente, pois têm planos de saúde subsidiados.

Fonte2 discorda que haja na mídia uma preferência deliberada por publicar notícias negativas com relação ao SUS. Em sua opinião, esse é meramente um efeito secundário da prática jornalística de focar mais nas denúncias e no realce aos aspectos negativos dos acontecimentos, de modo geral:

[A mídia] no seu geral noticia casos ruins, e a maioria dos casos ruins aparece no SUS. Eu digo a maioria porque atende mais gente, mas na rede privada tem muito problema, muito. Percebo que aí acaba enviesando, mas não acho que a mídia seja contra o SUS, não acho mesmo. Agora, como ela noticia só coisas ruins relacionadas ao SUS, acaba tendo como efeito secundário uma visão negativa da população ao SUS. Enquanto que planos de saúde são horrorosos, tem alguns que são picaretagem pura. Algumas vezes eu fico chateado quando tem um problema no hospital privado e o nome do hospital não é colocado. Se não é para colocar o nome do hospital

privado não é para colocar nome do hospital público. Se fala de problema no Hospital Municipal Souza Aguiar, fala de problema no Hospital Copa D'Or, entendeu? Mas não acho que há uma ação da mídia contrária a ter um sistema único de saúde, não acho. Sei até que tem gente que pensa assim. Eu, pessoalmente, não tenho essa opinião (FONTE2).

Acreditamos que o foco nos aspectos negativos da rede de saúde – que, com frequência, gera matérias sobre erros médicos, filas em hospitais e postos de saúde, denúncias em geral de negligência no atendimento público e outros agravos – é o que acaba levando a uma forte presença de fontes individuais na categoria atendimento. Isso porque as matérias em torno desses temas habitualmente têm como gancho um caso particular contado por pacientes ou seus familiares, ou então uma visita a uma emergência lotada de pessoas vivendo os seus piores momentos na vida. Nesses casos, o pano de fundo costuma ser a responsabilização, a determinação dos “culpados” pelas mazelas do sistema de saúde ou pelos danos causados aos indivíduos, como observou Cardoso (2012) em seu estudo sobre as epidemias de dengue, e por este motivo é imprescindível expor os dramas individuais para construir o discurso da responsabilização das autoridades.

Sobre a redução do número de matérias de atendimento no último período pesquisado, Jota4 comenta que pautas que no passado eram muito valorizadas pelas chefias, como aquelas que mostravam as más condições de atendimento nos hospitais públicos, com falta de materiais e ausência de profissionais nos plantões, hoje não emplacam mais: “Já se tornou tão banal que ninguém mais fala. O público não quer ler porque já sabe, o jornal não quer fazer mais matérias especiais sobre isso porque já não é uma coisa especial”. Observamos que, coincidentemente, isso acontece num momento em que as queixas da população sobre os serviços privados de saúde também se intensificam. No nosso levantamento de matérias, encontramos em várias ocasiões citações aos serviços públicos considerados como de referência, mas nenhuma matéria especial sobre eles, apenas uma ou outra observação dentro de algum outro contexto, quase sempre de denúncia do mau funcionamento da rede como um todo. Em contrapartida, coletamos no dia 14 de setembro de 1997, na editoria Rio, uma reportagem especial sobre os melhores hospitais e clínicas da rede privada, que se estendia por 9 páginas (não necessariamente inteiras, pois havia também espaços de publicidade, nenhuma associada ao tema). A reportagem teve como ponto de partida uma pesquisa realizada pelo Infoglobo em parceria com o Instituto GPP, e “consultou 356 médicos de diversas especialidades e moradores do Estado do Rio divididos em seis regiões, todos associados a planos de medicina privada” (RODRIGUES *ET AL*, 1997, p. 15). Assim era apresentada a reportagem, em seu texto de abertura:

A crise na rede pública de saúde está empurrando a população do Rio de Janeiro para a rede privada, estimulando o crescimento de um setor que viveu seu boom no fim da década de 80. Desencantados com as filas intermináveis, com o atendimento sofrível e a falta de equipamentos, os moradores do estado estão aderindo em massa às mais variadas formas de planos de medicina privada – por conta própria ou através dos convênios firmados por empresas. Hoje, no Estado do Rio, a rede privada de hospitais e clínicas – incluídos os conveniados com o SUS – responde por 76% das internações, 75% dos exames e 55% das consultas.

(...)

Exatamente por ser amplo, o leque de opções oferecidas à população pela rede particular torna difícil a escolha. Afinal, ao contrário da rede pública, a particular não costuma ser submetida a avaliações. A pesquisa do GLOBO, realizada pelo INFOGLOBO em parceria com o Instituto GPP, oferece um ranking que pode servir de bússola na hora de decidir, junto com o médico, o melhor local para tratamento ou internação. Ou na hora de decidir a que plano se associar, levando em conta as clínicas credenciadas. (RODRIGUES *ET AL*, 1997, p. 15).

A rara presença de matérias destacando os pontos positivos do atendimento público de saúde, vista por nós no recorte, foi assim analisada por Jota4: “Eu já recebi muita pauta de coisas que funcionavam, mas aí entra outro problema, que é a política. Muitas vezes o que o órgão público passa para o jornal é visto pelos editores como propaganda daquele governo. Eu acho isso muito errado”. Na fala de Jota4 resta evidenciado o que notamos em geral como uma característica no posicionamento dos jornalistas entrevistados a respeito dessa questão: repórteres e pauteiros se mostram mais sensíveis a avaliar caso a caso, talvez por terem um contato mais frequentes com profissionais que atuam nesses serviços e com usuários, enquanto editores e diretores veem o panorama mais em bloco, entendendo o serviço público de saúde como um todo e assim o avaliando, o que acaba por reforçar o lado ruim. Portanto, não há uma homogeneidade dentro da categoria dos jornalistas, mesmo se tratando daqueles que trabalham numa mesma empresa. Os diferentes lugares de fala e as mediações envolvidas na rotina produtiva de cada ator vão influir em seu modo de ação.

5.2.3 Pesquisa científica e promoção da saúde: temas em alta

Ocupando o quarto lugar nos períodos de 1987 e 2008 e o terceiro em 1997, o tema da pesquisa científica ascendeu ao primeiro lugar em 2015. Junto com ele, outro assunto que veio ganhando mais espaço foi a prevenção/promoção da saúde, que começou a aparecer nas matérias em 2008, ficando em sexto lugar, e no período seguinte subiu para quarto. Esse foco

dos textos jornalísticos no desenvolvimento tecnológico da saúde e na sofisticação dos processos diagnósticos se enquadra no que alguns autores (CLARKE *ET AL*, 2003) definiram como contexto da biomedicalização. Como já dito, o deslocamento de sentidos das noções de saúde e doença, com a instalação da lógica do risco e a busca obstinada do cidadão-consumidor pela saúde perfeita e a prolongação da vida, faz emergir o hospital como um espaço de cura e o saber médico-científico ganha contornos de poder absoluto para explicar e orientar as condutas sobre tudo o que aflige os pacientes, das doenças reais os meros desconfortos com o próprio corpo e os processos de degradação e envelhecimento. Deste modo, as inovações científicas passam a exercer um expressivo fascínio e movimentam todo um crescimento do aparato médico-institucional voltado para vender saúde e longevidade, o que repercute na oferta cada vez maior de uma cobertura jornalística especializada nos feitos da ciência e nas especificidades dos tratamentos curativos e preventivos.

No caso dessa cobertura sobre inovações e descobertas, constatamos que prevalecem as fontes médico-científicas – sobretudo as estrangeiras – pois de modo geral as matérias se fundam em resultados de pesquisas científicas realizadas em outros países e publicadas em revistas científicas internacionais, nas quais os próprios pesquisadores foram entrevistados sobre seus achados. Se nos primeiros períodos (1987 e 1997) era mais comum que as matérias fossem meras transcrições das publicações estrangeiras, nos últimos dois períodos já se observa um papel mais ativo do repórter, seja por ter ele próprio entrevistado o pesquisador estrangeiro, usando o conteúdo da revista científica como pauta, seja por ter entrevistado pesquisadores brasileiros para comentar as descobertas dos colegas estrangeiros. De modo geral essas matérias evitam as controvérsias, que são uma marca da atividade científica, para apresentar versões fechadas e definitivas, quase sempre ancoradas em poucas fontes. Observamos também que algumas vezes o tema escapa mais para o lado dos achados que fazem sentido somente dentro do panorama estrito do desenvolvimento científico – como esta ou aquela reação observada em camundongos numa pesquisa, por exemplo – mas que não oferecem ao leitor um conjunto de informações que lhe seja útil para a vida. A esse respeito, Amorim e Massarani (2008) já haviam salientado um lado deletério de certos serviços de divulgação de pautas científicas utilizados sem critério pela imprensa brasileira, pois nem sempre as pesquisas publicadas pelas revistas científicas internacionais têm relevância para a realidade nacional e os interesses locais, então acabam não trazendo contribuições no sentido de melhor pautar os jornalistas da área para oferecerem aquilo que deseja o leitor de ciência e tecnologia.

Quanto à pouca diversificação de fontes médico-científicas nas matérias sobre pesquisas científicas, Jota2 nos traz uma explicação bem pragmática. Segundo ele, ouvir os próprios autores da pesquisa é inevitável, já que o tema seria de “propriedade” deles. E outras vezes acabam sendo convocadas apenas quando o assunto é polêmico e há necessidade de “equilibrar” com outros pontos de vista:

O cara é pesquisador, publicou na *Nature*, e aí a gente ouve aquele cara. Depois pode até suitar, mas nesse sentido a ciência ela é muito mais proprietária do assunto. Existem alguns assuntos, e não é só ciência, é ciência e saúde e outros, em que você fica muito à mercê da fonte. Por exemplo, um astrofísico faz uma pesquisa: ele é proprietário daquilo, não é uma coisa que você vai ouvir qualquer um sobre astrofísica, tem que entender de astrofísica. Ou sobre células tronco ou linfócitos T. Você vai ter que ouvir quem entenda isso no mínimo. Mas tem que ter cuidado, muitas dessas pesquisas são patrocinadas por laboratórios, então você tem que tentar sempre ter uma atenção para isso (JOTA2).

E como ter atenção para isso? Segundo Jota2, é muito difícil, a não ser quando o próprio repórter tem a oportunidade de entrevistar diretamente e fazer a pergunta ao cientista, pois este é um dado que comumente não é divulgado nos *releases*. “Muitas vezes a gente não sabe que aquela pesquisa, que foi publicada na *Nature* ou na *Lancet*, num lugar importantíssimo, foi patrocinada pelo laboratório importante, e você só vai saber depois”.

As principais revistas científicas internacionais indexadas são publicações de acesso restrito a assinantes, e raramente as empresas jornalísticas fazem assinaturas dessas publicações. Algumas agências internacionais da área de ciência e saúde disponibilizam os resumos, em serviços como PubMed³⁶, citado por alguns entrevistados, mas os textos completos nem sempre são acessíveis ao grande público. Assim, os jornalistas acabam dependendo dos pesquisadores que assinam ou têm acesso institucional a tais revistas, por conta de sua atividade profissional, e se tornam seus informantes sobre o conteúdo das pesquisas ali publicadas. Observamos que, em muitos casos, as pautas que tais fontes sugerem aos jornalistas não necessariamente são aquelas que poderiam ser de maior interesse do público leitor, mas sim as que interessam a elas próprias, nas quais elas conseguem se incluir como comentaristas. Jota6 conta que durante um tempo *O Globo* assinou algumas dessas revistas especializadas, mas a experiência não durou muito tempo, sendo logo abreviada por cortes no orçamento.

³⁶ Motor de busca da base de dados MEDLINE, da United States National Library of Medicine (NLM), onde estão indexadas cerca de 5.000 revistas científicas publicadas nos Estados Unidos e mais de 80 outros países.

Jornalistas de saúde de três periódicos do Rio de Janeiro, entrevistadas por Leite (2016) em sua pesquisa de mestrado, queixam-se das muitas negativas que recebem ao tentar entrevistar algumas fontes brasileiras mais especializadas – pesquisadores de universidades e institutos mais renomados – que costumam encarar a mídia não como parceira, mas como problema: aquela que vai distorcer suas declarações. E explicaram a presença mais frequente de pesquisadores estrangeiros no noticiário científico como um reflexo dessa postura dos pares brasileiros. Segundo as jornalistas, os pesquisadores brasileiros nem sempre compreendem que falar à imprensa sobre seus achados deveria ser uma das contrapartidas pelo financiamento público que recebem para suas pesquisas:

Esse é um dado particularmente interessante porque seria possível supor que um dos sentidos produzidos pela cobertura midiática de saúde no Brasil seria uma certa deferência aos pesquisadores internacionais, cujas pesquisas receberiam maior destaque do que aquelas produzidas em instituições nacionais. A razão, apontada pelas jornalistas, vai na mão oposta: é mais rápido e fácil contatar um pesquisador de Harvard do que da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEITE, 2016, p. 88).

Analisando um corpus de 39 matérias sobre pesquisas científicas publicadas em *O Globo* e *Folha de S.Paulo* entre março e julho de 2012, com base em artigos oriundos das revistas especializadas *Science* e *Nature*, Oliveira (2013) observou que em 61,5% do recorte aparecem falas somente dos cientistas envolvidos na própria pesquisa, enquanto 10,3% trazem falas de cientistas não envolvidos na pesquisa, outros 10,3% conjugam falas de cientistas envolvidos e cientistas não envolvidos na pesquisa e 17,9% das matérias não apresentam qualquer entrevistado. Por comparação com o material disponibilizado para jornalistas nos sistemas de *Science* e *Nature*, a pesquisadora constatou ainda que 45,9% das matérias foram realizadas exclusivamente com informações dos *releases* e uso das declarações dos cientistas já presentes nesses textos, sem a realização de novas entrevistas pelos repórteres dos jornais brasileiros. Como veremos com mais detalhes no **Capítulo 6**, a pouca diversificação de fontes médico-científicas no noticiário não atinge apenas o conjunto de matérias sobre pesquisas, e é um dos maiores motivos de queixas por parte das fontes.

5.2.4. Os silêncios

Tão ou mais significativo do que os temas que a mídia divulga, é o silenciamento que ela impõe a tantos outros assuntos. Uma leitura acurada dos jornais sempre nos permitirá

observar que, para além da agenda midiática visível, existe outra agenda, invisível, que se impõe no cotidiano: a agenda dos temas ocultados e das vozes silenciadas. Rodrigues (1999) comenta que, diferentemente de outros campos sociais, que recorrem claramente a sistemas de sanções morais e físicas para punir aqueles que quebram suas normas de comportamento e/ou não compartilham suas ordens de valores, o campo da mídia lança mão de um poderoso instrumento a seu alcance: a privação da publicidade aos sujeitos que não cumprem as regras de seu discurso e aos temas que não se enquadram em seu sistema de valores. Segundo o autor, o efeito mais notório dessas sanções impostas pela mídia aos sujeitos e temas “desviantes” é a privação da visibilidade pública, fazendo com que simplesmente deixem de existir, já que não são noticiados. E conclui: “É por isso que cada vez mais a realidade se confunde com aquilo que é mediatizado pelo campo dos media” (RODRIGUES, 1999, p. 27).

Na cobertura de saúde, podemos observar alguns temas, acontecimentos e enquadramentos que se encaixam nessa premissa, e por este motivo parecem não existir. A questão do subfinanciamento do SUS, por exemplo, é um deles. Como ensina Lima (2011):

Nessa nova sociedade-rede, uma forma disfarçada de censura é o silêncio da grande mídia em relação a determinados temas. Considerando que a grande mídia ainda é a principal mediadora e construtora dos espaços públicos, um tema deliberadamente omitido está sendo sonegado e excluído desse espaço, vale dizer, da possibilidade de fazer parte do conhecimento e do debate público (LIMA, 2011, p. n/d).

Para problematizar essa questão da agenda de silenciamentos e oclusões da mídia, optamos por nos concentrar em dois casos que consideramos exemplares no recorte. O primeiro, o tema aborto, que teve uma aparição discreta nos quatro períodos, variando do mínimo de 2,6% do total de matérias do recorte em 2015 ao máximo de 9,6% em 1997, com uma média de 4,5% (conferir **Quadro 2**, na página 91), mas sempre privilegiando um certo grupo de vozes e ignorando completamente outros. O segundo, a inexpressiva presença das fontes ligadas à indústria médico-científica no noticiário, que somou exatamente 1% na média dos 4 períodos estudados (conferir **Tabela 4**, na página 96), variando do mínimo de 0,2% em 2008 ao máximo de 2,1% em 1987, embora os interesses desse grupo estivessem contemplados em outras vozes, como as médico-científicas e dos jornalistas.

Em 1987, o aborto foi matéria com chamada de primeira página, nas editoriais pesquisadas, em 5 ocasiões: 3 no mês de julho, 1 em agosto e 1 em dezembro. As 3 matérias

de julho giravam em torno de uma lei sancionada pelo então prefeito Saturnino Braga³⁷, que obrigava o serviço público de saúde do município a dar atendimento médico para a prática do aborto nos casos não criminalizados pelo Código Penal, que eram perigo de vida para a gestante e gravidez resultante de estupro. Além do próprio prefeito e outros políticos, as demais vozes presentes estavam ligadas à Igreja Católica (o cardeal-arcebispo dom Eugenio Sales) ou eram juristas, todos condenando a lei. O jornal não registrou a presença de qualquer representante ou militante de grupos e movimentos de mulheres. A matéria de agosto tinha como foco um alerta da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)³⁸ de que o número de abortos no país já superava o de nascimentos – sem a apresentação de qualquer estatística ou estudo confiável que corroborasse os números – e a de dezembro sobre um estudo de um organismo internacional dizendo que 3 milhões de abortos são feitos por ano no Brasil, também sem indicação de fontes.

Em 1997, foram 11 as matérias sobre aborto, sendo que 5 abordavam um projeto de lei em discussão no Congresso tratando da regulamentação do aborto em caso de estupro ou de risco para a gestante; 3 com relação à visita do Papa João Paulo II, que aconteceu naquele ano; e 3 sobre autorizações judiciais dadas para a prática do aborto em casos de estupro e anencefalia. Cinco dessas 11 matérias mereceram a manchete de capa, fato pouco habitual em matérias de saúde. De modo geral, percebemos que o tema não foi tratado como questão de saúde pública, mas sim pelo viés da moralidade e da política. Mais uma vez, as vozes presentes eram predominantemente da Igreja, dos políticos e de juristas mais alinhados com a proibição do aborto. Mesmo quando associações civis eram ouvidas, prevalecia esse enquadramento: por exemplo, na matéria do dia 18-12 (“Menina de 11 anos decide não abortar”), sobre uma menina de 11 anos da cidade de Sapucaia (RJ) que engravidou após ser estuprada, e que recebera decisão favorável da Justiça para o aborto, mas foi convencida do contrário por um médico e alguns padres, o jornal deu voz ao presidente da Associação Nacional de Advogados Contra o Aborto, mas não ouviu qualquer entidade de mulheres com opinião divergente.

O panorama se repetiu em 2008, com 1 das 4 matérias publicadas sobre o tema abordando a rejeição na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados de uma lei que previa a liberação do aborto; outra sobre uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a liberação do aborto em caso de anencefalia; uma terceira sobre a

³⁷ Foi prefeito do município do Rio de Janeiro, no período 1986-1988, pelo PDT.

³⁸ Organismo permanente que reúne os Bispos católicos do Brasil e que tem posição histórica contrária ao aborto. Cf.: <<http://cnbb.net.br>>.

instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados para investigar a venda de remédios abortivos e a existência de uma rede de clínicas clandestinas no país para a prática do aborto; e a última destacando um pronunciamento do presidente Luís Inácio Lula da Silva, na 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, realizada entre 15 e 18 de dezembro, em que ele defendeu que o tema era uma questão de saúde pública e assim deveria ser discutido. Mesmo assim, a referência ao aborto na matéria se limitou ao posicionamento do presidente e às explicações dadas pelo deputado federal Arlindo Chinaglia (PT-SP) ao público da conferência, que o criticava por ter, como presidente da Câmara dos Deputados, instalado naquela Casa a CPI do aborto, na semana anterior.

Em 2015 foram 5 matérias. Uma em que o recém-empossado presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, informava que não colocaria em pauta o projeto de regulamentação do aborto; outra sobre venda de abortivos por camelôs no Rio de Janeiro; uma terceira sobre pronunciamento do Papa Francisco autorizando padres a darem o perdão a mulheres e médicos que confessassem ter praticado o “pecado do aborto”³⁹; outra sobre um protesto contra o relatório da CPI do aborto da Assembleia Legislativa do Rio, determinando que hospitais notifiquem à polícia mesmo os abortos autorizados por lei; e a última sobre pesquisa financiada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), do Ministério da Justiça, mostrando a precariedade da rede de assistência às vítimas de estupro, sinalizando que muitos serviços fazem “exigências descabidas” no intuito de negar o aborto previsto em lei. Esta última foi a única matéria que, diferentemente das anteriores, foi além das vozes oficiais e abriu espaço para a fala de pesquisadores do tema e representantes da sociedade civil.

A partir desse olhar, observamos que a abordagem de *O Globo* é dada predominantemente pelo silenciamento do aborto enquanto tema de saúde pública e fruto de controvérsias: de modo geral, somente as vozes oficiais e outras que o combatem ganham destaque, sendo que a questão na maior parte das vezes é tratada com fundo moral e religioso, ou como crime. Percebemos também que nas poucas ocasiões em que se estabelece a controvérsia é nas disputas políticas. Nesses casos, não há aprofundamento da discussão, apenas a nomeação de quem é contra ou a favor, provavelmente feita apenas com o intuito de marcar as polarizações eleitorais.

³⁹ O poder foi estendido de forma temporária e datado entre novembro de 2015 e novembro de 2016, sem ser um indicativo de que haveria a aceitação do aborto em seu pontificado. Conf.: <<http://agenciabrasil.abc.com.br/internacional/noticia/2016-11/papa-concede-padres-decisao-de-perdoar-quem-comete-abortos>>.

Luna (2014) analisou o discurso sobre o aborto veiculado na imprensa durante a campanha eleitoral de 2010, centrando-se no noticiário impresso de *O Globo*, nos meses de setembro e outubro, e em buscas aleatórias em outros veículos na versão *on-line*, no mesmo período. A autora observou que, embora naquele momento tenha havido um aumento da presença do tema na mídia, a pauta não provocou o debate sobre a questão do aborto na sociedade brasileira, sendo usada meramente como categoria de acusação e elemento divisor entre os candidatos, especialmente os que disputavam a presidência. Luna salientou ainda que, em contraste com outros momentos em que o aborto esteve em pauta e as matérias davam destaque à voz da Igreja Católica, daquela vez a mídia abriu espaço para atores políticos e religiosos antes obscuros. Ainda sobre as vozes na cobertura, comentou:

No tocante aos atores citados nas matérias ou suas fontes, constatou-se presença reduzida de especialistas, em sua maioria pesquisadores de religião, com poucas referências a outros que investigam o aborto. A menção a lideranças feministas foi mínima. Verificou-se número muito pequeno de matérias de exame da situação do aborto no Brasil, em geral repetindo os resultados da pesquisa de aborto no Brasil procedente da UnB⁴⁰ e a pesquisa sobre aborto como problema de saúde pública promovida pelo Ministério da Saúde (LUNA, 2014, p. 386).

Outro silêncio marcante é o das vozes da indústria médico-científica, categoria em que incluímos os representantes de laboratórios farmacêuticos e demais fabricantes de produtos, equipamentos e insumos destinados à área da saúde. Observamos que no primeiro intervalo, 1987, essas vozes tinham pouca expressão (2,1% do total de vozes naquele ano), tornando-se ainda mais inexpressivas nos intervalos seguintes: 1,6% em 1997 e 0,2% em 2008, voltando a apresentar um discreto crescimento em 2015, com 0,8%. Na maior parte das matérias, esses representantes de indústrias e laboratórios apareciam para justificar alguma irregularidade cometida por suas empresas, seja com relação a problemas com medicamentos e insumos (soro contaminado, kit para exame de HIV deficiente, seringas com risco de contaminação, remédios com efeitos perigosos), seja em escândalos de corrupção no trato com repartições públicas (denúncia de pagamento de propinas pela empresa Siemens).

As exceções foram registradas em 1 matéria de 1987 abordando uma original campanha publicitária da então quase centenária pomada Minâncora, que dobrou suas vendas após propagandear efeitos afrodisíacos relatados por seus próprios consumidores, e 4 matérias de 2015, 2 sobre a possibilidade de chegar ao mercado uma vacina contra a dengue e 2 sobre a previsão de aumento de oferta de repelentes eficazes contra o *Aedes aegypti*, no início da

⁴⁰ Universidade de Brasília.

epidemia de zika. Com exceção do primeiro, incluído no rol dos temas pitorescos, os demais assuntos tocavam em algo sensível à população: o medo das epidemias. Concluímos que a voz da indústria médico-científica nesta hora é bem vinda, é desejável, por isso ela se apresenta sem intermediários, diferentemente do que faz em outras ocasiões.

Um dos ramos dessa indústria, somente o setor farmacêutico teve em 2016 um faturamento de R\$ 85,35 bilhões no Brasil representando um aumento de 13,10% sobre os números de 2015 (GUIA, 2017). A título de comparação, Nascimento e Sayd (2005) citaram que em 2002 este faturamento foi 14,9 bilhões, com 30% dos recursos sendo gastos com publicidade. De acordo com dados da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), o país ocupa hoje a 8ª posição no ranking do mercado farmacêutico mundial (era o 10º em 2011) e deve alcançar o 5º lugar em 2021 (GUIA, 2017), ficando atrás somente de Estados Unidos, China Japão e Alemanha. Entre as muitas razões que podem justificar esse crescimento está a medicalização (CONRAD, 1992, ARONOWITZ, 2009; ZOLA, 1972), que transforma em doenças a serem tratadas diversas situações antes consideradas condições naturais da existência, como a menopausa e o envelhecimento; e a pharmaceuticalização da vida (DUMIT, 2012), com o surgimento de medicamentos não para tratar doenças, mas para prolongar a vida. Transformadas em temas de interesse a partir do grande investimento em marketing, essas inovações ganham o espaço da mídia, como observa Fonte1:

Muitas matérias publicadas estão pautadas na dimensão econômica do complexo industrial da saúde. Aliás, muitas capas de Veja, IstoÉ, dessas revistas, eu não tenho a menor dúvida de que foram financiadas por alguma indústria. Normalmente quando se quer introduzir algum produto novo no mercado, isso é uma técnica de estratégia comercial da indústria bem antiga, vem dos anos 50 do século passado. Então não é incomum. O código de ética agora exige, por exemplo, quando o jornalista vai cobrir um evento, congresso médico, [que esteja explícito] “foi financiada pela empresa tal”. Ok. Mas eu diria que os grandes nomes, esses grandes jornalistas que tratam do tema, estão de uma certa forma imunes a essa questão. Mas essa explicitação de interesses comerciais disfarçados sob uma capa de cientificidade ou de interesse público, na verdade, esconde por trás estratégias. Não é incomum, por exemplo, uma estratégia da indústria farmacêutica que é fazer uma parceria com uma sociedade médica, de especialistas, e fazer publicidade na TV, sob a forma de uma campanha de interesse público: “A doença X é muito importante, você precisa se cuidar, procure o seu médico”. Ao mesmo tempo esse médico está sendo visitado pelo laboratório que está por trás do medicamento que querem ver introduzido no mercado. Então tem várias questões que estabelecem uma outra dimensão, onde nem sempre o que está sendo publicado é de fato de interesse da sociedade, do público. Como se ela [a campanha publicitária] estivesse ali sob um disfarce de uma certa neutralidade, onde na verdade não há neutralidade. Isso não é incomum (FONTE1).

Jota6 lembra que nos anos 90 era muito comum os laboratórios convidarem os repórteres para cobrir congressos internacionais de diversas especialidades médicas, com passagens e estadias pagas, e nos quais invariavelmente aconteciam lançamentos de novos medicamentos: “Essa relação era um pouco promíscua. Ainda é, com os médicos. Mas tinha muito congresso médico que a gente [jornalistas] viajava a convite do laboratório. Eventualmente, eu viajava para assistir palestras, lançamentos de produto a convite do laboratório” Segundo ele, não havia uma imposição direta de que o repórter convidado deveria fazer matérias sobre os medicamentos, mas isso acabava acontecendo, porque o discurso dos médicos presentes – e que seriam entrevistados – era sempre de louvação às novas possibilidades que aquele medicamento traria para os pacientes: “Não tinha algo direto, mas você era convidado, muitas vezes, para ir a um congresso em Paris, para o lançamento de uma vacina, e ficava subentendido que você ia fazer matéria sobre aquele produto”. O jornalista alega que era muito jovem e imaturo naquela época, por isso via tudo com muito entusiasmo, deixando de perceber os interesses envolvidos, mas garante que sua percepção foi mudando com seus anos de experiência.

É importante ressaltar aqui que a decisão de aceitar ou não um convite para cobrir um congresso ou evento é do jornal e não do jornalista. Jota6 afirma que havia critérios para essa decisão, pensando em primeiro lugar no interesse real do tema para a pauta, e que com o tempo seu editor passou a recusar os convites dos laboratórios e aceitar somente os das sociedades médicas: “Mesmo assim era um pouco complicado, porque a maioria das sociedades é patrocinada por laboratórios”.

Esta pesquisadora chegou a cobrir um desses congressos internacionais, em que foram apresentados os números de uma pesquisa sobre cardiopatias envolvendo mais de 1.500 pacientes e 750 médicos de 10 países, patrocinada por um laboratório. Olhando de forma retrospectiva, recorda que, nas explanações sobre os resultados, os representantes do patrocinador estavam presentes, mas somente os médicos convidados, ligados a sociedades de cardiologia de diversos países, respondiam as perguntas dos jornalistas. O laboratório aproveitava a divulgação da pesquisa para trazer ao público informações sobre seu novo medicamento, voltado para a redução dos níveis de colesterol. Entretanto, como somente os médicos falavam, era de se supor que nas matérias publicadas sobre o evento apenas as vozes científicas apareceriam. No caso da matéria então publicada em *O Globo*, embora o medicamento não tenha sido nominalmente citado, houve destaque às conclusões dos pesquisadores sobre a necessidade de uso de medicamento para redução do colesterol, em

alguns grupos de pacientes. O nome do laboratório apareceu apenas em nota de rodapé, indicando que a repórter viajou a seu convite.

Esta estratégia, segundo Jota6, começou a ser usada pelas empresas jornalísticas como um modo de sinalizar ao leitor que não havia ali um conflito ético, tanto que o jornal não se furtava a indicar quem pagara a viagem. Mas, segundo ele, receber o dossiê do laboratório com a pesquisa na redação, junto com os telefones e e-mails dos pesquisadores para eventuais entrevistas, teria o mesmo efeito que viajar a Paris ou Costa Rica para ouvir os resultados pessoalmente. Ele lembra que apenas alguns veículos de mídia eram convidados para esses eventos, e a maioria dos jornalistas recebia o material depois.

Jota6 conta ainda que, nos anos 2000, a estratégia dos laboratórios mudou, e os convites passaram a ser para *workshops* sobre temas médicos, ministrados por professores-pesquisadores de universidades brasileiras e estrangeiras de grande prestígio. Além da viagem, o atrativo oferecido era a possibilidade de o repórter ser apresentado a fontes influentes e assim melhorar seus conhecimentos sobre assuntos ligados a suas áreas de cobertura. Como não havia o lançamento de qualquer medicamento atrelado ao convite, Jota6 revela que era como se estivesse descartado o interesse comercial dos laboratórios. Mas, na prática, assume que não era bem isso que acontecia:

O laboratório X – eu posso até falar o nome de todos se você quiser – convidava para um workshop sobre câncer de mama, para ensinar o que é, o diagnóstico, o tratamento... Sem falar [explicitar no convite] que eles vendiam o medicamento X para o câncer de mama. E convidavam os professores da universidade, porque os laboratórios também financiam as pesquisas em universidades. Você estava lá e também um professor da Unicamp. Por que você não iria? O professor da USP... por que não participar de um workshop que tinha professores? Eticamente podia parecer estranho, mas para mim era um acesso a informação que eu talvez não tivesse. Fui muito para São Paulo, e não só São Paulo. Viajei muito a América Latina para fazer workshops com os jornalistas. De Nova York a Buenos Aires eu viajei para fazer workshop. Tinha um lado bom, porque geralmente eram informações importantes, científicas, que estavam lá. Ou o cara que era professor da universidade de não sei onde dos Estados Unidos, ou professor da USP naquela área. (...) E eles não falavam em nenhum momento que era o medicamento tal, eles deixavam subentendido. Quando você perguntava “como é que trata isso?”, aí vinha a pegadinha (JOTA6).

Apesar de ver nessa iniciativa um certo conflito ético, o repórter argumenta que foi importante para sua formação como repórter especialista em saúde, já que formalmente o jornal não oferecia outra possibilidade.

5.3 AUTORIA: DA DISTINÇÃO AO LUGAR COMUM

Um dado de nossa pesquisa exploratória, mostrando que no presente a maioria das matérias era assinada pelos repórteres, ao tempo que no passado as assinaturas se mostravam mais raras, levou-nos a também fazer um levantamento minucioso sobre a autoria das matérias publicadas, quantificando as assinadas e as não assinadas em cada um dos quatro períodos. De fato, a prática de assinar as matérias se intensificou bastante nas últimas décadas, como podemos observar abaixo na **Tabela 6**. Tínhamos pelo menos duas hipóteses em mente sobre as razões dessa mudança: uma reivindicação do repórter para ter mais visibilidade e consequente aumento de capital profissional (BOURDIEU, 2008, 2013) para negociar com as fontes; uma forma de a empresa compensar o repórter com fama, na falta de lhe pagar melhores salários. As entrevistas com nossos colaboradores nos permitiram confirmar em parte nossas hipóteses e também trouxeram outros elementos, que abordaremos mais adiante.

Este é o panorama das matérias assinadas e não assinadas do recorte:

Tabela 6 – Matérias assinadas e não assinadas em *O Globo* nos quatro períodos do recorte (1987, 1997, 2008 e 2015)

Ano	Matérias coletadas	Assinadas	Não assinadas
1987	177	21	156
1997	114	76	38
2008	132	118	14
2015	189	170	19

Fonte: Elaboração da autora

Em 1987, do total de 177 matérias coletadas, apenas 21 eram assinadas e 156 não assinadas. Foram 15 os diferentes repórteres que assinaram as matérias, todos funcionários de *O Globo*, sendo que o que mais assinou teve 5 matérias assinadas. Nenhuma matéria foi assinada por mais de um repórter, em coautoria.

Em 1997, das 114 matérias coletadas, 76 eram assinadas e 38 não. O número de diferentes repórteres assinando foi de 68, sendo 65 de *O Globo* e 3 de jornais estrangeiros. Havia ainda um texto assinado por uma atriz. O que mais assinou teve 20 matérias assinadas ao longo do ano. O total de assinaturas nas matérias coletadas em 1997 foi de 153, o que representa uma média de 2,01 assinaturas por matéria, em coautoria.

Em 2008, das 132 matérias coletadas, 118 eram assinadas e apenas 14 não. Foram 114 os diferentes repórteres que assinaram, sendo 111 de *O Globo* e 3 de jornais estrangeiros. Houve ainda 3 textos assinados por outros profissionais: dois médicos e um músico. O

repórter que mais assinou matérias teve 28 delas assinadas. O total de assinaturas nas matérias coletadas em 2008 foi de 427, com a média de 3,61 assinaturas por matéria, em coautoria.

Em 2015, das 189 matérias coletadas, 170 eram assinadas e 19 não. Foram 72 os diferentes repórteres que assinaram, todos de *O Globo*. O que mais assinou teve 29 matérias assinadas. O total de assinaturas nas matérias coletadas em 2015 foi de 275, representando uma média de 1,61 assinaturas por matéria, em coautoria.

Como podemos observar, houve uma transição da prática de não assinar a maioria das matérias para a regra de assinar quase todas. Como nosso recorte engloba um ano de cada década, com intervalo de 7 a 11 anos entre eles, não temos como saber se houve uma mudança drástica em algum momento específico. Mas o entendimento dos profissionais ouvidos é de que essa cultura foi se transformando paulatinamente, em função de uma série de fatores. No caso específico de *O Globo*, há uma razão bem marcada para a quase ausência de assinaturas no período de 1987: o rigor imposto pelo então diretor de redação, Evandro Carlos de Andrade, que considerava que somente os grandes furos de reportagem mereciam ter a assinatura do repórter; fora isso; a produção jornalística deveria ser apresentada como uma criação coletiva – que, de fato, era, especialmente no período em que os redatores eram numerosos e praticamente reescreviam a maioria dos textos produzidos pelos repórteres, seja porque muitos não tinham realmente qualidade, seja porque precisavam passar por cortes profundos no tamanho, sofrer condensações ou mescla com outros textos. Jota1 lembra que Andrade realizou uma grande transformação em *O Globo* durante seu período no comando (de 1972 a 1995), tirando a publicação do patamar de jornal popular e elevando-a à categoria de referência, passando a concorrer então com o *JB* e não mais com *O Dia*:

O Evandro, apesar de ser um ótimo jornalista – tenho muito respeito por ele – ele tinha um estilo de gestão muito autoritária, ele era quase que um ditador na redação. E, entre as máximas – ele tinha várias máximas – uma das mais conhecidas dele era a de que jornalista não é notícia. Então ele insistia que matéria, para ser assinada, (...) ou tinha que ser um grande furo ou uma matéria com texto especialmente bom, que fizesse as pessoas chorarem. Se não fosse isso, normalmente ela não deveria ter chamada e não deveria ter o nome assinado (JOTA1).

No passado, portanto, ser autorizado a assinar uma matéria era ter reconhecido esse caráter de excelência – seja pelo texto em si, devido a suas qualidades estilísticas, seja pela importância da informação exclusiva obtida. A assinatura na matéria, de certo modo, era uma forma de distinção (BOURDIEU, 2008) que marcava apenas os melhores, e por esse caráter de raridade deveria servir como estímulo para que os demais perseguissem também o objetivo

de conquistá-la. Mas a passagem desse momento de poucas matérias assinadas para a quase totalidade delas com assinatura – e, cada vez mais, com assinaturas múltiplas, a coautoria de três, quatro, às vezes até mais jornalistas – é vista por Jota1 não exatamente como uma conquista: “Se todo mundo assina, qual é a vantagem de assinar uma matéria? Tudo bem, você fez, a responsabilidade é sua, a fonte sabe que você está escrevendo sobre aquilo e pode te procurar, você fica mais famoso (entre aspas), mas acho que, de certa forma, banalizou”.

Jota2 compartilha a mesma impressão sobre por que as matérias eram pouco assinadas no passado. Entretanto, não vê como banalização a atual prática de assinar tudo, mas sim como um processo de valorização do trabalho do repórter. Ele diz que esse movimento de expandir a divulgação da autoria não foi algo planejado nem estratégico, veio acontecendo naturalmente, tanto por uma decisão editorial quanto pela própria reivindicação dos interessados: “Acho que foi para dar crédito mesmo. Uma série de fatores. Primeiro porque dá responsabilidade ao repórter, a partir do momento que ele está assinando. Segundo porque mostra o resultado do trabalho dele. E terceiro por visibilidade. Todo profissional quer visibilidade”.

Os repórteres confirmam que, em certa medida, houve esse movimento de reivindicar a autoria das matérias, mas apenas as mais importantes. Só que, depois, a prática foi se intensificando e chegou ao ponto de às vezes o oposto ser o mais difícil: conseguir não assinar alguma matéria da qual o repórter não se orgulhasse tanto. Jota5, que atuou como repórter em Brasília, conta que reivindicar aos editores do Rio a assinatura nas matérias enviadas pela sucursal era uma forma de a chefia recompensar seu pessoal pelo excesso de trabalho:

Lá tem tanta coisa pra fazer com tão pouca gente, tanto assunto para cobrir... No Congresso, por exemplo, os caras ficam doidos lá com tanta pauta para fazer. No fim do dia, o sujeito [chefe] faz uma espécie de recompensa: vamos recompensar pelo esforço que o cara fez, pela quantidade de trabalho que ele teve (JOTA5).

Outra questão é que hoje, com os modelos de diagramação já prontos na biblioteca digital, quando o diagramador coloca uma forma de matéria dentro de uma página ela já tem todos os espaços para os créditos, inclusive de assinatura. Então acaba sendo automático o ato de o repórter preencher o seu nome no alto do texto, afirma Jota5: “Naquela época [anos 90], para botar assinatura você tinha que mandar o cara [diagramador] botar lá, e hoje em dia você tem é que mandar ele tirar se não quiser, então você vai deixando ali, é uma certa preguiça, vamos dizer assim”.

A multiplicidade de assinaturas nas matérias também foi um fenômeno que se expandiu a partir dos anos 2000, mas aparentemente agora estaria em queda, ao menos na cobertura de saúde, como se pode observar na **Tabela 7**. No intervalo de 1987, nenhuma das 21 matérias assinadas teve coautoria. Já no período seguinte (1997), houve uma média de dois repórteres por cada matéria assinada. Índice que pulou para 3,61 em 2008. Já no último período (2015), retrocedeu para 1,61 assinatura por matéria.

Tabela 7 – Matérias assinadas e quantidade de assinaturas em *O Globo* nos quatro períodos do recorte (1987, 1997, 2008 e 2015)

Ano	Matérias assinadas	Quantidade de assinaturas	Diferentes repórteres que assinam	Média de assinaturas
1987	21	21	15	1
1997	76	153	68	2,01
2008	118	427	114	3,61
2015	170	275	72	1,61

Fonte: Elaboração da autora

Não custa lembrar que, nos três primeiros períodos, as matérias de saúde foram mais numerosas nas editorias local e nacional do que nas especializadas (conferir no **Gráfico 2, na página 82**), onde são os repórteres generalistas que fazem a cobertura; e no último período ela se concentrou majoritariamente na editoria especializada. Especialmente nas editorias local e nacional, é habitual que cada repórter, ao entrevistar uma determinada fonte de interesse para diversas pautas em andamento – por exemplo, o governador, o prefeito, o secretário de saúde etc. – interrogue-a a respeito do tema de cada uma das pautas, mesmo que ele não esteja fazendo todas as matérias. Assim, quando ele repassa ao colega a fala que obteve da fonte, inclui-se como coautor da matéria do colega. Do mesmo modo, ao receber uma contribuição para juntar à matéria que está produzindo, incluirá como coautor o colega que contribuiu.

6 FONTES E JORNALISTAS

Neste último capítulo da análise, chegamos ao ponto central da pergunta que conduz este trabalho. Buscando entender como se constrói e se mantém a relação entre jornalistas e fontes de informação – incluídos os assessores de imprensa – priorizamos em nossas entrevistas semiestruturadas questões relativas ao modo como esses diferentes atores enxergam uns aos outros e que estratégias desenvolvem para estabelecer seus contatos, como se procuram, como se escolhem, o que se exigem mutuamente, o que toleram e o que não admitem, assim como o que valorizam e o que rechaçam nesta interação. Em acréscimo aos temas inicialmente propostos, diversos outros elementos surgiram, para enriquecer esta problematização. É disso que vamos tratar a seguir.

6.1 CONSTRUINDO UMA RELAÇÃO

Em seu livro “A saúde na mídia”, no capítulo em que aborda a relação entre jornalistas e fontes de informação, a bióloga e jornalista argentina Roxana Tabakman (2013) se pergunta em que uma cirurgia moderna e um assassinato podem se parecer, para em seguida responder que o mais evidente entre muitos pontos em comum é o fato de que ambos poderão gerar grandes coberturas na imprensa, sem que jamais qualquer jornalista tenha presenciado um ou outro acontecimento. Ela constrói essa alegoria para discorrer sobre o modo de produção jornalística e os riscos inerentes a uma atividade que precisa contar com relatos, testemunhos e avaliações feitas por terceiros, e cuja qualidade dependerá em muito da capacidade do jornalista de não se deixar manipular pelas partes interessadas em conduzir as narrativas:

Quando uma informação é difícil de avaliar, como é o caso do conhecimento médico, o jornalista se vê obrigado a levar em conta a reputação das fontes – que, por isso, costumam ser sempre as mesmas e ocupam uma posição de autoridade formal em centros médicos, universidades ou sociedades científicas. As fontes que, além disso, oferecem material suficiente para gerar notícia, facilitando o trabalho sem grandes custos nem prazos dilatados, são as que prevalecem e têm grande probabilidade de se transformar em fornecedores regulares de informação (TABAKMAN, 2013, p. 25).

Temos aí, portanto, a primeira pista de que não necessariamente as vozes científicas presentes na mídia são as vozes mais representativas para tratar dos temas que estarão sendo abordados, mas sim as que melhor cumpriram os requisitos que permitem, de um lado e de

outro, a manutenção, com o mínimo de atritos, de uma relação necessária para o andamento do processo de produção jornalística. A prevalência das fontes institucionais (na nossa classificação, as governamentais e as médico-científicas vinculadas a instituições) explica em parte esta equação, pois essas fontes oferecem uma garantia de origem e credibilidade da informação (WOLF, 2003), atrelada à sua própria institucionalidade, e que é muito cara aos jornalistas e às empresas de comunicação, já que torna possível a produção de um noticiário constante e em larga escala com reduzido investimento, tanto material quanto humano. Dito de outro modo, ao ancorar a credibilidade da informação na credibilidade da própria fonte, o jornalista se exime da tarefa de buscar uma variedade maior de fontes para checar ou melhorar essa informação, reduzindo o tempo gasto na produção das matérias, única forma de conseguir dar conta do grande volume de trabalho que lhe cabe num contexto de total precarização da atividade jornalística.

A relação dos jornalistas com as fontes governamentais é orientada por uma rotina já estabelecida antes mesmo que cada novo profissional entre nesse circuito. Aqui seria interessante lembrar um pouco o que postulou Warren Breed (1993), em sua teoria organizacional, acerca de como os novos e inexperientes jornalistas introjetam a política editorial da empresa sem que em momento algum lhes sejam ditadas essas normas – e não são ditadas até por uma questão estratégica, pois o assujeitamento é sempre mais eficaz quando acontece de forma sutil. Segundo o autor, o novato se socializa com os veteranos na redação e observa as normas e valores, direitos e obrigações que envolvem seu estatuto, e assim internaliza o modo como deve agir para alcançar seus objetivos e se tornar. mais um naquele grupo: “Aprende a antever aquilo que se espera dele, a fim de obter recompensas e evitar penalidades” (BREED, 1993, p. 155). Neste sentido, tende a convocar as mesmas fontes que seus colegas mais experientes estão habituados a ouvir, pois certamente será com estes que se aconselhará acerca de quem é quem em cada tema ou pauta a ser desenvolvida.

Quanto ao modo de aproximação entre uma fonte não governamental e um jornalista, especificamente na área da saúde, nossos entrevistados dizem que quase sempre o primeiro movimento é feito pelo jornalista, e as exceções ficam praticamente restritas às relações mediadas por assessores de imprensa a serviço de clientes que são fontes de informação ou às fontes que representam grupos organizados da sociedade. O que significa dizer que é mais raro que uma fonte não governamental – um médico, um cientista, um diretor de hospital – tome a iniciativa de procurar pela primeira vez um repórter para lhe oferecer informações do setor em que atua. De fato, como salientou Conrad (1999), por serem as notícias o trabalho do

jornalista, este depende muito mais das fontes do que elas dele, então é esperado que seja dele a iniciativa de buscar contato com os informantes.

Todas as seis fontes que entrevistamos relataram que o primeiro contato profissional que tiveram com um jornalista foi feito por iniciativa do representante da imprensa. Curiosamente, foram seis situações bem distintas. Fonte1 foi entrevistado pela primeira vez devido a sua pesquisa de mestrado, sobre a propaganda de medicamentos nos meios de comunicação, tema que suscitou interesse da mídia na ocasião. Fonte2 deu sua primeira entrevista quando era médico residente, em meio a um movimento de classe por melhores condições de trabalho. Fonte3 era médico socorrista e foi parar nas páginas como herói ao salvar um maquinista em um grave acidente de trem. Fonte4 dirigia um hospital e não se lembra exatamente da matéria de estreia, mas sabe que a maioria naquele momento abordava os pontos negativos do atendimento, e sua participação era dar as explicações oficiais. Fonte5 atuava no Sindicato dos Médicos quando foi convocada pelos superiores a atender a imprensa, e assim fez seu primeiro contato com um jornalista. O mesmo aconteceu com Fonte6, que deu sua primeira entrevista após ser escolhida pela direção de seu departamento de ensino para atender um repórter.

Com exceção de Fonte1 e Fonte3, que somente tempos depois daquele primeiro contato voltaram a estar na mira da mídia, devido a postos que passaram a ocupar na gestão pública, as outras fontes foram imediatamente sendo solicitadas outras vezes para falar.

Fonte2 se tornou dirigente de uma associação de médicos residentes em meados dos anos 80, o que o mantinha em contato frequente com a imprensa. Por ter se especializado em infectologia, logo passou a falar também sobre a Aids, que havia surgido naquele período e era um tema muito abordado nos meios de comunicação. E considera que seu modo fluido e objetivo de tratar os assuntos médicos, além das boas credenciais científicas, é algo que agrada os jornalistas. Relata ainda que essa sua facilidade de comunicação sempre fez com que fosse indicado para lidar com os jornalistas quando sua instituição era demandada.

Após muito tempo desconfortável na posição de somente ter que dar explicações sobre as denúncias de problemas no hospital que dirigia, Fonte4 decidiu tirar proveito desse contato tão frequente com os repórteres e passou a levantar dados estatísticos sobre seus atendimentos para criar pautas positivas sobre o hospital e que atraíssem o interesse da mídia. Essa capacidade de propor temas carregados de valores-notícia ele continuou desenvolvendo depois como parlamentar, e acredita que é o que o faz continuar sendo requisitado até hoje.

Fonte5 continuou ao longo do tempo atuando em órgãos representativos da classe médica e paralelamente desenvolvendo sua carreira no atendimento clínico. Apenas com

relação à primeira atividade mantém contato com a imprensa, e à certa altura apostou em uma estratégia empresarial de comunicação para obter mais visibilidade para os temas de sua entidade na mídia.

Fonte6 acredita que sua facilidade para se comunicar com os jornalistas, em um meio em que a maioria rejeitava tais contatos, por pura desconfiança, fez com que ela continuasse sendo escolhida para falar em nome de seu instituto sempre que a imprensa solicitava. O mesmo ocorreu durante sua passagem pelo conselho regional da profissão. Ao se aposentar da universidade e assumir um consultório particular, isso se intensificou.

Em tese, a regra de que seria o jornalista a buscar a fonte (ao menos as não governamentais) poderia apontar na direção de uma pauta da saúde fortemente interna aos jornais – para usar o termo de Luz (2005), anteriormente abordado – mas os relatos das fontes mostram que muitas vezes há outras intermediações, especialmente quando se trata de profissionais vinculados a instituições e que são convocados por estas para falar com a imprensa, como apontaram Fonte2 e Fonte6. Ou seja, mesmo quando o jornalista toma a iniciativa de procurar a fonte, se ele não conseguir fazê-lo diretamente, mas somente por intermédio de uma instituição, não necessariamente ele poderá escolher essa fonte.

Relembremos o que disse Jota1 no **Capítulo 4**, sobre ter instituído, numa certa época, que cada jornalista sob seu comando tirasse um dia de tempos em tempos para visitar pessoalmente locais e instituições onde pudesse encontrar suas fontes potenciais e, assim, desenvolver uma relação mais estreita com estas e com o tema que cobria. Embora nem todos conseguissem fazê-lo com regularidade, o pouco que conseguiam já fazia enorme diferença na qualidade das pautas propostas, segundo Jota1, pois os repórteres viam de perto situações que eles saberiam identificar como sendo de interesse jornalístico, o que nem sempre ocorria às pessoas que estavam lidando com aquelas situações.

Se esse tipo de “cortejo” entre fontes e jornalistas era possível nos anos 80 e 90, a realidade atual de equipes reduzidas nas redações e a presença cada vez mais imperativa dos assessores de imprensa como mediadores entre fontes e veículos de mídia tem desequilibrado a equação. De modo geral, o jornalista já não descobre por si só que um determinado profissional domina um conhecimento que lhe interessa, visto que as interações pessoais com as fontes fora das redações são cada vez mais raras: ele é informado por um assessor de imprensa, que apresenta o cliente por meio de um *release* e oferece sua expertise, nunca de forma desinteressada, é preciso dizer. Portanto, é novamente a pauta externa se fortalecendo, aquela mesma que pontificava nos jornais do período anterior à profissionalização (conforme já abordamos no **Capítulo 4**), devido à impossibilidade de as empresas jornalísticas pagarem

salários dignos a seus colaboradores e por isso permitirem o uso das páginas para canalizar outros interesses que rendessem aos empregados um complemento na remuneração. Além do que, mesmo sendo o jornalista a tomar a iniciativa de primeiro procurar a fonte, estas têm se mostrado mais longevas no cenário comunicacional do que os repórteres, o que significa dizer que um repórter que se tenha iniciado recentemente na carreira poderá recorrer a fontes que já estão há muitos anos colaborando com as empresas jornalísticas.

Fonte4 é uma dessas fontes longevas. No nosso levantamento, apareceu nos períodos de 1997, 2008 e 2015. Embora não tenha aparecido no período de 1987, nos contou em entrevista que já a partir do ano seguinte (1988) começou a se tornar fonte recorrente no noticiário de saúde dos principais órgãos noticiosos do Rio. O início do relacionamento com a imprensa se deu no período em que dirigiu um grande hospital de emergência da cidade, e que sempre era alvo das matérias de denúncia sobre as condições de atendimento à população. O médico conta que decidiu fazer diferente do que a maioria dos diretores de hospitais fazia então, que era seguir as recomendações da Secretaria de Saúde e impedir o acesso dos jornalistas, encaminhando-os à assessoria de imprensa. Antes que acontecessem as tragédias por falta de equipamento, material ou pessoal, ele chamava os jornalistas e mostrava a situação: “Não havia eleição direta para diretor, eu era escolhido pelo grupo da secretaria, então podia ser demitido a qualquer momento. Eu descobri que só o que me seguraria no cargo era se a imprensa e a população estivessem do meu lado, então eu os chamava”.

Note-se que o que Fonte4 fez foi nada mais do que se inteirar sobre as lógicas midiáticas e suas racionalidades e passar a usá-las a seu favor. Em vez de lamentar e denunciar o poder excessivo da mídia, demonizá-la como aquela que só quer mostrar os escândalos e apagar os bons feitos, ele acionou os contrapoderes a seu alcance para ocupar um lugar de fala privilegiado. É o contexto de midiaticização da sociedade (FAUSTO NETO, 2012) que permite esses rearranjos, empoderando outros atores a partir da mesma lógica de poder que fez da mídia um lócus de centralidade. No fim, a relação se mantém como uma relação de poder, mas passa a ter mão dupla, com muitos elementos interferindo, ora fazendo um lado ter mais cartas na manga, ora o outro.

Essa mesma renegociação de poderes que se vê entre fontes e jornalistas, no contexto da midiaticização, Lerner (2014) relata existir entre médicos e pacientes, especialmente no ritual de constituição do indivíduo sadio em doente, que já não se cumpre apenas a partir da interação com o médico. Ele começa a se desenhar muito antes, na imersão informacional do paciente (na internet, nos jornais, na TV) em busca de seu autodiagnóstico, aquele que ele levará ao consultório para cotejar com o que o médico tem a dizer:

Isso afeta não apenas a autoconsciência do indivíduo, mas também a relação que estabelecerá com o médico, uma vez que chega ao consultório em alguma medida empoderado e reclassificado por outras instâncias discursivas. Os médicos, por sua vez, têm de lidar com essa mesma lógica, seja na reconfiguração de sua autoimagem e sua atuação diante dessa nova organização de poder, seja lidando cotidianamente com as representações midiáticas sobre sua prática e valor. Devem-se levar em conta ainda os efeitos que as novas tecnologias têm operado na sua prática, aproximando-os cotidianamente dos pacientes, pela sua onipresença disponibilizada pelas novas tecnologias, bem como pelo alargamento de seu campo de atuação mediante inovações tecnológicas (LERNER, 2014, p. 158).

Os atributos valorizados de cada lado

Ao eleger o principal atributo que valorizam em uma fonte de informação da área da saúde, os jornalistas foram quase unânimes em citar credibilidade e precisão, demonstrando que há de sua parte uma grande preocupação com a veracidade e a qualidade das informações que poderão publicar. Outros atributos citados foram a clareza com que discorrem sobre os temas e a lealdade. Já na percepção das fontes, o que os jornalistas valorizam primeiro em uma fonte é a disponibilidade de atendê-los sempre no momento exato em que solicitam, embora também tenham preocupação com a qualidade da informação que o interlocutor poderá lhe prestar. E as fontes não culpam os profissionais do jornalismo por considerarem a disponibilidade em primeiro lugar, pois reconhecem que a própria rotina produtiva das redações os impele a adotar a postura pragmática de que estão escrevendo “para ontem” e que o jornal tem que ficar pronto de qualquer jeito.

Fonte3, sempre muito solicitado para entrevistas, diz não ter dúvidas de que seu atrativo maior para a mídia é a credibilidade profissional, mas admite que nem ela é decisiva quando o concorrente é o tempo. “Acho que eles sabem que podem contar comigo, que vou falar a verdade (...) mas quantas vezes disse ‘estou na Linha Amarela, não posso falar agora’, mas está lá o editor no pescoço dele querendo fechar, ele tentou comigo e não conseguiu, então tenta com outro”. O médico diz lamentar que em muitas dessas situações o repórter acabe fazendo péssimas escolhas: “Em um determinado momento a imprensa dava voz a pessoas não totalmente qualificadas. A gente tem exemplos de pessoas que fizeram fama e eram médicos muito ruins”.

São muitas as estratégias que fontes e jornalistas empregam para estabelecer suas relações de confiança. De parte dos jornalistas, cultivar a fonte passa principalmente por

demonstrar a ela sua capacidade de, na transcrição, ser fiel ao que lhe está sendo relatado, especialmente quando se trata de fonte da área científica, sempre muito receosa quanto ao risco de ter sua fala deturpada ou descontextualizada. Esse é um medo que assombra os dois lados, e por isso as fontes que desejam ter uma projeção midiática também se esforçam em comprovar ao jornalista a capacidade de expor seus pensamentos com clareza e ter didatismo, ajudando na tarefa de “traduzir” a linguagem científica para um discurso capaz de ser assimilado pelo público leigo.

Não custa lembrar que estamos falando de dois campos de conhecimento cujas naturezas expressivas são bem distintas uma da outra, como nos ensina Rodrigues (2012) ao explicitar as diferentes características do discurso esotérico e exotérico: a saúde, inserida no campo científico, se vale do discurso esotérico, que é aquele voltado para seus pares, os iniciados na liturgia e rituais da ciência, quase que inacessível aos que estão fora, enquanto o jornalismo adota o discurso exotérico, que tem como destinatário um público universal, por isso precisa ser inteligível para todos. Neste sentido, o jornalista costuma se apresentar como um “tradutor” necessário, o único capaz de transmitir informações de campos complexos na linguagem que o homem comum entende. E muitas fontes da área científica também investem na própria capacidade de entregar esta tradução pronta ou a meio caminho, para assim conquistarem a preferência dos jornalistas: “[Me procuram] porque eu falo português, não medicinês. (...) tento falar como se estivesse falando para uma pessoa de 8 anos me entender”, diz Fonte3; “Sou direto e respondo exatamente no ponto. Alguns jornalistas já me disseram: ‘poxa, tua fala é ótima porque ela já vem editada, é rapidinho’. É que vou logo na mensagem principal”, revela Fonte2; “Não respondo especificamente para o leigo e nem para o especializado. (...) a abordagem numa linguagem que faz ser entendida a questão é importante”, completa Fonte6.

Voltando ao principal fantasma que assombra as fontes nesta relação – o medo de ter suas falas distorcidas pelo repórter – Fonte2 atribui a ele a recusa quase que sistemática de seus pares a atender a imprensa e colaborar com os jornalistas. Mesmo quando a contrapartida seria desejada, como a divulgação de pesquisas e descobertas importantes que trariam ao cientista mais reconhecimento público, acaba pesando mais o receio de não ser compreendido pelo repórter e ter seu discurso deturpado, o que atrairia para si desconfiança e má fama no meio científico. Fonte2 conta que é muito criticado por alguns colegas por causa de sua prontidão em falar com a imprensa, mas acredita que, como servidor público e membro de uma universidade, tem o compromisso não somente de divulgar e prestar contas à sociedade do que é produzido na instituição, como também o de pôr seu conhecimento a serviço da

comunidade. Se há o risco de ser mal interpretado e distorcido? Ele admite que há, especialmente quando se trata de repórter não especializado ou ainda com pouca vivência profissional, mas defende que este é um relacionamento importante – mídia e academia – e que, dos dois lados, os profissionais envolvidos precisam fazer esforço para dar certo:

Nesse processo de comunicação biunívoco, entre o entrevistador e o entrevistado, eu acho que tem que ter uma coisa fundamental da parte de um e de outro. Da parte do entrevistador, ter o mínimo de conhecimento sobre aquilo que ele vai perguntar ao entrevistado; e da parte do entrevistado é tentar falar da forma mais simples possível. Simples no sentido de que... a pessoa pensa que uma questão complexa é uma questão complicada. Não. Uma questão complexa pode ser explicada de forma didática, de tal sorte que o jornalista entenda. Alguns não têm paciência, outros não têm confiança, outros não querem deixar de falar o que tem que ser falado, entendeu? Eu falo o que tem que ser dito: é aquilo, eu falo aquilo (FONTE2).

Fonte2 revela ainda que, especialmente com relação a entrevistas televisionadas, desenvolveu estratégias para evitar o risco de descontextualização de suas falas: “Às vezes você fala certa coisa e, sem nenhuma má fé, tiram o contexto, aí vira um caos, e está ali a tua imagem, tua voz. Então eu respondia basicamente, exatamente, o que era, e da forma mais direta possível, sem dar chance de cortes ou edições”. Fonte6, por sua vez, adotou a prática de responder todas as solicitações por e-mail, evitando sempre que possível tanto as entrevistas por telefone quanto as gravadas: “Eu prefiro mesmo responder por e-mail, porque fica alguma coisa registrada”.

Quando a fonte é intermediada por um assessor de imprensa, este costuma se inteirar previamente da pauta e orientar o cliente no modo de dar as respostas, para evitar dubiedades ou um uso diferente daquele prometido. Assessora1, que assessora diversos profissionais da área de saúde, entre eles médicos, fisioterapeutas e psicólogos, tem por hábito orientar seus clientes a não atenderem o repórter sem que ela saiba qual a pauta que será abordada, para evitar “pegadinhas”. Isso porque, segundo a profissional, não é incomum que repórteres telefonem cheios de urgência pedindo, por exemplo, “uma aspa do doutor sobre os riscos de trombose”, sem dar muita explicação sobre a pauta. Aí ela vai se inteirar sobre o assunto e descobre que o gancho é um artista famoso que está internado com o problema e, na eminência de não conseguir ainda naquele dia entrevistar o próprio médico do paciente, o repórter quer que outro profissional fale sobre o caso. De acordo com Assessora1, nesses casos é preciso negociar os termos em que a entrevista será dada, tanto para evitar deslizes éticos quanto interpretações inadequadas das orientações médicas: “Eu digo ‘olha, ele não pode falar especificamente do caso do fulano porque ele não é o médico do fulano, mas ele

vai poder te falar da doença em si, interessa?’. É preciso fazer isso para evitar problemas futuros aos dois lados”. A assessora alega que quando o repórter telefona diretamente para o médico e este cede à urgência alegada e fala, pode acontecer de não ficarem claras tais questões, seja por inexperiência do repórter ou por o médico se esquecer de frisar que está falando em tese e não especificamente sobre o artista doente, por achar que isto é óbvio: “O tempo e a experiência me ensinaram que nada é óbvio”, diz a assessora.

Por seu lado, os jornalistas nem sempre admitem essas tais distorções, considerando que na verdade os cientistas se prendem às firulas de um discurso excessivamente técnico e se recusam a compreender a necessidade de transmitir a informação numa linguagem que qualquer pessoa leiga possa entender. É a típica contenda em que os dois lados podem estar igualmente certos e errados, pelo tanto que se aferram a seus próprios códigos e deixam de relativizar o fato de que a natureza discursiva dos dois campos é diversa. Portanto, como bem sinalizou Oliveira (2014), a convergência e cooperação entre os campos nunca estará livre das intensas disputas simbólicas, conflitos e tensões, já que o jornalismo é

... uma forma particular de conhecimento, nem sempre coincidente com as lógicas e formas de narrar de outras formas de conhecimento, como é o caso do campo da saúde ou da ciência de modo geral. As ocorrências desses campos, captadas e codificadas pelo jornalismo, sempre geram diferentes pontos de tensão, o que torna a relação entre ambos problemática e contraditória, porque se movem em um vasto cenário de disputas simbólicas e de práticas discursivas ligadas ao poder de fazer e de dizer. Se o campo da saúde se relaciona mais diretamente com a ação e a intervenção na área de promoção da saúde (estudo e combate das epidemias, tratamento de doenças, planejamento das políticas, organização e funcionamento de sistemas públicos ou privados de saúde) amparado pelo discurso da ciência, de especialistas e instituições, o campo do jornalismo lida com essas mesmas questões, mas por meio de interpretações e interpelações sobre a saúde baseadas na sua própria lógica expressiva ou maneira particular de estar no mundo, de compreendê-lo e de narrá-lo, o que nem sempre estará de acordo com as lógicas do campo da saúde (OLIVEIRA, 2014, p. 51-2).

Uma observação feita por quase todas as fontes – ora em tom condescendente, ora em tom de crítica, mas sempre com insistência – é o quanto consideram que os jornalistas desconhecem a maioria dos assuntos que são objeto de sua cobertura na área da saúde. Alguns entrevistados atribuem a esta condição a desconfiança nutrida pela maioria de seus colegas, especialmente os da Academia, com relação ao jornalismo, o que resulta em frequente recusa a dar entrevistas para falar sobre suas pesquisas ou contribuir com as análises de casos solicitadas pelos jornalistas. “Em relação à saúde, precisaria ter mais um reforço na formação”, diz Fonte2. “Uma especialização ajuda em temas mais complexos, mas de modo

geral o jornalista não tem autonomia para publicar o que quer”, avalia Fonte1. “Há um enfraquecimento, muito rodízio, muita gente entrando que não conhece a realidade da saúde”, opina Fonte6. Para esta profissional, a saída seria os jornais investirem na especialização de seus repórteres: “Eu acho que seria mais frutífero, mas ninguém é tolo aqui de achar que com esse monopólio da imprensa isso vai acontecer”.

Numa tentativa de neutralizar o risco de distorções, algumas fontes chegam a pedir para ler o texto antes da publicação. E alguns jornalistas até atendem. Mas a maioria deles, e praticamente a totalidade de editores e diretores são absolutamente contrários, praticamente proibem. Alguns médicos colocam isso como única condição para dar entrevista, e muitas vezes são descartados como fontes por isso. Assessora1 conta ter feito um verdadeiro trabalho de convencimento com seus clientes para que não façam esse pedido. Ela diz que é a primeira coisa que informa ao médico quando este solicita assessoria, para não haver cobranças descabidas depois: “Isso os meus clientes já desistiram, não tem como, a gente já conversa com eles: não tem como o jornalista mandar o texto antes”. As fontes que já se conformaram, ao menos deixam aberta a porta para se o jornalista desejar fazê-lo: “Eu falo: olha, se você quiser, na hora que estiver fechando a matéria, mandar para mim, fique à vontade. Se tiver alguma dúvida, fique à vontade. Vejo que quanto estão em dúvida mesmo eles recorrem”, diz Fonte3. Curiosamente os repórteres mais especializados – e que, portanto, até dominam mais os temas – são os que mais aceitam o oferecimento. Jota6 diz que nunca teve como regra não mandar para ler, especialmente quando estava começando, e lembra que no passado era quase que uma regra geral os médicos pedirem para ler antes: “Nunca tive essa vaidade. Eu até preferia mandar, porque fazia muito erro no início”, conta o jornalista. Mas ele o fazia sem que seus superiores soubessem, ou certamente teria problemas com eles. Como se pode intuir a partir da posição de Jota2, contrário a abrir qualquer precedente neste sentido:

É uma cláusula pétreia! No seguinte sentido: aí o jornal não funciona, se abirmos. Ou a fonte confia no profissional ou não confia. Então não dá entrevista. Senão se torna impossível fazer jornal. (...) Se o cientista ou o médico exige ler a matéria antes, por que que ele tem mais direito que um político, que um economista que um policial, que um preso, que um cantor... de exigir que a matéria dele seja lida antes por ele? Então isso inviabilizaria a feitura de um jornal, se todo mundo quisesse ler. Porque se um tem direito, todos têm direito. Não dá para dizer cientista tem direito e político não tem, cantor não tem. Cientista é melhor que cantor? O cara pode errar na entrevista do cantor, da mesma forma (JOTA2).

Por mais que também se queixem uns dos outros, jornalistas e fontes reconhecem que sua relação traz muito mais recompensas a ambos os lados do que prejuízos. Recompensas

tanto de ordem material quanto simbólica, uma vez que esta conduz àquela: “Embora eu não faça clínica particular, eu tenho certeza que por onde eu passei eu ganhei as coisas porque eu tenho visibilidade”, comenta Fonte3, referindo-se a benefícios que obteve para os setores em que trabalhava no serviço público graças à exposição midiática que passou a ter por aparecer em matérias jornalísticas. “É sintomático. (...) uma pessoa que não vem há 2 anos no meu consultório, eu dei uma entrevista (...) e ela recorre aqui”, diz Fonte6 sobre o reflexo imediato que uma entrevista dada aos jornais pode provocar no movimento do consultório particular.

Fica nítido, portanto, que entre os jornalistas e as fontes de informação especializadas acontece uma troca de prestígios, implicando por um lado o reforço do sistema perito (GIDDENS, 1991) e por outro a chancela do poder de formação de opinião. Quando escolhe uma fonte detentora de capital científico capaz de revestir de credibilidade o seu discurso, o jornalista obtém o ganho de elevar o seu status de conhecedor do tema que aborda. Por outro lado, ao conquistar na imprensa o lugar de uma fala autorizada a fazer a ponte entre o conhecimento acadêmico e o senso comum, o cientista acumula novos capitais além daqueles que o distingue entre seus pares, fazendo dele também uma referência para o cidadão comum. O que reverte em benefícios materiais palpáveis, como aumento da clientela e consequente acúmulo de capital econômico.

Embora tenha nítidas características de um toma-lá-dá-cá, essa troca de recompensas jamais pode ser encarada de forma fria e calculista, como ressalta Assessora1. Segundo ela, trata-se de concessões que as partes fazem em reconhecimento e consideração ao trabalho do outro, no sentido de ambos os lados reforçarem seus compromissos com honestidade e credibilidade. Em outras palavras, tanto os jornalistas quanto suas fontes precisam estabelecer a confiança de que podem contar uns com os outros: “O médico ele tem que estar aberto a socorrer o jornalista em qualquer matéria. Às vezes o jornalista liga até para tirar dúvidas. Não é uma matéria nem que vá acontecer, mas você faz aquela ponte para que o médico possa tirar uma dúvida, que possa orientar bem”, explica a assessora.

Pelo lado dos jornalistas, Jota6 revela uma situação em que ajudou um médico ainda não tão famoso a divulgar um novo tipo de cirurgia que ele estava lançando, pauta que vinha sendo “esnobada” por diversos veículos, mas que ele se empenhou com seus chefes e conseguiu pautar: “Depois o cara ficou até assim... agradecido”, conta o repórter, revelando que este episódio estreitou os laços entre os dois. E, à medida que esta fonte foi se tornando destacada em sua especialidade, manteve com ele uma espécie de acordo tácito de preferência: “Só passava para mim as coisas. Aí, quando tinha aquela questão de famoso com tumor na cabeça, podia ligar o Papa que ele não ia falar, mas aí eu ligava e ele lembrava: ‘o

cara que me ajudou’. E só falava comigo”. Tem seu valor ser o único repórter que consegue falar primeiro ou com exclusividade com um medalhão da medicina quando toda a mídia quer ouvi-lo sobre a questão de saúde de uma celebridade. Esse valor primeiramente se materializa em prestígio junto à chefia e ao comando da redação, mas em dado momento também pode se converter em aumento de salário, já que outros veículos tendem a querer atrair para si aquele profissional, e essa disputa termina sempre com a elevação do salário – no próprio jornal ou na nova empresa que o convidou. Mas há outro sentido que chama a atenção nessa fala do jornalista, que é a importância dada ao estabelecimento de uma relação de igualdade com a fonte hoje considerada uma sumidade em sua área. Como observa Leite, “Essa aliança produz um reforço mútuo de legitimidade: no jornal, a fala do cientista ganha ainda mais força ao mesmo tempo em que o discurso do jornalista ganha consistência ao se ancorar num saber especializado já consagrado por outras instâncias de poder” (LEITE, 2016, p. 61).

6.1.1 A fonte na área de saúde

Partindo de elementos que já havíamos identificado em nossa pesquisa exploratória, e que nos levaram a estabelecer as 7⁴¹ categorias de fontes de nossa classificação, chegamos ao fim da sistematização dos dados confirmando a hipótese de que prevalecem entre as fontes de informação em saúde os atores governamentais e os profissionais médicos e pesquisadores vinculados a instituições. Outros atores da área de saúde aparecem muito pouco, e observamos algumas características bem peculiares que moldam essa tímida presença. Enfermeiros, por exemplo, aparecem mais como informantes anônimos de situações internas de hospitais e postos de saúde do que propriamente como *experts* de sua área profissional, como é quase unânime acontecer com os médicos.

Embora não tenhamos descido ao detalhe de classificar o teor das falas das fontes em todas as matérias, pois não era este o objetivo desta pesquisa, notamos em nossa leitura que os enfermeiros que aparecem como fontes, nos quatro períodos, foram sempre entrevistados pessoalmente pelos repórteres em seus locais de trabalho, interrogados sobre algum acontecimento específico que ali havia. Recorrendo à experiência própria dos tempos de repórter, esta pesquisadora não se recorda de ter visto nas muitas agendas coletivas mantidas na redação a presença de enfermeiros como fontes a quem se pudesse recorrer, assim como havia de médicos, psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas etc. Em sua agenda própria, esta

⁴¹ São 7 categorias e mais a coluna “Outras fontes”, que reúne as demais fontes que optamos por não diferenciar.

pesquisadora também nunca teve um enfermeiro listado, pois de modo geral as pautas não previam ouvir a “opinião” de um enfermeiro sobre qualquer coisa ou mesmo levar para o noticiário elementos relacionados à expertise desse profissional, como era sugerido com relação a outros atores da saúde. Isso a leva a uma constatação em forma de pergunta: alguém se lembra de enfermeiro que se tenha tornado notório na mídia pelo fato de ser enfermeiro, que marcasse presença por sua fala autorizada?

Pesquisadores que abordaram o tema da invisibilidade da enfermagem no contexto da saúde (NELSON, 2011; AVILA *ET AL*, 2013) geralmente associam tal questão a origens históricas de uma atividade primordialmente desenvolvida por mulheres e sob os auspícios da Igreja, preocupada em conter a autonomia e a independência dos grupos femininos (NELSON, 2011), o que resultava na minimização dos feitos e conquistas das profissionais e consequente invisibilidade social. Na esteira dessa construção histórica, outros fatores emergem, alguns relacionados à disputa de capitais no meio profissional, como concluíram Ávila *et al* (2013) em pesquisa qualitativa feita em um hospital universitário gaúcho, com profissionais de enfermagem, sobre sua percepção quanto à invisibilidade da classe. Segundo as pesquisadoras, enfermeiros se ressentem do desconhecimento sobre suas atribuições por parte dos outros profissionais de saúde e relatam dificuldade de fazer marketing pessoal, o que os relegaria às sombras: “É difícil romper o elo com o silêncio e passar a destacar suas próprias qualidades; por isso é comum os enfermeiros não saberem mostrar suas próprias virtudes, o que torna a profissão cada vez menos visível socialmente” (AVILA *ET AL*, 2013, p. 107).

Já as portuguesas Rita Araújo e Felisbela Lopes se debruçaram especificamente sobre a tímida presença do enfermeiro como fonte de informação na mídia (ARAÚJO, LOPES, 2015), analisando cerca de 7 mil notícias de saúde publicadas entre 2012 e 2013 em seis jornais de circulação nacional em Portugal. As pesquisadoras constataram que, embora o contingente de enfermeiros em atividade no país seja superior ao de médicos (65 mil contra 43,8 mil, na época da pesquisa), estes representam 15% das fontes especializadas ouvidas pelos jornalistas, contra apenas 1,6% de enfermeiros. Entre as pistas que identificaram para explicar esta pouca visibilidade, as pesquisadoras citam o fato de a profissão contar com status social menos elevado que o dos médicos, além do fato de que habitualmente os enfermeiros não têm acesso aos gabinetes de assessoria de imprensa: “Relativamente aos enfermeiros, consideramos que contribui para a sua baixa mediatização o facto de estarem abaixo dos médicos em termos de estatuto social, ou seja, são percecionados pela sociedade como tendo menos poder e importância” (ARAÚJO, LOPES, 2015, p. 89).

Voltando aos dados do nosso levantamento, também observamos que não raramente os profissionais de enfermagem aparecem de forma anônima, reforçando a impressão de que os repórteres recorrem a eles não como *experts*, mas como informantes, especialmente em busca de dados que não lhes são fornecidos oficialmente, e que procuram obter em *off*.

Este trecho de matéria publicada em 28 de outubro de 1987 (“Contaminação por césio-137 mata mais um no Rio”), dentro da cobertura do acidente do césio-137, ilustra um pouco o papel destinado aos enfermeiros no noticiário (as aspas são do original):

Um enfermeiro disse que, nos últimos dias, o paciente estava muito fraco e que nem falar não queria mais. Segunda-feira, Israel recebeu tratamento intensivo, mas não resistiu e entrou em coma. Segundo o enfermeiro, o seu estado geral, durante a madrugada, era bastante crítico e ele morreu “sem sofrimentos” (CONTAMINAÇÃO, 1987, p. 6).

O tempo passa e a tendência parece não se ter modificado nesta questão. Em 2015, a cobertura sobre a precarização do atendimento nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) no Rio de Janeiro, causada pela crise financeira do estado, registra em trecho de outra matéria (“Unidades sem pronto atendimento”), no dia 21 de dezembro, o mesmo tipo de referência:

A situação era semelhante na Penha, onde a demora no atendimento revoltava os pacientes. Uma enfermeira, que preferiu não se identificar, disse que a unidade do bairro ficou prejudicada com a restrição nas outras UPAs:

– A situação está bem crítica e acaba prejudicando quem está atendendo. Muitos pacientes estão vindo de outras UPAs para cá. Uma pessoa veio de Realengo para se consultar aqui (UNIDADES, 2015, p. 10).

Um achado que nos havia chamado a atenção em nossa dissertação de mestrado, “H1N1 e produção de sentidos na mídia: A epidemia de 2009 nas páginas de *O Globo*, *Extra* e *Expresso*” (SILVA, 2012), apontando para a grande presença de fontes não identificadas no noticiário – o que, de certa forma, inspirou a realização desta pesquisa mais aprofundada sobre as fontes de informação em saúde na cobertura jornalística – não se repetiu agora: as fontes não identificadas que encontramos no atual levantamento foram apenas residuais, no que pese sua prevalência no restrito grupo dos enfermeiros presentes. Na pesquisa de 2012, citamos uma determinada edição (do dia 12/6/2009) em que *O Globo*, ao anunciar que a Organização Mundial de Saúde decretara situação de pandemia, elencava 13 diferentes fontes de informação, sendo que 6 delas eram especialistas anônimos. Importante ressaltar que o noticiário sobre a pandemia era principalmente internacional, feito a partir de agências de notícias e outras publicações estrangeiras, além dos correspondentes do jornal. E como não

acessamos essas publicações originais citadas, não nos foi possível confirmar se a não identificação da fonte veio da matéria original ou se foi opção de *O Globo* omitir os nomes.

Profissionais que em algum momento estiveram na condição de fontes governamentais – como Fonte1 e Fonte2 – alertam para um comportamento que eles dizem constatar com certa frequência: a opção dos jornalistas por fontes homogêneas, que defendem os mesmos pontos de vista, dando pouca margem para o contraditório: “O que eu vejo é que a mídia só dá voz àquela [opinião] que ela acha que é a melhor. Não acho que esse seja o papel da mídia”, diz Fonte2. “O que não é positivo é quando você usa sempre a mesma fonte muito alinhada com a linha política e ideológica do órgão de imprensa, o que não é incomum”, opina Fonte1. Neste ponto, o que nossos entrevistados criticam não é necessariamente a pouca presença ou pouca variedade de fontes, mas uma falsa variedade, representada por uma multiplicidade de mesmos pontos de vista. Benetti (2006), ao tratar das perspectivas de enunciação no jornalismo, afirma que não se pode considerar que há pluralidade e diversidade no jornalismo a não ser que se identifique efetivamente um discurso polifônico (BAKTIN, 2013), o que não necessariamente está garantido com a multiplicidade de fontes:

No jornalismo, podemos pensar no exemplo de uma reportagem que ouça, digamos, quatro fontes. Em princípio, teríamos cinco locutores: o jornalista e as fontes. Aparentemente, é um texto polifônico. No entanto, é preciso, depois de identificar os locutores, ir às perspectivas de enunciação. Se todas as quatro fontes enunciarem sob a mesma perspectiva, filiadas aos mesmos interesses e inscritas na mesma posição de sujeito, apenas complementando-se umas às outras, podemos dizer que configuram um único enunciador. Se, além disso, o jornalista se posicionar ao lado dessas fontes, então também ele estará regido pelo mesmo enunciador. Teríamos, assim, um texto aparentemente polifônico, pois claramente constituído por cinco vozes diferentes, que, na verdade, é monofônico, pois é constituído por um único enunciador (BENETTI, 2006, p. 8-9).

Também Amorim e Massarani (2008) observaram isso, ao realizar um estudo de caso de três jornais brasileiros (*O Globo*, *Folha de S.Paulo*, *Jornal do Commercio* de Pernambuco) com o objetivo de traçar um panorama de como estava sendo feita a cobertura de temas da ciência. A dupla de pesquisadores analisou o conteúdo digital das três publicações ao longo de todo o mês de abril de 2004, e um de seus achados mostrou que é mais comum nas matérias a presença de diversas citações da mesma fonte ou citações de fontes diferentes com convergência de sentidos, havendo pouca presença de citações em que fontes distintas apresentam pontos de vista diversos entre si. Segundo os pesquisadores, um dos aspectos que chamaram a atenção nas coberturas científicas estudadas foi “a baixa presença de

controvérsias – aspecto importante na própria dinâmica do processo científico” (AMORIM, MASSARANI, 2008, p. 82).

Algumas das fontes por nós entrevistadas dizem perceber uma estratégia empregada pelos meios para simular diversidade, mas com total controle sobre a enunciação, que é a contratação de consultores fixos: profissionais da área médico-científica que se tornam responsáveis por convocar e/ou indicar outros profissionais para serem ouvidos pelos repórteres. Esses consultores cuidariam de variar as “caras” e as especialidades dos convocados, mas mantendo uma uniformidade de discurso no que diz respeito ao modo de encarar o tema da saúde. Assessora1 observa que tal artifício é mais comum em programas de TV e rádio, onde a função do consultor é oficial e anunciada, mas que muitos jornais e revistas também aderiram à prática, e em alguns casos a atuação do consultor é totalmente escamoteada, realizada a partir de acertos informais com determinados repórteres da área. Ela diz que, em tese, se o consultor se orientasse pelo interesse do público (com relação aos temas a serem abordados) e a qualificação das fontes (com relação à escolha dos entrevistados), esta até poderia ser uma boa prática. Mas afirma que a realidade é outra: “Às vezes pintava uns absurdos, que era um consultor, clínico, que falava de todas as especialidades. A gente quase morria vendo a entrevista (...) Mas era a maneira que a imprensa tinha de se certificar que aquele era o cara que ia falar aquilo que eles queriam”, diz a assessora, argumentando que esse tipo de prática acaba levando a uma homogeneização dos conteúdos.

A esse respeito temos o estudo de Thaís Jorge (2008), que se inspirou no sociólogo americano George Ritzer (que estuda padrões norte-americanos de consumo e globalização) e sua tese da mcdonaldização da sociedade para criar a alegoria da mcdonaldização do jornalismo: a homogeneidade e a velocidade da linha de montagem do *fast-food* aplicadas ao processo jornalístico, resultando em textos padronizados, nada aprofundados e com poucas fontes consultadas. A pesquisadora propôs tal imagem para o jornalismo digital, mas com a convergência das redações de impresso, áudio e vídeo em uma só, o panorama já serve para o jornalismo em geral: “Assim como nas lanchonetes, o sistema de trabalho do jornalista, fator determinante na construção de seu discurso, fica subordinado à lógica da velocidade, como se a cultura de cronômetro fosse inerente à realidade, e não resultado da rotina industrial” (JORGE, 2008, p. 28).

Outra explicação para a reduzida variedade de fontes é a questão prática: ouvir mais fontes implica mais trabalho e mais tempo despendido, o que está cada vez mais fora de cogitação, conforme já vimos na discussão sobre a precarização do trabalho nas redações. Para efeito ilustrativo, basta citar que a tabela atualizada de preços mínimos do Sindicato dos

Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro⁴², para a remuneração de trabalhos de *freelancer*, recomenda que as matérias com duas ou três fontes tenham acréscimo de 25% no valor cobrado sobre aquelas com uma única fonte (R\$ 285 por página de 1.400 caracteres); e que as matérias com quatro fontes ou mais tenham acréscimo de 50%.

6.1.2 O jornalista de saúde

Em sua obra, Leon Sigal (1986) postula que “Notícia não é o que acontece, mas aquilo que alguém disse que aconteceu ou que vai acontecer” (SIGAL, 1986, p. 15). Com isso, enfatiza que o conteúdo das notícias vai sempre depender das fontes às quais os jornalistas recorrem e do que essas fontes dizem. O autor afirma ainda que o jornalista tende a diminuir sua confiança nos canais informativos de rotina⁴³ na medida em que passa a recorrer com mais regularidade aos canais de iniciativa, pois deste modo amplia seu leque de fontes de informação e acessa diferentes abordagens para os assuntos pautados, assim como passa a ter meios de pautar novos assuntos não oferecidos pelos canais de rotina. Mas Sigal reconhece as fontes dos canais oficiais como dominantes no cenário da notícia, sobretudo porque a rotina organizacional das redações impõe condições e ritmo que forcem o jornalista a gravitar em torno de quem lhe pode oferecer a maior quantidade de informações relevantes em tempo hábil para o fechamento e sem a necessidade de grandes deslocamentos:

Para satisfazer as exigências de produzir um jornal diário dentro do prazo e tendo limitação de orçamento e pessoal, os editores têm que enviar seus repórteres para os locais onde informações de interesse público são disponibilizadas todos os dias. Os repórteres precisam de fontes que possam fornecer informações de forma regular e oportuna; eles não estão livres para vagar ou sondar à vontade (SIGAL, 1986, p. 16).

Mas estar em um ambiente onde as fontes são, em maioria, oficiais (sobretudo governamentais), significa ter pleno acesso a elas? Não necessariamente, como explica Jota5, que cumpriu um período de sua carreira na capital federal: “Quando você está muito recém-chegado em Brasília, você precisa muito da assessoria de imprensa, mas depois que já está cobrindo a área há mais tempo você já começa a ter as fontes, começa a já ligar direto, tem os

⁴² Disponível em: <http://jornalistas.org.br/2012/wp-content/uploads/2017/01/2017_Reportagem_de_Texto.pdf>. Acesso em: 22 set. 2017.

⁴³ Sigal descreve três tipos de canais informativos: os de rotina, que englobam os acontecimentos oficiais e aquilo que é comunicado às redações via *press releases*; os informais, onde atuam as associações civis e os grupos sociais organizados; e os de iniciativa, que resultam do movimento espontâneo dos jornalistas de buscar entrevistados por sua própria escolha.

celulares”. Jota5 revela ainda que algumas fontes são mais receptivas e outras mais formais, então mesmo sendo chamadas diretamente pelo repórter exigem que este cumpra as formalidades, refazendo o caminho via assessoria de imprensa: “Várias vezes eu tive isso, liguei para a pessoa e ‘olha, vou falar contigo, mas depois você dá uma ligadinha para assessoria e pede lá autorização’, tinha muito isso. Mas no fim você já está meio que enfronzado com as pessoas”. O relato de Jota5 corrobora a tese de que o tempo e a experiência ajudam o repórter a estabelecer melhores vínculos com suas fontes, ficando menos dependente das assessorias de imprensa, mas isso por si só não garante que o leque será variado, como ele mesmo reconhece: “Em Brasília é um grupo de fontes muito pequeno: ministro, secretários das áreas do ministério, presidentes e diretores das Confederações e das entidades de saúde, o Conselho e os membros do Conselho, um grupo pequeno que você procura sempre”.

Alguns pesquisadores, como Lima (1993), explicam essa pouca variação como regra de uma subcultura profissional dos jornalistas que os impele a buscar sempre as fontes que ocupam os mais altos postos na burocracia estatal e das entidades, confiando assim que elas seriam mais qualificadas e detentoras das informações mais relevantes. É importante observar que, neste caso, essa subcultura não visa apenas uma questão de praticidade (ouvir a fonte mais destacada para dispensar-se de ter que ouvir várias fontes subalternas), mas principalmente de marcar sua distinção, seu elevado capital simbólico (BOURDIEU, 2013) como um jornalista que tem acesso às mais altas fontes. E as fontes, por sua vez, operam nesta mesma lógica, dando preferência aos jornalistas e órgãos de maior prestígio, como deixa transparecer Fonte3 ao revelar os conselhos que costuma dar a seus pares mais arredios com a imprensa, no intuito de convencê-los a quebrar o gelo e se tornarem fontes atuantes:

Eu digo: dá entrevista pra todo mundo, porque as perguntas são meio parecidas, o modelo se parece, então você vai ganhando experiência, você vai elaborando a forma de responder. Eu até dizia: em uma situação de crise, atende o veículo menos importante primeiro, as perguntas se repetem, você vai se preparar para responder os veículos de maior impacto. Falar com o jornalzinho de bairro é uma coisa, falar com o jornal O Globo é outra... (FONTE3).

Algo sempre marcante nas memórias dos jornalistas sobre sua atuação profissional, especialmente os mais velhos, é a vinculação de suas matérias e/ou pautas a efeitos reais de benefício para o cidadão, como que ilustrando com casos reais o valor de utilidade pública do jornalismo (ABREU, 2003). Vários entrevistados nos contaram histórias de alguma matéria

que fizeram sobre um paciente em apuros ou algo assim, relatando que em seguida o problema foi solucionado pela oferta de atendimento por parte de algum médico ou hospital – um final feliz que acaba sendo explorado na realização de uma nova matéria a respeito. Nessa hora o profissional procura se descrever como uma espécie de mediador da justiça social: ajudou um paciente pobre a obter atendimento médico. Dentro desta lógica, apaga-se provisoriamente o benefício concedido ao médico pela propaganda gratuita de sua clínica ou de suas técnicas, pois o que de fato importa é que foi graças à intervenção/intermediação do jornalista que um desvalido recebeu o atendimento que, como cidadão, lhe seria negado ou minimamente postergado pela burocracia pública.

A identidade do jornalista, bastante abordada em estudos ao longo das últimas décadas (TRAVANCAS, 1993; PEREIRA, 2004; LOPES, 2013), tem ao mesmo tempo sofrido transformações em alguns aspectos e reafirmado outros pontos mais inegociáveis. Saiu de cena o jornalista romântico da era pré-profissionalização, sem horários fixos nem remuneração compatível, e entrou o profissional que busca ascensão e reconhecimento. Entretanto, as frequentes crises que este ramo de atividade enfrenta vão, a cada momento, retirando conquistas acumuladas em períodos anteriores, com a demissão de grandes contingentes e a substituição por profissionais iniciantes, o que acaba colocando antigas e novas gerações em polos relativamente opostos.

Os jornalistas mais antigos se referem aos mais jovens elogiando questões como domínio de tecnologias, fluência em idiomas e disposição para encarar as longas jornadas de trabalho – para além das horas contratadas – a que estão submetidos todos na redação, mas o fazem sempre em contraponto ao que frisam ser o mais importante na atividade, que é a experiência profissional, a capacidade de melhor discernir entre o que é ou não é notícia (ou novidade), o tirocínio para não ser enganado pelas fontes. Essas últimas qualidades, naturalmente, eles associam ao grupo de profissionais veteranos, a categoria em que se enquadram. E na esteira dessas críticas sempre vem um saudosismo, como se no passado a atuação do jornalista fosse mais pura, menos comprometida com os interesses que não os dos leitores. Note-se que esse “passado” acionado nunca é remoto demais, está sempre associado ao momento em que este veterano era não exatamente um iniciante, mas estava no auge de sua carreira.

Neste sentido, Jota4 lembra algo que considera “fora de moda hoje”, mas que já foi o orgulho maior de todo repórter: obter uma notícia exclusiva. E por notícia exclusiva ela faz questão de definir aquele assunto que absolutamente não seria noticiado por ninguém se não fosse aquele repórter a garimpar, investigar, descobrir, unir os pontinhos de várias

informações obtidas parcialmente de cada fonte, chegando a um todo com significado. O que é diferente de uma notícia oficial que algum jornalista consegue dar em primeira mão por ter sido beneficiado com uma antecipação feita a ele, mas que no momento seguinte será divulgada a todos os meios. Segundo a jornalista, levar para a redação apenas o que era oficial não satisfazia o repórter e muito menos a chefia: “[Então] ficava, cada um no seu setor, perguntando, conversando, passava duas três horas do seu dia numa repartição ou num órgão público procurando alguma coisa que interessasse para o jornal, e que não passasse pela assessoria de imprensa”. Jota4 afirma que então a sobrevivência do jornalista no emprego ou no setor que ele cobria dependia justamente dessa capacidade de obter mais informações além daquelas que os órgãos desejavam divulgar. “Hoje, as informações basicamente dependem dos assessores de imprensa. É muito difícil você ver um furo de reportagem. Eu pelo menos tenho procurado e é muito difícil mesmo, não tem mais isso”.

Observa-se ainda uma divisão nítida entre os jornalistas quanto à compreensão do tema da saúde conforme as editorias em que trabalham ou trabalharam a maior parte do tempo – ou, ainda, aquela com a qual mais se identificam, pois muitas vezes as contingências levam um jornalista a trocar de editoria, ou ser “emprestado” a outra editoria, mesmo contra sua vontade. Isso está diretamente relacionado àquelas três ou quatro saúdes diferentes citadas por Jota1. O repórter generalista, quando cobre saúde, tem um olhar mais voltado para as questões ligadas ao atendimento do cidadão, ao funcionamento dos serviços, se a autoridade pública está ou não cumprindo seu papel, se o servidor público está ou não realizando suas tarefas etc. Já o jornalista ligado às editorias especializadas foca na questão dos avanços da medicina, nas explicações sobre as doenças, os novos tratamentos e medicamentos, as prevenções.

Fonte4, que muitas vezes levanta grandes questões ligadas à saúde pública e convoca jornalistas em seu gabinete para compartilhar as informações e sugerir pautas, queixa-se de que muitos dos repórteres ainda inexperientes sequer querem ouvir a explanação de todo o contexto das informações: “Com a renovação que existe, claramente às vezes o cara vem aqui e diz: ‘quero saber só isso’, e rechaça o melhor da pauta”. Mas o médico e parlamentar não atribui esse desinteresse à qualidade ruim do jornalista, e sim aos interesses das empresas de comunicação, que se sobrepõem às questões técnicas da saúde. Por isso, segundo ele, não há a preocupação de investir na especialização dos novatos e nem de manter empregados os que dominam mais conhecimentos, sendo esses os primeiros descartados nas demissões em massa: “Antigamente tinha aquele jornalista que tratava do tema durante décadas. E agora, eu imagino que, com essa mobilidade, o cara está hoje aqui, amanhã ali, no dia seguinte não tem ninguém, ou tem uma pessoa não exatamente muito qualificada cobrindo a área”.

Neste sentido, as fontes costumam fazer duas críticas de forma recorrente: consideram deficitária a formação do jornalista que cobre saúde e lamentam a alta rotatividade dos profissionais. Fonte1 diz que no jornal isso é pior, pois a fonte não tem o menor controle sobre o que será escrito quando o jornalista chegar à redação. Em entrevistas ao rádio ou à TV sempre há a chance de corrigir ao vivo alguma pergunta equivocada, apresentar os dados corretos que o jornalista desconhecia e gerou a pergunta sem sentido: “Na escrita, no jornal, é totalmente diferente, então não era incomum sair uma matéria completamente sem pé nem cabeça, ou de má qualidade, ou mal redigida, ou que não passava com fidedignidade o que você tinha colocado”. Fonte1 afirma que esse cenário vem piorando com relação aos repórteres mais jovens, sobretudo porque a cada dia aparece uma cara nova: “A coisa mudava muito de patamar quando você falava com um desses especialistas, digamos assim, em grandes temas, ou da política ou da saúde. Aí a qualidade era inquestionável, apesar de o tom ser, eventualmente, crítico ou não”. A mesma impressão é passada por Fonte5:

Começou a ter um rodízio grande. Às vezes você estava falando com uma pessoa que até entendia. Como aquela menina, Elaine. E tinha outra também no Globo, que eu não me lembro, que a gente falava e a pessoa entendia o que era SUS. Mas tinha uns que você tinha que explicar que o pronto-socorro não atende ambulatório, a unha encravada. Aí várias e várias vezes eu tive que dizer como era a estrutura do SUS, o que era isso, o que era aquilo... o que era a residência médica. “Não é o médico que está morando no hospital não?”. Desse jeito (FONTE5).

A repórter citada por Fonte5, Elaine Rodrigues, foi lembrada por quase todas as fontes e alguns ex-colegas nas entrevistas. Ela trabalhou em *O Globo* de meados dos anos 80 até o final de 2005, quando morreu de câncer, aos 50 anos. Nas palavras de ex-chefes e colegas, foi uma especialista em saúde sem nunca ter feito qualquer curso de especialização. Jota4, que foi sua contemporânea, conta que o emprego anterior dela tinha sido como assessora em uma secretaria de saúde, por isso quando chegou à redação acabou tendo mais facilidade que outros repórteres de cumprir as pautas de saúde, pois já conhecia muitas pessoas do meio: “Como era uma boa repórter, ela foi se adaptando a isso. Não que o sonho dela tenha sido cobrir saúde, ela foi sendo levada para cobrir saúde e foi gostando disso, foi se inteirando”.

Os colegas contam que, à medida que abraçou o tema, a repórter passou a brigar por ele. Seu foco era conquistar espaço para a publicação das matérias que achava relevantes e obter tempo para se dedicar a grandes coberturas. E conseguia. Corria atrás das notícias batendo perna por repartições, hospitais, centros de pesquisa e frequentando eventos de saúde onde sabia que encontraria fontes valiosas. Jota1 conta que nos anos 90 *O Globo* implantou

um sistema de cobertura por times de reportagem separados por assuntos: saúde, transportes, educação, polícia etc., de modo que os repórteres afeitos a cada tema trabalhassem em conjunto, para gerar uma cobertura mais aprofundada e sintonizada. Houve, na época, incentivo para que os repórteres pesquisassem mais sobre suas áreas. A expectativa era de que esse modelo de especialização se espalhasse e a cobertura jornalística se tornasse mais qualificada:

Aí podem dizer, “ah, mas a Elaine não tinha formação”. Não, não tinha. Quando a gente teoricamente criou aqueles times, que não eram só de saúde, tinha saúde, educação, políticas públicas, enfim... A ideia era que esses profissionais, em um mundo ideal, se especializassem naquilo. Não só por fazerem matérias cotidianamente sobre aquele assunto, mas fazendo cursos mesmo, cursos de especialização, para que eles se tornassem profissionais melhores naquela área. Era esse o objetivo, e isso não aconteceu. Também foi comido pela falta de verba, pela crise dos veículos, pelo advento da internet. Essa crise tem várias causas, uma delas é a crise financeira, a crise do país, a crise mundial, o advento da internet. Tudo isso foi levando os jornais – eu estou falando de jornais, mas também revistas, televisão, todos os meios – a uma estrutura menor do que já tiveram um dia (JOTA1).

Pesquisadores estrangeiros que avaliaram a influência da especialização do jornalista da área científica na qualidade das coberturas que realizam concluíram que ela é determinante. Larson *et al* (2003) e Wallington *et al* (2010) observaram que jornalistas que cuidam de temas específicos têm maiores possibilidades de conhecer bem aquilo que noticiam e obter acesso a fontes mais diversificadas para checar suas informações. E recomendam a especialização para profissionais de imprensa, por considerar que repórteres e editores com cursos de pós-graduação saberão destrinchar melhor um estudo científico e terão mais capacidade de entrevistar cientistas e autoridades sobre os dados em questão. Os cientistas sustentam que o mais importante para os profissionais não seria a capacidade de “translação” do conhecimento científico, mas sim a chance de elevar seu potencial de reflexão crítica.

Jota2 e Jota5, que continuam atuando em *O Globo*, são pessimistas quanto a essa possibilidade de o jornal voltar a investir na especialização dos repórteres. Jota2, inclusive, recorre à sua própria trajetória para defender que essa iniciativa de se especializar deve ser do próprio jornalista, sem esperar que a empresa faça nada por ele. E dá mostras de valorizar mais o estudo informal do que os cursos de especialização: “Eu ficava o dia inteiro lendo. Lia relatório técnico (...), lia em inglês, em francês sobre aquilo. Quando não conseguia, procurava um professor para me explicar. Você tem que se informar, senão não vai conseguir desenvolver o seu trabalho naquela área”. Jota5 é mais pessimista, acha que dificilmente os

repórteres voltarão a ter tempo para se aprofundar nos assuntos, acompanhar uma área especificamente, porque as redações não param de encolher e o jornal continua querendo cobrir todos os assuntos, como na época em que tinha um corpo de repórteres três vezes maior. E raros repórteres conseguem continuar acompanhando os assuntos de uma determinada área com a assiduidade que merecia, pois têm que atuar em muitas áreas diferentes, fazendo as matérias que são urgentes e deixando as planejadas de lado. “Eu acho que isso claramente aconteceu na imprensa escrita do Brasil e vai continuar acontecendo cada vez mais, porque faz parte da crise. Cada vez mais se vai fazer só os assuntos do dia a dia, a tragédia, o crime, e deixando de se aprofundar nos assuntos”.

6.1.3 Assessores: os mediadores dos mediadores

Iniciamos citando Leite (2016), de quem tomamos, para nomear este item, a sagaz definição para os assessores de imprensa na área médica: são os mediadores dos mediadores. Em sua dissertação de mestrado sobre a relação entre agentes dos campos da comunicação e da medicina na construção de um discurso jornalístico a partir do discurso médico, a autora recorre à raiz etimológica das palavras medicina e mídia – o latim *medium*, nos dois casos – para demonstrar que ambas apontam para a ideia de intermediação: os médicos exercem tal papel diante de seus pacientes, leigos, que necessitam da cura que vem do saber científico; já os jornalistas, em seu ofício, promovem a mediação entre diferentes campos sociais e profissionais e seus leitores, estes também participantes de campos os mais distintos. Entre esses dois mediadores estão os assessores de imprensa, que ao mesmo tempo dominam os códigos jornalísticos e se fazem propagadores e defensores da expertise e dos interesses de seus contratados:

Além de realizar o trabalho junto aos jornalistas, oferecendo pautas e fontes, os assessores se dedicam a destrinchar e explicar o funcionamento da imprensa para os médicos, numa leitura muito peculiar de que esses agentes usualmente se veem, num primeiro momento, como oponentes (LEITE, 2016, p. 128).

Uma das razões que levam não somente fontes da área médica, mas também outros profissionais e empresas em geral a buscar o serviço de assessores de imprensa é o desejo de conquistar espaço editorial nas mídias. Autores como Gans (2004), Tuchman (1978) e Lippmann (2010), entre outros, observaram que as empresas privadas, embora possam pagar

por publicidade nos meios de comunicação – e muitas efetivamente pagam – elas preferem figurar dentro do conteúdo editorial dos veículos, pois isto lhes confere muito mais credibilidade: vale como um certificado de qualidade e uma recomendação ao público. Assessora1 confirma esse entendimento, e atribui a ele a razão principal que leva os profissionais da área de saúde a buscarem pelos serviços de assessoria de imprensa. Entre os profissionais que ela atende ou já atendeu, raros já eram efetivamente muito procurados pela mídia e por isso buscavam um profissional para auxiliá-los e orientá-los na relação com os jornalistas. A maioria procurou a assessoria justamente para passar a ter acesso aos profissionais e aos meios de comunicação, com o objetivo de construir uma imagem pública positiva para si e sua atuação profissional, a partir da divulgação de sua expertise.

Basicamente, o que a assessoria oferece ao profissional ou à entidade que passará a representar é a conquista de espaço na mídia para dar visibilidade à sua existência, ou para responder de forma organizada e eficiente eventuais interpelações que partam da mídia. Fonte5, quando assumiu a presidência de uma entidade médica corporativa, mesmo tendo encontrado um setor de comunicação montado, buscou também o apoio de uma grande empresa de assessoria, que empregava diversos jornalistas oriundos de redações de jornais, revistas e TV, e por isso conseguiu uma inserção que a entidade nunca havia tido antes: “A agência tinha uma forma mais positiva, mais poderosa de você estar na mídia.”, afirma a médica. Fonte5 avalia que em sua gestão precisou travar uma verdadeira batalha de sentidos com a administração municipal, que buscava pôr na conta dos médicos todos os problemas causados pela falta de condições de trabalho dadas a eles: “Se a gente não falasse, o César Maia⁴⁴, que naquela época respondia tudo por e-mail para os jornais, falava o que queria toda hora... então tivemos que fazer igual”. Fonte5 acredita que conseguiu assegurar maior presença da classe médica na mídia graças à agência contratada.

Nesse sentido, vale perguntar: o trabalho de uma assessoria de imprensa é garantia de presença certa e positiva na mídia? Assessora1 diz que a equação não é perfeita, já que o assessor precisa dominar muitos códigos para que o trabalho tenha visibilidade: “É... conhecimento. Conhecimento do profissional, conhecimento da assessoria e criatividade nas pautas. Tem que botar a cabeça para funcionar, pegar alguma coisa diferente, nova, para poder entrar na matéria”. Essa fala reforça a ideia de que, também no trabalho dos assessores, é preciso criar ganchos de matérias que deem mais visibilidade às fontes. Assessor2, que atuou na área pública e hoje assessora uma entidade corporativa da área médica, diz que uma

⁴⁴ César Maia foi prefeito do Rio por três mandatos, o primeiro entre 1993 e 1997, o segundo entre 2001 e 2004 e o terceiro entre 2005 e 2008.

parcela é o trabalho dedicado do assessor, mas o resultado da equação depende também da imagem institucional que aquele cliente já tem na mídia: se é positiva, o trabalho é mais fácil; se é negativa, é preciso primeiro tentar transformá-la para obter algum sucesso. Oferecer elementos e enquadramentos inusitados para as notícias, atendendo a um dos preceitos cada vez mais cobrado nas redações, que a “novidade”, ajuda: “Quando a gente coloca uma notícia na primeira vez, ela tem um impacto. Na segunda, na terceira, ela vai perdendo impacto. Então o desafio da comunicação era exatamente criar estratégias para que a gente pudesse estar na mídia o tempo inteiro”.

Assessoral revela, também, uma certa tensão existente entre os jornalistas, que estão à frente, e os assessores, posicionados atrás do balcão de produção das notícias. E ao mesmo tempo explicita uma parceria entre esses dois atores:

Porque eu sou uma pessoa que paguei muito pela minha língua. Eu trabalhava em jornal e tinha horror a assessor. Atendia assessor assim: “Ah... [gargalhada] eu fechando [matéria] e vem esse mala!”. Eu falei para a [sócia], que tem uma bagagem de assessoria. Ela não trabalhou quase em redação, já nasceu assessora, eu não. E aí eu já atendia o assessor assim ‘fala, que saco!’ Paguei pela língua. Eu acho que hoje o preconceito diminuiu, porque muitos dos que eram de redação estão em assessoria, e é um mal necessário. Às vezes até a pessoa [o jornalista] fica frustrada quando não tem o assessor, entendeu? Porque o assessor vai ajudar muito na matéria (ASSESSORA1).

Por sua vez, o trabalho de relacionamento com a imprensa, como diz Fonte4, é apenas uma das atividades que movem as assessorias: “Esse é apenas um pedaço da assessoria de comunicação social, ir em busca de quem vai projetar a sua notícia”. Muitas vezes, cabem às assessorias preparar a fonte, de modo a otimizar não somente a captação como melhorar a exposição do cliente, quando necessário, como revela Assessoral: “A gente discutia que pautas iam ser trabalhadas, e aí, como assessoras, a partir da característica de cada pauta, dizíamos ao cliente onde poderia encaixar a sugestão de pauta”. A assessora conta ainda que preparava o cliente com outras informações para ele se apresentar diante da imprensa de forma condizente: “Como é que deve dar entrevista, se vestir, o que ele deve falar e o que não deve dizer, é tudo orientado”.

De modo geral, os assessores que trabalham na área privada, nas empresas de assessoria que atendem a diversos clientes em todas as áreas, ou aqueles que têm suas próprias empresas de assessoria, contam que, para ter mais chance de emplacar seu material, precisam ir além do mero fornecimento da informação e trabalham no sentido de adequar a pauta aos interesses do veículo, da editoria ou do jornalista. Em suas próprias palavras,

Assessora³, que já havia relatado que esse modo de operar faz parte de sua rotina de trabalho, diz que busca “arrancar” dos clientes aquilo que ela sabe que vai ser bem recebido pelos jornalistas: pesquisas, levantamentos, números e também a indicação de personagens: “São coisas que dão embasamento a uma teoria. Não adianta eu simplesmente falar [para o jornalista]: ‘o clínico geral que trabalha aqui comigo diz que as doenças de gripe ou de resfriado aumentam durante o inverno’. Você tem que ter sempre algo que embase a tua afirmação”. A fala da assessora referenda que, tal como jornalistas, e em um mercado no qual são ofertadas diariamente pautas concorrentes, assessores também precisam buscar o diferencial da notícia que pretendem ver estampada nas páginas dos jornais.

O fato é que as assessorias se profissionalizaram e sabem que precisam também ter um faro jornalístico para atender o que os jornalistas querem. Até certo ponto, eles estabelecem uma parceria na qual o assessor “vende” a pauta para o repórter que, por sua vez, “compra” a pauta e define como ela pode caminhar. Muitas vezes, é o assessor que, por necessidade de ver a sua matéria “emplacada”, extrapola de uma função convencional e passa a pré-produzir a matéria para o repórter que, por uma razão ou por outra, especialmente por falta de tempo de buscar os personagens, terceiriza essa atividade de pesquisa de campo. Como no ditado popular, “uma mão lava a outra”.

Apesar de tudo isso, Assessora¹ reforça que nunca as matérias emplacadas para seus clientes, em grandes veículos, foram fruto de qualquer tipo de acordo comercial. Quando perguntada sobre a necessidade de publicar anúncios para, em contrapartida, receber espaço editorial, ela foi categórica: “Não, não sinto isso. A gente já entrou em várias matérias em que nossos clientes não eram anunciantes. Agora, não sei se isso facilita (...) em veículos pequenos, por exemplo”.

Mas são os “personagens” para as matérias, sempre exigidos pelos repórteres e que dão credibilidade e vida à narrativa jornalística, que se tornaram uma pedra no sapato dos assessores, pois sem eles não há matéria. Para exemplificar a questão de como o personagem assumiu um lugar central na prática jornalística, sintetizamos aqui um pouco do que os três assessores entrevistados comentaram. Segundo eles, pautas sobre dietas e exercícios físicos, por exemplo, são menos cercadas de tabus e mais fáceis de garimpar histórias e personagens que se enquadrem nas exigências dos jornalistas e as tornem mais bem aceitas por eles. Nesse caso, a incumbência do assessor de localizar um personagem para uma pauta que será vendida ao jornalista, por si só, já é facilitada pelo mundo da notoriedade: os médicos e outros profissionais sempre terão algum cliente mais desinibido ou haverá subcelebridades dispostas a ser entrevistadas e dar depoimentos sobre aquele tema.

Além disso, Assessora1 confessa, com certo pudor, que a oferta de fontes aos jornalistas é também regida pela lógica da oportunidade, sendo necessário aproveitar ocasiões nem sempre confortáveis para emplacar o cliente na mídia.

[Ocorreu] um fato muito legal com um cliente, ele saiu em vários lugares porque a gente correu na frente. Foi quando aquele técnico do Vasco teve um AVC⁴⁵. O cara ficando torto... é horrível dizer, mas é o papel do assessor. O cara tendo um AVC e a gente começou a ligar para os jornais: ‘Quem vai fazer matéria? Quer neurologista?’ (ASSESSORA1).

Ao propor uma pauta, e ter que apresentar personagens, tanto assessor de imprensa quanto personagens buscam vantagens nessa ação. Enquanto o primeiro tem como recompensa a veiculação de notícias de seu cliente, personagens também se beneficiam dessa divulgação, seja pela prestação de serviços gratuita que poderá receber por parte do médico, seja pela exposição espontânea que terá na mídia. Por outro lado, pautas ligadas a cirurgias estéticas ou reprodução assistida são consideradas mais difíceis de serem emplacadas, pois os possíveis personagens nem sempre estão dispostos a vincular a sua imagem e aparecer em público como usuários desses serviços.

Na prática, o que podemos chamar de “ditadura do personagem”, faz com que muitas pautas interessantes, mas que não possuam um exemplo que personifique os benefícios daquele serviço ou terapia, sejam descartadas. Em sua vida profissional, Assessora1 diz que, mesmo com boas pautas, não conseguiu emplacar seus clientes médicos como entrevistados em determinadas matérias por não ter conseguido o personagem: “Ouvi [de jornalistas] coisas do tipo ‘não vou entrevistar o *seu* [grifo nosso] médico, não que ele não seja uma referência, mas não tem personagem, então eu vou ouvir o outro [médico] que tem uma história não tão limpa, mas tem personagem’. É a realidade”. O exemplo em questão reforça que o discurso habitual dos repórteres, de que sempre buscam como fontes os profissionais que apresentam os melhores currículos, pode até ser uma regra, mas com as devidas exceções. Isso porque, no jogo da construção da notícia, para tornar as matérias mais chamativas, entram em campo exigências dos próprios jornalistas e das chefias que acabam levando o personagem a se impor à própria pauta. Em muitos casos, sem ele não há matéria, é o que concluímos.

Questionada sobre como e quando essa exigência do personagem surgiu, Assessora1 arrisca que os próprios assessores podem ter criado o monstro que hoje ameaça devorá-los: “[Foi] aquilo de você pautar uma doença qualquer e [para reforçar o interesse] dizer: ‘olha, a

⁴⁵ No dia 28 de agosto de 2011, o técnico de futebol Ricardo Gomes sofreu um acidente vascular cerebral durante uma partida do clube contra o Flamengo.

gente tem um fato para ilustrar, uma pessoa que está passando por isso’. Não sei identificar, mas acho que foi isso”. Outro fator que ela também associa à ditadura do personagem é que os jornais começaram a demandar muitos elementos capazes de “humanizar” a notícia e tornar as narrativas mais emocionantes. “Virou padrão essa coisa de ‘a gente tem que contar uma história’”. Segundo Assessora1, a saída que os assessores encontram para pautar temas mais polêmicos, quando se torna impossível ter um personagem, é focar a divulgação da fonte em outros meios, como a TV, em programas de entrevista ou nos telejornais, pois ali apenas o próprio médico aparece. E se houver perguntas específicas sobre pacientes, ele mesmo saberá contornar, explicando que a ética médica o impede de falar de casos específicos.

6.2 CAMPOS PROFISSIONAIS EM MOBILIDADE

Iniciamos este último subcapítulo com uma reflexão feita por Jota6. Ao longo de uma hora e meia de conversa, o jornalista discorreu acerca de sua atuação por mais de 20 anos como repórter de jornal, mas deteve-se especialmente em explicitar o modo como estabelecia com suas fontes médicas uma relação de confiança, sempre com expectativa de longa duração. Uma das estratégias construídas, revelou, era negociar portas abertas para que pudesse procurá-las sempre e quando necessário, sem a interferência de assessorias de imprensa. Do mesmo modo, punha-se à disposição para atendê-las a qualquer momento em que julgassem ter uma novidade digna de publicação. Essa via de mão dupla era habitualmente usada em fluxos unidirecionais: ele telefonando atrás de esclarecimentos científicos e conteúdo; as fontes ligando para sugerir pautas pontuais. Há cerca de três anos, quando deixou a redação e passou a trabalhar em assessoria de imprensa e produção de conteúdo extrarredação, deparou-se com algo inusitado: algumas de suas antigas fontes médicas hoje têm papel ativo no jornalismo de saúde, falando diretamente ao público, sem mediação de jornalistas. E o resultado é que ele virou fonte de suas ex-fontes, pois leva a elas novidades do complexo médico-científico e pede espaço em seus programas, colunas e blogs:

Hoje inverteu! Pelo menos em parte... Quem liga agora para pedir espaço [no jornal ou na rádio] para contar uma novidade sou eu. É tão engraçado hoje eu ter que ligar [para um médico] e pedir para pautar uma coisa. É o contrário de antes, hoje eu que peço a eles: “Pô (...), tenta emplacar essa pauta aí do meu cliente”. É o contrário, a gente trocou de lugar. E com o [outro médico] também: “Vou te mandar um negócio aí, vê se publica na tua *fanpage*, que é super lida, ou fala na rádio”. E o [médico] já fez isso para mim. A gente tinha aqui um cliente, que era um endocrinologista que fazia

pesquisa com medicamento, e eu [ligava]: “Tenho uma pauta legal para você”. Trocou de lugar totalmente. Hoje é como se eles fossem os jornalistas e a gente é que corre atrás deles (JOTA6).

Fonte3, que faz uma coluna semanal em uma rádio, confirma em parte a percepção de Jota6:

Começo a ser visto como um pouco parecido com vocês jornalistas. Esse ano eu fui convidado para um almoço, por um laboratório. Cheguei lá e vi uma menina do blog não sei o quê, uma do Dia, um do Extra... E eu querendo procurar os meus pares médicos. Mas não: era um almoço para a mídia. E eu fui como um cara para pautar saúde e não como médico. Achei interessante isso (FONTE3).

Quando passa a frequentar o meio midiático com as credenciais de jornalista, mas sem perder o status e as prerrogativas de médico, esse profissional multiplica seu capital simbólico (BOURDIEU, 2000). Ele alarga os limites de seus conhecimentos e de seu campo de ação, exibindo um leque de competências que o distingue tanto dos seus pares que não dominam o discurso e os dispositivos do campo jornalístico, quanto também dos jornalistas, que não detêm os saberes técnicos que o credenciam como uma voz autorizada da ciência.

Freitas (2009) analisou a mobilidade como um novo tipo de capital simbólico no mundo organizacional, sustentando que a atual ordem econômica a apresenta como estratégica para aqueles que esperam ser bem sucedidos profissionalmente no mundo globalizado. A pesquisadora se refere à mobilidade geográfica de profissionais altamente qualificados, que praticamente se tornam nômades servindo às suas organizações em diversas partes do mundo. Ela argumenta que, embora a mobilidade tenha começado a aparecer como sendo uma opção e um desejo do indivíduo, que estaria em busca de enriquecimento profissional e cultural, o fenômeno na verdade se funda essencialmente na necessidade das organizações, mas isso é mascarado por um viés ideológico: “Queremos dizer que as empresas não assumem a sua dependência desse tipo profissional, apenas tratam como se elas lhe abrissem as portas, dando-lhes uma oportunidade diferencial, quando este diferencial é condição competitiva para elas no mercado global” (FREITAS, 2009, p. 249).

Queremos propor aqui uma analogia desta mobilidade descrita por Freitas com a mobilidade vista entre os campos profissionais na nossa pesquisa. Médicos passam a ocupar lugares antes destinados aos jornalistas, fazendo diretamente um trabalho que antes dependia da mediação destes, e que gerava alguma tensão entre os atores; jornalistas, por sua vez, deslocam-se para os domínios dos assessores de imprensa, executando atividades que antes

menosprezavam, como salientou Duarte (2001). Em ambos os casos, os redesenhos da atuação profissional aparecem como sendo iniciativas de proatividade dos atores envolvidos, mas no fundo atendem a uma nova lógica das empresas de comunicação em seu reposicionamento em um mercado cada vez mais competitivo e invadido pela instantaneidade das novas tecnologias e protagonismo de diversos outros atores.

Nesta atual fase da comunicação, que Fausto Neto (2012) nomeia de “sociedade em vias de midiatização”, o pesquisador identifica um novo âmbito de interação entre jornalismo e sociedade, marcado pela presença de mais atores que dominam técnicas e instrumentos anteriormente restritos aos processos de produção de notícias internos aos meios. Assim, segundo o autor, produtores e receptores se encontram num espaço em que suas atividades se interpenetram e dão origem a um novo tipo de discursividade social. O que resultaria no enfraquecimento da atividade de mediação do jornalista, uma vez que ele já não é mais imprescindível nesse novo redesenho do dispositivo jornalístico:

Porém, tal enfraquecimento aponta para o surgimento de um novo tipo de atividade jornalística que se faz sobretudo, discursiva. Em vez de se constituir – por sua até então condição mediadora – em “guardião do contato”, o jornalista se torna uma espécie de organizador do acontecimento, despontando como um novo tipo de operador (FAUSTO NETO, 2012, p. 286-7).

Fonte3 considera que sua participação cada vez mais ativa na mídia, primeiro como fonte acionada pelos jornalistas e depois também falando diretamente à audiência, em programa de rádio, vem contribuindo para a mudança de mentalidade de muitos gestores da saúde, que sempre foram avessos a lidar com a mídia. Segundo o médico, isso acontecia por receio de críticas e distorções de suas falas, mas ele considera que hoje seus pares já começam a compreender que não podem desperdiçar este importante canal de comunicação com o público. Fonte3 dá como exemplo os sintomas da dengue, especialmente em época de epidemias, que precisam ser ditos e repetidos com frequência para os pacientes e seus cuidadores. Segundo ele, depois do primeiro atendimento e da liberação do paciente para voltar para casa, caso se verifiquem os chamados sinais de agravo, é preciso que eles retornem aos serviços médicos com rapidez, para haver tempo de um atendimento eficaz:

E a minha luta era assim: será que o médico vai conseguir orientar esse paciente dizendo que “sinais de agravo são dor abdominal, queda da pressão arterial, sangramento e vômito”? Será que vou ter essa mesma qualidade de informação no meu vigésimo paciente tendo a mesma coisa, ou eu tenho que ter um jeito de comunicar de uma forma mais eficiente? Vou botar alguém

para comunicar no meu lugar, o médico não é um bom comunicador. Foi quando houve uma mudança, e a minha ideia era que nem adianta você só falar, para as pessoas que não entendem direito você tem que desenhar [mostrando com gestos]: “dor abdominal”, “tonteira”, “vômito”. E a pessoa às vezes não sabe ler, e você tem que explicar. Acabou diminuindo o número de mortes, porque as pessoas foram melhor orientadas. Isso eu acho que foi pautado pela mídia, porque eu falava tanto isso que as autoridades mudaram [sua forma de agir] (FONTE3).

Jota6 observa que, fora os médicos que estão diretamente fazendo programas de rádio e TV ou escrevendo colunas regulares nos jornais, boa parte dos outros já não busca tanto a mídia tradicional para atuar como fontes, e muitos estão dispensando suas assessorias de imprensa: “Eles perceberam que pagavam cinco ou seis mil reais por mês por uma assessoria e não entravam em lugar nenhum, pois os espaços de saúde foram minguando dos jornais”. Os que não dispensam as assessorias, segundo Assessoria1, começam a solicitar um outro tipo de serviço, como produção de conteúdos para blogs e demais mídias sociais: “Porque os leitores estão dando mais peso a isso, entendeu? Já tem cliente meu pedindo: ‘Ah, vamos gravar uns videozinhos de pergunta e resposta pra eu colocar no meu Facebook’. Para eles, isso vai trazer um retorno de cliente maior do que estar inserido em matéria de jornal”.

Além da questão já abordada na parte inicial deste capítulo, sobre o receio das fontes médico-científicas de darem entrevistas e serem deturpadas em suas falas, outro desconforto relatado e que desaparece com essa possibilidade de falar diretamente ao público são as chamadas “saias-justas” em que às vezes as fontes são colocadas durante programas ao vivo, ou mesmo gravados para posterior veiculação. Fonte3 diz que já passou por algumas situações desagradáveis, mas sempre conseguiu sair com habilidade das pegadinhas. Ele conta um caso acontecido em um programa popular de TV, ao vivo. O apresentador perguntou se ele tinha notado o novo patrocinador do programa, uma churrascaria, e ele respondeu que sim. Então perguntou se ele gostava de carne, e de novo o médico assentiu. Em seguida, o apresentador pediu para que ele revelasse a todo o Brasil em que tipo de carne era “mais chegado”, se em picanha ou chuleta – e a câmera destacou seu rosto em close. “Ele quis me desconcertar numa pergunta de duplo sentido, mas eu falei: ‘eu gosto de fraldinha, sou pediatra, cada um em sua especialidade’, e saí. Se é uma pessoa menos treinada, ela dança, cai, se perde”. Mais do que pelo baixo nível, o episódio relatado por Fonte3 nos chama a atenção pela dessacralização do lugar de fala do médico: mesmo sendo chamado para prestar informações técnicas sobre questões de saúde que afetam a população – portanto, uma pauta sóbria – ele não escapa de ser interpelado como qualquer subcelebridade, em um tom modulado para provocar polêmica e elevar a audiência a partir do constrangimento do entrevistado.

Fonte3 diz que, apesar dessa e de outras situações inconvenientes que enfrentou, não deixa de dar entrevistas ou comparecer a programas ao vivo quando chamado. E não faz escolhas: “Vou até em programas de 1% de audiência no Ibope. Acho que isso ajuda as pessoas, então não me nego”. O médico ressalta que seu portfólio de participações na mídia registra variados jornais impressos e emissoras de rádio e TV concorrentes. O que, em sua avaliação, demonstra que ele não tem vinculação ideológica com nenhum grupo. Tabakman (2013), ao discorrer sobre os profissionais da área médica que são tratados como fontes de cabeça pelos jornalistas, alerta para o risco de se trocar notoriedade por popularidade:

Essa situação dá lugar, por outro lado, à existência de especialistas que dispõem de três qualidades: sempre são escolhidos para falar; têm capacidade de fazê-lo sobre qualquer tema, sem necessidade de especialização, documentação ou tempo para refletir; e sua atividade acontece no limite da atualidade e com total consciência de sua participação na formação de opinião pública. Os especialistas costumam se parecer na superficialidade de seu pensamento, na fidelidade à mídia e na notoriedade em alguma área, mesmo que não seja necessariamente aquela em que opina. A capacidade de cumprir as exigências da imprensa lhe dá uma notoriedade nova e diferente, o que pode acabar deslocando a reputação de origem e substituindo-a pela popularidade (TABAKMAN, 2013, p. 35).

Do lado dos jornalistas, no que tange a esta mobilidade profissional, as oportunidades surgem tanto nas assessorias de imprensa que mantêm relações com as redações de onde estes saíram quanto em outras áreas, como as mídias sociais e o mercado editorial. E o capital simbólico acumulado em anos de reportagem e nome assinado no alto de suas matérias será decisivo. Desde que deixou a redação de *O Globo*, Jota6 já escreveu livros em parceria com alguns médicos, abordando temas de saúde; mediou séries de debates públicos sobre saúde e doença; e está atuando em projetos ainda inéditos dentro dessa área de divulgação médica. Ele chama a atenção para o fato de que a maioria dessas iniciativas – livros, debates – depois se torna pauta na mídia, fornecendo conteúdo praticamente pronto e facilitando o trabalho dos jornalistas que hoje atuam nos meios. Jota6 conta que uma dessas séries de palestras que fazem sucesso foi idealizada por ele, junto com um médico, quando ainda atuava em *O Globo*. Relacionando as demissões em massa de jornalistas com essa possibilidade que as empresas de comunicação têm hoje de absorver os conteúdos produzidos pelos profissionais extrarredação, como ele, Jota6 brincou: “Por um lado, tirou meu emprego. Mas financeiramente, para mim, é um outro mundo, é muito melhor”.

Se num primeiro passo vimos algumas fontes de saúde apenas se desvencilharem da intermediação dos jornalistas e começarem elas mesmas a pautar os temas e se dirigir

diretamente ao público – nos programas de rádio e TV, nas colunas de jornal, nas *fanpages* do Facebook – hoje podemos dizer que já estamos vivenciando esse momento de deslocamento de reputação de origem a que se referiu Tabakman. Um exemplo claro é o do médico Luís Fernando Correia. Após estrear, nos anos 2000, fazendo coberturas eventuais de congressos para o jornal *O Globo* e depois participar ativamente da programação da rádio CBN, ele se transformou numa espécie de médico oficial da Rede Globo, fazendo consultoria para todos os telejornais e diversos programas da emissora. Sempre que há um tema médico nos telejornais, ele marca presença comentando o fato. E agora mais do que isso: um dos participantes assíduos da bancada do *Estúdio i*, da GloboNews, comandado pela jornalista Maria Beltrão, ele já não se restringe apenas aos temas médicos. Comenta de economia a política internacional, de cultura a segurança, de Lava Jato a gastronomia. No último mês de setembro, diretamente de sua casa na Flórida, passava aos telespectadores todas as sensações de um cidadão comum enfrentando a violência do furacão Irma. De reputado cardiologista passou também a uma celebridade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar como se estabelecem as relações entre os jornalistas da área de saúde de *O Globo* e suas fontes de informação, buscando perceber se e de que modo as contingências dessa relação interferem nos sentidos da saúde construídos pelo jornal foi o objetivo desta pesquisa. Partimos de um *corpus* contendo as matérias de saúde publicadas nas três editorias em que o tema é mais abordado, cobrindo diversos aspectos de sua configuração, como as questões de política e gestão, atendimento à população, divulgação científica e promoção da saúde. Adicionalmente, trouxemos contribuições da literatura acadêmica e entrevistas com atores envolvidos no processo de produção do noticiário de saúde, para então problematizar o tema que havíamos proposto. Consideramos ter contribuído para o campo, sem, contudo, esgotar o que nos parece ser uma questão que se amplia conforme novas tecnologias surgem e são disponibilizadas, ao mesmo tempo em que vão sendo transformados os arranjos sociais.

Para responder aquela nossa questão central, começamos mapeando as transformações ocorridas nos últimos anos nos processos produtivos da redação. Vimos que a política de redução dos quadros profissionais, tanto pela extinção de funções – de coordenador de pauta e redator, por exemplo – quanto pelos sucessivos cortes no número de repórteres, trouxe mais carga de trabalho e acúmulo de responsabilidades aos jornalistas que permaneceram em seus empregos. A convergência midiática, que reuniu em um mesmo espaço físico as redações dos diferentes suportes, transformou aquele que antes era apenas um repórter do jornal impresso em um jornalista multitarefa, tendo também a função de fotografar, gravar, filmar e editar suas matérias para a internet. Essa multiplicidade de funções tirou dos repórteres o tempo necessário para buscarem assuntos exclusivos, aprofundarem a pesquisa sobre os temas que cobrem e descubrirem novas fontes a que possam recorrer para ampliar os pontos de vista que entregam ao leitor em suas matérias.

A pauta, que antes contava com um coordenador exclusivo, tornou-se atribuição do chefe de reportagem e dos próprios repórteres, e o que observamos foi que tal mudança impactou diretamente na escolha das fontes, já que, por uma questão de necessidade desses agora sobrecarregados profissionais, as sugestões dos assessores de imprensa se tornaram cada vez mais aceitas e desejadas, e menos questionadas. Ao longo do tempo, a absorção de boa parte dos jornalistas desligados das redações pelas empresas de assessoria de imprensa operou mudanças significativas nesse ramo. A entrada desses novos integrantes foi um dos componentes que fizeram elevar o status do trabalho desenvolvido no ramo, juntamente com a

maior profissionalização da classe, e assim o assessor foi ganhando mais confiança e respeito por parte dos jornalistas das redações.

Por dominarem técnicas e conceitos caros aos jornalistas – como o de valores-notícia, por exemplo – os assessores passaram a entregar mais do que uma simples sugestão de pauta, muitas vezes oferecendo a própria matéria já elaborada, praticamente pronta para publicação (ressaltamos que não necessariamente ela será assim publicada). Adicionalmente, constatamos que outras exigências de chefias e editores, como a presença indispensável de personagens que ilustrem as matérias, podem ter aproximado os assessores dos jornalistas, pois, à medida que ele fornece o personagem de acordo com o perfil muitas vezes pedido pelo repórter, tem mais chances de garantir a participação de sua fonte na matéria.

O mapeamento feito dos temas de saúde presentes nas páginas e das fontes convocadas no noticiário nos trouxe também informações que em parte corroboram estudos anteriores e em parte fazem emergir novidades. As vozes que prevalecem no noticiário permanecem sendo as das fontes governamentais, como diversos pesquisadores já observaram, mas nosso estudo revelou ainda que há temas, como as epidemias, que determinam outras especificidades na convocação das fontes. Notamos que a epidemia de dengue em 2008, por exemplo, elevou o protagonismo das fontes individuais – pacientes, familiares e cidadãos comuns – fazendo com que a categoria saltasse de um terceiro lugar habitual para o primeiro. Entretanto, não conseguimos reunir elementos para afirmar que este destaque se tenha traduzido também em mais poder, pois observamos de modo geral uma participação mais instrumental dessas vozes, sendo interpeladas mais como testemunhas dos cenários de caos e desassistência descritos pelos repórteres na cobertura.

Em outra epidemia, a de zika em 2015, observamos que as fontes médico-científicas também conseguiram superar a prevalência das fontes governamentais, e nosso entendimento foi o de que ao menos três fatores concorreram para isso. Em primeiro lugar, o fato de os jornalistas buscarem vozes que pudessem confrontar os dados apresentados pelo governo, que naquele momento provocavam desconfiança – seja pelo fato de se tratar de um agravo desconhecido, seja pelas injunções políticas que colocavam o jornal em campo oposto ao campo oficial. Em segundo lugar, devido à elevação mesma que o capital simbólico dos cientistas tem experimentado, em um momento de grande valorização e popularização dos temas científicos nos jornais. Por fim, pela razão de a cobertura estar sendo feita por uma editoria especializada, Sociedade, em que os repórteres detêm conhecimentos mais aprofundados sobre ciência e saúde e acesso a fontes mais variadas, diferentemente dos generalistas que atuam na cobertura de saúde em outros momentos e em outras editorias.

Essa constatação de como as fontes científicas foram acionadas por *O Globo* de modo bastante distinto nas epidemias de dengue em 2008 e de zika em 2015 foi para nós um achado relevante, e que a nosso ver remete para uma linha de investigação que estudos internacionais já apontaram: a especialização permite ao jornalista abordar temas controversos com mais segurança e avaliar melhor quais fontes podem trazer as informações mais relevantes e atualizadas naquele momento. O fato de a cobertura de 2008 ter tido uma elevada repetição de mesmas fontes, apesar de ter contado com um número de repórteres muito maior, em comparação com a cobertura de 2015, que teve menos repórteres, mas uma variedade bem maior nas fontes convocadas, sinalizou um importante caminho de interpretação: ao atuar nas editorias especializadas, mesmo se não tiver uma especialização formal, arriscamos que o jornalista terá mais tempo e condições de pesquisar os temas que abordará e, conseqüentemente, acessar uma variedade maior de fontes.

Quanto aos temas, observamos que o que pontua a narrativa da saúde no jornal é a denúncia da negligência (no atendimento à população), o discurso de fascínio sobre a ciência (a pesquisa), as prescrições e incentivos à mudança de comportamento (promoção da saúde) e a publicidade sutil (novos tratamentos, drogas inovadoras etc.). As emergências sanitárias (epidemias, acidentes), quando surgem, têm o poder de destronar todos os outros temas, reafirmando, de certa forma, o caráter alarmista da cobertura quando envolve risco de morte.

Outro aspecto que nosso mapeamento nas páginas de *O Globo* mostrou foi a crescente importância que o jornal e os jornalistas passaram a dar à publicização da autoria das matérias. No passado, raras delas eram assinadas, e atualmente é quase via de regra que as matérias tragam o crédito do autor. Identificamos, inclusive, que no último período o leitor dificilmente encontrará um texto sem a assinatura do autor que o produziu – ou melhor, autores, pois outra característica observada por nós é a coautoria múltipla. Acreditamos também que é por meio desses autores que creditam suas matérias que o jornal reforça o peso editorial da matéria publicada.

Ainda sobre a questão da autoria múltipla, observamos que esse fenômeno está associado à natureza do trabalho na redação, cada vez mais fragmentado, especialmente nas editorias generalistas, onde não é incomum que os repórteres apurem trechos de diversas matérias, em vez de se dedicarem integralmente a uma única matéria. Isso acontece, por exemplo, quando um repórter entrevista uma autoridade e leva a ela questões de diversas matérias que outros colegas estão produzindo. Ao ter sua colaboração incorporada à matéria do colega, seu nome vai junto. Assim, há matérias que chegam a ter cinco, seis assinaturas. Se, por um lado, há os profissionais que dizem que esta banalização tirou o foco das matérias

verdadeiramente exclusivas e mais elaboradas, as únicas que eram assinadas no passado, por outro lado o valor agregado do nome em evidência eleva o capital profissional e social do jornalista na própria negociação com as fontes, pois estas veem que estão lidando com um repórter que consegue espaço para suas matérias e é reconhecido por elas.

No nosso capítulo final, onde tratamos mais estritamente das relações entre os jornalistas e as fontes, tivemos a chance de reconstituir com cada grupo de entrevistados (jornalistas, fontes e assessores de imprensa) os meandros dos caminhos que os aproximam e os afastam entre si. Pareceu-nos que há na base dessa relação uma ideia de colaboração mútua: tanto jornalistas quanto fontes reconhecem que dependem uns dos outros, mas isso não os livra dos atritos, desconfianças e conflitos, que seguem dando a tônica da relação. Observamos ainda que, à medida que cada grupo se empodera com relação ao outro em algum aspecto, os arranjos colaborativos sofrem alterações.

Salientamos ainda que o papel do jornalista como mediador, como o profissional mais capacitado a “traduzir” os discursos esotéricos dos demais campos profissionais em uma linguagem exotérica que alcance a totalidade dos cidadãos comuns, aparentemente foi posto em xeque. A partir de nossa análise, estamos diante não somente do fenômeno na profissionalização das fontes, mas também da midiaticização crescente que faz com que todo indivíduo se veja como um produtor de conteúdo. O estudo da relação entre jornalistas e fontes nos levou a concluir que, depois de terem se iniciado nas lógicas produtivas e narrativas do jornalismo, as fontes passaram a ocupar muitos espaços midiáticos de forma direta, sem intermediários, tornando-se elas próprias as produtoras de notícia, assumindo colunas em jornais, consultorias ou curadorias em programas de rádio e TV e até as próprias bancadas em outras emissões, tirando assim a primazia discursiva que antes era do jornalista. Em alguns casos, esse protagonismo das fontes chega a ultrapassar as linhas do que Leite (2016) definiu como zona de conforto das fontes médico-científicas, a notoriedade – posto que esta é conquistada a partir de seu estatuto de cientista – para avançar para o campo da celebridade, a fama que advém meramente do tautológico “ser conhecido por ser famoso”.

Observamos que essa mobilidade na atuação das fontes também acontece com os jornalistas em seu campo, e eles também estão reinventando suas relações profissionais, seja nas assessorias de imprensa – agora com um status mais elevado do que tinham no passado – seja em atividades pactuadas com algumas dessas mesmas fontes que lhes tiraram a primazia discursiva nos meios, com as quais passam a escrever livros e organizar eventos de temática médica voltados para o público em geral, e que no final das contas voltam a colocá-los lado a lado na mídia, pois são eventos cobertos pelos jornais e publicados como conteúdo.

Finalmente, concluímos que a relação entre jornalistas e fontes veio experimentando inúmeras transformações nos últimos tempos, revelando algumas características que se mantêm e outras que se renovam. Ressaltamos que essa pesquisa foi fruto de um esforço para descortinar aspectos importantes no campo do estudo sobre fontes no jornalismo. Novas investigações serão futuramente necessárias para identificar possíveis pontos de contato e de afastamento nessa relação entre os jornalistas e as fontes que buscam para falar sobre saúde.

REFERÊNCIAS

A CONTA dos Passaralhos: Um panorama sobre demissões de jornalistas nas redações do Brasil desde 2012. **Volt Data Lab**, 8 dez. 2016. Disponível em: <http://passaralhos.voltdata.info/index.html>. Acesso em: 18 nov. 2016.

ABREU, Alzira Alves de. Jornalismo cidadão. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 31, p. 25-40, ago. 2003. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2185/1324>>. Acesso em: 19 set. 2017.

———. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

———; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Evandro Carlos de Andrade, entrevista. In: ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (Orgs.). **Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ADEUS às laudas. **Revista Imprensa**, n. 3, p. 36-39, nov. 1987.

ADGHIRNI, Zélia Leal. Informação on-line: jornalista ou produtor de conteúdo? **Contracampo**, n. 6, 2002, p. 137-52. Disponível em: <http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/article/view/470/235>>. Acesso em: 14 jul 2017.

———. Valores-notícia e credibilidade no jornalismo on-line. **Anais do II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor)**. Salvador, 2004.

AGUIAR, Raquel; ARAUJO, Inesita Soares de. A mídia em meio às ‘emergências’ do vírus Zika: questões para o campo da comunicação e saúde. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [S.l.], v. 10, n. 1, mar. 2016. Disponível em: <http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1088>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

AMARAL, Márcia Franz. Imprensa popular: sinônimo de jornalismo popular? **XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom)**, Brasília, 6-9 set. 2006. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/63557889706955819390718237293726753880.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2015.

AMORIM, Luís Henrique; MASSARANI, Luisa. Jornalismo científico: um estudo de caso de três jornais brasileiros. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, Ponta Grossa, v.1, n.1, p. 73-84. 2008. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/225/198>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

ARAUJO, Inesita Soares de. Contextos, mediações e produção de sentidos: uma abordagem conceitual e metodológica em comunicação e saúde. **RECIIS**, v.3, n.3, 2009. Disponível em: http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci_repositorio/2015/12/pdf_26ad33a296_0000018191.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

ARAÚJO, Inesita Soares de; CARDOSO, Janine. Miranda. **Comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

ARAÚJO, Rita; LOPES, Felisbela. Margens de silêncio nas notícias de saúde: o caso dos enfermeiros. *Observatorio (OBS*)*, Lisboa, v. 9, n. 2, p. 32, jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-59542015000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 jun. 2017.

ARONOWITZ, R. The Converged Experience of Risk and Disease. *The Milbank Quarterly*, v. 87, n. 2, 2009, p. 417-42.

AVILA, Liziani Iturriet et al. Implicações da visibilidade da enfermagem no exercício profissional. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 34, n. 3, 2013. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/37874>. Acesso em: 25 jun. 2013.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução direta do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BALDESSAR, Maria José. Jornalismo e tecnologia: pioneirismo e contradições. Um breve relato da chegada da informatização nas redações catarinenses. In: **Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**, 3, 2005, Novo Hamburgo. Anais... Novo Hamburgo, 2005. CD-ROM. Disponível, sem paginação original, em: <http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/documento5_a.htm>. Acesso em 12 jul. 2017.

BARBERO, Jesús Martin. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

BENETTI, Márcia. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. **Intexto**, v. 1, n. 14, jan./jun. 2006, p. 1-11. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/26572>. Acesso em: 21 jul 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed., 1. reimp. São Paulo: Perspectiva, 2013.

———. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2008.

———. [The political field, the social science field, and the journalistic field](#), In: BENSON, Rodney; NEVEU, Erik (Orgs.). **Bourdieu and the journalistic Field**. Cambridge: Polity, 2005, p. 29-46.

———. **Coisas ditas**. 1. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2004.

———. **O poder simbólico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

———. L'emprise du journalisme. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 101-102, mar. 1994, p. 3-9.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. **Da ciência ao mercado, a informação em tempo real**. Brasília: 1999. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília.

BREED, Warren. Controlo social na redacção. Uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993, p. 152-166.

CANGUILHEM, Georges. **O Normal e o Patológico**. 6. ed., 3. reimp. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CARDOSO, Janine Miranda. **Entre vítimas e cidadãos: risco, sofrimento e política nas narrativas do Jornal Nacional sobre as epidemias de dengue (1986-2008)**. 2012, 226 p. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação (ECO), Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CARVALHO, Sérgio Resende. As contradições da promoção à saúde em relação à produção de sujeitos e mudança social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.9, n. 3, jul./set. 2004, p. 669-78. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n3/a13v09n3.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2015.

CASTIEL, Luís David; GUILAM, Maria Cristina Rodrigues; FERREIRA, Marcos Santos. **Correndo o risco: uma introdução aos riscos em saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Iniciação a uma teoria das fontes**. O Xis da Questão (blog), 23 mar. 2016. Disponível em: <<http://oxisdaquestao.provisorio.ws/artigos/iniciacao-uma-teoria-das-fontes/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

———. Novos cenários da notícia. **Revista de Jornalismo ESPM**, n.9, abr-jun. 2014, p. 122-6.

———. **Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. 3. ed. ver. São Paulo: Summus, 2007.

CLARKE, Adele E. *et al.* Biomedicalization: Technoscientific Transformations of Health, Illness, and U.S. Biomedicine. **American Sociological Review**, v. 68, p. 161-194, apr. 2003.

CONRAD, Peter. Uses of expertise: sources, quotes, and voice in the reporting of genetics in the news. **Public Understanding of Science**, n. 8, 1999, p. 285-302.

———. Medicalization and social control. **Annu. Rev. Sociol.**, n. 18, p. 209-32, 1992.

CONTAMINAÇÃO por céσιο-137 mata mais um no Rio. **O Globo**. Rio de Janeiro, 28 out. 1987, p. 6.

DARDE, Vicente William da Silva. **As vozes da AIDS na imprensa: um estudo das fontes de informação dos jornais Folha de S.Paulo e O Globo**. Porto Alegre: 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/6399>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

DUARTE, Jorge Antônio Menna. Assessoria de imprensa: o caso brasileiro. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 24, n. 1, 2001. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1017/919>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

DUMIT, Joseph. **Drugs for life**. How pharmaceutical companies define our health. Durham & London: Duke University Press, 2012.

EHRENBERG, Alain. Les changements de la relation normal-pathologique. À propos de la souffrance psychique et de la santé mentale. **Esprit**, n. 304, mai. 2004, p. 133-56.

ERICSON, Richard V. How journalists visualize fact. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 560, nov. 1998, p. 83-95.

FAUSTO NETO, Antonio. Transformações nos discursos jornalísticos: a atorização do acontecimento. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sergio (Orgs.). **O jornal: da forma ao sentido**. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 2012.

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. **O jornalismo no conglomerado de mídia: Reestruturação produtiva sob o capitalismo global**. Porto Alegre: 2005. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/5023>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

FREITAS, Maria Ester de. A mobilidade como novo capital simbólico nas organizações ou sejamos nômades? **Organizações & Sociedade (O&S)**, v. 16, n. 49, 2009, p. 247-264. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/11019>>. Acesso em: 22 set. 2017.

GANS, Herbert J. **Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time**. Illinois: Northwestern University Press, 2004.

GENTILLI, Victor. O Jornalismo Brasileiro dos anos 70. **X Encontro da Compós**. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1219.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2017.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991

GOULART, Adriana da Costa. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, v. 12, n. 1, 2005, p. 101-142. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702005000100006&lng=pt. Acesso em: 15 mai. 2017.

GREENE, Jeremy A. The Abnormal and the Pathological: Cholesterol, Statins, and the Threshold of Disease. In: TONE, Andrea; WATKINS, Elizabeth Siegel. **Medicating Modern America: Prescription Drugs in History**. New York and London: New York University Press, 2007, p. 183-228.

GUIA 2017 Interfarma: Mercado farmacêutico Brasileiro. 2017. **Interfarma**. Disponível em: <<https://www.interfarma.org.br/guia/guia-2017/dados-do-setor/>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

HALL, Stuart *et al.* **Policing the crisis: mugging, the state and law and order**. London/Basingstoke: Macmillan Press Ltd, 1978.

JORGE, Thais de Mendonça. Mcdonaldização no jornalismo, espetacularização da notícia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Ano V, n. 1, jan./jun. 2008, p 25-35. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2008v5n1p25>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

LAGE, Nilson. Relacionamento do repórter com as fontes: procedimentos e teoria. **Encontro da Compós**, IX, Porto Alegre, 2000. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1432.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2015.

LARSON, Anna. *et al.* Medical messages in the media-barriers and solutions to improving medical journalism. **Health Expect**, v. 6, n. 4, 2003, p. 323-31. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5060204/>>. Acesso em: 29 dez. 2015.

LEITE, Tatiana Clébicar. **Sobre jornalistas e médicos: Relações, contextos e mediações**. 2016, 168 p. Dissertação (Mestrado em Informação e Comunicação em Saúde). Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

LERNER, KÁTIA. Doença, mídia e subjetividade: algumas aproximações teóricas. In: LERNER, Kátia; SACRAMENTO, Igor (orgs.). **Saúde e jornalismo: Interfaces contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

LIMA, Venício. **O Silêncio como forma de censura**. Observatório da Imprensa, n. 634, 22 mar. 2011. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/o-silencio-como-forma-de-censura/>>. Acesso em: 23 set. 2017.

LIMA, Venício A. **Jornalismo Oficial: a Imprensa em Brasília** In: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF. Brasília: Lantana Comunicação, 1993, p. 15-22.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LOPES, Fernanda Lima. **Ser jornalista no Brasil: Identidade profissional e formação acadêmica**. São Paulo: Paulus, 2013.

———. **Jornalismo e suas crises: um olhar sobre as questões da tecnologia, do emprego e do diploma no Brasil**. Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – CIES e-Working Paper nº 107/2011. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2970>>. Acesso em 13 jul. 2017.

LUNA, Naara. A controvérsia do aborto e a imprensa na campanha eleitoral de 2010. **Cad. CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 367-391, Ago. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n71/a10v27n71.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2017.

LUZ, Madel Therezinha. Notas sobre as políticas de saúde no Brasil de “transição democrática”: anos 80. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1991, p. 77-96. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v1n1/04.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2015.

LUZ, Cristina Rego Monteiro. **A pauta jornalística e suas mediações**. 2005. Tese (Doutorado em Comunicação). Escola de Comunicação (ECO), Universidade Federal do Rio de Janeiro.

———. Políticas de descentralização e cidadania: Novas práticas de saúde no Brasil atual. *In*: PINHEIRO, Roseni; MATTOS, Ruben Araujo de. **Os sentidos da Integralidade na atenção e no cuidado à saúde**. 8. ed. Rio de Janeiro: Uerj/IMS, 2009, p. 21-41.

MALINVERNI, Claudia. **Epidemia midiática de febre amarela**: desdobramentos e aprendizados de uma crise de comunicação na saúde pública brasileira. 2016. Tese (Doutorado em Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-17082016-143250/>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

MARCHETTI, Dominique. **Contribution à une sociologie des transformations du champ journalistique dans les années 80 et 90**. A propos d’“événements sida” et du “scandale du sang contaminateur”. 1997. 707 f. Thèse (Doctorat de Sociologie) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1997.

———. **Quand la santé devient médiatique**: Les logiques de production de l’information dans la presse. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2010.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda**: A mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009

MEDINA, Cremilda. **O jornalismo na Nova República**. São Paulo: Summus Editorial, 1987.

———. **Notícia, um produto à venda**: Jornalismo na sociedade urbana e industrial. 2.ed. São Paulo: Summus Editorial, 1988.

———. **Entrevista**: O diálogo possível. 5. ed. São Paulo: Ática, 2008.

MENDES, Eugênio Vilaça. O Sistema Único de Saúde: um processo social em construção. *In*: ———. **Uma agenda para a saúde**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 57-96.

NASCIMENTO, Álvaro César; SAYD, Jane Dutra. “Ao persistirem os sintomas, o médico deverá ser consultado”. Isto é regulação? **Physis**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2005, p. 305-328. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v15n2/v15n2a07.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2017.

NASSIF, Luís. **O jornalismo dos anos 90**. São Paulo: Futura, 2003.

NELSON, Sioban. A imagem da enfermeira - as origens históricas da invisibilidade na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 20, n.2, p. 223-4, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71419104001>. Acesso em: 25 jun. 2017.

NORONHA, José Carvalho de; SOARES, Laura Tavares. A política de saúde no Brasil nos anos 90. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 6, n. 2, 2001, p. 445-50. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v6n2/7014.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2015.

NORONHA, José Carvalho de; SANTOS, Isabela Soares; PEREIRA, Telma Ruth. Relações entre o SUS e a saúde suplementar: problemas e alternativas para o futuro do sistema universal. In SANTOS, Nelson Rodrigues; AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho (orgs.). **Gestão pública e relação público privado na saúde**. Rio de Janeiro: Cebes, 2011, p. 152-79. Disponível em: <<http://www.idisa.org.br/img/File/GC-2010-RL-LIVRO%20CEBES-2011.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2015.

OLIVEIRA, Valdir de Castro. As fabulações jornalísticas e a saúde. In: LERNER, Kátia; SACRAMENTO, Igor (orgs.). **Saúde e jornalismo**: Interfaces contemporâneas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

OLIVEIRA, Sofia Luisa Moutinho de. **Ciência embargada: estudo de caso de notícias sobre pesquisas de Science e Nature publicadas nos jornais Folha e O Globo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. 156p. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Divulgação da Ciência, da Tecnologia e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/brasiliana/media/monografia%20sofia%20moutinho%20agosto%202015.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2017.

O GLOBO demite 30 funcionários; redação é a mais atingida pelos cortes. **Portal Imprensa**, 08 dez. 2015. Disponível em: http://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/75557/o+globo+demite+30+funcionarios+redacao+e+a+mais+atingida+pelos+cortes. Acesso em: 18 nov. 2016.

OPAS. **Declaração de Alma-Ata**. Primeira Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, set. 1978, Alma-Ata (URSS). Disponível em: <<http://www.opas.org.br/declaracao-de-alma-ata/>> Acesso em: 22 set. 2015.

PARA viabilizar reformulação, “O Globo” demite 5 e contrata 22 jornalistas no RJ e sucursais. **Portal Imprensa**. São Paulo, 11 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.portalimprensa.com.br/noticias/brasil/64464/para+viabilizar+reformulacao+o+globo+demite+5+e+contrata+22+jornalistas+no+rj+e+sucursais>>. Acesso em: 25 mai. 2017.

PEREIRA, Fábio Henrique. **Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão**. Lisboa: Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação, 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-responsabilidade-jornalista.html>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. **Intexto**, v. 1, n. 24, jan./jun. 2011, p. 38-57. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/12443>>. Acesso em: 1 nov. 2015

PESQUISA Brasileira de Mídia 2016. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM). Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2017.

PINTO, Manoel. Fontes jornalísticas: Contributos para o mapeamento do campo. **Comunicação e Sociedade 2**, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2), 2000, 277-294. Disponível em:

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5512/1/CS_vol2_mpinto_p277-294.pdf>
Acesso: 18 set. 2015.

RANGEL-S., Maria Ligia. Epidemia e mídia: sentidos construídos em narrativas jornalísticas. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 5-17, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/7094>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A história oral nos estudos de jornalismo: algumas considerações teórico-metodológicas. **Revista Contracampo**, v. 32, n. 2, abr./jul. 2015. Disponível em: <<http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/article/view/668/441>>. Acesso em: 13 set. 2017.

———. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.31, p. 147-160, 2003. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2186/1325>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

———. Memória de jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 50. **Anais da XI Compós**: Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_712.pdf. Acesso em: 01 jul. 2017.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. (Orgs.). **O jornal: da forma ao sentido**. 3. ed. Brasília: UNB, 2012.

———. **Experiência, modernidade e campo dos media**. Lisboa: Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação, 1999. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-expcampmedia.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

RODRIGUES, Elaine *et al.* Os melhores hospitais e clínicas. **O Globo**. Rio de Janeiro, 14 set. 1997, p. 15-25.

ROMEYER, Hélène. La santé à la television: émergence d'une question sociale. **Questions de Communication**, n. 11, 2007, p. 51-90.

———. (dir.). **La santé dans l'espace public**. Rennes: Presses de l'EHESP, collection Communication Santé Social, 2010.

SANT'ANNA, Francisco. **Mídia das Fontes: o difusor do jornalismo corporativo**. Lisboa: Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/santanna-francisco-midia-fontes.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

———. **Mídia das Fontes: um novo ator no cenário jornalístico brasileiro: um olhar sobre a ação midiática do Senado Federal**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2009.

SCHLESINGER, Philip. Repenser la sociologie du journalisme: les stratégies de la source d'information et les limites du média-centrisme. **Réseaux**, v. 10, n. 51, 1992, p. 75-98.

SEÇÃO dedicada à sociedade. **O Globo**. Rio de Janeiro, 06 abr. 2014, p. 1.

SERRA, Carlos Gonçalves; RODRIGUES, Paulo Henrique. O financiamento da saúde no Brasil. In: MATTA, Gustavo Corrêa; PONTES, Ana Lúcia de Moura. **Políticas de Saúde: Organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007, p. 195-225.

SIGAL, L. V. Who? Sources make the news. In MANNOFF, R. K; SCHUDSON, M. (Eds.). **Reading the News**. New York: Pantheon Books, 1986, p. 9-37.

SILVA, Tania Regina Neves da. **H1N1 e produção de sentidos na mídia**: A epidemia de 2009 nas páginas de *O Globo*, *Extra* e *Expresso*. 2012, 146 p. Dissertação (Mestrado em Informação e Comunicação em Saúde) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

SODRÉ, Néelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 3. ed, São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SONHO de Irineu se torna a realidade de Roberto. **O Globo**, Caderno Especial. Rio de Janeiro, 8 ago. 2003, p. 18.

TABAKMAN, Roxana. **A saúde na mídia**: Medicina para jornalistas, jornalismo para médicos. São Paulo: Summus Editorial, 2013.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: Porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAVANCAS, Isabel. Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1993.

TUCHMAN, Gaye. **Making news**: a study in the construction of reality. Ann Arbor, New York: Free Press, 1978.

———. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993, p. 74-90.

UMA SAÚDE com mais ciência. **O Globo**. Rio de Janeiro, 10 ago. 2007, p. 2.

UNIDADES sem pronto atendimento. **O Globo**. Rio de Janeiro, 21 dez. 2015, p. 10.

VAZ, Paulo. As narrativas midiáticas sobre cuidados com a saúde e a construção da subjetividade contemporânea. **Logos Comunicação & Universidade**. Rio de Janeiro, ano 13, n. 25, p. 85-95. 2º semestre 2006.

———. Um corpo com futuro. In: PACHECO, Anelise; COCCO, Giuseppe; VAZ, Paulo (Orgs.). **O trabalho da multidão**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002, v. 1, p. 121-146. Disponível em: <www.pos.eco.ufrj.br/site/download.php?upload/pvaz2.pdf>. Acesso em: 28 set. 2015.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

WALLINGTON, Sherrie Flynt. Antecedents to agenda setting and framing in health news: an examination of priority, angle, source, and resource usage from a national survey of U.S. health reporters and editors. **J Health Commun**, v. 15, n. 1, jan. 2010, p. 76-94. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3090661/>>. Acesso em: 29 dez. 2015.

WHO CONSTITUTION. Disponível em: <<http://apps.who.int/gb/bd/PDF/bd47/EN/constitution-en.pdf?ua=1>>. Acesso em: 19 out. 2014.

WOJTOWICZ, Ana. **Roubados em seus sonhos**: uma interpretação da cobertura jornalística sobre o acidente com o Césio-137 em Goiânia. 1990. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. UnB.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 8. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

ZOLA, Irving Kenneth. Medicine as an institution of social control. **The Sociological Review**, v. 20, n. 4, p. 487-404, nov. 1972.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O/A Sr/Sr^a está convidado/a a participar da pesquisa *A relação entre jornalistas e fontes: um olhar sobre a construção de sentidos da saúde na mídia*, sob a responsabilidade da pesquisadora Tania Regina Neves da Silva, aluna do curso de doutorado do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (Icict/Fiocruz). A pesquisa, com finalidade exclusivamente científica, investigará como se estabelecem as relações entre fontes de informação em saúde e jornalistas do meio impresso, e o papel desta relação na construção dos sentidos sobre saúde presentes no noticiário. Ressaltamos que, por meio de sua participação, o/a Sr/Sr^a contribuirá para a reflexão sobre os processos de trabalho de jornalistas e fontes de informação em saúde que atuam junto às mídias, permitindo que se preencha parte da lacuna existente no conhecimento acadêmico acerca de tais processos.

Sua participação é voluntária, não implica despesa ou envolve remuneração e não implica riscos significativos. Ela se dará por meio de entrevistas (no caso de serem gravadas e transcritas, poderão ser submetidas a sua conferência, caso deseje).

Os selecionados para serem entrevistados nesta pesquisa são profissionais de jornalismo que trabalham ou trabalharam em O Globo, na cobertura de saúde; médicos, gestores e outras fontes que apareceram nesta cobertura; e assessores de imprensa da área de saúde. Por possuírem informações relevantes para a pesquisa, que muitas vezes envolvem procedimentos e rotinas de trabalho, consideramos que não será possível garantir plenamente que estes depoentes não venham a ser identificados, embora nos comprometamos a manter suas identidades em anonimato no relato desta pesquisa. Informamos, assim, que, caso o/a Sr/Sr^a concorde em participar, a sua identidade poderá ser deduzida, por inferência, na publicização dos resultados da pesquisa.

Salientamos que, a qualquer momento, o/a Sr/Sr^a terá o direito de esclarecer dúvidas e obter informações sobre qualquer aspecto referente à pesquisa, assim como interromper a sua participação, sem nenhum prejuízo ou penalidade.

A pesquisadora Tania Regina Neves da Silva poderá ser contatada na Fiocruz (Avenida Brasil, 4036/ sala 512, Manguinhos, RJ); pelos telefones (21) 3079-9416 e 99631-9416; ou pelo e-mail: taneves@gmail.com.

Mais informações poderão ser obtidas na Gestão Acadêmica do Icict/Fiocruz (Avenida Brasil, 4036/ sala 210, Manguinhos, RJ; telefones (21) 3882-9033/9063) ou junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da EPSJV – cujo contato está citado no rodapé desta página.

Com a aceitação deste TCLE, o/a Sr/Sr^a assume que tomou conhecimento da finalidade da pesquisa *A relação entre jornalistas e fontes: um olhar sobre a construção de sentidos da saúde na mídia*; leu este documento e esclareceu possíveis dúvidas. Confirma, também, que recebeu uma via assinada deste TCLE.

Assinatura do/a participante

Data: ___/___/___

Assinatura da Pesquisadora Responsável

APÊNDICE B – ROTEIRO BÁSICO DA ENTREVISTA COM JORNALISTAS

1. Pode dizer sua idade, formação, há quantos anos trabalha como jornalista e dar um breve relato de seu percurso profissional até aqui?
2. Tem alguma especialização na área de Saúde?
3. É mais habitual ser procurado pelas fontes ou procurar pelas fontes?
4. Prefere fazer contato diretamente com a fonte ou via assessoria de imprensa? Por quê?
5. Como descreve uma relação ideal com uma fonte de informação?
6. É esta a relação que realiza e observa na prática ou ela é diferente? Pode descrever?
7. Como descreve uma relação ideal com um assessor de imprensa?
8. É esta a relação que realiza e observa na prática ou ela é diferente? Pode descrever?
9. Como seleciona as fontes de informação às quais recorre?
10. Quais as dificuldades e facilidades que encontra para conseguir ser atendido pela fonte que você gostaria de entrevistar/consultar?
11. Como faz para avaliar a qualificação e a ética das fontes às quais recorre?
12. Quais os seus critérios para manter ou descartar uma fonte?
13. Qual o seu nível de autonomia para manter ou descartar uma fonte?
14. Como reage a eventuais exigências feitas pelas fontes (como apresentação prévia de perguntas em caso de entrevistas ou acesso ao texto jornalístico antes da publicação)?
15. Que tipo de exigências tolera e quais não tolera no relacionamento com as fontes?
16. Como lida com os conflitos de interesse ao entrevistar uma fonte (por exemplo, representantes de indústrias, interesses comerciais etc.)?
17. Costuma checar as informações que recebe com mais de uma fonte?

APÊNDICE C – ROTEIRO BÁSICO DE ENTREVISTA COM JORNALISTA EM CARGO
DE CHEFIA

1. Pode dizer sua idade, formação, há quantos anos trabalha como jornalista e dar um breve relato de seu percurso profissional até aqui?
2. Participa/participou da escolha das fontes de informação a serem ouvidas pelos repórteres sob sua subordinação? Como?
3. Recebe/recebeu pedidos de fontes que desejavam ser ouvidas pelo jornal em certas situações? Como age/agi?
4. Qual o nível de autonomia que dá/deu aos repórteres sob sua subordinação para escolherem ou rejeitarem fontes de informação?
5. Sofre/sofreu alguma pressão por parte de atores externos ao seu ambiente corporativo para influir na escolha das fontes de informação a serem consultadas pelo jornal? Pode descrever?
6. Acha importante o jornalista ter especialização na área que cobre?
7. Há incentivo para que o jornalista se especialize?
8. Em 1987 e 1997 raras matérias eram assinadas, ao tempo que em 2008 e 2015 a maioria era assinada. O que explica isso?
9. Em 1997, quando começa a crescer a tendência de assinar matérias, os repórteres de sucursais aparecem mais do que os locais. O que explica isso?
10. Principalmente a partir de 2008, o que se repete em 2015, a maioria das matérias tem múltiplas assinaturas. O que explica isso?

APÊNDICE D – ROTEIRO BÁSICO DE ENTREVISTA COM FONTES

1. Pode dizer sua idade, formação e traçar um breve relato de seu percurso profissional do início até o presente momento?
2. O(a) senhor(a) procura diretamente os jornalistas com quem quer falar ou mantém serviços de assessoria de imprensa para fazê-lo?
3. Como escolhe o jornalista a quem vai fornecer alguma informação?
4. É mais habitual o senhor procurar um jornalista ou ser procurado?
5. Ao ser solicitado(a) a dar entrevista ou fornecer algum tipo de informação, faz exigências? Pode descrever?
6. Como descreve uma relação ideal com um jornalista?
7. É esta a relação que realiza e observa na prática ou ela é diferente? Pode descrever?
8. O que o(a) faz desejar ou não manter a relação após um primeiro contato com o jornalista?
9. Já usou algum tipo de influência para ter acesso a um jornalista? Pode descrever?
10. Já impôs condições em troca do fornecimento de informações de interesse de jornalistas? Pode descrever?
11. O que pode dizer sobre o trabalho dos jornalistas com os quais se relaciona?
12. O que pode dizer sobre a cobertura de saúde que vê na mídia, especialmente jornal?

APÊNDICE E – ROTEIRO BÁSICO DE ENTREVISTA COM ASSESSORES

1. Qual sua formação e há quanto tempo atua como assessor de imprensa?
2. Já trabalhou em redação, como jornalista? Pode descrever?
3. Quem escolhe os jornalistas a serem contatados na mídia, o(a) cliente ou o(a) senhor(a)?
4. Quais os critérios de escolha de um jornalista?
5. Quais as dificuldades/facilidades para chegar aos jornalistas?
6. Já impôs condições em troca do fornecimento de informações de interesse de jornalistas?
Pode descrever?
7. Como descreve a relação ideal entre assessores de imprensa e jornalistas?
8. É esta a relação que observa na prática ou ela é diferente? Pode descrever?
9. Costuma orientar seus clientes sobre como dar entrevistas? Pode descrever?
10. Como avalia o trabalho da imprensa com relação ao tema da saúde?